

TESE DE DOUTORADO

**O SALAZARISMO ATRAVESSA O
ATLÂNTICO: BRASIL E PORTUGAL NA
REVISTA LUSO-BRASILEIRA – (1961-1975)**

CRISTINA IUSKOW

FLORIANÓPOLIS, 2018

CRISTINA IUSKOW

**O SALAZARISMO ATRAVESSA O ATLÂNTICO: BRASIL E PORTUGAL NA
REVISTA LUSO-BRASILEIRA – (1961-1975)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

**FLORIANÓPOLIS, SC
2018**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Iuskow, Cristina

O salazarismo atravessa o Atlântico : Brasil e Portugal na
Revista Luso-Brasileira (1961-1975) / Cristina Iuskow. -- 2019.
334 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

1. Relações luso-brasileiras. 2. Impressos. 3. Salazarismo. 4.
História do Tempo Presente. 5. História Transnacional. I. Lohn,
Reinaldo Lindolfo. II. Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

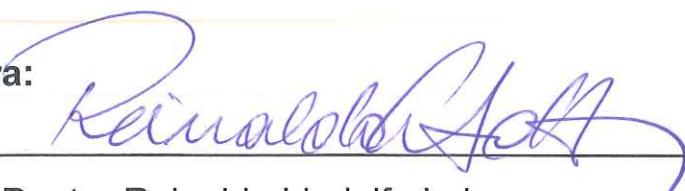
CRISTINA IUSKOW

"O salazarismo atravessa o Atlântico: Brasil e Portugal na *Revista Luso-Brasileira* (1961-1975)"

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor (a), no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientador:



Doutor Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



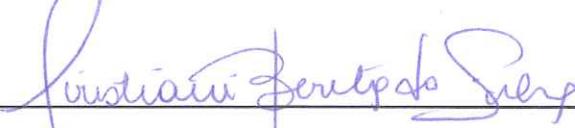
Doutora Maria Bernardete Ramos Flores
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:



Doutor Márcio Roberto Voigt
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:



Doutora Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Doutora Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 07 de dezembro de 2018.

Para minha mãe, Lidia,
pela sabedoria,
e pelo imenso amor de cada dia.

AGRADECIMENTOS

A confecção de uma tese é trabalho que exige energia, vontade e determinação a cada dia. Nestes mais de quatros da elaboração deste trabalho não faltaram momentos de cansaços, esperas, aprendizados, ansiedades, mas também de muitas alegrias. Pessoas novas que passaram a fazer parte do meu convívio, amizades antigas que foram revividas e outras fortalecidas. Neste intenso período muitas experiências foram vividas e saberes aprendidos. Pelo muito que recebi, é necessário muito agradecer.

Começo por um agradecimento particular ao meu orientador Reinaldo Lindolfo Lohn que me acompanhou nesse período com dedicação e esmero, partilhando do seu conhecimento nas orientações e com as sempre valiosas observações e correções ao trabalho que permitiram a chegada ao final desta empreitada. Agradeço pela confiança depositada nesta pesquisa e na constante disponibilidade em realizar as leituras, sugerir bibliografia e melhoramentos na escrita.

Agradeço aos membros da banca por terem aceitado o convite de participar desta defesa fazendo a leitura da tese. Um agradecimento especial à professora Maria Bernardete Ramos, mestra e professora de anos de caminhada desde a graduação, pela sua sempre pronta e gentil disponibilidade para auxiliar nas exigências da vida acadêmica sempre que precisei e de maneira particular por aceitar ler a tese e fazer parte desta banca. Obrigada! À professora Maria Teresa Santos Cunha, pelos proveitosos debates sobre cultura escrita, pelas trocas sempre tão necessárias na vida acadêmica e por aceitar fazer a leitura deste trabalho e parte desta banca. Agradeço igualmente ao professor Márcio Roberto Voigt pelas importantes contribuições feitas na banca de qualificação e pela participação nesta banca de defesa e à professora Cristiani Bereta da Silva pela participação na banca de qualificação e pelas valiosas sugestões ao trabalho bem como pela participação nesta banca. Agradeço também aos membros suplentes professor Waldir José Rampinelli, professor Paulo Rogério Melo de Oliveira e professora Luciana Rossato.

À professora Heloisa Paulo, orientadora do estágio de doutorado em Lisboa, um agradecimento especial pelas conversas e contribuições nestes anos de contato, pelas leituras aos meu texto, pelas sugestões de bibliografia, pelas dicas importantes, pelos inúmeros *e-mails* respondidos sempre com prontidão e cuidado sobre as questões luso-brasileiras.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas bolsas concedidas no Brasil e em Portugal, sem as quais várias etapas, sobretudo o estágio no exterior não teriam condições de acontecer.

Agradeço aos portugueses e portuguesas e luso angolanos emigrantes em Florianópolis, que há décadas vivem na cidade e que com muita receptividade aceitaram conversar comigo pessoalmente ou por *e-mail* sobre a revista e sobre a comunidade portuguesa presente na cidade. Estas conversas, *e-mails* e até cartas trocadas contribuíram muito para o desenvolvimento da pesquisa. Ao professor João LUPI pelas respostas aos meus *e-mails* e por me receber para conversar sobre a revista e sobre seu editor já antes do início do doutorado.

Aos funcionários e funcionárias da Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Arquivo Contemporâneo em Lisboa que com sua gentileza e solicitude contribuíram para o acesso a documentos fundamentais para essa pesquisa. Aos funcionários e funcionárias da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Biblioteca Pública do Estado do Paraná, bem como do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, instituições nas quais encontrei o acervo da *Revista Luso-Brasileira* um agradecimento especial.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UDESC pelo trabalho realizado a cada dia com mais excelência, aos professores e professoras do Programa pelas magníficas aulas e discussões. Foram anos de muito aprendizado e de ótima convivência que marcaram minha trajetória acadêmica. Agradeço ao secretário do PPGH, Piter Kerscher pela paciência, competência e prontidão em atender as várias solicitações nestes anos.

Muitos encontros foram realizados neste período e muitas foram as pessoas que positivamente deixaram marcas nessa trajetória. À turma do doutorado, parte importante desta caminhada, pela amizade, pelo divertimento, pelas trocas, discussões, pelos cafés na cantina. Cada um agora segue um caminho, mas na memória permanecem os afetos construídos naqueles encontros semanais. Agradeço com muita alegria as amizades que fizeram deste doutorado uma experiência mais que especial, as queridas Juliana, Bibiana, Michele, Celia, Yomara, Patrícia, Lisandra, Samira, Brigitte e queridos Daniel, Diego, Thiago, Lucas e Felipe colegas/amigas/os para além dos muros da UDESC.

Agradeço ao carinho e amizade do pequeno/grande grupo de amigos do grupo de estudos de culturas políticas, Hudson Campos, Carlos Nunes e Geovanni Rocha que ao longo destes anos se construiu e se constituiu em apoio, alegrias, trocas de ideias e também de temas caros da nossa realidade política. Aos demais colegas do grupo de estudos agradeço pela amizade e pelos encontros para o café na cantina da Faed e nas redondezas, pelas discussões das leituras, fundamentais para a reflexão sobre os temas de história política.

Muitas amigas e amigos merecem um agradecimento especial. Agradeço de maneira especial à minha amiga/irmã Nailze, pelo afeto, amor e acolhida de muitos anos de amizade, pelo apoio fraternal, pelas conversas sinceras, pelas trocas e por se tornar uma parte importante nessa caminhada. À minha amiga Cíntia pelos anos de carinho e amizade, pela presença mesmo na distância, pelo apoio sempre firme nesta empreitada e pelas palavras precisas em momentos importantes. Obrigada! Às minhas lindas amigas Daniela e Marília, presentes desses últimos anos e presença amorosa em dias de alegria e em dias de adversidades. Às queridas amigas Angela, Regiane, Luciane e Eliane pelas alegrias partilhadas, pela amizade e pelo carinho de tantos anos. Aos meus amigos Jakeline, Sandro e aos seus filhos Maria Gabriela, Rafael e Maria Julia um agradecimento especial pela amizade, pela acolhida de sempre e pelas alegrias divididas. Um agradecimento especial à amiga Betty Kamers pelo ânimo, bom-humor, pelos encontros e pela valiosa amizade.

À família que de diversas maneiras me apoiou nestes anos de trabalho. Agradeço de maneira especial a minha irmã Celia que me possibilitou o contato com alguns portugueses emigrantes na cidade de Florianópolis, com os quais pude ter conversas e obter informações fundamentais para esta pesquisa. Agradeço a minha irmã Rose e sua família especial Rui, Natascha e Tayob que me acolheram com muito carinho e cuidado em sua casa na estadia em Lisboa para o estágio de doutorado, fundamental para o período do estágio. Ao meu irmão Bruno pela convivência, paciência e carinho de cada dia. A cada um dos meus estimados/as e amados/as irmãos, cunhadas e sobrinhos/as, familiares que tanto admiro um agradecimento carinhoso: Edgard, Vivian e Beatriz; Sergio, Ingrid, Julia e Luisa; Abrão, Mirian, Helena e Elisa; Milton, Nikoli, Bruna e Nikolas, e Sadi (*in memoria*). Aos demais familiares que com sua energia e orações também fizeram parte deste momento importante na minha vida acadêmica, obrigada!

Agradeço por fim a minha amada mãe, pessoa que na sua singeleza e altivez me ensinou e me ensina muito a cada dia com a sua fé, pelo seu amor à vida, ao conhecimento, aos livros, à natureza e pelos seus saberes sobre as coisas simples e complexas da vida. Meu eterno obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo tratar do surgimento da *Revista Luso-Brasileira* que se deu entre 1961 e 1979. A *Luso-Brasileira* foi uma publicação catarinense fundada pelo português Mario Fernandes Dias, emigrado de Portugal para Florianópolis em 1958. Foi uma publicação com 20 páginas e uma tiragem de 1000 exemplares por edição, que era mensal e bimestral. A revista contemplava diversos assuntos desde culinária, moda e coluna social à vida política de Portugal e do Brasil, entremeados por anúncios de comércio local. Seus mil exemplares eram expedidos para Portugal, Angola, Cabo Verde e outras cidades do Brasil. Buscarei aqui compreender as temáticas tratadas pela revista e as relações estabelecidas com os regimes de Portugal e Brasil, nas suas variações políticas, e, além disso, perceber como a publicação se relacionava com a política e comunidade local, por meio do tratamento de periódicos, percebidos aqui como fonte essencial no estudo da história do tempo presente. A atividade estabelecida pela revista na cidade de Florianópolis ansiava ainda por contribuir na manutenção do “império colonial” português por meio de matérias que enaltecessem o papel colonizador e “civilizador” de Portugal nas colônias africanas e condenassem os movimentos de independência que passaram a surgir nas colônias a partir de 1961. A análise neste trabalho teve o intuito de procurar compreender como se deu o imbricamento entre uma história do Estado Novo português e a história da *Revista Luso-Brasileira*, no contexto político-cultural brasileiro. A questão que aqui se coloca é de que a criação e manutenção do periódico, e também o esforço pela sua abrangência, ocorrerão menos por conta de um financiamento vindo de Portugal para a publicação da revista e mais pelo sentimento de “cidadania” do seu fundador, no intuito de manter vivo, sobretudo entre os portugueses, mas também brasileiros, a ligação e a rede de apoio ao regime do Estado Novo de Portugal. O governo autoritário português utilizou-se de artifícios como este com vistas a influir no universo de emigrantes para fortalecer as redes de comunicação no Brasil em benefício da sua política ditatorial e colonialista. Intentei trabalhar sob a perspectiva transnacional a qual permite compreender de maneira mais abrangente os intercâmbios e o movimento de ideias e de diversos elementos imagéticos que se inseriram por meio da revista no universo de Florianópolis.

Palavras-chave: História do Tempo Presente. Relações Luso-Brasileiras. Salazarismo. Impressos.

ABSTRACT

This work aims to address the emergence of the Luso-Brazilian journal that took between 1961 and 1979. Luso-Brasileira was a catarinense publication founded by Portuguese Mario Fernandes Dias, emigrated from Portugal to Florianópolis in 1958. It was a publication with 20 pages and a drawing of 1000 copies per edition, which was monthly and bimonthly. The magazine contained several subjects from culinary, fashion and social column to the political life of Portugal and Brazil, interspersed with local trade announcements. Its thousand copies were dispatched to Portugal, Angola, Cape Verde and other cities in Brazil. I seek here to understand the themes addressed by the Journal and the relations established with the regimes of Portugal and Brazil, in their political variations, and, moreover, to perceive how the publication was related to the local policy and community, through the Treatment of journals, perceived here as an essential source in the study of the history of the present time. The activity established by the magazine in the city of Florianópolis also longed to contribute to the maintenance of the Portuguese "colonial empire" through matters that praised the colonizing and "civilizing" role of Portugal in the African Colonies and Condemns the movements of independence that began to emerge in the Colonies from 1961. The analysis in this work aimed to understand how the overlap between a history of the Portuguese new state and the history of Luso-Brasileira magazine, in the Brazilian political-cultural context, was made. The question that arises here is that the creation and maintenance of the periodical, and also the effort for its scope, will occur less because of a financing coming from Portugal for the publication of the journal and more by the feeling of "citizenship" of its founder, in order to keep alive, especially among the Portuguese, but also Brazilians, the connection and the network to support the regime of the new state of Portugal. The Portuguese authoritarian government used the use of artifices such as this with a view to influencing the universe of immigrants to strengthen the communication networks in Brazil for the benefit of its dictatorship and colonialist politics. I intend to work from the transnational perspective which allows to understand more comprehensively the exchanges and the movement of ideas and of various imagetic elements that were inserted through the magazine in the universe of Florianópolis.

Keywords: History of Present Time. Luso-Brazilian Relations. Salazarismo. Printed.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Primeiro número da <i>Revista Luso-Brasileira</i>	44
Figura 2 - Ficha consular de qualificação de Mário Fernandes Dias	52
Figura 3 - Conto de Mario Fernandes Dias na revista <i>O Século Ilustrado</i>	53
Figura 4 - Entrevista de Mário Fernandes Dias à <i>Luso-Brasileira</i>	55
Figura 5 - Cantor Morgado Maurício em Lages.....	78
Figura 6 - Depoimento de D. Perpétua da Silva Birckn	83
Figura 7 - Américo Tomaz e Fernando Quintanilha.....	89
Figura 8 - Quadrinhos <i>Ivan - O Terrível</i>	91
Figura 9 - Natal de 1968.....	108
Figura 10 - <i>Comunidades Portuguesas</i>	111
Figura 11 - Saudação ao Presidente Médici	112
Figura 12 - Recortes do mês janeiro de 1970	113
Figura 13 - Editorial: Uma realidade Indesmentível	127
Figura 14 - Chegada do Presidente Américo Thomáz ao Brasil I	128
Figura 15 - Chegada do Presidente Américo Thomás ao Brasil II.....	129
Figura 16 - Missa campal oficializada por D.Afonso Niehues	131
Figura 17 - Cerimônia da Investidura de A. Thomáz como presidente de honra do IHGB ...	132
Figura 18 - Embarque de Américo Tomás para o Brasil a bordo do navio Funchal	133
Figura 19 - Contra-capas com texto do Presidente Emílio G. Médici	136
Figura 20 - Eleição de Américo Thomaz em 1972.....	138
Figura 21 - Viagem de Marcello Caetano ao Brasil	139
Figura 22 - Túmulo de Pedro Álvares Cabral na igreja de Santarém.....	142
Figura 23 - Viagem do Presidente Médici a Portugal	147
Figura 24 - Fala de Rui Patrício aos Jornalistas brasileiros.....	147
Figura 25 - Garrastazu Médici e Américo Thomaz pousam para foto	149
Figura 26 - Foto de Marcelo Caetano com filhos de emigrantes portugueses	150
Figura 27 - Regresso de Marcelo Caetano a Lisboa depois de visita à Londres	152
Figura 28 - Cinco anos de Marcello Caetano no Governo de Portugal	153
Figura 29 - Comunidades Portuguesas	156
Figura 30 - Imagens do 25 de abril	157
Figura 31 - Análise sobre os 50 dias de governo de General Spinola.....	158
Figura 32 - General Antônio de Spínola - Presidente de Portugal	160

Figura 33 - Spínola e Miterrand	161
Figura 34 - Em Lusaka sobre a independência de Moçambique	164
Figura 35 - Spínola recebe a visita do Ministro cubano Raul Roa	164
Figura 36 - Ato de posse de César Moreira Baptista no SEIT	212
Figura 37 - Solene reafirmação de Luso-Brasilidade.....	213
Figura 38 - União Brasil-Portugal é indispensável para preservar a civilização latina	214
Figura 39 - “Portugal Não Tem Colônias”	217
Figura 40 - “Portugal na África não é feitor: é missionário”	218
Figura 41 - Deputados paulistas em Angola e Moçambique	220
Figura 42 - Apontamento de conversa 17 agosto 1966.....	223
Figura 43 - Apontamento de conversa 17 agosto 1966 (continuação).....	224
Figura 44 - Visita de personalidades de São Paulo	225
Figura 45 - Panfleto de propaganda eleitoral de Luís Domingues de Castro	226
Figura 46 - O lançamento do livro de Alves Pinheiro	231
Figura 47 - Campanha Fortalecimento da Comunidade luso-brasileira	234
Figura 48 - Campanha Fortalecimento da Comunidade luso-brasileira (continuação)	235
Figura 49 - Carta de Alexandre S. Matos ao SNI	238
Figura 50 - Carta de agradecimento por bobinas recebidas	240
Figura 51 - Correspondências do SNI sobre visita de políticos brasileiros a Portugal	241
Figura 52 - Correspondência de Ramiro Valadão.....	243
Figura 53 - Correspondência de Ramiro Valadão (continuação).....	244
Figura 54 - Correspondência sobre visita de Plínio Salgado a Portugal	246
Figura 55 - Carta de Mário Fernandes Dias ao SNI (Frente e verso)	248
Figura 56 - Carta de Mário Fernandes Dias ao SNI (continuação).....	249
Figura 57 - Carta de Ramiro Valadão para Mário Fernandes Dias.....	250
Figura 58 - Solicitação de materiais para a <i>Revista Luso-Brasileira</i> , 1966.....	251
Figura 59 - Relações Culturais Luso-Brasileiras	254
Figura 60 - Relações Culturais Luso-Brasileiras (continuação)	255
Figura 61 - Carta solicitando material para Maria Carolina Gadotti Kehrig 1	257
Figura 62 - Carta solicitando material para Maria Carolina Gadotti Kehrig 2	258
Figura 63 - Presença de Portugal	260
Figura 64 - Regulamento Prêmio Vaz de Caminha 1	261
Figura 65 - Regulamento Prêmio Vaz de Caminha 2	262
Figura 66 - Entrada de estrangeiros em Portugal	270

Figura 67 - Turismo Cultura e Informação (Jan, 1973).....	271
Figura 68 - Portugal - Cultura, turismo e informação	272
Figura 69 - Imagens da Capital março de 1970.....	275
Figura 70 - Inauguração do Cabo Submarino em Lisboa.....	276
Figura 71 - Ação Cívico Social (ACISO).....	277
Figura 72 - Primavera na Ilha de Santa Catarina.....	279
Figura 73 - Morgado Maurício em Florianópolis	281
Figura 74 - Concurso Miss Portugal 1971	283
Figura 75 - “Sol e mulher bonita nas praias de Florianópolis”	284
Figura 76 - A televisão na <i>Luso-Brasileira</i>	290
Figura 77 - Anúncios da Celesc.....	291
Figura 78 - Castelo de Porto de Mós - Portugal	292
Figura 79 - Lisboa a metrópole da Europa	293
Figura 80 - Boi de Mamão.....	294

LISTA DE SIGLAS

ACISO	Ação Cívico Social
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CTPB	Centro de Turismo de Portugal no Brasil
CTP	Confederação de Turismo de Portugal
GNEL	Grémio Nacional dos Editores e Livreiros
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
OECE	Organização para a Cooperação Econômica Europeia
ONU	Organização das Nações Unidas
MFA	Movimento das Forças Armadas
MRE	Ministério das Relações Exteriores
PEI	Política Externa Independente
PDC	Partido Democrata Cristão
PR	Partido Republicano
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN-MTR	Partido Trabalhista Nacional Movimento Trabalhista Renovador
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SNI	Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
SEIT	Secretaria de Estado da Informação e Turismo
UCHC	União Catarinense dos Homens de Cor
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 DE SANTA CATARINA PARA O MUNDO: A FORMAÇÃO DA REVISTA LUSO-BRASILEIRA NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.....	41
2.1 A REVISTA PARA BRASILEIROS E PORTUGUESES: CRIAÇÃO E FORMAÇÃO DA REVISTA LUSO-BRASILEIRA NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS	41
2.2 MARIO DIAS FERNANDES: O FUNDADOR.....	51
2.3 EDITORES E EQUIPE DE REDAÇÃO.....	56
2.4 A ESCRITA COMO <i>MISSÃO DE CIDADANIA</i> E A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL	58
2.5 A REVISTA NO CONTEXTO DO SALAZARISMO	63
2.6 QUEM ERA O PORTUGUÊS MIGRANTE EM FLORIANÓPOLIS?.....	74
2.7 TEMAS VARIADOS PARA UM PÚBLICO DIVERSIFICADO	76
3 PORTUGAL HOJE: A REVISTA COMO PORTADORA DE NOTÍCIAS PORTUGUESAS	93
3.1 NOTÍCIAS QUE TRAZEM PORTUGAL PARA FLORIANÓPOLIS	93
3.2 SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: UMA FESTA PARA OS REGIMES AUTORITÁRIOS	123
3.3 A REVISTA ANTES DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS.....	141
4 CONTINUIDADES E RUPTURAS NAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL (1961-1979).....	167
4.1 BRASIL E PORTUGAL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS	167
4.2 O ESTADO NOVO DE SALAZAR	169
4.3 AS NOVAS NOMENCLATURAS E A ENTRADA DE PORTUGAL NA ONU	172
4.4 TRATADOS E ACORDOS NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO	176
4.5 O LUSO-TROPICALISMO E O ESTADO NOVO	179
4.6 O <i>LOBBY</i> E OS PORTUGUESES NO BRASIL	182
4.7 BRASIL SE APROXIMA DA EUROPA POR MEIO DE PORTUGAL	185
4.8 JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART E O DISTANCIAMENTO DO MUNDO LUSO	188
4.9 O GOLPE MILITAR DE 1964 E A AMBÍGUA REAPROXIMAÇÃO COM PORTUGAL.....	193
4.10 COSTA E SILVA E MÉDICI: NOVAS APROXIMAÇÕES.....	195
4.11 A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS, A QUESTÃO COLONIAL E O BRASIL	200

5 SELO DO SNI PARA CIRCULAÇÃO DA REVISTA	205
5.1 O SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL E O SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO NO CONTEXTO DA DITADURA SALAZARISTA.....	205
5.2 SPN/SNI E A PROPAGANDA DO SALAZARISMO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	212
5.3 A <i>REVISTA LUSO-BRASILEIRA</i> , A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS E A LIGAÇÃO COM O SNI	247
6 LOCAL, NACIONAL, TRANSNACIONAL: A EXPRESSÃO DA REVISTA NOS NOVOS TEMPOS DO REGIME SOB MARCELO CAETANO	263
6.1 PENSANDO AS CONEXÕES ENTRE FLORIANÓPOLIS E PORTUGAL.....	263
6.2 O TURISMO COMO PROJETO DE DIVULGAÇÃO DA <i>PORTUGALIDADE</i>	267
6.3 TURISMO E MODERNIZAÇÃO DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO	274
CONSIDERAÇÕES FINAIS	299
REFERÊNCIAS	305
ANEXO	323

1 INTRODUÇÃO

Fortalecer os laços de amizade entre Brasil e Portugal, é o nosso principal objetivo.
Revista Luso-Brasileira, n.1 maio, 1961, p.2.

A partir da publicação da *Revista Luso-Brasileira*, surgida em Florianópolis nos anos de 1960, a capital de Santa Catarina passou a agrupar uma comunidade de portugueses que extrapolava suas limitadas dimensões e a situar-se entre aquelas que tiveram certa relevância para o conjunto de cidades no mundo lusófono, por abrigar um grupo de portugueses e um periódico luso-brasileiro que terá alguma expressão na política portuguesa de então. Durante dezoito anos a revista atuou e serviu de referência para os que se diziam parte da pátria portuguesa espalhada pelo mundo. A análise da publicação dá a conhecer nomes, eventos, datas e lugares que demonstram haver um interesse em reunir e fortalecer uma comunidade denominada luso-brasileira, caracterizada como um grupo de pessoas com uma mesma língua, um passado em comum e que pudessem também ter interesses em comum no que dizia respeito aos países que reuniam povos de língua portuguesa.

A parte lusa da comunidade luso-brasileira em Florianópolis e também no restante do país tem uma trajetória com peculiaridades, em que se poderia afirmar que são imigrantes portadores de uma carga política e ideológica. Sair de Portugal em meio a um regime ditatorial que oficialmente procurava manter o sentimento de “portugalidade” na abrangência do seu “império colonial” era tarefa por vezes carregada de um compromisso com o regime salazarista. O conceito de “portugalidade”

O conceito ‘portugalidade’ decorre de uma lógica estado-novista para que as ex-colónias fossem vistas pela ONU não como territórios autónomos, mas como parte integrante do território português (províncias ultramarinas), corroborado pelo discurso parlamentar da Assembleia Nacional, a partir de 1951 (data da revogação do Ato Colonial¹) pela introdução da palavra nos discursos dos deputados (SOUSA, 2015: 9).

Prossegue ainda Vitor Sousa que a partir desse momento, mais exatamente em 27 de abril de 1951, foi utilizada pela primeira vez pelos deputados na Assembleia Nacional a palavra “portugalidade” nas intervenções parlamentares, sendo tal termo utilizado como sinônimo de Portugal e as suas colônias como um todo uno e indivisível, em que a frase

¹ Acto Colonial (Decreto n.º 18.570, de 8 de Julho de 1930) afirma no Art.2º que “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam”. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto_colonial.html> Acesso em 17 jan. 2019.

“Portugal do Minho ao Timor” figurava como tradução dessa ideia (SOUSA, 2017:2). A inserção do termo nos atos parlamentares tinha um significado estratégico, pois “ia no sentido de combater os movimentos independentistas que emergiam nas antigas colónias, defendendo a pertença desses territórios a Portugal, por via do seu ‘destino histórico’” (SOUSA, 2015:9).

O Estado Novo em Portugal, regime autoritário imposto ao país europeu a partir de desdobramentos de um golpe de Estado em 1926, tendo a sua frente Antonio de Oliveira Salazar, enfrentou uma “imprevista emigração maciça” como afirma Weslei Rodrigues (2013:52). Ao mesmo tempo em que o regime procurava criar a imagem do português ideal como camponês, personagem afeito às tradições do mundo rural, enfrentava também as questões associadas à emigração em grande escala. Diante desse quadro, concentrou-se em enfrentar a emigração buscando incorporá-la em um modelo de nação imaginada, conclui Weslei (2013). Esse modelo passava pela representação e o apoio ao regime fora de Portugal, pela união das colônias portuguesas para manter as tradições, a manutenção do sentimento de pertencimento lusitano e a defesa dos ideais do Estado Novo português. Os emigrantes portugueses no Brasil, que partiram com a aprovação do regime, viviam como se estivessem em uma extensão do Estado Novo no além-mar. Não era esperado que “dessem as costas” a Portugal, mas pelo contrário, que apoiassem as suas políticas no Brasil por meio das associações, reuniões e da imprensa, e de campanhas feitas em nome dos interesses portugueses.

A *Revista Luso-Brasileira* circulou entre 1961 e 1979, era publicada em Florianópolis, mas distribuída entre cidades no Brasil, Portugal e cidades africanas em colônias portuguesas (assim nominadas até 1975 quando começam a ocorrer as independências). Havia correspondentes da revista espalhados em Angola, Cabo Verde, Portugal, Ilha da Madeira e no Paraná, informação esta que consta do cabeçalho dos números do periódico. Por seu formato, capa e conteúdo, o periódico apresentava-se como de entretenimento, mas também como informativo e noticioso, com 20 páginas impressas, ilustrações feitas em quatro cores primárias, folhas de 31 por 24 centímetros e notícias e imagens variadas que ilustram muitos de seus espaços.

Os textos da revista versavam sobre temas variados, dentre os quais, moda feminina, lidas domésticas, conteúdo sobre pais e filhos, contos, poesias, piadas, receitas culinárias, eventos sociais e colunas sociais. Mas, havia também notícias densas sobre a política portuguesa e brasileira. Portanto, para isso, os editores através dos correspondentes traziam notícias sempre atualizadas de Portugal, fossem estas econômicas, políticas ou artístico-

culturais. Por meio dessas notícias, informações e crônicas que permeavam o periódico, difundiu-se ao longo dos dezoito anos da publicação a “cultura portuguesa”, ou uma cultura política de Portugal que chegava aos emigrados portugueses em Florianópolis e nas cidades em que houvesse portugueses emigrados alcançados pela revista. Além desses era importante também que brasileiros se identificassem com as histórias de Portugal e com as notícias que chegavam de lá, que pudessem se familiarizar com elas a ponto de querer apoiar seus propósitos no contexto da manutenção do seu império ultramarino. Em vista disso, uma questão central diz respeito a que a criação e manutenção do periódico, e também o esforço pela sua abrangência, ocorrerão menos por conta de um financiamento vindo de Portugal para a publicação da revista e mais pelo sentimento de “cidadania” do seu fundador, no intuito de manter vivo, sobretudo entre os portugueses, mas também brasileiros a ligação e a rede de apoio ao regime do Estado Novo de Portugal. Defendo, portanto, a ideia de que o regime português fez uso da referida revista e de outras publicações no universo de emigrantes para fortalecer as redes de comunicação no Brasil em benefício da sua política ditatorial e colonialista.

A divulgação da revista se fazia necessária dentro da lógica de difusão de uma cultura portuguesa, ligada ao desejo do Estado Novo em fortalecer a comunidade luso-brasileira no Brasil por meio de periódicos e que esta cultivasse vínculos com seu país de origem e com a comunidade portuguesa pelo mundo. Procurava-se unir, pelo sentimento de brasiliade e *portugalidade*, povos que se diziam “irmãos”, e apelar para estes sentimentos com o intuito de resolver as dificuldades de Portugal em relação à sua política colonialista.

A proximidade temporal e, mais do que isso, as questões que ainda envolvem um passado que não passa de um antigo império colonial que se aferrou ao colonialismo e chegou à segunda metade de século XX tentando equilibrar-se no cenário internacional contra as lutas populares que emergiram nos continentes em que mantinha possessões territoriais, insere este estudo no âmbito da chamada história do tempo presente e apresenta-se como um mote de certa forma instigante e provocador no fazer historiográfico. Tal como afirma Henry Rousso que “a característica primeira do tempo próximo é precisamente a presença de atores que viveram os acontecimentos estudados pelo historiador e capazes eventualmente de testemunhá-los [...]” (ROUSSO, 2016: 14). A presença de portugueses na cidade que emigraram de Portugal para o Brasil na vigência do Estado Novo permite neste trabalho entrar em contato com testemunhas daquele momento. Lembrando ainda o que afirma Carlos Fico que uma das peculiaridades que distingue a História do Tempo Presente das demais “é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse

conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar” (FICO, 2012: 44). A investigação que conduziu à elaboração deste trabalho demonstra a existência de vazios e esquecimentos entre aquilo que era dito por pessoas que conheceram o periódico e a narrativa da revista. Verificou-se que a apropriação da revista passava pela omissão de seus estritos compromissos colonialistas de todo o aparato oficial existente para o seu funcionamento. Embora a utilização da história oral não tenha se realizado como metodologia nesta pesquisa, alguns contatos por *e-mail* e conversas pessoais foram efetuados o que atestou de alguma maneira a “pressão dos contemporâneos” em relação a publicação.

“Se o historiador do tempo presente não viveu diretamente tudo o que entra no seu campo de observação, ele pode, pelo menos, falar com aqueles o fizeram” (ROUSSO, 2016: 14). Ao longo deste trabalho de pesquisa foi possível “falar com aqueles que o fizeram”, já que muitos dos colaboradores da revista ainda estavam na cidade, mas foi possível também conhecê-los por meio da leitura da revista, de suas escolhas, seus posicionamentos políticos, pela forma como lidaram com o regime distante e com a cidade próxima e todas as articulações que se fazia na cidade e no país para o funcionamento da publicação por dezoito anos. Roussso (2016:18) lembra que a “particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um ‘ainda-aí’”. O passado aqui estudado é um passado próximo que posso chamar de um presente que ainda é o meu, que se torna próximo por conta dos traços ainda perceptíveis de um passado que ainda está em discussão, o Estado Novo em Portugal e a Ditadura Militar brasileira por conta da agressividade e opressão da ação dos seus protagonistas.

Cabe aqui uma pequena reflexão sobre periódicos, e remeto ao que afirma Tania Regina de Luca, quando aponta que eles são polos em que se reúnem forças de combate e intervenção no espaço público. E ainda oferecem oportunidades para dotar de conteúdo os embates em torno de interesses políticos e artístico-literários, ao mesmo tempo em que dialogam com os dilemas do tempo (LUCA, 2011:2). Diante dessa observação e analisando o teor da revista e o meio em que circula, posso afirmar que a sua proposta seria a de realizar *intervenções* no espaço público de Florianópolis, trazendo para a discussão conteúdos ligados à questão política de Portugal, conteúdos estes que chegavam também nos demais locais nos quais circulava. Ao longo do tempo, tornaram-se mais nítidos na narrativa da revista os projetos políticos que procuravam delinear, e de que forma os grupos que

protagonizavam sua proposta se colocavam no espaço público e nos embates que aí se davam.

A publicação, dessa forma, pode ser tomada não somente como uma revista de variedades, mas, além disso, como um periódico que se firmava com uma posição política de nítida adesão ao governo do regime salazarista. Tania de Luca (2005:122), ao tratar de revistas, assinala que apesar de muitas se autodenominarem “de variedades”, é perceptível a intenção de atingir públicos diversos sendo ao mesmo tempo, femininas, masculinas, infantis, esportivas, pedagógicas, educacionais, voltadas ao teatro, rádio, cinema, religião e acrescentaria aqui também, política. E, assim, nesta composição de temas e públicos, os editores têm um papel crucial, pois terão o intuito de reunir os redatores, imagens e notícias, que contrariamente ao que se poderia pensar em relação às revistas, está longe da “neutralidade”.

É pertinente procurar analisar a revista, num duplo movimento que seria, ainda de acordo com Tania de Luca, o de diacronia e sincronia. Na perspectiva diacrônica realizar a análise “de modo a se evidenciar os pontos de aproximação e distanciamento que permitissem refletir sobre a revista como um todo e não apenas acerca de cada fase [ou ano] isoladamente” (LUCA, s/d, p.4). Compreender assim, nos anos de sua publicação como o periódico reage a eventos políticos a cada ano, como esses eventos são elaborados no seu interior e de que forma eles modelam a revista como um todo, além de demonstrar a posição da revista na longa duração. E numa perspectiva sincrônica compreender como a revista se insere no conjunto de publicações da cidade e no conjunto de publicações no Brasil que se definem salazaristas.

Tania de Luca afirma que no trabalho com periódicos não é possível dissociar as condições materiais que levam ao seu lançamento dos objetivos propostos, do público destinatário, das relações com o mercado, além ainda de aspectos como formato, tipo de papel, padrão da capa, periodicidade, o lugar da publicidade no periódico, material iconográfico, padrões estéticos (LUCA, 2011:2). A *Revista Luso-Brasileira* se compôs ao longo dos 18 anos de publicação como um periódico singular na cidade, já que não havia outro naquele estilo, que se apresentava como sendo de variedades e de conteúdo político e cultural internacional ao mesmo tempo. Conhecer a trajetória da revista em Florianópolis e analisar a sua atividade no setor gráfico, seu desenvolvimento estético e seu conteúdo, os grupos que mobilizou em sua produção, seus articulistas, as relações que teve com o público da cidade e com o comércio local, possibilitam compreender e mobilizar não somente a relação entre Brasil e Portugal por meio da revista, mas também, por meio da sua

materialidade, perceber e adentrar na sua produção. Ainda é possível compreender meandros das relações envolvidas entre seus produtores, a quem se recorreu para sua edição, que gráficas a cidade dispunha e de que forma seus aspectos gráficos demonstravam a capacitação dos editores pra esse fim. Portanto, a tarefa envolve tomar este impresso não somente como fonte de pesquisa, mas também como objeto, trabalho que exige um conhecimento ampliado do periódico. Tal percepção contribui para perceber ainda como a revista circulava na cidade e como se deu seu uso pelos leitores.

O esforço maior na elaboração deste trabalho foi empreendido no sentido de compreender as relações entre Brasil e Portugal por meio dos conteúdos políticos e culturais expostos pelo periódico, suas imagens, discursos, títulos das matérias, articulistas e as redes estabelecidas com moradores da cidade, com o Estado e com o comércio local. Nesses meandros foi possível adentrar no conjunto de elementos materiais que compunham a revista e sua confecção, perceber o tipo de padronização seguido pelos editores e mesmo a ausência dele. As cores, letras, sessões, títulos, chamadas, capa, editorial (que raramente era apresentado), fotos e imagens, permitiram compreender nesse trajeto investigativo que tipo de tratamento era dado aos aspectos gráficos e estéticos da *Luso-Brasileira*, o que por sua vez demonstrava o nível de preparo dos editores em relação ao trabalho com impressos, permitindo a percepção do periódico enquanto objeto.

Ao analisar a revista como fonte buscou-se apreendê-la como base para um debate acerca da circularidade de notícias políticas e culturais originárias do Estado Novo português com destino ao Brasil, a partir do qual criou-se conexões com aquele regime no sentido de fortalecer as relações luso-brasileiras em benefício das políticas colonialistas portuguesas e de seu regime. Ao analisá-la como objeto foi possível percebê-la como produto gráfico de uma política ditatorial em Portugal e da sua inserção no mundo luso-brasileiro por meio da materialidade da revista com suas imagens, títulos, textos, receitas, notícias. A constituição mensal do periódico demonstrou a importância deste e de outros impressos do tipo no Brasil e a sua utilidade entre lusos, brasileiros e luso-brasileiros e ainda a estética utilizada em suas páginas, demonstrando grande preocupação com as matérias e anúncios em detrimento de cores e imagens. Por outro lado, diante das condições materiais averiguadas, que eram por vezes precárias, a circulação ininterrupta da *Revista Luso-Brasileira* demonstrou uma faceta do trabalho gráfico que se fazia na cidade de Florianópolis na década de 1960 e o acesso à leitura de revistas, além do conhecimento de grupos na cidade que se envolveram com o trabalho em impressos.

Portugal, no período salazarista, tinha uma política que pretendia utilizar a propaganda em favor do seu regime nas chamadas colônias portuguesas, bem como no Brasil, para difundir ideias e propagandear as benesses do regime, e as vantagens de ser uma colônia portuguesa, a exemplo do Brasil. O Brasil também irá passar por uma rígida ditadura iniciada em 1964. Neste contexto, juntamente com o período do Estado Novo português se mobilizará essa pesquisa, buscando perceber como se deu a relação dessas duas ditaduras no que diz respeito à propaganda do regime português direcionada aos portugueses no Brasil.

Diante do conjunto de relações políticas internacionais Brasil-Portugal buscarei mobilizar o conceito de culturas políticas, que segundo Bernstein é um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos. Procuro compreender “o conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009:21). Falar de culturas políticas em meio ao contexto luso-brasileiro de relações políticas e culturais é falar do entrecruzamento de uma miríade de culturas políticas e também perceber as representações políticas que partilhavam os portugueses aqui concentrados. Ao todo, o tempo que perpassa o trabalho com a *Revista Luso-Brasileira* abrange um período relativamente longo, e é plural não somente pelos anos em questão, mas pelo conjunto distinto de eventos que ocorrem neste espaço temporal. Compreender essas representações passa também por perceber que a difusão do ideário salazarista se deu por meio de periódicos, uma forma de “propaganda política não oficial” do regime português no Brasil.

Nessa direção, este trabalho destaca a construção da representação das ideias políticas que se constroem na *Revista Luso-Brasileira* em matérias pontuais apresentadas pelo periódico. Há o intuito aqui de procurar compreender como se dá o imbricamento entre uma história do Estado Novo português e a história da *Revista Luso-Brasileira*, no contexto político-cultural brasileiro. E ainda: como esta publicação articulava as atividades e projeções de um regime que já se desenvolvia há quarenta anos, com algumas transformações nesse período, com a cidade de Florianópolis e com o seu público leitor constituído de brasileiros e portugueses. No interior de um regime que tinha como uma de suas prioridades manter os laços entre os portugueses que deixaram o país, a atenção que se dá aos jornais e revistas luso-brasileiros que circulavam pelo Brasil a partir da década de 1960 será fundamental para manter um ligame com os emigrados e também criar uma rede de comunicação entre Portugal e seus cidadãos fora do país. Tornava-se vital para o Estado Novo no início da década de 1960

o fortalecimento desta rede, pois a partir de 1961 se iniciaram em Angola as guerras pela independência colonial. Ora, a sobrevivência do Estado Novo português passava pela manutenção do colonialismo, ponto que será mais bem abordado no capítulo IV. Portanto, manter uma rede de influência em um país como o Brasil, que possuía à época uma significativa colônia portuguesa, será fulcral para que Portugal se mantivesse impávido neste cenário, diante de grande pressão internacional a favor da autodeterminação dos povos. Dados informam que entre 1950-1959 entraram no Brasil 237.327 portugueses e entre 1960-1969 serão 73.267 portugueses. Nota-se que há uma queda, porém com um contingente ainda bastante significativo (PORTUGAL, Relatório da Emigração, 2013:19). É importante salientar que essa rede de influências não seria formada somente entre os emigrados portugueses, mas muito solicitado também o apoio de brasileiros simpatizantes de Portugal e de Salazar.

Ao tratar da questão do imigrante português em meio à política internacional entre Brasil e Portugal, é fundamental compreender a importância política do emigrante para o Estado Novo português, um dos problemas deste trabalho. Ele não será somente mais um habitante que deixou o país e foi “tentar a vida” em outro local, “o ‘emigrante’ é visto como um ‘guardião’ dos atributos da nacionalidade, transferindo para o presente a ‘predestinação’ colonizadora da época dos descobrimentos”, afirma Heloisa Paulo (2000:54). Na cidade de Florianópolis ou em outras cidades nas colônias portuguesas ele terá a confiança e o “apoio” de Portugal para guardar a nacionalidade portuguesa. E a autora conclui que o emigrante “traduz, na conquista do seu espaço em terras estrangeiras, uma das marcas do salazarismo, ou seja, o senso prático que induz à acção” (PAULO, 2000:54). Diante disso, a *Luso-Brasileira* fará esse trabalho de maneira condizente com os desejos do Estado Novo português, divulgando suas informações, sua cultura, seu folclore, sua história, buscando assim contribuir com a formação do “espírito” português em terras distantes e criando os laços de amizade entre brasileiros e portugueses.

As partidas dos portugueses para o Brasil não demandaram um controle muito severo do regime. Mas, a ideia de que o cidadão português deveria cumprir sua cidadania, dar provas do seu nacionalismo no país a que se destinava, envolveu investimentos materiais e simbólicos que visavam influenciar os emigrantes. Heloísa Paulo (2015:169) afirma que para os regimes autoritários o exercício da cidadania e a “defesa” do sentimento nacional são vistos como partes de uma mesma postura que é determinada pela aceitação das normas ditadas pelo Estado. Ser cidadão é estar pronto a defender os interesses da nação, numa atitude de “adesão incondicional ao regime”, dever esse que tem em contrapartida a atitude do

Estado em lhe devolver a dignidade de se sentirem portugueses (PAULO, 2000:49). Esta postura deveria permanecer a mesma também fora das fronteiras portuguesas. O papel de “cidadão” — o exercício da “cidadania” — deveria ser cumprido em qualquer espaço ocupado e, para que isso se efetuasse, o regime empenhou-se em manter vivos os ideais e a vida de Portugal nas recordações dos emigrantes por meio de todo um conjunto de significativos, de propagandas e atividades que estarão presentes na vida do cidadão português no exterior.

A *Revista Luso-Brasileira* foi um dos veículos de informação explorado pelo Estado Novo para reunir os ‘cidadãos’ portugueses numa rede de apoio à manutenção do regime em Portugal, usufruindo da cidadania exercida pelo diretor da revista em Florianópolis para construir essa ‘rede de cidadãos’, de pequena dimensão, mas que unida às demais redes de apoio pelo Brasil formaria um tecido mais forte de sustentação do regime fora de Portugal. Este veículo nem sempre cumpriu seu papel de maneira linear e subordinada, mas teve uma trajetória coerente que dizia respeito à promoção de engajamentos ao discurso pró-salazarista. Essa rede de sociabilidades foi construída entre brasileiros e portugueses, pois não se tratava somente de formar uma colônia de portugueses isolada no interior da cidade, mas sim de reunir portugueses e brasileiros em torno da defesa dos ideais salazaristas, sobretudo no que conferia ao apoio a Portugal ultramarino. Essa defesa passou pelo chamado luso-tropicalismo, percepção segundo a qual Portugal possuía uma vocação para colonização aliada a um respeito para com os povos colonizados, ideia difundida por Gilberto Freyre na década de 1950.

O Brasil, pelo fato de possuir durante muito tempo a maior colônia de portugueses emigrados receberá uma maior atenção do Estado Novo direcionada ao cidadão que emigra. Florianópolis não possuía uma grande comunidade lusa, mas havia um pequeno grupo que aqui vivia desde finais da década de 1950, pessoas que vieram sozinhas, aqui encontraram conterrâneos, formaram famílias, estabeleceram negócios. Era para esse grupo de pessoas em Florianópolis, além dos brasileiros, que a *Revista Luso-Brasileira* estava direcionada. Na intenção de reunir esse grupo e fortalecer os “laços de amizade”, o periódico veiculava suas histórias e trazia notícias de Portugal, relembrando para estes portugueses a sua origem, seu passado, suas tradições, seus símbolos. Mas não somente para o passado, chamava atenção também para o presente sobre o qual pulsavam os problemas de Portugal, as guerras anticolonialistas na África, seus embates na ONU, enfim para questões nas quais a manutenção da nação portuguesa, acreditava-se, poderia estar em risco.

Em meio a este contexto político, Mario Fernandes Dias, imigrante português fundador da revista, chegou a Florianópolis imbuído de um compromisso como “cidadão” português que, longe do seu país, deveria promover o sentimento de adesão à política do regime. Mario Dias, ao deixar Portugal, categorizava-se como “cidadão” português, no sentido de que aceitava as prerrogativas do Estado Novo e apoiava tal política. Chegando ao Brasil esse posicionamento será mantido, e a análise da revista confirma seu comprometimento com as políticas portuguesas, internas ou externas.

Havia no intercurso entre portugueses e brasileiros uma troca de informações por meio da imprensa, uma troca de estilos literários, de percepções políticas, enfim se pode dizer uma circularidade de ideias e de cultura, partindo do entendimento de Ginzburg (2008). Há aqui uma circularidade de ideias que cruzam elementos da cultura portuguesa e brasileira, da cultura do homem do campo, aquele oriundo de Portugal, da cultura urbana, aquela na qual está inserido o grupo de portugueses em Florianópolis. Essa circulação de ideias perpassava o periódico quase na sua totalidade, perfazendo os conteúdos da revista, uma vez que é a partir deles e das mensagens que transmitiam que o diretor desempenhava sua “cidadania” e esperava formar o pensamento político do português emigrado, conservá-lo como um “cidadão” português. Na circulação de ideias e mensagens se dava também uma troca de diferentes posicionamentos políticos entre brasileiros e portugueses, pois afinal, nem sempre as posturas políticas dos redatores da revista acompanham uma linha rígida, se percebe pela leitura por vezes um desvio nessa postura o que provoca dúvidas em relação à flexibilidade política do diretor no que diz respeito ao intuito da publicação. O periódico luso-brasileiro, único deste tipo na cidade, trabalhava com a possibilidade de interagir entre dois países que falam a mesma língua e tem um passado em comum, reportando para um e outro conteúdos noticiosos, informativos e culturais que passavam a interessar a grupos de pessoas aqui e lá. Para a cidade de Florianópolis e para o Brasil a dimensão política deste impresso não é muito ampla, todavia, para Portugal há um potencial interesse nesse tipo de publicação, interesse mais generalizado, não direcionado especificamente para esse ou aquele periódico, mas tanto pequenos como os grandes periódicos terão uma função diferente no apelo do regime português por apoio político no Brasil.

A história política entre Brasil e Portugal, as políticas externas estabelecidas pelos dois países, são mobilizadas por meio de acordos, tratados, congressos, reuniões e visitas diplomáticas que determinaram várias das ações realizadas por esses países. Todavia, faz-se necessário compreender que no âmbito de uma nova história política as relações internacionais podem ser pensadas a partir da ideia de que o político “[...] liga-se por mil

vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social” (RÉMOND, 2003:36). Deste modo, a história tratada neste trabalho envereda por esse caminho, procurando conectá-la aos outros aspectos da dimensão política, qual seja, as conexões no âmbito cultural e político entre o governo português, portugueses e brasileiros, por meio de um periódico, especificamente uma revista de variedades.

Na vida política em Portugal persistia em 1961, havia já algumas décadas um regime ditatorial de tendência fascista, nacionalista, colonialista, antiliberal, com um projeto imperial, de retorno ao Portugal do passado, com uma vocação à ruralidade e, conforme afirma Rosas (2008:31), um regime que utilizou um projeto totalizante de reeducação dos “espíritos”, procurando modificar de raiz, os comportamentos, as atitudes e condições sociais e mentais da sua gestação. Nesse sentido, pode-se falar na existência e construção de uma cultura política que se produz sob um regime que busca inculcar todo esse ideário à custa da censura, violência, de discursos e propaganda que durante quase cinco décadas constrói a representação política do país neste espaço temporal. Isto se afirma para que seja possível compreender a conjuntura política em Portugal e se compreenda assim que esse pensamento social e político, por meio da circulação de ideias, ultrapassa fronteiras e se imiscui nas vivências políticas dos emigrados. Serge Bernstein ao falar sobre culturas políticas refere que há todo um conjunto de instituições e pessoas como a família, o sistema de ensino, o serviço militar, associações e as mídias que incutem modelos, argumentos, temáticas, criando um clima cultural que prepara para aceitar como natural o recebimento de uma mensagem de conteúdo político (BERNSTEIN, 2009: 39).

Vários são os meios pelos quais uma determinada cultura política vai sendo inculcada, e a mídia é um desses, que prepara o clima cultural para a aceitação de uma mensagem de conteúdo político. Os periódicos, de acordo com esse entendimento, fazem essa elaboração, através de leituras, imagens e notícias que pouco a pouco incutem uma proposta política determinada. E conclui Bernstein que a força de uma cultura política está em difundir seu conteúdo por meios que, não sendo explicitamente políticos, conduzem a uma impregnação política (BERNSTEIN, 2009:39). Essa reflexão permite compreender a *Revista Luso-Brasileira* não como um meio claramente político, mas sob a condição da *impregnação política* a que conduz, percebida nas várias seções espalhadas pelo periódico.

Nas variadas matérias da *Luso-Brasileira*, não se identifica a busca por imparcialidade política. É interessante perceber que a modalidade “variedades” não demonstra ser o periódico um impresso banal e sem importância em meio ao seu contexto político, mas é sim capaz de

criar um imaginário do universo português que irá contribuir com o fortalecimento do sentimento lusitano nos emigrados, que passa pela ligação a nação portuguesa e ao Estado Novo, a cultura e aos símbolos que ligam os imigrantes ao seu país, mantendo seu enlace. Para além das questões políticas e governamentais produzidas nas matérias da revista, os elementos ligados ao aspecto “variedade” são igualmente necessários e importantes nesse conjunto. Marialva Barbosa aponta que o jornal, e aqui se pode adaptar essa análise para as revistas, ao selecionar os fatos, escolhendo a forma da narrativa e definindo o lugar na página que o texto irá ocupar, dirigindo um olhar subjetivo sobre o fato, “mantém como essencial a dialética lembrar/esquecer” (BARBOSA, 1995:88). Há na totalidade da política e cultura brasileira e portuguesa uma série de assuntos e temas que se procura evidenciar/lembrar e outros que é importante e necessário deixar esquecido, e assim a revista articula os conteúdos jornalísticos nas suas páginas.

A atenção a estes assuntos, no que diz respeito à *Revista Luso-Brasileira*, é ainda mais pertinente nesta pesquisa, pois serão dezoito anos de publicação numa pequena cidade do Sul do Brasil, aparentemente sem vinculação com questões políticas de cunho internacional, como as relações políticas entre Brasil e Portugal, mas que, no entanto vamos perceber um real imbricamento destas questões com a cidade e com um grupo específico de pessoas. Nesse contexto, a publicação assumia uma posição política de adesão ao governo de Salazar. Diante desta percepção procurarei compreender como se deram as relações entre Portugal e Brasil nestas duas décadas, e como essa relação se consolidou por meio das publicações dos números da revista.

Parte importante desta pesquisa foi realizada em arquivos portugueses no ano de 2017 em períodos de estágio doutoral. A orientação durante o estágio foi realizada pela professora Heloisa Paulo, pesquisadora do tema e referência largamente utilizada neste trabalho. As investigações feitas nos arquivos de Lisboa consistiram em parte central da pesquisa, pois por meio delas o aspecto da história transnacional pôde ser mobilizado partindo de documentação vasta sobre a comunicação e conexões várias havidas entre Portugal e Brasil naquele contexto político. Um conjunto rico de cartas, ofícios, relatórios, notícias de jornais, revistas oficiais, boletins e panfletos, entre outros documentos pesquisados, serviu de maneira precisa na obtenção de respostas a questionamentos significativos que surgiram durante a pesquisa, sem os quais muitos deles permaneceriam sem as respostas cabíveis, uma vez que se ater somente à *Revista Luso-Brasileira* não proporcionaria respostas necessariamente complexas às questões que se apresentavam no intrincado contexto político-cultural luso-brasileiro.

A análise a partir do conceito da perspectiva de uma possível história transnacional é tema de especial interesse neste trabalho. A revista, objeto desta pesquisa se denomina como luso-brasileira, portanto se coloca em meio a contextos, eventos, governos e culturas diferentes, porém próximos em vários aspectos. Essa proximidade e também as diferenças tornam possível um olhar que percebe o local, suas minúcias e peculiaridades, mas ao mesmo tempo o entrelaçamento, o cruzamento e o intercâmbio entre dois países que se encontram em processos políticos distintos, mas que buscam conexões entre si. A *Revista Luso-Brasileira*, é certo, se insere na vida de habitantes de Florianópolis e expõe nas suas páginas aspectos da cidade, veicula informações que podem interessar à população local e ao mesmo tempo transporta essa população local, portugueses emigrados e florianopolitanos, ao mundo político e cultural de Portugal. Insere os cidadãos de Florianópolis e os “cidadãos” provindos do Estado Novo português num contexto que vai além das fronteiras nacionais. Trata de questões que dificilmente vinham à baila na pacata Florianópolis de então. A revista, que circulará não só em Florianópolis, mas também em Angola, Cabo Verde, Portugal e Açores, permitia por meio dos seus textos, contos e reportagens, uma troca de informações, conteúdos variados enfim, que promoverão um intercâmbio entre os dois lados do Atlântico. Tal intercâmbio, para o leitor brasileiro promoverá uma maior proximidade com o mundo português, com seus costumes e problemas políticos. Mais que proximidade, uma sensibilização com os problemas que Portugal enfrentava na África, tornando possível que se formasse aqui um apoio a Portugal, e a revista trabalhava por isto. Já para o leitor português será a possibilidade de fazê-lo incorporar-se ao espírito do regime, e lembrá-lo que mesmo distante ele é “cidadão” português e aqui tem um compromisso com a sua “nação”.

Sob a perspectiva transnacional, são perceptíveis as conexões que urdem a rede formada pelos portugueses emigrados. Portugal conta com essa “rede de cidadãos” emigrados como uma rede de apoio para o Estado Novo. Compreender que há um intercâmbio de pessoas e ideias, que ideias transitam entre Brasil e Portugal e que tais ideias e informações podem suscitar nos indivíduos percepções diferentes da realidade vivida em Portugal, das guerras coloniais, dos embates internacionais, torna a análise mais profícua. Não se trata de perceber as influências de uma política portuguesa no Brasil, mas compreender o intercâmbio entre os dois momentos políticos de Portugal e Brasil e como a revista se situa e transita nesse espaço, como mediadora entre Portugal e os portugueses emigrados e também entre portugueses e brasileiros.

Portanto, pensa-se o local a partir do transnacional, de movimentos e circulações, no movimento entre lugares e regiões (PRADO, 2011-2012:19). Esse local que se constitui em

fronteira para a comunidade de portugueses, esta como “o lugar a partir do qual *algo começa a se fazer presente*” (BHABHA, 1998: 24). Sobre essa percepção afirma Martins (2011: 82) que esses são “espaços de fronteira, de contatos interculturais, cujas características resultam do cruzamento de referências, contestações políticas e construção de novas estratégias de sobrevivência”. Assim, Florianópolis será pensada a partir dessa concepção, tomando a *Revista Luso-Brasileira* no entrecruzamento e circulação de ideias, pessoas e instituições. Não serão processos a ser comparados no Brasil e em Portugal, mas as permutas que ocorrem entre eles, diante de uma política portuguesa de propaganda salazarista, e do Brasil como receptor de portugueses imigrantes exilados e também de defensores do Estado Novo português no Brasil. Diferente de comparar processos históricos entre Brasil e Portugal, é um exercício de compreensão da circulação de ideias na cidade de Florianópolis, das interconexões da história da cidade, entre países, pessoas e instituições. É a possibilidade de refletir e analisar tais intercâmbios diante de uma política portuguesa que se utilizava da propaganda salazarista no exterior e da defesa do “império ultramarino”; e do Brasil como receptor de exilados portugueses e também de apoiadores de Salazar no Brasil, e ainda como um país aliado e defensor do colonialismo português na África, em vários momentos.

O período de publicação da revista, de 1961 a 1979, inserida no contexto do Estado Novo português (1933-1974), não se apresenta imutável ao longo dos dezoito anos de publicação, com um mesmo projeto político, mesmo teor nas relações internacionais, com mesmos governantes no poder. As mudanças ocorridas nesse período acarretarão transformações no regime português, mas não a sua queda definitiva. Em 1961 terão início as guerras de independência e como consequência uma maior rigidez na ditadura, com censura, perseguições e violência. As perdas coloniais de Portugal ao longo de 13 anos serão o início para a derrocada do regime (BARRETO, 2002). Com esse quadro, quero mostrar que são várias as mudanças na política e economia portuguesas, o que se faz perceber na veiculação das matérias da *Luso-Brasileira* que vai tecendo a sua narrativa, também, em conformidade com tais transformações, que projetam mudanças nas perspectivas de futuro para o país luso, e uma leitura do passado que se molda de acordo com a percepção que o Estado Novo vai concebendo acerca do seu país.

Em 1961 o Brasil passou por uma mudança de governo que trouxe alterações sérias na política e economia do país. Rodrigo Pato Sá Motta, afirma que “a década de 1960 foi um momento delicado para os grupos liberais e conservadores no Brasil e alhures, pois a revolução parecia estar na ordem do dia por toda a parte” (MOTTA, 2006:129). O temor da “revolução” passava pelo medo das ideias comunistas e das suas possíveis consequências. A

revolução cubana ocorrida em 1959 e sua possível influência na política brasileira tornava-se real, e as reformas de base pretendidas pelo governo de João Goulart são vistas, por uma elite conservadora, como o “perigo” comunista rondando o Brasil. Em meio a esse eloquente contexto se dará o nascimento da *Revista Luso-Brasileira* em Florianópolis. São imbricamentos da política brasileira nesse momento que interferem na política portuguesa direta e indiretamente e se expressam nas temáticas da revista, ora assumindo uma postura de elogios ora de neutralidade ou ainda de contraposição a alguns temas. A publicação não se coloca, porém, expressamente contra os governos que se sucedem nesse período no Brasil, bem como não se opõe às políticas portuguesas em momento algum. Portugal, efetivamente, terá “aqui o seu cantinho bem merecido” (*Revista Luso-Brasileira*, nº1, 1961, maio, p. 2) como expresso na primeira *Revista Luso-Brasileira*, em 1961. Merecido ou não, o “cantinho” de Portugal estava reservado na revista, que se posicionará no decorrer destes dezoito anos como uma propagadora e defensora da cultura e política portuguesas que em Portugal havia se consolidado.

A nacionalidade portuguesa naquele momento se reforçava notadamente a partir da língua, deste modo, reunir em torno de si os países falantes de língua portuguesa impõe a Portugal auras de um país cuja pujança engendrou nações promissoras, como se percebia o Brasil naquele momento. Porém, “[...] a nacionalidade era algo muito complexo para ser descrito apenas pela língua” (HOBSBAWM, 2013:134). Certamente que a nacionalidade portuguesa era formada por vários outros elementos, no entanto o falar a língua portuguesa, e a união/reunião dos falantes do português dava ao regime português do Estado Novo um maior vigor. O Brasil aí se encontrava como uma das ex-colônias proeminentes. Élio Serpa afirma que, para Portugal, o Brasil era a confirmação do seu esforço construtivo, da sua capacidade de resistência e sofrimento e, além disso, a afirmação positiva da consciência colonizadora de Portugal na África (SERPA, 2001:131).

Discorrer sobre Portugal nesse momento, portanto é pensar também sobre sua política colonial africana, sobre a importância de manter consolidados os enlaces coloniais. No entanto, a década de 1960 marcava o início das guerras anticoloniais, ou guerras de independência na África. Este episódio dá início à outra etapa do regime político do Estado Novo em Portugal, em que a manutenção das colônias significava também a manutenção do regime, e que para manter uma política colonialista era preciso fazer frente à pressão de vários países europeus. Os órgãos de comunicação e propaganda ligados ao SNI (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo) irão fazer uso de vários tipos de

publicações, e neste caso, das revistas, para criar uma consciência pró-Portugal em relação à política colonizadora.

Os migrantes espalhados pelo Brasil e por Florianópolis, portanto, fazem parte desta comunidade de sentido. Esta perspectiva permite falar de histórias que só podem ser múltiplas, histórias que se ligam, que se conectam, se comunicam entre si. Para Gruzinski (2001:176), a partir do estudo das múltiplas escalas o historiador restabelece as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram. É possível que por meio da trajetória de uma revista, editada pontualmente na cidade de Florianópolis, por um indivíduo inserido num contexto político complexo, que é o Estado Novo em Portugal, perceba-se a multiplicidade de ligações intrincadas que se dão, e as configurações que se podem apreender a partir da percepção do contexto da revista, seu conteúdo, sua ligação política, quais redatores estão envolvidos na composição dos textos, o público a que se dirige e a relação que se pode fazer na análise de escalas que se entrevê.

Nas suas páginas, a *Luso-Brasileira*, por meio de pequenos e grandes espaços, vários textos foram dedicados a abordar histórias de escritores portugueses, biografia de portugueses, contos portugueses, feitos de Portugal pelo mundo, todos temas que colocam a cultura e política portuguesa em destaque, direcionadas ao imigrante português no Brasil, e nas cidades onde é distribuída a revista. Portugal, Florianópolis, Ilha da Madeira, Angola e Cabo Verde em alguma proporção se conectam neste momento por meio da publicação da *Revista Luso-Brasileira* e em meio a sua narrativa vamos perceber a ligação que vai haver entre esses espaços. Ligação que se dá pela circulação de ideias, histórias, narrativas e informações, as quais se entrecruzam nas histórias local, nacional e transnacional, tecendo narrativas entre fronteiras que se aproximam e se encontram por meio dos indivíduos que se movimentam nestes espaços. Eles criam entre si novas configurações políticas e culturais a partir de novos sentidos que se produzem por meio da circulação e intercâmbio de ideias, processos, informações, crenças que a todo tempo, se colocam além das fronteiras definidas. É um esforço de aproximação de um regime ditatorial aos seus “cidadãos” emigrados, o qual se utiliza de meios que mantêm a ligação da afetividade, das posições políticas, do sentimento patriótico que reporta ao apoio ao regime, e em meio a essa “rede de cidadãos” espalhados pelo mundo o regime português vai se sustentando.

Este trabalho será confeccionado a partir da análise dos números da *Revista Luso-Brasileira*, que será sua fonte principal. Os exemplares do periódico se encontram na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e na Biblioteca Pública do Estado do Paraná. Na BPSC é possível encontrar os números referentes aos anos de 1961 até o ano de 1969 e

na BPPR os números do ano de 1961 até 1979, porém com algumas lacunas. Todos os exemplares das revistas foram fotografados na sua totalidade, tanto os que se encontram na biblioteca em Florianópolis como as de Curitiba, e também alguns poucos números no Instituto História e Geográfico de Santa Catarina em Florianópolis. Foi realizada uma classificação dos seus números numa tabela em que são mostrados os exemplares, mês e ano, slogan, se possuía ou não a aprovação do SNI. São 186 números da revista ao longo dos 18 anos de publicação com periodicidade mensal ou bimensal. Em relação ao conteúdo da revista serão analisados os textos que se referem à política portuguesa do Estado Novo; temas que evocam o imaginário português, quais sejam: folclore, culinária, cultura, contos e localidades; as guerras coloniais na África; notícias sobre Portugal na ONU; notícias sobre brasileiros apoiadores do Estado Novo. Após o 25 de Abril a atenção a abordagem será direcionada para questões que revelem mudanças de posicionamento político da revista e como se comportava em relação às guerras coloniais. Componente importante para a realização da pesquisa foram os *e-mails* trocados com moradores de Florianópolis, luso-brasileiros, familiares dos editores, leitores e articulistas da revista, nos quais foram realizados questionamentos sobre a trajetória da revista e do editor Mário Fernandes Dias, cujas respostas contribuíram de maneira decisiva para o andamento da pesquisa. A escolha do recorte temporal aqui apresentado, 1961 a 1975, se deu por entender que a revista teve um papel estratégico no período do Estado Novo português o qual se estendeu até 1974, e em 1975 entender qual a percepção que o periódico de Mário Dias teve acerca das mudanças ocorridas em Portugal no ano seguinte à derrubada do regime.

A divisão do trabalho será feita em cinco capítulos. No capítulo dois “*De Santa Catarina Para o Mundo: a Formação da Revista Luso-Brasileira* na cidade de Florianópolis proponho-me a explorar o teor dos assuntos abordados na revista, sua forma e estética, compreender a diversidade de assuntos veiculados pela revista e a sua significação dentro do todo da publicação. Partindo de uma compreensão da publicação segundo a perspectiva de Roger Chartier (2001:145), para o qual “a percepção segundo a qual os textos são também imagens, no sentido de que têm uma forma específica, impôs a ideia de que a forma dos textos tem importância para seu deciframento, para sua inteligibilidade e sua compreensão”. Interessa pensar que as imagens apresentadas nas matérias veiculadas pela revista são importantes para pensar a leitura do seu conteúdo, bem como suas condições de produção, partindo do seu processo de produção tipográfica na cidade de Florianópolis, nas várias empresas gráficas em que foi produzida. Além ainda de pensar a produção dos textos de cunho político, econômico e social e sua inserção no contexto local e internacional em que a revista circulava. Pretendo, ainda, acompanhar as transformações textuais e formais da

revista diante das mudanças políticas portuguesas no contexto do Estado Novo português e de como essas mudanças mobilizavam questões de opinião no conteúdo da revista. Ainda será importante pensar a inserção dos editores na cidade, como era sua relação com a chamada comunidade portuguesa em Florianópolis e com os correspondentes e órgãos a ela ligados fora do país, a sua circulação transatlântica e o papel dos correspondentes.

No capítulo três “*Portugal Hoje*: a revista como portadora de notícias portuguesas”, abordarei os primeiros anos de publicação da revista e a correspondência mantida com órgãos de imprensa portuguesa e de propaganda do regime português. O periódico em Florianópolis e nas demais cidades em que circulava veiculava inúmeras notícias que afirmavam a política do Estado Novo português e construíam um imaginário da política portuguesa salazarista para portugueses emigrados e luso-brasileiros. Procuro demonstrar nesse capítulo o modo como a revista trazia para o universo doméstico temas para toda a família, tornando acessíveis também os assuntos políticos para mulheres e homens.

No capítulo quatro “Continuidades e Rupturas nas relações entre Brasil e Portugal (1961-1979)” procuro desenvolver as relações políticas que ocorreram entre Brasil e Portugal desde o ano que coincide ao início da publicação da *Revista Luso-Brasileira* e seu término. Apresento também o contexto imediatamente anterior a 1961 que tiveram grande peso para as relações luso-brasileiras. Neste capítulo é possível perceber as várias aproximações entre os dois países e ainda as relações com a ONU e no contexto internacional.

No capítulo cinco “Selo do SNI para circulação da revista” irei abordar um tema do trabalho que diz respeito à atuação do SNI, o “Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, criado a 23 de fevereiro de 1944, no qual são integrados os serviços de Imprensa, de turismo, das exposições nacionais ou internacionais, de radiodifusão e de censura” (PAULO, 1994:77). A *Revista Luso Brasileira* terá em sua página inicial a autorização do SNI para ser publicada o que em princípio infere uma ligação oficial do periódico com o Secretariado. A ligação do SNI com assuntos de nível internacional se comprehende a partir da descrição que afirma que

A nível externo, o Secretariado de Propaganda Nacional desenvolveu a seguinte actuação: colaboração com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro; superintendência em todos os serviços oficiais de imprensa que actuassem fora do País; realização de conferências e incentivo ao intercâmbio com jornalistas e escritores; elucidação da opinião internacional sobre a acção exercida nas colónias portuguesas; promoção e patrocínio das manifestações

de arte e literatura nacionais, nos grandes centros urbanos (ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA TORRE DO TOMBO).²

Compreender essa vinculação é fundamental para perceber a que serve a publicação da *Revista Luso-Brasileira* em relação à política portuguesa, para qual público se dirige e de que forma as relações do governo português se darão com os portugueses que vivem em Florianópolis.

No capítulo seis “Local, Nacional, Transnacional: A Expressão da revista nos novos tempos do regime sob Marcelo Caetano” buscarei adentrar nas questões que abordam a perspectiva da história transnacional. Uma perspectiva que permite compreender de maneira mais abrangente os intercâmbios e o movimento de ideias e de diversos elementos imagéticos que se inserem por meio da revista no universo de Florianópolis. A partir deste olhar é possível compreender os movimentos culturais e políticos que ocorrem em Florianópolis nas décadas de 1960 e 1970 pensados a partir das redes que se imbricam entre Brasil e Portugal, partindo da publicação da *Revista Luso Brasileira*. Tais redes e conexões transcendem o espaço nacional e nos levam a entrever conexões políticas e culturais entre esses dois países, percebidas por meio dos temas da revista e das propostas políticas que se apresentam no decorrer da publicação do periódico.

Tais conexões ocorrerão juntamente com a congregação dos portugueses fora de Portugal em torno do regime, que era um dos objetivos propostos pela política salazarista. Portanto, ser português e estar no Brasil naquele momento passava pelo compromisso de defender a nação portuguesa, o regime do Estado Novo, e mostrar o sucesso daquela política. Neste trabalho essa é uma questão fundamental, à medida que se percebe no slogan: *Um laço de amizade entre Brasil e Portugal*, uma demonstração de que a revista tinha de alguma maneira, como propósito, unir os dois países - que falavam a mesma língua e que tinham uma história em comum - num laço de amizade, mostrando as belezas naturais, a cultura e noticiar a política portuguesa através do periódico, sobretudo para os portugueses que habitavam na cidade de Florianópolis e para as “províncias ultramarinas” na África, já que a revista era distribuída em Angola e Cabo Verde. O Brasil por sua vez também seria teria sua cultura, sua história e política divulgada dentro e fora do país.

² ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA TORRE DO TOMBO. Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nac. Informação e Turismo/Secretaria Est. Turismo. Disponível em:
<http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1493> Acesso em 25 set 2010.

2 DE SANTA CATARINA PARA O MUNDO: A FORMAÇÃO DA REVISTA LUSO-BRASILEIRA NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

2.1 A REVISTA PARA BRASILEIROS E PORTUGUESES: CRIAÇÃO E FORMAÇÃO DA REVISTA LUSO-BRASILEIRA NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

A provinciana cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, em inícios da década de 1960, nada parecia para um viajante desavisado com o aspecto que se esperaria de uma capital. Perdida entre um passado em que fora um entreposto comercial e sede de empresas atacadistas que entraram em decadência junto com o movimento portuário e um presente em que a muito custo tentava inserir-se no cenário industrial e de progresso que o país principiava a percorrer, a capital catarinense ainda iria traçar um longo caminho até conseguir alguma visibilidade nacional explorando seus recantos paisagísticos. Nesta ilha ao Sul do Brasil, em 1959, desembarcou um português que, ao que parece, vinha ao encontro de uma moça da cidade que esperava conhecer. Esta é a história que fiquei conhecendo em conversa informal na sala da casa do senhor Mario Fernandes Dias, com sua esposa, no ano de 2009. Sua chegada cheia de expectativas se tornaria uma longa história de parcerias na vida pessoal e profissional. Profissional, pois em maio de 1961, com uma equipe de escritores e jornalistas, juntamente com sua esposa Terezinha Cascaes Dias, Mario Fernandes publicará o primeiro número da *Revista Luso-Brasileira* em Florianópolis.

A coleção da revista pode ser encontrada no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Mas, qual o intuito de uma revista que pretendia ser *Um laço de amizade entre Brasil e Portugal* ser publicada na longínqua Florianópolis dos anos de 1960? A partir de uma breve investigação dos nomes no editorial da revista, procurei dar início a um diálogo com os seus editores em Florianópolis. Descobri que residiam na cidade, e assim, após fazer contato telefônico fiz uma visita ao casal Mario Fernandes Dias e Terezinha Cascaes. Dona Terezinha me recebeu em sua casa e tivemos uma conversa em que pude descobrir alguns aspectos da trajetória de Mario Dias na sua vinda de Portugal para Florianópolis, como por exemplo, o fato de ter vindo para Santa Catarina com o intuito de conhecer Terezinha Cascaes após terem trocado cartas. A chegada em 1959, o casamento e o fato de nunca ter voltado a Portugal também foram informações obtidas naquela ocasião. Naquele momento meu entendimento do significado de um periódico luso-brasileiro e do contexto político português da década de 1960 não era muito vasto, portanto as perguntas não foram muito assertivas. Depois desse primeiro contato, por motivos que ainda desconheço, não consegui mais

conversar com Terezinha Cascaes e nem com Mario Fernandes Dias. Algumas tentativas foram feitas, porém a resposta negativa da família para qualquer tipo de aproximação impedia que uma nova conversa fosse realizada. Consegi encontrar-me com algumas pessoas que contribuíram com textos para a revista e por meio desses contatos fui aos poucos entendendo os “mistérios” que circundavam o periódico. No entanto, o interesse na publicação e a compreensão que teria dela não passavam pelo contato com os seus fundadores e pelo que poderiam afirmar sobre ela. O papel do periódico no contexto do Estado Novo português (1933-1974) e das relações luso-brasileiras era uma realidade e passava por níveis institucionais e não somente privados ligados ao casal editor da revista. É certo que as motivações de Mario Fernandes Dias para criação da revista serão importantes e averiguadas no decorrer deste trabalho, porém tais motivações serão somente uma parte de um conjunto de explicações que me farão compreender as estratégias do Estado Novo voltadas a propaganda no exterior.

A cidade de Florianópolis, no aspecto midiático e editorial não possuía em 1961 muitas opções, alguns jornais — *O Estado, A Gazeta, Imprensa Nova, Diário da Tarde* — e pouquíssimas revistas circulavam pela cidade naqueles anos. Algumas emissoras de rádio também faziam a comunicação entre os moradores: *Rádio Anita Garibaldi*³, *Diário da Manhã*⁴, *Rádio Jornal A verdade*⁵ e *Rádio Santa Catarina*⁶. Ao mesmo tempo em que a revista haveria de ter um público escasso, também teria dificuldades na sua edição. Ao acompanhar a publicação mês a mês e perceber por meio da sua leitura o diálogo estabelecido com os leitores, ao expor as dificuldades e as conquistas realizadas nas duas décadas de publicação, pude perceber que esta era uma atividade que tinha êxitos. Aos poucos, os anunciantes da cidade compunham as páginas da revista, o público leitor enviava suas cartas elogiosas bem como instituições pelo Brasil e fora dele agradeciam o recebimento de números da revista e elogiavam as matérias, fazendo votos de que a amizade entre os dois países permanecesse.

³ A Rádio Anita Garibaldi foi fundada pelo médico Julíbio Jupy Barreto que vem de Curitiba para Florianópolis em 1950 e em 1954 coloca no ar a segunda emissora de rádio de Florianópolis, localizada na rua Arcipreste Paiva (SEVERO e MEDEIROS, 2005:72-73).

⁴ A Rádio Diário da Manhã tem sua instalação autorizada em 21 de julho de 1954, com estúdio na Praça XV de Novembro através de uma sociedade que envolve Irineu Bornhausen, Paulo Bornhausen, Antonio Carlos Konder Reis, Eduardo Santos Lins e Francisco Mascarenhas (SEVERO e MEDEIROS, 2005:81).

⁵ Pertencia a Manoel de Menezes que já era dono do Jornal “A Verdade”, e em 1958 colocou no ar a Rádio Jornal a Verdade. Foi instalada na Rua Conselheiro Mafra, Centro de Florianópolis, com o transmissor em São José na Grande Florianópolis (SEVERO e MEDEIROS, 2005:100).

⁶ “A Rádio Santa Catarina (RSC) ocupou o mesmo canal utilizado pela Rádio Jurerê até 1959. Pela portaria 25, de 24 de janeiro de 1962 o governo federal autoriza a instalação desta emissora, com a publicação do ato no Diário Oficial da União no mês seguinte, dia 9 de fevereiro” (SEVERO e MEDEIROS, 2005:106).

Mas ainda é necessário explorar alguns questionamentos que surgiram com o decorrer do tempo e a prévia investigação do periódico. O principal deles: qual a ligação da revista com Portugal, para além da nacionalidade de seu editor? Isso leva necessariamente à interrogação acerca de seu posicionamento em relação ao regime de Oliveira Salazar. Para essa questão a resposta não é tão simples e torna-se mais complexa com a ampliação do trabalho e o aprofundamento da investigação, em meio a novos indícios, novas perguntas sem respostas, pistas que vão aparecendo no caminho da escrita e da investigação. Afinal, seria preciso imiscuir-se nos arquivos, nos documentos e nas páginas da *Revista Luso-Brasileira* para conseguir responder as várias questões que se apresentavam.

A *Revista Luso-Brasileira* em seu primeiro número, em maio de 1961, adentra o espaço dos periódicos de Florianópolis como se já estivesse circulando pelas bancas da cidade. Seu primeiro número abordava a comemoração do dia das mães, sem notas na capa que tragam qualquer menção a uma nova revista na praça. Envolve-se, a partir desse tema, nas preocupações dos habitantes da cidade naquele mês. Com a capa voltada para as mães, podemos chegar a uma conclusão precipitada: a *Revista Luso-Brasileira* é uma revista voltada ao público feminino. Mas, essa impressão esmaece conforme novas matérias surgem na publicação, pois estas irão abordar temáticas variadas que vão do dia das mães ao problema das guerras no chamado Ultramar português. Importante ressaltar que o ano de 1961 será bastante problemático para a política em Portugal, pois terá início a guerra de independência em Angola, seguida pelo conflito na Guiné-Bissau (1963) e em Moçambique (1964). Afirma Thiago de Carvalho (2008:23) que “após [...] o início da guerra em Angola (1961), o Estado Novo regressa ao autoritarismo repressivo anterior à II Guerra e ao isolamento internacional”. São questões centrais que irão perpassar quase todo o período de publicação da revista.

Na capa, ao lado da foto de uma mulher jovem com um bebê ao colo, numa página com dimensão de 31 por 24 centímetros, em letras vermelhas sobre o fundo branco, em um pequeno sumário são apontados os temas encontrados no interior da revista: *Belezas e Costumes de Portugal; Portugal em Marcha; Falam os Professores; O Brasil em Marcha; Controvérsias da História; Nossa Homenagem às Mães; Santa Catarina em Foco; A História de Juliana; Aviadores Célebres; Página Jurídica; Bocage e a sua Graça; Infante Santo; Para sua Cultura; Crítica Literária* (Figura 1). Temas diversos, que inicialmente indicavam o público a que se direcionava e as temáticas que serão abordadas. Lembro aqui o que aponta Ana Luiza Martins sobre o trabalho com revistas, quando afirma que a importância desse gênero de impresso como testemunho do período é válida se levarmos em conta as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das evoluções técnicas e

sobretudo, da natureza de capitais envolvidos (MARTINS, 2008:21). Como testemunho do período é uma documentação relevante, mas não pode ser considerada como única fonte para compreender a complexidade das relações entre Brasil e Portugal. E, além disso, é preciso mais do que compreender os textos publicados na revista, as condições para sua publicação, seu financiamento, sua feitura.

Figura 1 - Primeiro número da *Revista Luso-Brasileira*



Fonte: *Revista Luso-Brasileira*, nº1, 1961, maio, p. 2.

Ao virar a página, algumas informações são reveladas e, assim, é possível compreender aspectos significativos da publicação. Começando com a mudança no subtítulo, que na contracapa se apresenta como: *A Revista para brasileiros e portugueses*. As chamadas mostravam a intenção da revista e o seu direcionamento a brasileiros e portugueses. Ainda nessa coluna à esquerda, após citar seus colaboradores: Dr. Waldemiro Cascaes (advogado, irmão de Therezinha Cascaes), Francisco Mascarenhas (diretor da *Radio Diário da Manhã* e ex-deputado estadual pela UDN), Therezinha Cascaes Dias, Samuel Brito Ribeiro e Íris Fádel, apresenta a informação: com a aprovação de Ramiro Valadão, do Secretariado Nacional de Informação de Lisboa (SNI) e do jornal *Diário Popular*⁷ de Lisboa. Chama bastante atenção

⁷ “Foi um jornal de grande tiragem, publicado em Lisboa, entre 22 de Setembro de 1942 e 28 de Setembro de 1991, que tinha como grande objetivo avivar a consciência nacional. (p.27) [...] Fundado em 1942 por António

neste ponto a aprovação do SNI, demonstrando *a priori* uma interferência na publicação e edição da revista em Florianópolis. Ramiro Machado Valadão era um jornalista e também político português e na época era Diretor dos Serviços de Informação do Secretariado Nacional da Informação. Cargo de relevância, o que demonstra que houve negociações para dar início à publicação da *Revista Luso-Brasileira* com as pessoas responsáveis pela propaganda oficial em Portugal. Apresenta-se aqui um indício que demonstra que em pouco tempo de estadia no Brasil, Mario Fernandes conseguiu as conexões necessárias para dar início à elaboração e publicação da revista, em Santa Catarina e em Portugal. Infere-se daí que os contatos já haviam sido feitos em Portugal e, aqui chegando, a ideia de publicar uma revista já estava sendo gestada. Isso é algo que o desenrolar da investigação poderia demonstrar, pois embora alguns integrantes da família ainda vivam na cidade de Florianópolis, os contatos não puderam avançar, por opção dos familiares. Os documentos escritos aos poucos assumem a condição de vozes desta história.

Em uma espécie de editorial que, aí sim, apresenta-se como um anúncio do que veio a ser a *Revista Luso-Brasileira*, tendo como título *A Nossa Missão*, são explicitadas as aspirações da publicação:

Fortalecer os laços de amizade entre o Brasil e Portugal, é o nosso principal objetivo. Somos novatos no jornalismo, embora o autor dessas linhas seja um novelista conhecido na terra portuguesa. [...] com a ajuda de Deus, iremos pelo Brasil a fora, pôr esses retalhos de terra onde se fala a nossa língua, procurando dar a conhecer a nossa revista; Portugal terá aqui o seu cantinho bem merecido e ficará a par da marcha triunfal da nossa terra brasileira. [...] (*Luso-Brasileira*, n.1, maio 1961, p.2).

Nessa feição inicial da revista, é perceptível a origem portuguesa do editor e sua ligação com o ideário salazarista. Os textos apresentam aos poucos o caráter politicamente conservador do periódico. O fato de ter a aprovação do SNI torna essa publicação *a priori* apoiadora do regime de Salazar, mas para além dessa chancela, a posição política vai aparecendo nas matérias número a número. No que diz respeito ao posicionamento diante do cenário brasileiro, sua postura política é de assentimento e, pode-se afirmar, de pouco envolvimento das discussões nacionais mais sérias, com alguns momentos de análises críticas às políticas econômicas dos governos que atravessam esse período.

Tinoco, o vespertino de tendência pró-Estado Novo, era propriedade da empresa Sociedade Industrial de Imprensa, Ltda., e apresentava como diretor Martinho Nobre de Melo, entre 1958 e 1974. conhecido como o jornal de maior expansão no mundo português, o Diário Popular alcançou desde cedo uma grande tiragem (cerca de cem mil exemplares), uma grande implantação junto dos leitores e uma base publicitária muito forte, traduzindo-se assim em resultados lucrativos.” (ROSA, 2014: 45)

Algo que chama atenção ao longo dos anos da publicação é a ausência de uma padronização nos elementos que a compõem. Títulos, seções, informações, preço, imagens, entre outras coisas não apresentavam uma continuidade na revista. A revista poderia ser adquirida de forma avulsa e também por meio de assinaturas. Na sua primeira edição, e somente nesta, é oferecida a assinatura semestral e anual, nas edições seguintes somente número avulso ou assinatura anual. Na edição número 1 o valor de um exemplar era de 30 cruzeiros, assinatura semestral 100 cruzeiros e anual 200 cruzeiros. Para efeito de comparação, apresento alguns valores praticados no Brasil em 1961. O salário mínimo neste ano era de 13.440 cruzeiros⁸ e a revista *O Cruzeiro* tinha o custo de 30 cruzeiros enquanto que o jornal *O Estado* custava 10 cruzeiros. O número de páginas que compunha a revista *O Cruzeiro* era de aproximadamente 165 páginas enquanto que a *Revista Luso-Brasileira* possuía 20 páginas. Portanto, é de se concluir que o valor da *Luso-Brasileira* era elevado em relação, por exemplo, ao de uma publicação nacional com muito maior impacto.

No mês seguinte, na edição de junho e julho, o valor da revista passou para 20 cruzeiros e já não era oferecida a assinatura semestral, e a anual custava 200 cruzeiros. Há que se pensar que foi realizado um experimento com os valores e modalidade de assinatura nesse primeiro mês em que foi editada, para perceber como o público se comportaria diante dos valores do periódico, pois o mercado para revistas na cidade não era conhecido, já que quase não havia revistas publicadas em Florianópolis. A partir de abril de 1962 o valor unitário da revista será novamente alterado para 30 cruzeiros e um mês depois o valor da assinatura anual também seria alterado para 300 cruzeiros. É de se notar que entre dezembro e abril nenhum número foi publicado, ou seja, a revista só voltou a ser editada em abril do ano seguinte (1962), ficando três meses sem circular.

Desde o primeiro ano de publicação em 1961 até a mudança da moeda para Cruzeiro Novo em fevereiro de 1967 o valor unitário da revista passou de 20 para 200 Cruzeiros e a assinatura anual passou de 200 para 2000 Cruzeiros. Sabe-se que a inflação nessa década teve o seu auge em 1963 e 1964 alcançando o valor de 79,9 e 92,1% respectivamente⁹. Portanto esse ano inicial da publicação foi de alguma variabilidade no preço e na periodicidade. Até junho de 1969, em diferentes momentos, a revista será editada pela Impressora Modelo, pela Tipografia Catarinense e pela Gráfica Catarinense de Alperstedt e Cia Ltda, nessa ordem, mas

⁸ Salário mínimo – Tabela de valores de 1940 a 2010. Disponível em:
<http://www.rhcontabil.cnt.br/slariominimo.pdf> Acesso em 18 abr 2018.

⁹ Ver em: MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira: os Ensinamentos desde a Crise dos Anos 30. Brasília: UNB. **Economia Contemporânea**. Jun. de 1997, nº 1 jan.-. Disponível em:
http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf Acesso em 12 jan 2018.

por 4 anos, de maio de 1965 a maio de 1969, não consta informação no expediente da revista quanto aos responsáveis por sua impressão. Posso deduzir que nestes últimos anos, até 1969, foi editada na última gráfica informada no expediente, que era Gráfica Catarinense de Alperstedt e Cia Ltda. Na edição de setembro de 1969 consta “Impresso Oficinas Jornal ‘O Município’ Brusque – SC”. No mês seguinte já aparece “Composição e Impressão Gráfica Luso-Brasileira” e, a partir dessa data, até sua última edição será impressa na Gráfica Luso-Brasileira. Neste mês em que se inicia a impressão na gráfica própria, um editorial/depoimento na primeira página expõe o significado deste acontecimento:

A Nossa Gráfica – Finalmente o nosso objetivo foi alcançado, apesar dos sacrifícios que vamos ainda enfrentar, estamos certos que fomos bem sucedidos. Antes, a nossa publicação vinha sofrendo sérios atrasos, somente pelo fato de não existir em Florianópolis uma gráfica capaz de cumprir suas obrigações. Agora os nossos leitores receberão o seu exemplar no dia certo, outros melhoramentos vamos fazer nos próximos meses. O nosso lema – Um laço de amizade entre o Brasil e Portugal é um grande símbolo da amizade entre os dois povos irmãos. Contamos com a colaboração dos leitores, colaboradores e comércio local para o prosseguimento de nossa jornada. Unir mais e mais Brasil e Portugal depende do nosso trabalho e do nosso esforço. Gráfica Luso-Brasileira é a tipografia que passa a imprimir a sua revista. Foi um sonho tornado realidade. A todos aqueles que aqui estiveram ao nosso lado, vai a nossa eterna gratidão. (*Luso-Brasileira*, n.74, set. 1969, p.1)

Há que se depreender do texto citado que ter uma gráfica própria era algo almejado pelo diretor da revista e que tal conquista não foi obtida sem esforços. O tom de desagrado com as gráficas existentes na cidade também é explícito no excerto. A lembrança constante da *missão* de unir brasileiros e portugueses é evocada em inúmeros momentos na publicação, dando a entender que este é um compromisso de todos os que leem, assinam e anunciam na publicação: portugueses e brasileiros. O desejo de unir sempre mais brasileiros e portugueses é ressaltado como sendo parte de um projeto de vida do editor e que aparenta ser algo vivenciado igualmente pela população florianopolitana de então e pelos leitores da revista. Todavia, esta *missão* nem sempre foi concretizada na elaboração da revista, pois o engajamento na *união dos dois povos* nem sempre é perceptível.

A partir de abril de 1967 a revista passou a ser vendida em Cruzeiro Novo com valor unitário de 20 centavos e valor da assinatura anual a 2 Cruzeiros Novos. Durante a vigência dessa moeda o valor da revista sofreu alteração, passando gradativamente de 20 a 50 centavos de Cruzeiros Novos até abril de 1970 e assinatura anual de 2 a 5 Cruzeiros Novos. Em fevereiro de 1970 o valor em Escudos (então denominação da moeda portuguesa) passaria a ser informado na capa e, no interior da revista, o valor da assinatura anual também nesta moeda, sendo 5 escudos para o valor unitário e 50 escudos para a assinatura anual. Em maio

de 1970 nova mudança de moeda no país que restabelece a denominação *cruzeiro*, mantendo o centavo, portanto os valores continuam os mesmos. De maio de 1970 a dezembro de 1979, último ano da revista os valores aumentam gradativamente chegando a revista a custar 8 cruzeiros no preço avulso e 80 cruzeiros a assinatura anual. Observo, no entanto, que a partir de abril de 1975 somente uma vez o preço da revista aparece estampado na capa, sendo estes 8 cruzeiros, em setembro de 1978. O valor em escudos aparece no periódico pela primeira vez em fevereiro de 1970, como afirmado anteriormente, e depois disso, até dezembro de 1979, em somente 22 vezes é informado na capa ou na contracapa, num montante de 106 números. São dados que demonstram a irregularidade da revista sobre um aspecto importante que é o seu preço de venda e dá conta das dificuldades de profissionalização de seus responsáveis. A informação sobre o preço não seguiria, portanto, um padrão nem em relação ao local ocupado nas páginas e nem à frequência, seja em Cruzeiros tampouco em Escudos, mesmo que a revista informasse possuir correspondentes em Portugal.

Luso-Brasileira possuía uma preocupação maior com o conteúdo mais que com a estética da publicação, mesmo porque era uma publicação com traços simples, com um colorido primário, mas que ousava ser uma revista entre dois continentes, com o intuito de ‘unir’ dois povos. Apesar da simplicidade da publicação e desses pormenores em relação ao formato e estética, a sua permanência entre as mídias de Santa Catarina foi longeva. Talvez não se possa dizer que foi um periódico influente, mas sua publicação durante 18 anos foi contínua, apesar das intermitências, com conteúdo relevante para o mundo luso-brasileiro e vastamente utilizada como meio de anúncios para o comércio local.

A revista já nas primeiras edições tinha alguns anunciantes, que eram na sua maioria comerciantes da cidade de vários setores: havia anúncios de produtos (biscoitos, lápis, vinhos, whisky, charuto, roupas, etc) com seu respectivo representante na cidade; prestadores de serviços variados; relojoaria; gráfica; vidraçaria; salão de beleza; lojas de bebidas; moda feminina; revendedoras de carros; agências de viagens. O periódico era vendido em bancas de revistas da cidade e fora dela, além das assinaturas. Também estava disponível nas bibliotecas públicas de algumas cidades em Santa Catarina, de outros Estados do Brasil e fora dele. Era uma revista de moldes simples, sem uma padronização gráfica, nem local específico para as matérias, o editorial não constava em todas as edições e o expediente, que constava na contracapa da maioria das edições, por vezes não era publicado. Tais indefinições constantes na revista são elementos que podem indicar o nível de conhecimento dos editores acerca da parte gráfica, mas também a importância dada a cada um desses elementos e o local que deveriam ocupar na revista.

Em outubro de 1961 já era possível ler no expediente da revista informações sobre correspondentes fora do Brasil. Nessa edição há referência sobre correspondentes: *Colaboração de nossos correspondentes em Portugal - José Vicente Sanches e Antonio Fernandes Sanches*. Ambos os jornalistas são tios de Mário Fernandes Dias. Em Portugal Antonio Fernandes Sanches exercia o cargo de revisor de jornais locais em Torres Vedras (*Luso-Brasileira*, n.83, maio, 1970, p. 3). Na sua primeira intervenção no periódico, José Vicente Sanches, que era jornalista e crítico de cinema em Portugal e lá já havia colaborado em algumas revistas, informação esta que consta da *Luso-Brasileira* de maio de 1970, escreveu um texto intitulado *Curiosidades Históricas* em que relata episódios do reinado de D. Maria II em Portugal no século XIX, e ainda terá uma seção na revista sob o título *A História da Humanidade através dos séculos I- Brasil (1500-1800)*. Nas edições seguintes novos colaboradores a trabalho da revista em Portugal surgem nas páginas do periódico. São estes: Olívio Ventura Martinho, Manoel Rezende Júnior, Azinhal Abelho e na Ilha da Madeira, Manuel Henrique de Gouveia. Joaquim Azinhal Abelho, foi um escritor português, nasceu na Freguesia de Orada (Borba), a 13-04-1911, e faleceu em Lisboa, a 20-01-1979, era homem de teatro, poeta, ficcionista e investigador de etnologia rural, particularmente no que se refere à região do Alentejo¹⁰. Era um escritor com uma vasta produção bibliográfica. Em *Luso-Brasileira* escrevia como cronista do folclore luso. No seu primeiro escrito na publicação, *Primavera em Portugal*, relembrava ao leitor imagens daquele país na chegada da primavera, com detalhes que só um nativo português perceberia: “E nas vilas tranquilas das nossas províncias, os castelos, com ameias e barbacás talhadas em granito, deixam subir as ramadas de hera, crescendo os braços adventícios enquanto a Lua resplandece” (*Luso-Brasileira*, n.8, jun/jul 1962, p. 4). Estes são dois exemplos de correspondentes portugueses que possuíam uma trajetória jornalística e artística em Portugal e eram por vezes nomes com alguma distinção. São contatos mais propensos a serem feitos por pessoas ligadas ao campo jornalístico e que ao longo desses primeiros anos da publicação da revista foram sendo realizados pelo editor e os correspondentes em Portugal.

Aos poucos os colaboradores vão se sucedendo, ocorrendo uma renovação de pessoas que tem um compromisso contínuo com a revista. Entende-se que há um conjunto de pessoas, os quais têm o nome no expediente da revista, que são chamados colaboradores, e mesmo estes, como já observado, se alteram com os anos. No entanto, a revista também aceitava a

¹⁰ “Quem Foi Quem na Toponímia de Borba” **Ruas com História [Blog]**. Disponível em: <<https://ruascomhistoria.wordpress.com/page/21/>> Acesso em 10 set 2015.

colaboração dos leitores, e já na sua primeira edição, na contracapa, no canto inferior da página consta um pequeno aviso: “Colaboração dos Leitores: aceitamos colaboração de nossos leitores versando contos artes em geral. Este convite se estende a todos os brasileiros e portugueses” (*Luso-Brasileira*, n.1, maio, 1961, p.1). Um indicativo de que a revista estava em formação e para isso a colaboração dos leitores era bem-vinda e, mais que isso, era uma maneira de reunir a comunidade portuguesa em torno daquele ideário.

Na edição de fevereiro/março de 1963, quase dois anos após o primeiro número da revista ter sido lançado, pode-se ler no seu expediente a informação: *Correspondentes em Portugal, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do Brasil* e, no mês seguinte, *Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do Brasil*. Além dos correspondentes em Portugal, citados anteriormente, haveria correspondentes nas chamadas províncias ultramarinas. Esta informação esteve presente até junho de 1969 com poucas falhas até essa data. A partir daí constará a informação por sete vezes consecutivas de que havia *Distribuição em Portugal pela Livraria Bertrand - Preço para Portugal, Continental e Ultramarino*. Diferentemente da informação anterior que afirmava que possuía *correspondentes* naqueles países, agora a informação era somente de que a *distribuição* era feita em Portugal, Continental e Ultramarino. Em julho de 1972, número 109, consta: *Distribuída em todo o Brasil, Portugal e Ultramar português* e em agosto de 1972, número 110: *Distribuída em todo o Brasil e Portugal*. Esses são os últimos dois meses em que esse dado se verifica em *Luso-Brasileira*, o que permite perceber mudanças nos locais de abrangência da revista, o que, no caso das chamadas províncias de ultramar, pode ter relação com o aprofundamento da guerra anticolonial. Não será possível com essa pesquisa compreender os motivos precisos de cada uma das mudanças ocorridas na revista, percebidas por meio das informações apresentadas em suas páginas. Tais lacunas, contudo, não impedem a exploração de indícios que estão no próprio documento.

O trabalho com publicações como revistas exige que se atente para algumas questões como, por exemplo, o público a que se direcionam, as temáticas envolvidas na publicação, quem escreve no periódico, por vezes as posições políticas dos redatores, da direção e também qual o intuito do periódico quando da sua publicação. Além disso, não se pode esquecer que os periódicos estão inseridos em um mercado, e sua narrativa é direcionada a um público para ser consumida e comercializada, gerando lucros para seus produtores. A narrativa da revista pode ser pensada como expressando três “vozes” que se apresentam primeiramente como: a voz da revista, unívoca e consonante, voltada à temáticas variadas; a voz de autores e autoras de textos, que acompanham a narrativa da revista e são selecionadas

para reproduzirem a linha política da revista; por último, há a voz de atores e grupos sociais apresentados nas matérias da revista, os quais se tornam vozes que são retratadas de acordo com a linha ideológica da publicação. As revistas se apresentam na sua particularidade como imprensa periódica e também conceitualmente muito mais como entretenimento do que informação, no entanto muitas delas conseguiram ao longo do tempo agradar a vários públicos. Esse público variado era atraído muitas vezes por meio de capas e temas que sugeriam fatos divertidos ou ligados a pessoas notáveis no meio social. No entanto, temas que tratavam de outros assuntos, que raras vezes apareciam como destaque nas capas, encontravam-se somente no interior da publicação, que apresentava por sua vez questões concernentes normalmente à política e à economia.

2.2 MARIO DIAS FERNANDES: O FUNDADOR

Rebuscar os arquivos que contêm a *Revista Luso-Brasileira* e analisar seu conteúdo me direcionou à curiosidade e, mais que isso, à necessidade de conhecer a trajetória pregressa do seu fundador, em princípio, fundamental para compreender o surgimento e continuidade da revista. No entanto, o trajeto percorrido pelo historiador no decorrer da pesquisa nem sempre, ou talvez quase nunca, é linear e estável. Após o encontro numa tarde, de aproximadamente uma hora na casa de Terezinha Cascaes e Mario Fernandes Dias, em que a conversa ocorreu somente com ela, não mais foi possível estabelecer contato direto. Naquele dia, a conversa foi muito agradável e a senhora Terezinha contou como conheceu Mário Dias e como deram início à revista. O fato de a pesquisa estar ainda muito incipiente na altura, impossibilitou-me de realizar questionamentos mais aprofundados, que pudesse elucidar questões acerca de pontos políticos mais complexos que envolviam o funcionamento da revista. Fiz alguns telefonemas de tempos em tempos para nova tentativa de diálogo, entretanto havia algum receio da parte da família em expor o assunto que abrangia a *Revista Luso-Brasileira*. Para mim, restava buscar novos meios, espaços e pessoas para compreender as questões não esclarecidas por eles.

As dificuldades aprofundaram lacunas que certamente não podem ser completamente preenchidas pela investigação. No entanto, aos poucos foi possível conhecer aspectos da revista e do diretor por meio de conversas com portugueses que vivem em Florianópolis, que assinavam a revista na época e que se reuniam com Mário Dias e com demais portugueses e brasileiros na Associação Luso-Brasileira, por ele mesmo criada. Mario Fernandes Dias deu entrada no Brasil em janeiro de 1959. Era nascido e residente em Lisboa no momento de sua

partida para o Brasil. Foi “admitido em território nacional em caráter permanente”, conforme consta de sua “Ficha Consular de Qualificação” (Figura 2). Ou seja, veio com as condições necessárias para permanecer no país. Nesse documento consta ainda que em Portugal exercia a função de “encadernador”. Pelo que se sabe, por meio de entrevistas suas para a própria *Revista Luso-Brasileira*, em Portugal trabalhava para a revista *O Século Ilustrado*. Ao chegar a Florianópolis, após a união com Terezinha Cascaes, logo veio o surgimento da revista e juntamente com ela a criação de uma rede de colaboradores da publicação. Serão colaboradores pessoas com alguma projeção intelectual na cidade, familiares de Terezinha Cascaes, muitos dos quais já estavam habituados com a lida jornalística ou com a prática da escrita.

Figura 2 - Ficha consular de qualificação de Mário Fernandes Dias

235

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL			MOD. S.C. 139
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO			
Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino			
Nome por extenso	MÁRIO FERNANDES DIAS		
Admitido em território nacional em caráter	permanente		
Nos termos do art. 9º, letra <u>a</u> , do dec. 7867 , de 19.45.			
Lugar e data de nascimento	Lisboa	26 / 8 / 1927	
Nacionalidade	portuguesa	Estado civil	solteiro
Filiação (nome do Pai e da Mãe)	José Dias e Inês Fernandes		
Profissão	encadernador		
Residência no país de origem	Lisboa		
	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS			
Passaporte n. 18977/58 expedido pelas autoridades de Junta da Emigração na data 12/11/1958 visado sob n. 553			
ASSINATURA DO PORTADOR: <i>Mário Fernandes Dias</i>			
<small>NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.</small>			
 Consulado Geral do Brasil em Lisboa. de 30 JAN 1960 de 19. PAULO CONSUL GERAL Mário Fernandes Dias Vice-Consul			

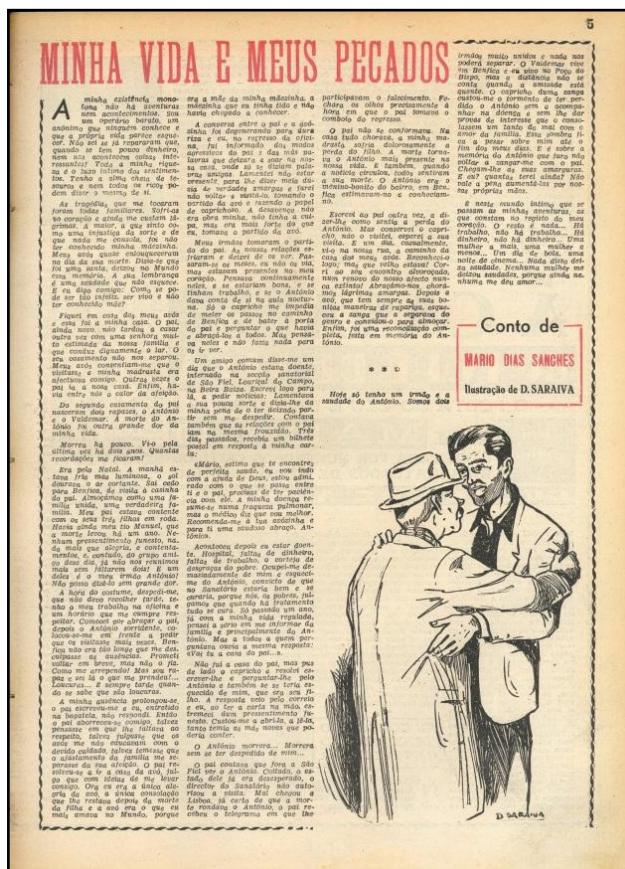
Fonte: Site Family Search - Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939X-HS9M-Z?i=61&cc=1932363>>

Em Lisboa, de acordo com uma pequena nota em *Luso-Brasileira* em agosto de 1961, já trabalhava como contista e crítico de cinema havia 15 anos. Na ficha consular consta a profissão de encadernador, possivelmente ele já realizava as duas funções e a de encadernador fosse a principal. Em Portugal seu primeiro trabalho como escritor, na revista *O Século Ilustrado*¹¹, no ano de 1950, foi a publicação do conto *Minha vida e meus pecados*, para o

¹¹ “A revista *O Século Ilustrado*, surgiu como um complemento semanal do jornal *O Século*. Este jornal lisboeta foi publicado todas as manhãs durante 97 anos (1880- 1977). [...] Criada em 1933, e extinta em 1989, *O Século Ilustrado* captava o interesse maioritariamente do sector feminino, dado o teor social que nela se inseria: notícias

qual se assina como Mario Dias Sanches (Figura 3) que era o sobrenome do avô, conta. Trata-se de um conto pessoal, em que expõe fatos infelizes da sua vida em família naquele período. Em uma entrevista para a *Luso-Brasileira* (Figura 4) na seção *Falam os escritores*, diante da pergunta *Como nasceu a ideia de publicar a Revista Luso-Brasileira?* Mario Dias relata que após chegar a Florianópolis conversou com o proprietário de um jornal, sobre o qual não informou o nome, com a proposta de fazer aos domingos um suplemento feito por ele e seria anexado ao jornal, mas “o citado diretor do jornal, embora achasse boa a idéia não pôde me atender. Resolvi, então, fazer uma revista. Falei com minha esposa, que é brasileira, então sendo eu português, formou-se um laço e veio a *Luso-Brasileira*” (*Luso-Brasileira*, nº12, fev/mar, 1963, p.7) (Figura 3).

Figura 3 - Conto de Mario Fernandes Dias na revista *O Século Ilustrado*



Fonte: *O Século Ilustrado*, 1950.

da actualidade, estórias das celebridades, anúncios publicitários, grandes reportagens, sector humorístico e espaço didático. A primeira publicação data de 7 de Novembro de 1933, ao passo que a última é semanal, 21 a 27 de Julho de 1989.” (*Flama e O Século Ilustrado, análise de Outubro 1968 - História do Jornalismo, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.21)* Disponível em:<http://portfoliodigitalinesguedespiment.weebly.com/uploads/1/2/4/7/12475277/histriajornalismo_trabalhofi nal.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

Para Portugal Mário Fernandes Dias nunca mais retornou. De acordo com um de seus conterrâneos que aqui vivia, chamado António Galego,¹² natural de Miranda do Douro, a convivência com ele na Associação nem sempre foi fácil, pois não havia uma discussão das atividades que gostariam de realizar e em geral eram organizados apenas jantares, o que não agradava a todos. Pagavam uma mensalidade que deveria ser utilizada para a revista e para os custos das atividades da Associação, mas alguns dos membros não concordavam com os rumos que tomava a associação e julgavam não haver nela um objetivo definido, o que fez com que muitos deixassem de participar. Não obstante esses desencontros e desentendimentos, Mário Dias mantinha a publicação da *Luso-Brasileira*, a qual segundo suas palavras em editorial para a revista: “[...] a realização deste empreendimento foi o resultado de um sonho, e valeu a pena ter sonhado, em que era diretor de uma revista que fosse um laço de amizade entre Brasil e Portugal” (*Luso-Brasileira*, nº3, agosto, 1961, p.1).

¹² Conversa realizada em casa do sr. Antonio Galego no dia 30 de março de 2017.

Figura 4 - Entrevista de Mário Fernandes Dias à *Luso-Brasileira*



Fonte: *Luso-Brasileira*, n.3, agosto, 1961, p.1.

A sua trajetória na cidade de Florianópolis pode ser gradualmente compreendida por meio de informações colhidas na própria revista e por meio da fala de colaboradores da publicação contatados, integrantes da comunidade luso-brasileira em Florianópolis. Essa rede de contatos na cidade é formada por pessoas com vínculos com Portugal, moradoras de Florianópolis, em geral proprietárias de estabelecimentos comerciais no centro da cidade. Era um grupo, portanto, razoavelmente estável e homogêneo. A inserção de Mário Dias na cidade se fez a partir dessas redes e também de familiares da esposa, Terezinha Cascaes. Pouco a pouco essa rede de relacionamentos alargou-se e ele foi se tornando relativamente conhecido na cidade, bem como a revista, e por meio dessa visibilidade cada vez mais comerciantes da cidade passaram a anunciar no periódico.

2.3 EDITORES E EQUIPE DE REDAÇÃO

As colaborações para a revista vinham de pessoas conhecidas na cidade e também familiares de Terezinha Cascaes, como se pode perceber pelos sobrenomes de alguns deles. O pai de Terezinha Cascaes era João Cascaes, que era primo de Franklin Cascaes, professor, artista e folclorista catarinense. Outro colaborador era Waldemiro Cascaes, irmão de Terezinha Cascaes, na época membro da magistratura catarinense e fundador e grão-mestre da Grande Loja de Santa Catarina em 1956, loja maçônica em Florianópolis.¹³ A maçonaria exerceu grande influência e poder ao longo da história do Brasil, influência que será percebida no âmbito político também em Santa Catarina. Na década de 1960 seu posicionamento em 1964 foi de apoio ao movimento militar que derrubou Jango do poder e, após o golpe, o Grande Oriente do Brasil não foi reprimido, apesar de internamente ocorrerem algumas divergências, informa Tatiana Alméri (2007: 44). Já em Portugal, no início do Estado Novo, foi aprovada uma lei contra as sociedades secretas, cujo alvo principal era a maçonaria. Não se verificou a mesma perseguição sofrida pelo Partido Comunista, mas de todo modo tratava-se da configuração de uma política contra qualquer tipo de dissidência, sobretudo pelo desejo de se libertar do passado, afirma Filipe de Meneses (2011: 189).

Retornando à rede de sociabilidades de Mario Dias e Terezinha Cascaes, havia Sandra Maria Cascaes e Julia Cascaes Pereira, que eram também colaboradoras da revista e integrantes da família de Terezinha. Julia era irmã de Terezinha Cascaes e casada com Leonel Pereira fundador da Serte (Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação), uma iniciativa de caráter caritativo. As matérias relacionadas a espiritismo na revista ficavam por conta de Julia Cascaes e discorriam sobre os espíritas na cidade e sobre a entidade assistencial. Dos nomes que foi possível averiguar, a maioria dos que colaboravam para o periódico era de pessoas com uma certa relevância na cidade. Francisco Mascarenhas era jornalista e radialista e dirigiu a Rádio Diário da Manhã de Florianópolis e a Biblioteca Pública do Estado de SC. Concorreu em 1950 pela UDN a uma cadeira à Assembleia Legislativa do Estado, ficando numa das suplências, sendo depois convocado para exercer o mandato. Dirigiu o Arquivo Público de 11 de outubro de 1960 até sua aposentadoria, a 10 de janeiro de 1961 (SOARES, s/d). A partir de 1961 passou a colaborar com textos para *Luso-Brasileira*, porém não em todas as edições. Osvaldo Melo, era jornalista e escritor e foi membro fundador da Academia Catarinense de Letras. Vários de seus textos foram publicados

¹³ Grande Loja de Santa Catarina. Disponível em: <<https://mrglsc.org.br/grande-loja/>> Acesso em 20 abr 2018.

na revista, pequenas histórias ou contos sobre questões atuais. Vilmar Teodoro era capitão aposentado do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina¹⁴ e tinha uma coluna denominada *Os heroicos bombeiros de Florianópolis* na qual abordava assuntos ligados à corporação, seu trabalho em Florianópolis, os perigos do fogo e a prevenção de incêndios.

Messias Anacleto Rosa era membro da Igreja Presbiteriana que “em 1961, assumiu o pastorado da Igreja Presbiteriana Independente de Florianópolis (SC), onde trabalhou durante 12 anos. Além de pastor, foi também capelão da penitenciária do Estado de Santa Catarina [...]”¹⁵. O reverendo iniciou sua participação na revista recebendo a incumbência de escrever um texto sobre Cuba. De maneira inesperada para o leitor de uma revista que defendia uma ditadura em Portugal, traçar elogios à figura de Fidel Castro não era algo provável. O texto, porém, adverte ao final sobre os perigos do ateísmo: “a pequena Cuba poderá ir bem em tudo, todavia no momento em que lhe faltar Deus, então faltou-lhe tudo [...]” (*Luso-Brasileira*, n.3, ago. 1961, p.5). É possível dizer que há liberdade em emitir opiniões na revista, mas que estas não se desviem demasiadamente do propósito geral de *Luso-Brasileira*. Colaborava ainda com o periódico Celso Pamplona, colunista social da cidade que no seu espaço apresentava as classes abastadas florianopolitanas e seus eventos. Nesta linha também escrevia Carlos Salum Muller com a seção *Santa Catarina em Sociedade* e *Florianópolis em Sociedade*. São estes alguns dos nomes e perfis dos colaboradores da revista nos primeiros anos de sua publicação. As seções da revista, no entanto, não são regulares, e esta é uma característica bastante marcante, pois apareciam publicadas irregularmente. De qualquer maneira, neste momento inicial percebe-se uma abundância de textos e autores com conteúdos a serem publicados em *Luso-Brasileira*.

O nome de Terezinha Cascaes Dias constava como diretora-proprietária da *Revista Luso-Brasileira* junto com o diretor Mario Fernandes Dias. Ela possuía também uma seção no periódico com título *Falam os professores*, na qual abordava o universo da sala de aula e dos professores. Também havia duas colunas dirigidas por ela em que tratava de assuntos domésticos e femininos: *Para você minha amiga* e *O Cantinho do seu Lar – conselhos, correio feminino e culinária*. Escrevia ainda na seção *Página Infantil* com contos infantis. São temáticas bem apropriadas para uma revista de variedades, com assuntos dedicados principalmente às mulheres e ao espaço doméstico, o que em princípio uma revista de variedade iria oferecer. Terezinha Cascaes teve participação constante durante os 18 anos em

¹⁴ Informação disponível em: MENEZES, Roberto Rodrigues de. Ao correr do teclado. **Capitão Vilmar Teodoro.** [Blog] Disponível em: <<http://roberto-menezes.blogspot.com.br/2010/08/capitao-vilmar-teodoro.html>> Acesso em 17 jan 2018.

¹⁵ Trecho de texto sem data, autoria e local, escrito por ocasião da jubilação do reverendo.

que a revista foi publicada. Aparecia no expediente como diretora comercial, no entanto sua contribuição no que diz respeito ao conteúdo se restringia a questões femininas levantadas: lar, moda, educação dos filhos e docência. Todas ligadas ao universo privado e feminino. É evidente que ela teve fundamental importância na elaboração, manutenção e construção de uma rede de sociabilidades na qual a revista e também o editor se inseriram, no entanto o protagonismo da revista ficava por conta de Mario Fernandes Dias e de todos os colaboradores.

Havia um intento em demonstrar que seus colaboradores não eram profissionais, peritos no trabalho jornalístico, mas possuidores de uma *missão* e vontade de unir os dois povos, portugueses e brasileiros, trabalhando juntos na publicação com o objetivo de fazer com que também os dois países juntos fortaleçam seus laços. Portugal terá um espaço naquelas páginas e conhecerá o progresso brasileiro. “Progresso” que é importante se propagar num momento de tensões nas colônias portuguesas, “progresso”, argumento que se poderia usar na negociação com os movimentos de independência, pois poderiam vislumbrar no Brasil o seu horizonte de expectativas diante de um presente desolador.

2.4 A ESCRITA COMO *MISSÃO DE CIDADANIA* E A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL

A *missão* proposta pelo primeiro editorial da *Luso-Brasileira*, ao se fazer uma incursão mais profunda sobre o papel do emigrante português, mais particularmente pelo português Mario Fernandes Dias, nos faz compreender o quão representativo para o projeto de emigração do Estado Novo este evento pode ser. Ao deixar Portugal, o emigrante não se desliga de seu país, leva o país consigo, dá seu apoio ao regime onde quer que esteja. Dá provas da sua cidadania mesmo distante do seu país, a ‘cidadania’ tal como era pensada pelo Estado Novo, na qual o “português como cidadão tem a única função de referendar o poder constituído [...] parte integrante de um recorte nacional, no qual ele não possui, contudo, nenhum poder decisório” (PAULO, 2000:44). Ser cidadão nesse contexto era estar ao lado do regime, corroborando suas ações sem críticas, sem reivindicar participação. O Brasil era visto como “país irmão”, expressão evocada para acentuar uma determinada relação que se busca construir entre os dois países e sua condição de dividirem grande parte de suas histórias e a língua. Para Portugal, sobretudo no contexto político da década de 1960, afirmar ter o Brasil como país irmão era uma forma de apresentar essa relação permeada de raízes, boas relações e familiaridade. Eduardo Lourenço, sobre esta relação, que não considera próxima, lembra as

diferenças entre o discurso português sobre o Brasil e a forma como o Brasil vê Portugal: “o discurso português sobre o Brasil [...] é uma pura alucinação nossa, que o Brasil — pelo menos desde há um século — nem ouve nem entende” (LOURENÇO, 2001:136-137). Para o autor a distância que se colocou entre o Brasil e Portugal não é percebida da mesma maneira para os dois países, pois o Brasil se encontra bem mais distante de Portugal. A isto refere que “[...] o Brasil parece [...] cometer um parricídio, mesmo inconsciente, vivendo-se, como realmente se vive, nos seus textos, nos seus sonhos, nas suas ambições planetárias, como uma *nação sem pai*” (LOURENÇO, 2001:136-137). Para o autor há motivos para os brasileiros comportarem-se como se fossem *filhos de si mesmos*. Não seriam os brasileiros os responsáveis por colocar ‘entre parênteses’ as suas raízes portuguesas

como recusa da relação obcecante de uma origem *vinda de outro lugar*. São os próprios portugueses a fonte da diluição dos laços com Portugal. Tudo se passa como se tivessem ido para o continente brasileiro para por lá se perderem. Por lá se perderam. No Brasil, Portugal está em todo lado e em lado nenhum (LOURENÇO, 2001:158).

Os portugueses que chegaram ao Brasil se transformaram logo em brasileiros, não se constituíram num pai de um novo povo, mas eram eles os pais de si mesmos. Essa reflexão de Lourenço o leva a concluir que a comunidade luso-brasileira é um mito inventado unicamente pelos portugueses, e que não é minimamente vivida pelo lado de cá do Atlântico. Diante desse contexto é possível compreender que a luta pelo fortalecimento de *laços* entre brasileiros e portugueses é uma tarefa que vai na contramão dos eventos históricos passados entre os dois países.

Neste sentido, no cenário de migração de portugueses para o Brasil, há um constante interesse em imprimir no português que emigra uma marca possível de ser transportada para qualquer local e que o lembrará de seu papel no interior do corpo da nação Portugal. Para Heloísa Paulo, é como se o cidadão português aparecesse como uma representação ‘metafórica’ da ‘Nação’. Portanto, a função do português é uma só, vivendo em Portugal ou como emigrante. E continua a autora: “os emigrantes, assim como os seus filhos, são, em princípio, considerados portugueses e sujeitos [...] à autoridade do regime. [...] o Estado Novo vai recorrer a [...] meios para que a sua mensagem seja incorporada pelos portugueses emigrados” (PAULO, 2000:53).

Esta não era uma tarefa simples, pois para manter a influência e garantir a propaganda do regime em um país distante como o Brasil havia a necessidade de um engenhoso aparato institucional. Esse aparato entrava em funcionamento já no país de origem, pois havia todo

um conjunto de fiscalização do regime por meio de entrevistas a quem desejava emigrar, que impedia, por exemplo, a vinda de famílias inteiras para o Brasil, evitando assim que os laços com Portugal fossem cortados; também o estado de saúde era averiguado, mas mais importante ainda era a certificação de que os emigrantes fossem alfabetizados, sendo que em 1955 é criada a “exigência formal do exame da 3^a classe do então ensino primário elementar” (PAULO, 2000:72). Havia a preocupação de que os emigrados não “desprestigiassem a Nação”¹⁶ e não prejudicassem o “bom nome do país”. É importante destacar que os custos da viagem ao Brasil não eram baixos e o processo não era simples. Uma viagem para o Brasil na década de 1950 era o equivalente a seis vezes o salário de um trabalhador de baixa renda em Portugal, além de outras taxas obrigatórias. Isto para dizer que “quem emigra está longe de ser o proletariado rural” (PAULO, 2000:79).

Além das exigências e controles feitos ao emigrante ainda em Portugal, era preciso, portanto, que as ligações continuassem na terra de destino. Para este fim, direcionados aos portugueses no exterior foram utilizados panfletos de propaganda, boletins, folhetos informativos e também os discursos de propaganda.¹⁷ Tipos variados de mensagens para alertá-lo sobre a nova terra, consolá-lo por deixar Portugal e lembrar ao emigrante das suas obrigações.

Em 1947 por meio do Decreto-Lei n. 36.558 em 28 de Outubro foi criada pelo Governo português a Junta de Emigração, ligada ao Ministério do Interior, com o objetivo de regular os fluxos emigratórios em consonância com os superiores interesses nacionais (GALVANESE, 2013:52). Um vasto material será produzido por esse órgão no que se refere à emigração e aos emigrantes. O caderno *Nós, os Emigrantes...*, produzido pela Junta de Emigração em 1954, tinha distribuição gratuita e constituía-se em uma espécie de manual para quem emigrava. Escrito na primeira pessoa do plural, seus textos parecem mais um relato dos emigrantes num pronunciamento coletivo. “Nós, os EMIGRANTES, aspirávamos de há muito, a possuir um LIVRO que nos fizesse sentir a PÁTRIA junto de nós [...]” (JUNTA DE EMIGRAÇÃO, 1954:5). E continua empregando termos referentes ao português que

¹⁶ (Preâmbulo do Decreto nº16.782, de 27 de Abril de 1929, in: **Diário de Governo**, I^a série, nº 95, p.1047. apud, PAULO, 2000:71) Desde 1929 os decretos que estabelecem as exigências para os emigrantes vão sendo alterados, pois na prática essas exigências não são atendidas. Em 1941 o Anuário estatístico mostra que naquele ano 607 emigrantes que entraram no Brasil eram analfabetos, cerca de ¼ do total, apesar das disposições legais contrárias em ambos os países (PAULO, 2000). No entanto a preocupação com a qualidade do emigrante permanece pelo tempo em que a emigração ocorre.

¹⁷ O Boletim de Emigração, publicado pelo Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, é destinado a fornecer informações gerais para quem emigra, como descrição dos contratos de patronatos de emigrantes, índice de preços das passagens, listagem dos agentes autorizados, possibilidade de colocação para os emigrantes e decretos relacionados com a emigração. Os panfletos de propaganda da Junta de Emigração, destinados a elucidar o emigrante a respeito do processo emigratório (PAULO, 2000, 86-86).

emigrava com forte apelo nacionalista e de comprometimento com Portugal: irradiação de lusitanismo, trabalho persistente, alma soberana. Finaliza o prólogo com o trecho: “são esses portugueses *emigrantes* que irão tornar-se *Cidadãos do Mundo*, sem deixarem de ser, nobremente, *Cidadãos de Portugal!*” (JUNTA DE EMIGRAÇÃO, 1954:9). A emigração foi assumida pelo Estado como sendo de alguma forma vantajosa para o regime, vista como um mal necessário, mas também como última solução para diminuir o excesso populacional e aumentar o rendimento da população (SANTOS, 2014:178). Quem emigrava não poderia ser “perdido de vista” pelo regime. E a ele era recordada sua missão de cidadão de Portugal, tal como exorta o manual:

Os verdadeiros Emigrantes, - que não são os agitadores facciosos, - indesejáveis no próprio país, - mas sim os trabalhadores inteligentes e abnegados que, - a custa da separação do seu lar [...] ao verem-se longe de Portugal, congregam-se em prestimosas associações, por eles fundadas, em que expandem o seu patriotismo, mais com obras do que com palavras, no pendor natural [...] de praticarem o bem e serem úteis ao seu próximo (JUNTA DE EMIGRAÇÃO, 1954: 30).

Exorta-se o trabalho, a abnegação, a busca por associação com outros portugueses e a fidelidade ao regime. Associar-se, precisamente, para manter sua *portugalidade* que remetia ao Portugal de Salazar. E assim os emigrantes eram cercados pelo governo português para impedi-los de se engajarem em ideologias contrárias às ideias propagadas pelo Estado Novo. E são as palavras do próprio Salazar que serão utilizadas para falar das semelhanças entre Brasil e Portugal, o que não ocorre de maneira fortuita.

Acho que o Brasil, do tamanho dum continente, exuberante de riquezas, estuante de atividades, e com a força da sua unidade política e moral, constitui o mais precioso exemplo do êxito dos nossos métodos: Portugal e o Brasil, durante séculos, tiveram vida comum (JUNTA DE EMIGRAÇÃO, 1954: 10).

Elogiar o Brasil significava também elevar Portugal e transformar o português emigrante em um protagonista da exuberância que então se tornou o Brasil, nas palavras de Salazar. E Portugal, por meio da comunidade de falantes da língua portuguesa, liga-se ao Brasil, participa da sua história, tem laços “inquebrantáveis” com esse país. O emigrante representava o laço que unia os dois países, é quem aproximava a “grandeza” do Brasil a Portugal.

Ao Brasil – um dos maiores países do mundo – ligam-nos laços espirituais, morais, étnicos e linguísticos inquebrantáveis [...]. Mais de oitenta mil indivíduos falando a língua portuguesa constituem hoje a comunidade luso-brasileira no mundo. (JUNTA DE EMIGRAÇÃO apud PAULO, 2000:89).

Para quem deixou o país, essas eram leituras que possibilitavam uma maior aproximação com o regime português e com a nação. Criava-se por meio desses elementos que apelam às raízes nacionais, ao patriotismo e à tese da “afetividade histórica”— pela qual existiria um laço afetivo natural de irmãos entre os dois países — um laço com o emigrado que ao mesmo tempo e discretamente o inseria, ou melhor, não o deixava de fora das demandas políticas de Portugal com o Brasil. A referência à língua como o liame da comunidade luso-brasileira, o elemento central além de um passado histórico em comum, foi algo com frequência citado em textos e discursos do Estado Novo. As histórias conectadas entre esses dois povos foram possibilitadas e reforçadas porque havia e haveria sempre o inexorável fator linguístico. Utilizá-lo como elemento formador de “laços” entre brasileiros e portugueses foi crucial para fortalecimento da comunidade luso-brasileira. A importância da língua está no

[...] seu papel na comunicação e na interconectividade, por ser um veículo de transmissão de ideias e de inovações tecnológicas, mas também de dados culturais como a herança e a consanguinidade, os laços de familiaridade e os sistemas de coesão social sedimentados ao longo do passado histórico (FERNANDES, 2008, apud MACIEL, 2010: 30).

Utilizar esse veículo era uma forma de criar a comunidade luso-brasileira, que não correspondia a uma realidade naturalizada tão somente por haver portugueses e brasileiros que se relacionavam no interior do Brasil ou Portugal, mas que era preciso construí-la, criar um sentimento de pertencimento a esta comunidade.

O intenso fluxo emigratório português nos séculos XIX e XX “[...] levou Portugal à adoção de uma concepção alargada de país, considerando não o território, mas o povo de língua portuguesa. É um conceito de nação dispersa [...], fazendo com que as relações de Portugal com tais comunidades se acentuem” (LANG, 1999, apud OLIVEIRA, 2003:3). Para além do Tratado de Amizade e Consulta assinado em 1951, firmado no âmbito das relações governamentais, a amizade, elemento fortalecedor da comunidade, deveria ser construída por outros meios, meios que fossem capazes de produzir um sentimento de ligação a uma comunidade que não deveria ser somente um ajuntamento dos falantes da língua portuguesa, mas que fossem unidos por outros interesses.

2.5 A REVISTA NO CONTEXTO DO SALAZARISMO

O regime português acentuou suas relações internacionais por diversos meios e as revistas de variedades também foram parte dessas estratégias de inclusão, aproximação e ligação do Estado Novo com o emigrado e também apoiador do regime no Brasil. As revistas poderiam ser um forte elo entre Portugal e o português ausente, pois poderia envolver toda a família nos mesmos temas que vão de culinária até ações do governo de Salazar. Ao mesmo tempo em que atraía a mulher emigrada, com os temas tradicionalmente a ela direcionados, é dada à leitura também dos homens, pressupondo-se que se interessavam por temáticas políticas e econômicas. A *Revista Luso-Brasileira* pretendia-se direcionada a todos na família, e diante disso é possível caracterizá-la como uma revista de variedades. Ela não se autodenominava de variedades e nem política, e não se apontava como uma revista neutra sem teor político. As notícias e informações apareciam conforme os editores acreditavam que fosse necessário tratar determinados temas, políticos ou não.

As ideias políticas, religiosas e morais, entre outros temas, estão dispersas nas páginas das revistas ditas de “variedades”, nas variadas notícias e conteúdos e muitas vezes passam sem serem notadas. Afirma Sirinelli que “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão” (2011: 249). A reunião de um grupo de intelectuais em torno da *Revista Luso-Brasileira* criava esses espaços de sociabilidade, formadores e divulgadores de ideias que naquele momento fermentavam no espaço político nacional e internacional, sobretudo no que concerne à relação entre Brasil, Portugal e as colônias africanas.

A textualidade da publicação aqui pesquisada direcionava-se ao público em geral, mas é possível perceber que privilegiava bastante o público português, buscando criar e acentuar *laços transatlânticos*. Uma boa parte das matérias era voltada ao público português nesses primeiros anos da revista. Ao intitular uma matéria *Belezas e costumes de Portugal* e junto dela uma foto do rio Tejo, o editor está ao mesmo tempo trazendo uma recordação para o leitor português e o conhecimento das terras portuguesas para o leitor brasileiro. No texto citado o próprio Mario Dias escreve sobre as belezas e encantos de cidades em Portugal, sobre as festas e sobre locais.

A prática de anunciar as peculiaridades das terras de Portugal como atividade propagadora do país para o mundo não se dava por acaso. O turismo no Estado Novo, sob a tutela de António Ferro (1933-1948), ganharia um aspecto “como uma arma de propaganda

político-ideológica do Estado Novo, instrumento privilegiado para o reconhecimento internacional” (RIBEIRO, 2015:99). Para isso se promoveu a “estetização da cultura portuguesa que investiu na idealização do bucolismo”, em que a vida camponesa era “um espaço de excelência para a transformação de uma Nação pretensamente genuína e pitoresca” (CABRITA, 2010: 130). Esse bucolismo e a vida camponesa são imagens que se buscava transportar para o emigrante português e também para quem quisesse conhecer Portugal, associando-o a um país construído sobre a terra, voltado para os ideais do campo, de trabalho, família, o Portugal pitoresco. Ao iniciar a década de 1950, porém, já com António Ferro afastado do SNI, a atividade turística terá um papel diferente do que vinha ocupando até então. Passaria a ser considerada uma área de atividade econômica relevante, e não mais encarada como uma “forma de um constructo ideológico” tal qual havia sido delineado por Ferro (GONÇALVES, 2012:101).

Os registros das belezas naturais e do folclore de Portugal se apresentavam quase como corriqueiros e sem importância, todavia transportavam uma carga emocional e de forte enaltecimento da nacionalidade portuguesa, algo que neste momento era de bastante importância para o Estado Novo, pois significava atrair os olhares de potenciais turistas para Portugal e ainda reunir portugueses em torno do imaginário da *portugalidade*. Por meio destas narrativas, publicações deste tipo sustentavam a identidade portuguesa, pois traziam à lembrança o passado no além-mar, os locais que ligam os leitores a Portugal e que compõem o ser português. “Ser português e afirmá-lo é, portanto, para o imigrante, um traço que, para além de definir a sua identidade, o distingue, para o bem ou para o mal, da sociedade envolvente”, lembra Paulo (2000:250). Buscar uma distinção e manter essa distinção, criar um laime entre os portugueses emigrados e ainda construir uma identidade portuguesa como apoiadores do regime na ex-colônia, era o que desejava o regime português para seus emigrados no Brasil. Isso ocorria com mais força e nitidez em cidades maiores como o Rio de Janeiro e São Paulo, onde havia um grupo maior e mais homogêneo de portugueses. Já em Florianópolis, o grupo de lusos era disperso e muitas vezes indiferente à agremiação. Contudo, por meio do editor, a publicação procura constituir uma coletividade, no sentido de trazer Portugal aos seus patrícios.

Os textos da revista vão assim se constituindo. Na seção *Curiosidades para você*, Portugal está de novo presente no conteúdo e mais explicitamente ainda na seção *Portugal em Marcha*, em que quatro notícias políticas sobre o país se apresentam e numa delas a situação da questão colonial com o título *Benção Norte-americana – A penetração do comunismo em Angola*. Esse era um tema recorrente em *Luso-Brasileira* e é possível perceber a posição

política colonialista adotada pela revista, num consentimento com o direcionamento do regime português. Para Heloisa Paulo (2000:160): “[...] a cultura popular, juntamente com o culto da história ou profissões de fé ideológicas, transforma-se em elemento de agregação e de um sentimento de ‘nacionalidade’ que se torna mais forte fora de Portugal”. A autora se refere amplamente às associações e seus grupos folclóricos, o que não é o caso de Florianópolis, no entanto essa apreciação pode ser considerada válida também neste caso, pois podem ser consideradas as questões veiculadas na revista. As “profissões de fé ideológicas” a que se refere apresentam-se repetidamente na publicação quando se posiciona a favor do colonialismo, e a favor do Estado Novo em Portugal, ou na defesa das ações governamentais de Salazar. Não menos importante que as profissões de fé como elemento do “sentimento de nacionalidade”, haverá o culto da história, o que é outra temática frequente nas páginas da *Luso-Brasileira*. Sentimento de nacionalidade que passa pela capacidade de imaginar a nação, de acordo com Benedict Anderson (2008). Imaginar a nação distante, a comunidade portuguesa espalhada pelo “império ultramarino” formador da nação, imagem esta que deveria ser resguardada e estimulada por meio de imagens e lembranças da sua história. Manter o português que emigra próximo ao regime, próximo da sua “pátria”, como seu representante e compromissado com a ideologia do regime era algo necessário para a sobrevivência do regime nos anos que se avizinhavam. Diante desta percepção é emblemática a afirmação:

Deixamos Portugal, por amor a Portugal. [...] Levámos connosco o seu glorioso Nome a outras Nações, em que o queremos ilustrar com as nossas vidas consagradas ao Trabalho e com a lealdade e dedicação que nos merecem esses Países que aceitam a colaboração portuguesa para o seu Progresso (JUNTA DE EMIGRAÇÃO, 1954: 5).

Entende-se que o emigrado está comprometido com sua nação através do *trabalho* e *lealdade*, por Portugal e pelo Brasil. A *Revista Luso-Brasileira* vai permeando suas páginas com temas que façam essa conexão entre emigrados e seu país de origem, entre brasileiros e sua história com Portugal, e entre os dois povos. Estratégias que o Estado Novo português fazia uso para sustentar o regime e todo o seu ideário por meio da tentativa de unir a totalidade dos seus habitantes em torno de um conjunto de ideias que remetia ao sentimento lusitano, as raízes rurais, aos “heróis” do passado, ao líder.

Na matéria intitulada *Glórias para o Brasil e Portugal*, o texto em questão, escrito por Mário Dias, abordava os “heróis” do ar portugueses, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que em 1922 retornavam do Brasil na primeira viagem aérea que atravessou o Atlântico Sul.

Narrava-se: “A cidade [Lisboa] despertava para o contentamento, o que vinha provar estar o Brasil mais unido a Portugal, pois de futuro os aviões cruzariam o Atlântico” (*Luso-Brasileira*, n.1, maio, 1961, p.7). O texto integral relembra aos portugueses os seus personagens importantes, seus “heróis”, uma forma de imaginar a nação e este pequeno trecho em particular evidencia a união almejada entre os dois países. Na mesma página, numa pequena nova seção denominada *Caricatura*, lembra o “herói” dos ares do Brasil, Santos Dumont. Ao abordar resumidamente sua vida e sua morte afirma que “a sua ideia valeu, o seu invento foi aceito, e finalmente a sua figura pequenina não mais saíra da história dos heróis brasileiros” (*Luso-Brasileira*, n.1, maio, 1961, p.7). Uma página para relembrar aos brasileiros e portugueses seus heróis dos ares, dos personagens que permeiam a história dos “países irmãos”.

A imagem de Salazar vai aos poucos sendo inserida na publicação, trazendo ao imaginário social de leitores e leitoras de Portugal e do Brasil a presença de um Salazar que fala aos seus cidadãos, em Portugal ou fora dele. Cabe aqui considerar o conceito de imaginário social proposto por Bronislaw Baczko, o qual o entende como

[...] um aspecto da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade dos seus produtos. [...] através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (BACZKO, 1985:309)

A partir daí é possível compreender como o imaginário social do emigrante português reproduz e reforça seus gostos e sentimentos, mesmo num país distante, mesmo inserido numa cultura diferente da sua. A publicação, ao remeter imagens e aos contextos da nação portuguesa nas matérias, realiza um trabalho de fortalecer a identidade nacional lusa. E assim, já no seu primeiro número, abaixo de uma visível foto de Salazar, inicia-se o texto *Salazar falando à Nação*.

Falando para todos portugueses, o Sr. Prof. Oliveira Salazar se dirigiu à nação, com um notável discurso que foi um exemplo de patriotismo, de inteligência e de dignidade. Esclareceu a nação quanto ao presente e ao futuro, contou serenamente o panorama atual do mundo, as críticas e ofensas ao Ultramar Português, a sua voz foi a voz da Pátria, avisando os atrevidos que Portugal não dorme, o alerta e a nossa força, será o suficiente para dar ao mundo uma lição de que somos vigilantes e unidos aos povos que nos admiram e respeitam. (*Luso-Brasileira*, n.1, maio, 1961, p.10)

O texto não tem data nem local, seu discurso atravessa o tempo e as fronteiras. O importante aqui é que sua mensagem chegava aos portugueses emigrados, apresentando os problemas que Portugal ainda sofria no cenário internacional por conta de sua política no Ultramar, lembrando dos países que hostilizavam esta política. E adverte que a ligação com os povos que o “admiram e respeitam” é a sua força. O Brasil é um desses países, sua histórica amizade com Portugal deveria ser reforçada para que conseguisse perseverar a política africana. As relações com o Brasil começavam a sofrer as consequências da PEI (Política Externa Independente) e, portanto, as relações com a comunidade portuguesa no Brasil se tornavam estratégicas para que a sua influência política não esmorecesse. E conclui o texto da *Luso-Brasileira*: “Salazar mais uma vez acordou os debates na ONU (Organização das Nações Unidas). Daqui desta terra brasileira, portugueses e brasileiros nos unimos para fortalecer mais e mais os laços de amizade...” (*Luso-Brasileira*, nº1, maio, 1961, p.10). Havia uma preocupação grande do regime do Estado Novo com relação às guerras de independência iniciadas em Angola, portanto, mais ainda os laços de amizade com o Brasil necessitavam ser fortalecidos, sobretudo no que diz respeito à atuação conjunta na ONU. A revista se colocava como intermediária da voz de Salazar entre os portugueses no Brasil. Ao mesmo tempo em que atingia os brasileiros sensibilizando-os para os propósitos do salazarismo, em relação aos quais a revista se colocava como defensora.

As temáticas políticas de *Luso-Brasileira*, citadas anteriormente, são sucedidas na página seguinte por três receitas culinárias: bacalhau ao forno, pastéis de bacalhau e caldo verde, receitas tipicamente portuguesas. As receitas culinárias neste contexto são elementos que compõem a identidade portuguesa e sua veiculação na revista traz para a realidade do português emigrado as lembranças da sua terra natal, mantendo o imigrante conectado às vivências passadas em Portugal. São temáticas que reforçam o sentimento de *portugalidade*, apresentadas como uma forma de criar esse enlace e o retorno às raízes portuguesas.

Na seção intitulada *O Brasil em Marcha* a matéria exibida aborda a política econômica do presidente Jânio Quadros. “Para salvar o país da ruína total, endividado que está, o Presidente Jânio Quadros promoveu a reforma cambial. Acabou com o dólar de privilégio que enriquecia uns poucos e empobrecia a Nação” (*Luso-Brasileira*, nº1, maio, 1961, p.12). A revista apresentava uma matéria laudatória dos feitos de Jânio Quadros na economia. Não se menciona nesta referência a Jânio ressentimento acerca da sua política externa crítica aos posicionamentos do governo Salazar na África ou às relações econômicas estabelecidas com países socialistas. E, ao fim da matéria, um trecho que confirma a anuência da revista a sua política econômica: “quanto ao Presidente, que prossiga em sua dura missão de sanear a

economia nacional de seus vícios e defeitos que a têm comprometido” (*Luso-Brasileira*, nº1, maio, 1961, p.12).

Na continuação, *Luso-Brasileira*, em texto escrito por Mario Fernandes Dias, apresenta um conjunto de temas bastante emblemáticos e de maneira simbólica neste primeiro número. O extenso texto foi intitulado *Relembrando o Infante Santo quando Portugal e Brasil deram as mãos*, e nele Dias relembrava Juscelino Kubitschek, Infante Dom Henrique e da saudade da terra. A matéria começa recordando a visita de Juscelino a Portugal, que se realizou em agosto de 1960 nas comemorações do V Centenário do Infante Dom Henrique. Mario Dias relembrava um episódio ocorrido oito meses atrás, mas não informava a data na matéria:

Vai longe aquele dia em que o povo luso, recebia a ilustre visita do Dr. Juscelino de Oliveira. Tendo em vista que a nossa revista é um laço de união que une os dois povos irmãos, eu pretendo gravar esse acontecimento na lembrança de milhares de portugueses (*Luso-Brasileira*, n.1, maio, 1961, p.15).

A função da revista era a de manter viva na lembrança dos portugueses a ligação fraternal entre portugueses e brasileiros, a qual foi uma marca de governos passados, e que deveria continuar sendo a marca entre os dois povos. Prosseguia: “o Brasil visitava a terra mãe, ia levar-lhe um abraço de saudades de outros tantos portugueses, espalhados por este torrão brasileiro, por esta terra que Cabral descobriu” (*Luso-Brasileira*, nº1, maio, 1961, p.15). A saudade da terra é um tema recorrente na narrativa da revista e, como português emigrado, o editor acabava por colocar-se na condição de cidadão português saudoso da sua terra, mas que, no entanto, atuava como um representante do governo na ex-colônia, trabalhando para fortalecer o enlace entre os dois países.

E continuava:

Lisboa viveu uma festa digna, o Tejo com as suas barquinhas, ao longe o monumento a Cristo-Rei, desta forma meu coração parece estar batendo fora do normal, talvez porque estou recordando a minha terra natal, a minha querida e sempre bonita Lisboa, as ruas limpas, o palácio de S. Bento onde mora o Sr. Presidente do Conselho Dr. Oliveira Salazar, o professor que com a sua inteligência tem levado Portugal a destacar-se no mundo inteiro (*Luso-Brasileira*, nº1, maio, 1961:15).

Ao mesmo tempo em que expressava sua saudade da terra natal, o autor se colocava como voz que representava a de outros portugueses e portuguesas que estão longe de Portugal. Junto com a saudade e das belezas das ruas de Lisboa, revelava sua impressão positiva do ditador Salazar que nestas linhas são bastante evidentes. E ainda neste tom

elogioso: “Pela mão de tão brilhante alma o meu Portugal distante continuará em paz e em prosperidades. Além de tudo a minha missão é unir mais os dois povos irmãos” (*Luso-Brasileira*, n.1, maio, 1961:15). E mais uma vez salientava a sua missão, em primeira pessoa, que era também a da publicação. É um texto repleto de significados, de um emigrado assumindo a condição de ‘cidadão’, dentro dos moldes impostos pelo Estado Novo e, portanto, de alguém que se coloca como peça nessa engrenagem do regime, de propaganda, apoio e rede de cidadãos portugueses.

A referência aos heróis portugueses se apresentava neste número de forma incisiva e, ao abordar o Infante Dom Henrique, toma-o como mais um herói que unia brasileiros e portugueses. Salienta:

Ele marcou com a sua inteligência o rumo do mundo nos 500 anos seguintes ao do seu nascimento. Com a sua idéia, os missionários foram para a África, ali espalharam a semente das Sagradas Escrituras. Deus se serviu do Infante para evangelizar outras gentes e desbravar outras terras.

A história de Portugal está repleta de heróis, as suas páginas nos contam as dinastias, os reis e suas gerações, e depois o descobrimento do Brasil, este mundo novo na sua marcha de progresso e paz (*Luso-Brasileira*, n.1, maio, 1961:16).

O descobrimento do Brasil estaria ligado a este evento que inaugurava um tempo de “progresso” para esta terra. A revista, como uma publicação que era distribuída também em colônias portuguesas na África, agia como defensora da atividade colonizadora, contrária aos movimentos de independência que começam a se estabelecer e mobilizar em Angola. Elogiar o empreendimento da Escola de Sagres e toda a atividade colonizadora portuguesa, bem como o “progresso” daí advindo para a ex-colônia Brasil era uma forma de corroborar com o regime salazarista. Ao mesmo tempo em que elogiava a aproximação do ex-presidente JK a Portugal e toda a amizade construída entre eles, mostrava aos leitores brasileiros o quanto é justificável essa união, pois o Brasil teria muito a reconhecer pelo trabalho dos “heróis” portugueses.

Os heróis e personagens portugueses serão temas recorrentes na *Revista Luso-Brasileira*. Retratá-los era remeter a um passado de glórias e tornar presente seus feitos que glorificavam a pátria portuguesa. Na publicação de junho-julho de 1961 na seção *Glórias das Letras Portuguesas*, Mario F. Dias assinou um texto com o título *Camões*. Inicia chamando a atenção para o sucesso do número anterior da revista, primeiro exemplar do periódico. Afirmava que “depois do êxito do nosso primeiro número, volto o meu pensamento para longe, ao lugar onde nasci e também em justa homenagem ao lírico Camões, aquele que foi infeliz no fim da vida” (*Luso-Brasileira*, n.2, jun, 1961, p.4). Trazer Portugal e seus mitos para o imaginário dos emigrados portugueses seria uma forma de alimentar a identidade

portuguesa fora de Portugal. Isso seria essencial para que também as políticas do país luso se efetivassem por meio do cidadão português espalhado pelo mundo. A identificação com elementos da cultura portuguesa aproximava os portugueses do seu passado e das questões do seu presente.

No texto, escrito em página inteira, sob o título *A Igreja de Fátima do Estreito* Mário Dias, que nestes primeiros números assina grande parte dos artigos, ao final da matéria sobre as aparições em Fátima e a coincidência de ter na cidade para onde emigrou uma Igreja de Fátima, apresentava uma entrevista com o padre da paróquia. Nesta entrevista algumas perguntas chamam a atenção como: “- O que nos diz da expulsão dos padres em Cuba?” e “- O que entende o senhor por Comunismo?”, para as quais o padre responde que “- É uma doutrina social que procura estabelecer regimes de governo contrários aos interesses democráticos e contrários aos direitos do indivíduo e aos direitos de Deus” (*Luso-Brasileira*, nº2, jun/jul, 1961, p.5). Respostas que já eram presumidas e meios para elucidar a posição da revista em relação ao tema Comunismo e Igreja Católica. Demonstrar nas matérias a defesa do pensamento da Igreja Católica ligava a revista às posições do Estado Novo português na questão religiosa. Diante do contexto da Guerra Fria, a participação da Igreja Católica no Estado Novo se afirmava, efetivamente, por meio de uma postura de combate entre o bem e o mal, ou entre “civilização cristã” e o comunismo (SIMPSON, 2012).

No seu caráter de variedades, também notícias sobre o Estado de Santa Catarina circulavam na revista. No ano de 1961, na seção *Santa Catarina em marcha*, uma longa matéria, distribuída por completo em duas páginas abordava o ensino no Estado: *O Governador Celso Ramos e o Ensino*. Elencava as suas promessas como candidato e após vencer as eleições suas ações nesse campo. Na página seguinte o tema continuava sendo ensino: *A Faculdade de Medicina de Santa Catarina*, em texto de Mario Dias, no qual se refere à inauguração da Faculdade de Medicina em 18 de fevereiro de 1960. Duas matérias que apresentavam os avanços da política educacional do Estado e demonstravam o esforço dos editores em colocar-se como apoiadores das atividades do Governo no âmbito educacional. A relação amigável com a política estadual se colocava em inúmeras matérias, como por exemplo, na seção acima citada, em que se faz uma mostra das atividades do governo estadual, seus desafios e avanços, enfim, textos que intencionavam elogiar as ações do governo. Essa era uma prática constante em todas as edições da revista nos governos subsequentes, em que longas matérias sobre ações dos governantes estaduais eram veiculadas pela revista, numa espécie de propaganda mal disfarçada.

Ao apresentar o turismo na cidade, a *Luso-Brasileira* convidava a explanar o tema o colunista e jornalista Osvaldo Melo, o qual possuía uma coluna diária no jornal *O Estado*. Em texto intitulado *Florianópolis e o Turismo* ele apresenta uma cidade que está despertando para o turismo com a sua “natureza exuberante, luxuriosa, riquíssima” (*Luso-Brasileira*, n.2, jun/jul, 1961, p.18). O texto expõe os aspectos das belezas naturais da cidade propícias para a recepção dos turistas, no entanto aponta alguns entraves para que essa recepção ocorresse. Escreve sobre Florianópolis: “Lugar próprio para o turismo será aquele que, além de apresentar tudo que possa recrear e distrair o turista, ainda possa contar com boas estradas, acomodações se bem que não luxuosas, mas que apresente pelo menos, conforto, higiene e bom passadio” (*Luso-Brasileira*, n.2, jun/jul, 1961, p.18). Seu desejo era de que melhorias e modernizações ocorressem na cidade para torná-la lugar próprio para o turismo. Continua: “Os homens estão preparando-se para encaixar a admirável tela em moldura condigna e rica” (*Luso-Brasileira*, n.2, jun/jul, 1961, p.18). Reinaldo Lohn afirma que o colunista Osvaldo Melo, na sua coluna no jornal *O Estado* “durante anos pregou o crescimento a qualquer custo da cidade, incentivando um verdadeiro ‘bota-abixo’ dos antigos edifícios do centro [...]” (2002:243). Posição que se coaduna com o texto escrito para a *Luso-Brasileira* e que ao mesmo tempo demonstra, em princípio, o posicionamento político do corpo de jornalistas e escritores que compunham o quadro da publicação neste seu período inicial. E confirmando essa postura, prossegue Melo “Florianópolis, quero crer, está sendo descoberta para se tornar cidade do turismo. Mas para que o seja de fato, e em verdade, devem se dar as mãos governo e iniciativas particulares” (*Luso-Brasileira*, n.2, jun/jul, 1961, p.18). Qual o preço para essa descoberta e para o “dar-se as mãos” de governo e iniciativa privada ainda não se sabe.

Ao noticiar informações políticas e sociais sobre o país luso na seção *Notícias do Portugal* a revista faz apontamentos sobre a situação da guerra colonial:

Gesto louvável em favor das crianças de Angola, promoção do nosso colega Diário Popular. Todos os lares de Portugal se abrem numa iniciativa digna, para serem recebidas as crianças angolezas. Até que seja amainado o temporal dos terroristas que matam e atacam as aldeias das famílias da colônia, essas crianças estarão em segurança. (*Luso-Brasileira*, n.2, jun/jul, 1961, p.20)

Novamente a *Luso-Brasileira* se posicionando em relação às guerras coloniais, e ao abordar o tema vale-se do termo “terroristas” se referindo aos movimentos de independência em Angola, opondo colonos a nativos que lutavam pela autodeterminação, classificando-os como terroristas. E em outro pequeno texto desta seção prossegue:

Continuam seguindo para a província ultramarina de Angola mais tropas com o propósito de repelir os invasores. Sabemos que os nossos colonos estão em perigo, mas os portugueses jamais perderam uma batalha. Daqui enviamos o nosso louvor aos bravos patrícios que marcham para a frente de combate e que Deus os proteja sempre (*Luso-Brasileira*, n.2, 1961, jun/jul, p.20).

Ao mesmo tempo que apresenta a notícia assume uma posição, a partir da postura a respeito da situação da guerra colonial. Coloca-se na defesa dos colonos em Angola, não do conjunto da população de Angola. A *Luso-Brasileira* apresenta uma posição oficial, em comum acordo com a postura do regime de Salazar em relação às colônias, e procura reunir em torno de si os portugueses emigrados no apoio a essa ideia contra a independência de Angola. Não quer unicamente oferecer a notícia de forma despolitizada, mas reforçar a sua posição de maneira a aglutinar os que estiverem de acordo com ela.

Na edição número 3 da revista o corpo editorial já aparece com novos nomes e Osvaldo Melo é um destes. Um agradecimento foi feito para a Impressora Modelo, de propriedade de Orivaldo Stuart e Cia pela forma como vinha editando a revista. Havia um constante esforço nas matérias em registrar a vontade da revista de buscar a amizade entre lusos e brasileiros, reforçar os laços de amizade entre os dois povos. Em matéria com o título *Exclusiva*, escrita pelo Rev. Messias Anacleto Rosa o tema que ocupa uma página inteira é Cuba e Fidel Castro. São vários os elogios que o Reverendo tece à Fidel Castro:

Fidel Castro, elemento jovem, culto, erudito, provavelmente um reflexo da humanidade atual, um homem insatisfeito com a situação política de seu povo. Isto não é um homem apenas, nós vivemos na época que não é apenas a era interplanetária mas que também pode ser chamada a época, a era da insatisfação (*Luso-Brasileira*, n.3, ago, 1961, p.5).

Ao elogiar Fidel Castro como “insatisfeito” e transformador, o reverendo expõe uma visão mais progressista da história de Cuba, de certa maneira distinta da percepção política que a *Luso-Brasileira* apresentava em edições anteriores. E prossegue: “caída, derrota de Fulgêncio Batista, vitória de Fidel Castro, final de um velho regime, fim de uma velha vida, implantação de um novo costume, começo de uma nova política, princípio de uma nova era, para um pequeno povo” (*Luso-Brasileira*, n.3, ago, 1961, p.5). A defesa de Fidel Castro e dos novos rumos implantados em Cuba são apontadas no texto de maneira contundente, contrariamente ao que a revista defendia em relação às ameaças comunistas sofridas pelas colônias africanas. Todavia, ao tratar do “elemento humano, Fidel Castro”, abordava a questão de outro modo, com receio das suas ações no governo de Cuba, “[...] pois que ainda não ofereceu ao povo a oportunidade de uma eleição livre, demonstração de democracia [...]”

(*Luso-Brasileira*, n.3, ago, 1961, p.5). Interessante perceber esse texto conflitante sob alguns aspectos, pois apresentava a situação de Cuba de forma laudatória, numa revista conservadora, apoiadora de uma ditadura, mas contrária à falta de democracia em Cuba. São os traços não tão nítidos da posição política da revista que vão se delineando pouco a pouco na publicação.

São comuns os textos que descrevem a vida do português Mario Fernandes Dias, editor da revista, além de cidades, cultura e costumes portugueses. No texto *Lisboa da minha saudade* ele se refere a seu “torrão natal”, a “terra dos heróis marinheiros”. Comenta sobre o dia a dia da vida do comércio do peixe em Lisboa e a vida corrida dos operários na hora do almoço. Sobre o assunto das conversas dos amigos que tocam em temas como o futebol do Benfica ou a viagem do homem à Lua. Ao discorrer sobre o fado afirmava que “Lisboa tem coisas notáveis que jamais poderei esquecer. Os moços adoram o fado, e não há cão nem gato que não conheça a Amália e o Alberto Ribeiro” (*Luso-Brasileira*, n.3, ago, 1961, p.13). Estas temáticas fazem pensar a partir das proposições de Heloisa Paulo:

A ‘Pátria’ é [...] um ideal, uma imagem, ou uma utopia que a distância torna, cada vez mais, ‘intocável’. Como ‘idealização’, ela não é passível de críticas, sendo impossível, de imediato, a aceitação de uma outra imagem mais real, que pusesse fim à esta visão. Venerada, a ‘Pátria’ é, portanto, motivo de culto, traduzido numa devoção à aldeia natal, mas que passa por referenciais mais ‘intelectualizados’, como a história, com as suas datas e heróis oficiais (PAULO, 2000:274).

Este trecho é bastante significativo e exprime de forma elucidativa a relação que se cria entre o emigrado e sua “Pátria” distante, a intensidade de sentimentos que se apresentam quando se trata de falar da sua terra natal, idealizada e “intocável”. O país que lá ficou não é passível de problemas políticos nem sociais. Como quando afirma que “Portugal e Espanha, banindo a anarquia do seu solo, impuseram-se como nações economicamente organizadas”. Portugal será mais do que nunca motivo de veneração aos olhos do emigrado, não há espaço nem motivo para críticas, pois seria preciso lembrar também que o emigrado era um representante de Portugal no país para o qual emigrou e, portanto, cabia-lhe fazê-lo da melhor forma, para mostrar ao mundo a grandeza do “império português”. Os elogios ao governo em Portugal ocorrem no mesmo texto que se elogia a China de Mao-Tse-Tung: “A China, depois de vários séculos de martírio e opróbrio, levanta-se pela mão de Mao-Tse-Tung e mostra ao mundo quanto pode um povo que se decide a encontrar seu destino” (*Luso-Brasileira*, n.3, ago. 1961, p.5). O texto de onde estes trechos foram retirados não tem autoria, mas pode-

se deduzir que as opiniões na revista relacionadas à política no mundo não seguiam uma única linha ideológica, pois divergiam na sua linguagem e concepção de governo.

2.6 QUEM ERA O PORTUGUÊS MIGRANTE EM FLORIANÓPOLIS?

A *Revista Luso-Brasileira* era publicada na cidade de Florianópolis, para um público leitor de brasileiros, mas também para os portugueses que viviam na cidade. Havia em Florianópolis uma comunidade lusa não muito expressiva, mas que se esforçava por manter sua coesão ao conservar uma proximidade física nos bairros da cidade. Por meio de conversas iniciais com dois casais de portugueses e um cidadão português habitantes de Florianópolis, residentes desde a década de 1960 na capital, foi possível perceber que havia aqui um grupo que mantinha contatos e procurava comprar ou alugar casas próximas umas das outras. Conversei ainda por *e-mail* com dois outros portugueses e pessoalmente com um senhor luso-angolano, por meio dos quais obtive alguns esclarecimentos sobre a comunidade lusa em Florianópolis. Concomitantemente à reunião da comunidade portuguesa, os editores da revista formaram uma rede de sociabilidades que associou grupos variados de pessoas para escreverem na publicação sobre temas variados. No decorrer da pesquisa conversei com alguns portugueses que vivem em Florianópolis, e que também conheciam Mário Dias e a *Luso-Brasileira*. A história da comunidade de portugueses em Florianópolis seria tema de outra pesquisa, no entanto, essa incursão tornou-se necessária para compreender aspectos do possível público da revista. Não foi possível quantificar o número de portugueses em Florianópolis na época, mas nesses contatos foram citados alguns nomes de lusitanos que aqui viviam e que já faleceram. Da comunidade que havia na cidade no início da década de 1960, a maioria havia chegado a Florianópolis entre 1955 e 1960. Dos nomes que foram citados nas conversas, é possível contar ao menos 15 portugueses, muitos provindos de Miranda do Douro, região de Trás-os-Montes, ao Norte de Portugal. Alguns deles já se conheciam naquela região, portanto, ao chegar tinham um pequeno grupo de conterrâneos conhecidos. Havia um certo conflito com portugueses da região de Lisboa, pois afirmavam os mirandenses que os lisboetas os consideravam “gente do interior”. Até hoje a aproximação maior entre os portugueses que vivem na cidade é feita por conta da sua origem regional e de classe, mais do que pelo fato de serem oriundos de Portugal. Grande parte dos emigrantes de Miranda do Douro vinha de um mundo rural. Lá trabalhavam a terra, e diziam muitos deles que “só não passavam fome”, mas não tinham perspectiva de mudar de vida. Sobre as roupas que usavam, “não se sabia mais o que era calça e o que era camisa” de tantos remendos. Não tinham

possibilidade de continuar a estudar além dos estudos primários, pois precisavam ajudar os pais na lavoura. A perspectiva de vir para o Brasil se mostrava como uma possibilidade de mudarem de vida. Mas para isso era exigida toda uma burocracia em Portugal antes da viagem, pois era necessária uma carta de chamada, uma idade mínima, não ser analfabeto e, afirma Antonio Salgado, um dos depoentes, “não podia ter um dente podre na boca”. No entanto, ao perguntar sobre Salazar, qual era a imagem que tinham dele, afirmavam que ele havia tirado o país da miséria, colocado as coisas no rumo certo. A relação com a vida que levavam, de poucas perspectivas não entrava nessa avaliação, portanto.

Mario Dias quando chegou a Florianópolis, também por esta época, fundou uma associação para portugueses e brasileiros denominada Associação Luso-Brasileira, com o intuito de reunir os portugueses e brasileiros interessados em encontrar-se. A associação inicialmente reunia poucas pessoas, cerca de dez. No entanto, devido à sua maneira de decidir as atividades, com a realização de poucas atividades para o grupo, seu temperamento, por ter imposto sua esposa como tesoureira, pelo fato de realizar somente almoços, quando muitos queriam mais atividades de lazer e que a mensalidade que pagavam fosse mais bem aproveitada, havia reclamações e alguns integrantes deixavam de participar. Após alguns anos decidiram fazer nova votação e escolher outra direção para a associação, o que fez com que Mario Dias se afastasse. Após a escolha da nova diretoria, que ficou a cargo de João Lupi com a ajuda de Manoel Gomes, a associação passou a ter mais membros chegando a haver necessidade de utilizarem uma sala com mais capacidade, por volta de 80 pessoas.

Algumas das pessoas com as quais entrei em contato chegaram a Florianópolis na década de 1970. Vieram já em outro contexto da vida política de Portugal, após a Revolução dos Cravos, em 1974, a qual pôs fim ao Estado Novo. Muitos deles eram luso-angolanos e vieram para o Brasil e em seguida para Florianópolis para afastar-se das guerras de independência em Angola, devido à difícil situação que se apresentou aos portugueses no país africano. Aqui chegando, a interação com os portugueses já aqui instalados era facilitada pela rede de sociabilidades que havia se construído, no entanto se desvendou uma distinção entre os portugueses aqui chegados que possuíam formação acadêmica e eram de regiões mais centrais de Portugal e os portugueses que chegaram na década de 1950 ainda, vindos do Norte de Portugal, da zona rural. Os nomes mencionados por uns e outros fazem parte do grupo de conterrâneos com profissões e níveis de vida semelhantes, portanto não era o fato de serem portugueses que os unia, mas muito mais o fato de serem da mesma região e de mesma classe social. Antonio Galego, já mencionado, expôs o fato de que os portugueses da região de Lisboa que viviam em Florianópolis demonstravam uma certa “superioridade” em relação aos

que vinham do Norte de Portugal. Em Florianópolis esses dois grupos se distinguiram nas atividades em que se empenharam, sendo que o primeiro grupo exerceu atividades ligadas ao comércio no Centro da capital, muitos dos quais ainda subsistem, enquanto o segundo exerceu atividades ligadas ao ensino, advocacia e construção civil.

2.7 TEMAS VARIADOS PARA UM PÚBLICO DIVERSIFICADO

A revista, com o intuito de reunir vários públicos em torno de sua temática, procurava abordar diversos assuntos, que chamassem a atenção por meio de diferentes interesses. Esporte era um dos temas e era abordado por Gilberto Paiva. No seu primeiro texto na *Revista Luso-Brasileira*, chamado *Telesporte*, discorreu sobre o Clube de Regatas Vasco da Gama, “prestigiosa agremiação militante no esporte guanabarino [...]. Nascido na rua da Saúde à custa de esforços de portugueses e brasileiros, unidos num só desejo, numa só intenção [...]” (*Luso-Brasileira*, n.4, set/out, 1961, p.5). A importância deste clube para a comunidade luso-brasileira foi já exortada por José Honório Rodrigues em 1961, quando afirmava que

sem querer causar surpresa, uma das melhores e mais frutíferas atividades da colônia se faz, no Rio de Janeiro, por intermédio do Clube de Regatas Vasco da Gama. [...] o clube gloria as origens portuguesas da nação com o nome de um descobridor português [...] inculca, na consciência coletiva popular, a ideologia da herança cultural pelo simbolismo da competição e pela dramatização da vitória. [...] ela representa e significa todo um conjunto de valores que convém a Portugal manter vivo no Brasil (RODRIGUES, 1961:361).

Essa percepção possibilita compreender a importância do trecho anteriormente citado na página de esportes da *Luso-Brasileira*, pois insere na comunidade portuguesa leitora da revista em Florianópolis um elemento de grande importância no cenário nacional para esta comunidade. Mais um elemento da identidade portuguesa que fazia a ligação dos imigrantes com os simbolismos da terra lusa os quais fazem o papel de unir os portugueses em torno da sua nacionalidade e dos “valores” portugueses. Assim como ocorre com a matéria escrita pelo correspondente da revista em Portugal, José Vicente Sanches, quando escreve sobre a cidade de Torres Vedras na seção *Curiosidades Históricas* em que narra aspectos da história de Portugal que fazem parte do imaginário da maioria dos portugueses.

A última edição do ano de 1961 fez referência à comemoração do Natal. No expediente da revista novos nomes surgiram, como os correspondentes da revista em Portugal José Vicente Sanches e Antonio Fernandes Sanches, ambos em Torres Vedras. Também neste número pode-se ler uma informação importante, que é a “Parceria Antonio Maria Pereira.

Livraria Editora, fundada há 113 anos. Nossa agente exclusivo de vendas em Lisboa-Portugal” (*Luso-Brasileira*, nº5, dez, 1961, p.2). Antonio Maria Pereira, presidente entre 1940 e 1957 do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros (GNEL) era, segundo Nuno Medeiros, “adepto, desde a primeira hora, do ideário e da figura de Salazar. [...] É durante o exercício do seu longo mandato que as relações institucionais com o poder se normalizam, pelo menos do ponto de vista associativo” (MEDEIROS, 2008:803). A revista construiu uma rede de sociabilidades e negociações no Brasil e em Portugal que se ligava a órgãos e grupos aliados aos seus escopos e posturas políticas nos dois países. Talvez pela organização da estrutura da revista, que não costumava seguir um padrão gráfico, não seja possível perceber um projeto bem definido, no entanto, estas conexões com grupos e pessoas em Portugal e no Brasil possibilitam entrever que existe uma postura política esboçada em torno da publicação.

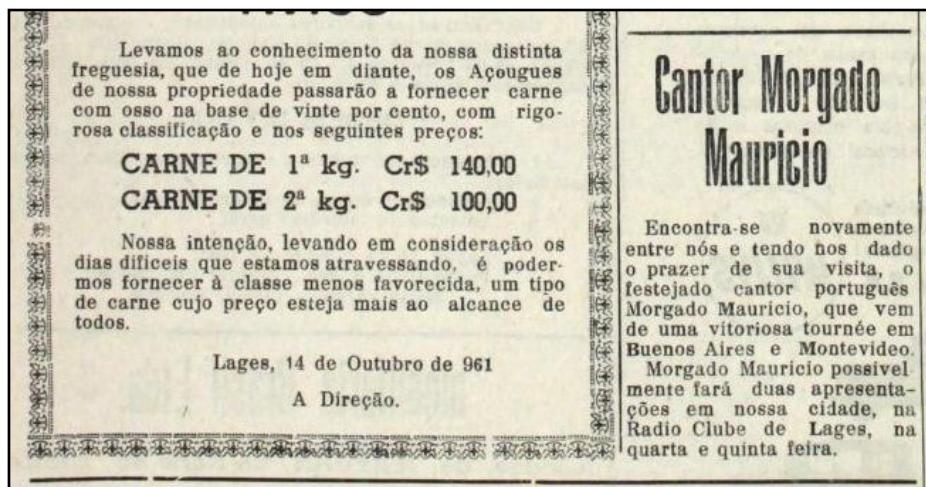
Ocorreu em Florianópolis no mês de dezembro de 1961, a apresentação do cantor português Morgado Mauricio, entrevistado pelo radialista Borges Filho para a *Rádio Anita Garibaldi*, da qual Mário Dias passou a ser também redator nesta época. Além da entrevista o cantor proferiu uma palestra ao diretor da *Luso-Brasileira*. A vinda do cantor à cidade foi o resultado de sua turnê que vinha ocorrendo no Brasil há quatro anos. Morgado, em uma das respostas ao radialista, afirmou:

cursei o conservatório de Lisboa sendo em seguida subsidiado pelo Estado Português, para cantar nos festejos coloniais, isto é, nas províncias da Guiné e Angola. [...] Depois de terminar o meu compromisso com o Estado, fiz uma tornée pelo estrangeiro cantando nas emissoras de Lourenço Marques, Luanda, Beira, Dacar, Casablanca, Gabat, Leopoldville, Joanburg, Tanger, Gibraltar, Sevilha e por fim Madri (*Luso-Brasileira*, nº5, dez, 1961, p.3).

Após se apresentar, conforme informou, em grandes cidades na Europa e na África, e também em grandes cidades do Brasil, o cantor chegava a Florianópolis, cidade inexpressiva do ponto de vista cultural no cenário nacional e internacional neste momento. O cantor havia feito uma apresentação na cidade de Lages no mês de outubro do mesmo ano, e sua passagem naquela cidade foi noticiada pelo jornal *Correio Lageano* (Figura 5). A sua apresentação em Florianópolis, sendo ele um ativo colaborador do Estado Novo em Portugal, é emblemática para compreender a rede que se formava em torno da revista nesse primeiro ano de circulação e também do sentido da inserção da revista no cenário luso-afro-brasileiro que se configurava na década de 1960. O fato de ocorrer sua vinda à cidade naquele momento e de este ter atuado a convite do regime de Salazar na década anterior, diz muito do tipo de ligação estabelecida

entre a comunidade lusitana em Florianópolis com o regime, tendo Mario Fernandes Dias como mediador.

Figura 5 - Cantor Morgado Maurício em Lages



Fonte: Correio Lageano (14 out 1961) - Hemeroteca Digital - Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Além das atrações culturais de Portugal, apresentadas pela revista, abordar as belezas naturais de Portugal em *Luso-Brasileira* será uma forma de falar sobre a cultura nacional, buscando uma “*narrativa da nação*”, conforme afirma Stuart Hall (2014:31), as quais “fornecem uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação”. Tais narrativas são veiculadas na revista de forma que a nação se apresente não “apenas [como] uma entidade política, mas [como] algo que produz sentidos — *um sistema de representação cultural*” a partir de uma apropriação de Stuart Hall (2014:30). Desse modo, o artigo *A Bela Ilha da Madeira* publicado na revista reforça o sentimento de *lusitanidade* entre os portugueses que estavam fora do seu país de origem e cria ao mesmo tempo uma identificação destes indivíduos à sua nação, à sua cultura e a tudo aquilo que envolvia o ser português no início dos anos 1960 no interior do regime salazarista, qual seja, defender o caráter expansionista e conquistador português, bem como a legitimidade da possessão de províncias ultramarinas. Ser português fora de Portugal significava, portanto, abraçar essa “causa” e defendê-la, sobretudo estando no Brasil. No referido texto, escrito por Mario Dias quando da sua passagem por lá, este lembra que “a Ilha da Madeira é mais um pedaço de Portugal conquistador, dessas plagas de heróis em que fizeram a glória e gravaram na história lusitana as mais belas páginas de sempre” (*Luso-*

Brasileira, nº5, dez, 1961, p.09). Ao leitor português essas palavras advertem dos elementos que dão sentido à nação e ao ser português.

Novamente a temática sobre a situação das guerras coloniais aparece no periódico na seção *Portugal em marcha*, ocupando uma página completa. Nesta matéria apresentava o discurso de Adriano Moreira, Ministro do Ultramar de 1961 a 1963, defensor de uma política reformista para as colônias ultramarinas (PIMENTA, 2014). Moreira neste texto afirma sobre a guerra colonial:

Enfrentando a maior das conjuras jamais tecidas contra um país, [...] sofrendo os resultados da cobiça de povos dos dois mundos, apelamos com modéstia, mas sem nenhuma humildade para a nossa tradicional capacidade de constituir uma frente unida sem distinção de raças, de cultura ou de religião. (*Luso-Brasileira*, nº5, dez, 1961, p.25)

Na sequência reproduz a mensagem do General norte-americano Frank¹⁸ aos angolanos, realizada através da Emissora Oficial da Província:

Tenho o maior prazer em saudar, por intermédio da Emissora Oficial de Angola, o heroico e glorioso povo da portuguesa terra de Angola, descoberta há quase cinco séculos por Diogo Cão. Envolvo nesta minha saudação, com grande entusiasmo, os destemidos soldados que, sem olhar a sacrifícios ou obstáculos, estão empenhados em eliminar de Angola o terrorismo cívilmente introduzido e atado no Norte dessa tão querida parcela do território pátrio pelos inimigos da Civilização Ocidental [...] (*Luso-Brasileira*, dez, nº5, 1961, p.25).

Para terminar, a seção sobre Portugal apresenta um pequeno texto sobre a visita a Lisboa do Califa Maaki Aidara, chefe religioso do Islã para a África Negra. Afirmava ser ele uma “personalidade muito estimada e respeitada por todos os muçulmanos [...] tendo numa das visitas a Bissau falado aos muçulmanos, aconselhando-os a obedecer às autoridades portuguesas” (*Luso-Brasileira*, nº5, dez, 1961, p.25). Os três excertos aqui apresentados remetem à maneira como a revista procurava se referir aos acontecimentos conflituosos que começavam a eclodir nas províncias portuguesas na África, demonstrando sua postura política relativa aos movimentos de independência a partir das notícias que decide apresentar e das pessoas que escolhe para reproduzir falas e posicionamentos. Ao mesmo tempo em que evidenciava a sua postura, também pode influenciar na posição de seus leitores a respeito dos conflitos. É o Estado português se fazendo presente na veiculação de informações que lhe são favoráveis, por meio da revista, já que possuía a autorização do SNI para ser publicada.

¹⁸ A matéria não aponta maiores detalhes sobre este general, somente o primeiro nome, e desta forma não foi possível obter mais detalhes sobre o mesmo.

Importante salientar que o ano de 1959 foi um divisor de águas para a colônia portuguesa no Brasil, já que, a partir daquela data, haveria uma oposição interna ao governo de Salazar. O pedido de exílio de Humberto Delgado¹⁹ às autoridades brasileiras demonstrava uma clivagem entre os apoiadores do salazarismo e os meios oposicionistas, que no Brasil seriam caracterizados como conservadores e elementos de esquerda, respectivamente (PAULO, 2000:507). O ano de 1961, primeiro ano de publicação de *Luso-Brasileira*, por sua vez, foi um ano em que as relações entre Brasil e Portugal arrefeceram, tema que será debatido adiante.

No primeiro número de 1962 ocorria uma mudança no expediente da revista: onde anteriormente constava a autorização do jornal *Diário Popular*, órgão apoiador do Estado Novo, mas não oficial, agora vinha registrada a autorização do jornal *Diário da Manhã*, esse sim órgão oficial da União Nacional. Esta alteração sugere mudanças na relação com órgãos oficiais portugueses. Além desta alteração, o número dos correspondentes em Portugal aumentou e suas funções na revista são nomeadas: redator literário, redator e fotógrafo, cronista do folclore luso, sendo contratado também um correspondente na Ilha da Madeira.

Ainda em *Luso-Brasileira* de abril de 1962, uma extensa matéria intitulada *Será esta a libertação pacífica de Goa*, sobre a guerra de independência no então enclave português na Índia, foi apresentada, relatando o caso de uma menina goesa morta ao ser atingida por uma granada. Tratava-se da reprodução de matéria relatada no *Diário da Manhã* de Lisboa, numa aberta crítica aos métodos de Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro da Índia, na luta pela independência de Goa. A intervenção em Goa pela Índia havia começado em 18 de dezembro de 1961 e durou 36 horas. Salazar, no entanto, não irá reconhecer a independência daquele país, o que vai ocorrer somente após 1974. O tema Goa voltará às páginas da revista no ano seguinte, e ela se manterá apoiadora da posição do governo português no conflito.

Notícias políticas ligadas a Portugal tem a cada número, com raras falhas, um espaço reservado em *Luso-Brasileira*. Lembrar aos leitores portugueses das questões políticas internas e externas do seu país é tarefa importante para os editores e uma forma de aproximá-los das preocupações do Estado Novo. Salazar regularmente tem uma foto sua estampada na revista, como no número 7, de maio de 1962. Abaixo da foto, a reprodução de uma carta da Presidência do Conselho de Portugal:

¹⁹ “A 8 de junho de 1958, o General Humberto Delgado e o Almirante Américo Tomás disputam a eleição à Presidência da República, um combate político cujas regras se encontram viciadas desde o início: na manhã do próprio dia das eleições, o Governo faz inserir uma nota oficial proibindo a fiscalização das urnas pela Oposição. [...] Pelo regime foi negada à Oposição o livre acesso aos cadernos eleitorais, interdita a possibilidade de efetuar comícios ao ar livre, destruídos diversos documentos de campanha, dificultada a distribuição e entrega de boletins de voto” (CUNHA, 2014:93).

Exmo. Senhor Mário Fernandes Dias – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil.
 Venho, por este meio, agradecer o excelente número da ‘Revista Luso-Brasileira’ que V. Exa. Amavelmente nos enviou. Estamos certos de que essa prestigiosa Revista continuará a ser um vínculo eficiente na defesa da verdade e dos interesses da Comunidade Luso-Brasileira. Esperando continuar a merecer a atenção de V. Exa. aproveito a oportunidade para apresentar os melhores cumprimentos.
 O diretor dos serviços de informação, do Secretariado Nacional de Informação Turismo e Cultural de Portugal (*Luso-Brasileira*, nº7, maio, 1962, p.8).

O reconhecimento da revista por um órgão do governo português nos faz perceber mais profundamente as conexões, mesmo sem poder dimensioná-las, que se estabeleceram entre o periódico e o Estado Novo. Ao afirmar que a revista continuará a ser um vínculo eficiente na defesa dos interesses da Comunidade Luso-Brasileira, infere-se que esta comunidade já era algo percebido como uma realidade para o Estado português, reconhecendo-lhe interesses que deveriam ser defendidos, mesmo que preocupassem mais a portugueses que a brasileiros. Daí que fosse necessário fomentar a criação de uma comunidade luso-brasileira, que tivesse um espaço no imaginário dos povos de ambos os lados do Atlântico, elemento decisivo da política externa portuguesa para o Brasil na década de 1960.

Cartas de agradecimento são sempre motivos de regozijo para revistas em geral, e mais ainda o eram para uma revista com pouco mais de um ano de publicação, sem uma equipe profissional e com relativo desconhecimento. Ainda duas cartas de agradecimento serão publicadas na seção *Gentilezas*, com destaque, na contracapa da revista. Sobretudo por terem sido remetidas pelo Embaixador de Portugal no Brasil, João de Deus Batalha Ramos, e pelo Vice-Consul de Portugal em Curitiba, Joaquim Ferreira Gomes. Na sua carta, Batalha Ramos faz saber que apreciou “o esforço que representa o lançamento dessa publicação e os propósitos de orientação que lhe imprimira” (*Luso-Brasileira*, nº9, set/out, 1962, p.2). Fundamental era construir uma rede de relacionamentos com a comunidade geral, mas, tão importante quanto, era demonstrar a inserção da publicação nos órgãos oficiais do país.

Por meio dos textos e nomes que são veiculados no periódico é possível perceber aos poucos que se estava construindo uma rede de sociabilidades entre o português Mário Fernandes Dias, moradores da cidade oriundos de Portugal e nomes conhecidos nos círculos sociais de Florianópolis. Cito a publicação na revista acerca da morte de um português conhecido do editor e também na cidade, o qual havia muitos anos, vivia na cidade: José Augusto de Faria. No texto, com muitas saudades, Mário Dias recordava as conversas que tinham sobre Portugal, sobre a saudade de José Augusto da sua terra, deixada já em 1899. Na

matéria, Dias não deixa de proclamar elogios ao Estado Novo, como quando declara sobre o amigo José Augusto:

Admirava a obra magnífica de Salazar e do seu trabalho para a grandeza da pátria-mãe. Embora estivesse ausente de Portugal mais de cinquenta anos, acompanhava as realizações do Estado Novo e sonhava ainda podervê-las de perto. Nesse ponto eu fui mais feliz, pelo fato de ter vindo de lá em meados de 1959, e conhecido assim o caminhar surpreendente do Governo de Salazar (*Luso-Brasileira*, nº9, set/out, 1962, p.3).

Posições claramente favoráveis às ações do Estado Novo que demonstravam ao mesmo tempo, mais uma vez, a tendência da revista diante do regime em Portugal. Infere-se certo culto à figura de Salazar neste trecho, bem como em outros espaços na revista que se dedicavam a relatar ações realizadas pelo chefe do Conselho de Ministros, eventos que participava e trechos de seus discursos. O emigrado português que se deparasse com tal relato via-se envolvido pelo sentimento saudoso da sua terra, do Portugal grandioso de Salazar, distante, mas desprovido de problemas. O regime visto à distância, se torna grande, no qual Salazar só trabalhava para a “grandeza da pátria-mãe”.

Se por um lado há uma exaltação do Estado Novo e de Salazar em *Luso-Brasileira*, por outro há o repúdio a todo tipo de ação ligada ao comunismo. As notícias ligadas ao universo simbólico comunista são sistematicamente tratadas com rejeição e retratadas pejorativamente. O chamado “imaginário anticomunista”, como afirma Rodeghero (2002:464), refere-se a diversas atividades como “produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc.” Era representado na revista quando esta relatava casos supostamente ocorridos na URSS, ações do governo soviético, ou de pessoas ligadas ao comunismo quase sempre de forma negativada. Como quando relata o caso da

Sra. D. Perpétua da Silva Bircknstadt, que chegou a Lisboa, sua terra natal, contou aos repórteres os horrores que passou lá na Alemanha Oriental, durante alguns anos, como prisioneira, com seu esposo já falecido. Diz ela que tem medo dos comunistas e que está agora muito feliz. Faz parte daqueles que escolhem a liberdade todos os dias (*Luso-Brasileira*, nº9, set/out, 1962, p.9).

A publicação da foto da suposta depoente acima do texto dá uma maior veracidade ao relato (Figura 6). No clima anticomunista que se vivia no Brasil, sobretudo no início na década de 1960, esse tipo de experiência reforça o medo imaginário que se construía em relação aos comunistas e ao comunismo, o qual, ainda segundo Rodeghero (2002:464),

escolhe um conjunto determinado de “imagens que se repetem no tempo e relacionam o comunismo ao inferno e os comunistas ao demônio, [...] que os relacionam à doença, ao estrangeiro, à traição, à ilusão”. Segundo nessa linha a revista apresentava inúmeras matérias e notas ligadas a um pensamento anticomunista. Na seção *Assim vai o mundo*, em pequena nota, alerta que “no norte de Angola, comenta-se que barcos soviéticos de pesca transportam armas para os terroristas de Angola” (*Luso-Brasileira*, nº10, nov. 1962, p.7). Em poucas linhas, numa informação nada precisa, concentra uma mensagem de anticomunismo e contrária aos movimentos de independência. Tais notícias permitem uma aproximação entre os portugueses no Brasil e os conflitos enfrentados por Portugal na África, convidando-os a escolher o lado português.

Figura 6 - Depoimento de D. Perpétua da Silva Birckn



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº9, set/out, 1962, p.9 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

O Brasil naqueles anos vive um momento político delicado nas relações internacionais com Portugal. O país estabelece no âmbito das relações internacionais uma Política Externa Independente (PEI), fortalecida com João Goulart no poder, o qual deu continuidade a tal política externa, iniciada ainda com Jânio Quadros. A revista não abordava em suas matérias a temática da política externa e ao acercar-se dos fatos políticos nacionais, sobre mudanças presidenciais, por exemplo, o faz elogiosamente, independentemente da forma como as relações políticas com Portugal são assumidas pelo governo no Brasil. Na seção *A Comunidade Luso-Brasileira através dos séculos* comentava sobre o plebiscito ocorrido no governo de Jango em janeiro de 1963: “O plebiscito encerrou a última crise brasileira, desde a renúncia do Sr. Jânio. Agora o Sr. João Goulart está no seu devido lugar. Fazemos votos sinceros, e ficamos ao lado do grande Presidente do Brasil, com o nosso apoio e fervor patriótico” (*Luso-Brasileira*, nº12, fev/mar, 1963, p.7). Curiosamente, abaixo desta pequena nota, se vê a foto do então senador Juscelino Kubitschek “grande amigo de Portugal” e logo ao lado, mais uma pequena nota: “Ainda da viagem de Kubitschek a Lisboa: ‘É o sentimento de 70 milhões de brasileiros que expresso ao declarar-me amigo de Portugal’” (*Luso-Brasileira*, nº12, fev/mar, 1963, p.7). O fato de sua foto estar na seção sobre a comunidade luso-brasileira é bastante emblemática, podendo se depreender daí que sua imagem continuava ligada à boa relação política entre Portugal e Brasil, do seu apoio às políticas colonialistas, da amizade com Salazar, episódios de uma relação que era importante rememorar.

Novamente a imagem JK era explorada naquele número da revista, em matéria com uma foto de página inteira sobre a Aula Magna proferida pelo então senador JK na Universidade de Santa Catarina, finalizada com o apontamento da publicação: “Revista Luso-Brasileira presta homenagem ao grande brasileiro Sen. Juscelino, amigo dos portugueses radicados no Brasil” (*Luso-Brasileira*, nº12, fev/mar, 1963, p.17). Sobre a relação entre JK e Salazar, é interessante observar o que escreve Filipe Meneses na sua biografia sobre Salazar:

Foi ainda sob a batuta do relacionamento Salazar-Kubitschek que, em 1960, e durante as comemorações dos 500 anos da morte do infante Dom Henrique (para as quais Kubitschek se deslocou a Portugal, agindo como coanfitrião), se regulamentou o Tratado de Amizade e Consulta: eram os principais beneficiários dessa regulamentação os membros da colônia portuguesa no Brasil. Começava-se assim a dar corpo à Comunidade Luso-Brasileira, cujos contornos se mantinham, no entanto, deliberadamente vagos (MENESES, 2011:31).

Portugal e a colônia portuguesa no Brasil possuíam motivações importantes para a manutenção desta amizade na década de 1950 e depois, na década de 1960 era mais que necessário relembrá-la de forma a reconectar portugueses e brasileiros àquele passado de boas relações políticas. Esse *corpo*, tal qual afirma Meneses, que passava a ter a comunidade luso-brasileira, buscava-se construir por diversos meios, e neste sentido é possível perceber que a *Revista Luso-Brasileira* se compromete a delineá-lo.

O ano de 1963 marcava uma distinção na publicação da *Luso-Brasileira*, qual seja, a de que não apresenta a partir deste número a autorização do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo se colocando a partir daquele ano como *Uma Publicação Independente*. Estas evidências assinalavam mudanças nas relações com os órgãos de propaganda e informação oficiais de Portugal. Além desta mudança, surgia uma nova informação bastante significativa no que diz respeito à sua circulação internacional, além de correspondentes em várias cidades do Brasil e de Portugal, a partir daquele ano a revista passou a ter correspondentes também em Angola e Cabo Verde, duas expressivas colônias portuguesas na África. Os correspondentes faziam um importante trabalho que era o de enviar novas notícias internacionais e também nacionais para a publicação. Diversas são as seções em *Luso-Brasileira* em que o trabalho dos correspondentes é empregado: *Assim vai o mundo*, *Notícias de Portugal*, *Portugal presente*, *Cine – notícias e comentários*, *Carta do Paraná*. Um outro sinal de sua circulação são as cartas de agradecimento, que revelam os locais onde chegava o periódico e seus leitores mais distantes. Do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses em Brasília, do Gabinete do Presidente do Conselho Oliveira Salazar em Lisboa e do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro chegaram cartas de enaltecimento e agradecimento pela revista, cartas estas publicadas na íntegra no periódico. Na mesma página uma pequena foto com a *Revista Luso-Brasileira* exposta na vitrine da Livraria Parceria Antonio Maria Pereira em Lisboa, demonstrando o alcance da publicação em terras portuguesas.

A edição de junho de 1963 relatava, na primeira página, no editorial intitulado *Estamos entre os 10 mais...* unicamente a situação econômica do Brasil naquele ano. Apontava a situação crítica em que o país se encontrava naqueles últimos 12 meses: “[...] o padrão de vida do povo brasileiro decresceu sensivelmente, nestes últimos 12 meses, distanciando-nos em muito dos vizinhos sul-americanos, para não sairmos do nosso continente” (*Luso-Brasileira*, nº15, jun. 1963, p.1). Em outro trecho afirmava que “A indústria nacional, força propulsionadora do desenvolvimento e da riqueza [...] é agora duramente atingida com medidas creditícias que lhe impedem o normal funcionamento”

(*Luso-Brasileira*, nº15, jun. 1963, p.1). Na continuação, de maneira ambígua, e numa posição nada conservadora, apoiava a reforma agrária no país, alertando que

no setor agrícola o problema se agrava. Tenta-se uma reforma de base e ela é levada para o terreno político. A reforma não sai. Os administradores, [...] impedem o seu desenvolvimento, impedem a reforma agrária brasileira, único meio capaz de levar o caboclo a realmente efetuar uma revolução nas glebas interioranas (*Luso-Brasileira*, nº15, jun. 1963, p.1).

Havia em 1964 forte apoio de grande parte da população às chamadas reformas de base, de acordo com pesquisas feitas pelo IBGE neste ano. “[...] enquetes sobre a reforma agrária, [...] revelam índice de apoio em torno de 70% em média nos levantamentos realizados em várias capitais brasileiras” (GOMES; FERREIRA, 2014:295). São dados que revelam uma demanda de grande parte da população pela reforma agrária e a revista, numa postura não usual, mas que convergia com uma questão atual e urgente, a assumiu como pauta.

Quero advertir para o fato de que o posicionamento político e ideológico dos editores ou da revista nem sempre era unívoco em relação às variadas questões políticas que ocorriam no país, podendo mesmo divergir em determinados momentos, diante de temas inesperados. O trabalho com uma publicação desse gênero, com forte peso político, pode predispor o leitor a esperar uma posição linear do periódico, dos colaboradores da revista e principalmente do editor. No entanto, essas vozes demonstravam ser por vezes dissonantes, provocando múltiplas interpretações acerca da finalidade da revista diante da sua comunidade de leitores. Cabe então atentar para a distinção entre um esboço de linha editorial presente no periódico e as matérias variadas de diferentes colaboradores.

Alguns meses depois a revista retomava o tema da reforma agrária no editorial, dessa vez citando o exemplo da Itália, que havia feito uma divisão de terras com êxito em seu país. E sobre o contexto agrário brasileiro refere:

O Governo, provavelmente vem acompanhando as informações jornalísticas de que em vários estados brasileiros se estão efetuando invasões de propriedades agrícolas na maioria das vezes, a mão armada e isso deve alertar as nossas autoridades de que algo deve ser providenciado não só em benefício da propriedade privada como, sobretudo, no direito do trabalhador rural que quer realmente, sejam seus direitos reconhecidos (*Luso-Brasileira*, nº 17, set. 1963, p.2).

A seguir apontava o que tinha ocorrido na Itália:

Lá houve divisão de terras, lá está havendo apoio do governo aos colonos que querem trabalhar na terra. Em cada província, há uma cooperativa que se encarrega da orientação técnica. [...] Que o exemplo italiano seja imitado pelos nossos

governadores. Que a reforma agrária se faça como estímulo ao homem do campo (*Luso-Brasileira*, nº17, set. 1963, p.2).

São posicionamentos políticos e sociais que se coadunam a um entendimento de sociedade progressista, distinta dos posicionamentos políticos de grupos sociais e religiosos que a revista representava. A *Luso-Brasileira* vinha demonstrando muito claramente seu apoio ao regime de Salazar, primeiramente por meio da autorização que recebia do SNI e também por confirmar por meio de suas matérias, contos e imagens, uma aproximação e um certo culto as ações do Estado Novo português. Os textos citados acerca da reforma agrária seriam aquelas *vozes dissonantes*, que surgem inesperadamente no encadeamento da pesquisa histórica.

Na seção *Dados Biográficos*, publicada no mês de setembro de 1963, em matéria de página inteira, o leitor de *Luso-Brasileira* pôde conhecer a biografia do *Prof. Dr. Antonio de Oliveira Salazar*. O texto abordava sua vida desde o nascimento no ano de 1889 em Santa Comba Dão, passando pelos seus anos de estudo no ensino primário até sua entrada no seminário e desistência da vida sacerdotal. Relatava ainda sua entrada na vida docente e também informava que:

A necessidade de procurar o sustento pelo trabalho, e as duras experiências que daí resultam na idade em que a maioria dos rapazes vive uma descuidada adolescência, imprimiram ao seu espírito, já naturalmente meditativo, uma feição de seriedade e de realismo para encarar os problemas da existência ao mesmo tempo que lhe fortaleciam o ânimo com uma disciplina que impunha a si próprio antes de aplicar aos outros (*Luso-Brasileira*, nº18, nov. 1963, p. 11).

Representar Salazar como uma pessoa de vida simples e trabalhadora aproximava-o do cidadão comum ao mesmo tempo que o representava como alguém com um “espírito meditativo”, “seriedade e realismo”, logo preparado para assumir e implementar um “governo novo”. “Salazar é um Professor. E é nessa qualidade de Professor que ele assenta a sua autoridade moral e a sua posição política”²⁰ (LEWINSSOHN, 1935, apud TORGAL, 2008:18), afirmava-se em 1935. Ser professor legitimava suas qualidades para a posição política que exercia. *Luso-Brasileira* reproduz essa mesma percepção do estadista, e termina a matéria assinalando que

[...] em outubro de 1910 [...] era um moço de 21 anos a quem a vida ensinara o valor do esforço e do trabalho, dotando-o com forte preparação moral e intelectual, o que

²⁰ Afirmava R. Lewinsohn, na publicação *Current History*, em artigo publicado em janeiro de 1935 citado em (TORGAL, 2008:18).

Ihe permitiu assistir aos tumultuosos anos da implantação do novo regime sem ser contaminado pelo ambiente anárquico e destrutivo, e antes, robustecendo na lição dos acontecimentos uma formação doutrinária que o seus dotes naturais e a leitura iam clarificando em princípios definidos [...] (*Luso-Brasileira*, nº18, nov. 1963. p. 11).

O acontecimento de 1910 citado refere-se à implantação da República, que por meio de um golpe militar em cinco de outubro de 1910 destituiu uma monarquia em crise. Os termos “anárquico e destrutivo”, utilizados no texto biográfico, demonstram o pensamento salazarista e o seu julgamento da Primeira República. Quanto à relação entre Salazar e a República, atesta Maria Alice Samara (2010: 379) que, em relação à Primeira República (1910-1926) “o Estado Novo difundiu uma imagem que fez escola nos meios políticos e entrou no senso comum: A República era a desordem na rua, na administração e nas finanças. Regime ingovernável e violento, vexatório da religião católica”. Ao mesmo tempo em que se opõe à “anárquica Primeira República”, a revista homenageia os personagens do Estado Novo por ocasião da Semana da Marinha comemorada no Brasil, homenageando também a Marinha Portuguesa. Américo Tomáz, Contra-Almirante e Presidente da Repúblida Portuguesa, e Fernando Quintanilha, Ministro da Marinha Portuguesa e Contra-Almirante, serão os personagens homenageados, com suas fotos contornadas por um pequeno texto acerca das funções que exerceram após ingressarem na Marinha (Figura 7).

Figura 7 - Américo Tomaz e Fernando Quintanilha



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº19, dez. 1963. p. 7 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

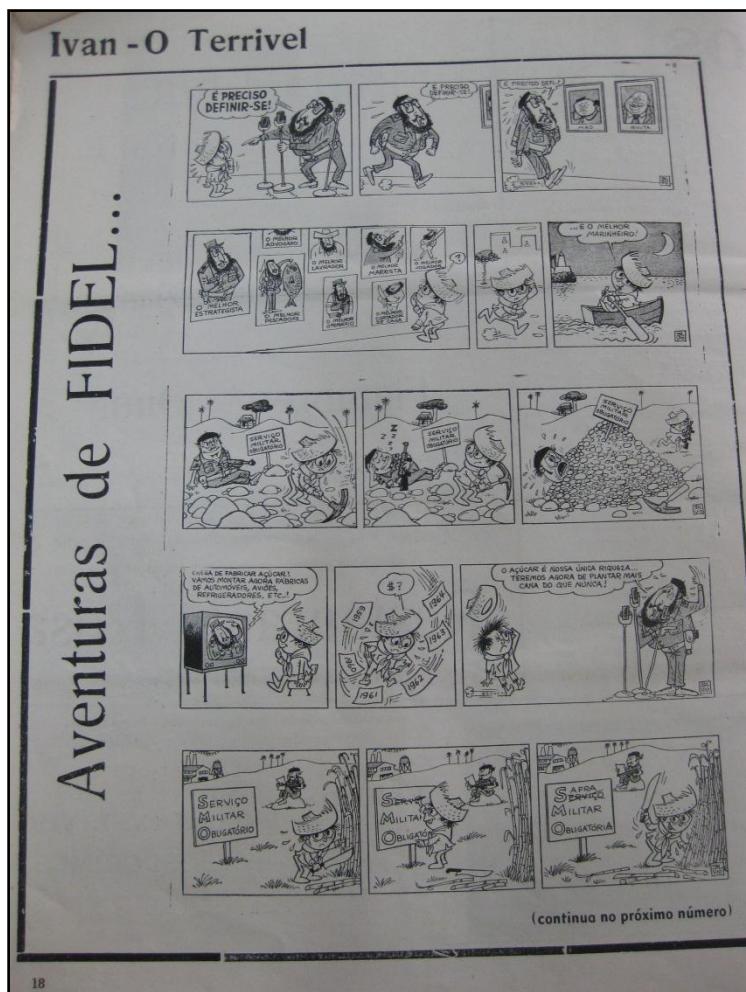
No ano de 1964 o primeiro número de *Luso-Brasileira* foi publicado no mês de abril. A cena política brasileira era a de um golpe militar, perpetrado no dia 01 de abril. Esse acontecimento terá um espaço reservado na publicação, narrado de forma branda e elogiosa. Para destacar esse fato, em abril de 1964, a *Luso-Brasileira* estampou na sua capa a foto do General Castelo Branco e abaixo a chamada *Saudamos o novo presidente do Brasil: Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco*, e na contracapa o título *Nossa Homenagem ao Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco*, seguido de um texto no topo da página:

Aliados ao regozismo [sic] de toda a nação brasileira, na data memorável do dia 15 de Abril, quando da posse do ilustre militar no mais alto porto do Palácio da Alvorada, saudamos o novo Presidente do Brasil Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco. [...] Neste instante glorioso da vida Nacional, rogamos a Deus Todo Poderoso, que inspire ao ilustre homem de Estado, para que a nossa Pátria, não mais possa ser perseguida por ideias contrárias aos costumes cristãos do nosso povo bom e honesto. Irmados no mesmo ideal de Liberdade, aqui ficaremos, vigilantes na defesa da Democracia de nossa pátria livre (*Luso-Brasileira*, nº 21, abr, 1964, p.2).

No Brasil do imediato pós-golpe civil-militar, a revista assumiu uma postura confiante e com prenúncios de êxito para os novos acontecimentos políticos. O pequeno editorial demonstrava confiança no novo presidente militar para defender o país dos “perigos” do comunismo e do anticlericalismo apresentados como ideias e posturas associadas. A revista se propunha a vigiar a democracia, que entendia ameaçada pelo risco de um governo e de um ideário comunista. O simbolismo da ameaça comunista era recorrente nas matérias da revista, ao qual é atribuído um sentido real, que se personificava nos opositores ao governo militar, e a publicação assumia-se como colaboradora na luta contra o ateísmo e as ideias comunistas.

De forma incisiva, a *Revista Luso-Brasileira* se ocupava em alertar os leitores sobre as ideias comunistas por meio de notícias que envolviam tais governos e quando apontava como terroristas os movimentos de independência em Angola, e fazia isso também por meio do humor. Em fevereiro de 1965, quase um ano após o golpe militar no Brasil, começava a circular nos seus exemplares a seção *Ivan – O Terrível* com os quadrinhos *Aventuras de Fidel...*, seção de página inteira composta por cinco quadrinhos cada um com uma historieta diferente, todos contendo dois personagens, um representando Fidel Castro, com uniforme e armado com um revolver, e o outro um camponês, usando um chapéu rasgado, descalço e com o semblante assustado. Nas histórias há uma mensagem de crítica ao comunismo, buscando na tentativa de demonstrar incoerências entre discurso e prática e pressupondo que somente quem trabalhava era o camponês enquanto que a figura de Fidel dá ordens e explora o trabalhador (Figura 8). As últimas edições de 1964 não abordaram temas políticos relevantes sobre Portugal, tampouco do Brasil até o momento da inserção das histórias em quadrinho de *Ivan o Terrível*.

Figura 8 - Quadrinhos *Ivan - O Terrível*



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº30, fev. 1965. p. 18 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

A circulação da revista por diversas cidades do mundo lusófono propiciou também que ideias transitassem e contribuíssem para um pensamento único em relação a alguns temas que *a priori* seriam centrais para a conjuntura política vivida por Portugal naqueles anos. Manter a ideia do comunismo afastada e ao mesmo tempo vinculada à injustiça, exploração, ateísmo e pobreza era fundamental para o contexto de Guerra Fria que se vivia no mundo e de uma ditadura militar vivida no Brasil. Havia um anseio de unir e de criar laços entre a comunidade lusófona leitora da *Luso-Brasileira* no Brasil, em Portugal, Cabo Verde, Angola e Ilha da Madeira. Propunha-se construir esses “laços”, pois se mostrava fundamental unir por meio de ideias e concepções políticas e culturais acerca do mundo luso-afro-brasileiro os vários públicos leitores da revista pelos países em que circulava.

3 PORTUGAL HOJE: A REVISTA COMO PORTADORA DE NOTÍCIAS PORTUGUESAS

3.1 NOTÍCIAS QUE TRAZEM PORTUGAL PARA FLORIANÓPOLIS

A *Revista Luso-Brasileira*, nos primeiros anos de publicação, mantinha vasta correspondência com órgãos de imprensa portuguesa e de propaganda do regime português. É comum encontrar em suas páginas textos com origem em jornais portugueses, notícias remetidas por correspondentes em Portugal e nas colônias, como afirmado anteriormente. A circularidade de informações e mensagens de teor político e cultural ocorria na revista com muita frequência. A cidade na qual se encontrava e o endereço de impressão do periódico não eram os únicos indicadores das temáticas discorridas nas suas seções. O periódico trazia leituras, informações e notícias que em Florianópolis só estariam acessíveis por meio de jornais, os quais na maioria das vezes acessados pelo público masculino. Assim, a revista trazia para o universo doméstico temas para toda a família, tornando acessíveis também os assuntos políticos para mulheres e homens.

Na edição de novembro de 1962 a revista contava a história de duas irmãs que haviam sido professoras no interior de Portugal, sobre a sua dedicação ao ensino e ao país, sob o título *Eram duas irmãs*. Chama a atenção no texto o fato de a matéria ter sido uma “gentiliza do jornal ‘Diário de Lisboa’” (*Luso-Brasileira*, nº 10, nov, 1962, p.12), veículo de oposição ao Estado Novo. Demonstração das ligações entre o periódico de Florianópolis e o jornal de Lisboa, que para além de posições políticas mostram as conexões da revista com Portugal. Sabe-se que a censura à imprensa era efetiva no Estado Novo, portanto o jornal era oposicionista na medida das críticas que fazia ao governo, nada era publicado sem antes passar pela revisão dos órgãos de imprensa. Neste texto, no parágrafo final vem escrito o seguinte: “Ao dar-lhes em 1955, a Ordem da Instrução Pública o Chefe do Estado galardoava, sem dúvida, duas mulheres que souberam pagar ao País, digna e generosamente, a graça de terem nascido portuguesas” (*Luso-Brasileira*, nº 10, nov, 1962, p.12). Em poucas palavras se encontra o peso simbólico da “portugalidade” e da dedicação ao país, mesmo diante de todos os obstáculos, algo que era um modelo a ser seguido.

As referências ao país de origem do editor, como um impulsor, mantenedor e apoiador do periódico, apareciam com frequência nas suas páginas, como na seção *Portugal presente*, ao final do ano de 1962:

No término de mais um ano de lutas em prol da Grande Comunidade Luso-Brasileira, expressamos nossos agradecimentos aos leitores de Portugal e Altas Autoridades, Secretariado Nacional da Informação de Lisboa, a S. Exa. Presidente do Conselho e da República, pelo apreço com que nos honraram nestes meses de esforço em unir mais e mais Portugal e Brasil. A todos vocês, caros amigos de além-mar, mesmo da Ilha da Madeira, onde estamos presente através dos nossos correspondentes, e aqui, na Ilha de Santa Catarina, o nosso muito obrigado... (*Luso-Brasileira*, nº11, dez, 1962, p.6).

Trecho que reporta primeiramente ao anseio pela construção de uma comunidade luso-brasileira e depois aos vínculos com importantes instituições em Portugal, como o SNI e a Presidência do Conselho. E, complementando essa temática, apresento a publicação de uma carta de agradecimento de Lisboa:

O Senhor presidente do Conselho encarrega-me de agradecer o exemplar da revista Luso-Brasileira que V. Exa. Se dignou em enviar-lhe através do Secretariado Nacional de Informação, e que sua Excelência muito apreciou. Apresento a V. Exa. Os melhores cumprimentos (*Luso-Brasileira*, nº13, abr, 1963, p.14).

E outra carta do Liceu Literário Português no Rio de Janeiro:

Temos a honra e o prazer de acusar o recebimento de uma coleção da Revista Luso-Brasileira [...] que sobremaneira apreciamos [...]. A Revista Luso-Brasileira aumenta de brilho de número para número, e poderemos dizer sem receio de desmentido, que é hoje um excelente órgão da comunidade Luso-Brasileira (*Luso-Brasileira*, nº13, abril, 1963, p.14).

Essas cartas são uma maneira de perceber o alcance do periódico, um retorno em relação ao conteúdo da revista e por quem estava sendo lida.

Para dar visibilidade à relação Brasil-Portugal na área cultural e assim demonstrar uma amizade que era efetiva, veio a Florianópolis pela segunda vez o cantor português Morgado Maurício. Sua primeira turnê pela América do Sul foi em 1936, incluindo o Brasil. Veio a Florianópolis em 1961, como já mostrado, e retornou em julho de 1963, ambas as passagens no Brasil incluídas em turnês pela América do Sul. É de se pensar que a passagem por Florianópolis tenha se concretizado por meio da interferência de Mario Dias e da comunidade lusa que aqui vivia, pois a capital catarinense não se configurava na época como roteiro para cantores internacionais, o que faz crer que houve um convite especial para se apresentar em Florianópolis, e sabendo da existência de um português, diretor de uma revista de projeção internacional na cidade, de ligações com o regime português, tal qual Morgado Maurício, penso que estas duas apresentações tenham evocado conexões formadas a partir dessa rede de amizades. Em Florianópolis ficou sob contrato do Magazine Hoepcke “para dar dois

espetáculos na Rádio Guarujá, onde atuou nas noites de 4 e 6 de Junho. Acompanhou-o ao piano, o conhecido pianista Castelan, da nossa sociedade” (*Luso-Brasileira*, nº 16, jul, 1963, p.18).

Na mesma edição, o colunista social Celso Pamplona comenta um “Casamento elegante em Torres Vedras” (*Luso-Brasileira*, nº 16, jul, 1963, p.15), cuja noiva é filha do correspondente da *Luso-Brasileira* em Portugal, Antonio Fernandes Sanches, o qual é tio do diretor da revista Mario Fernandes Dias. Demonstração dos laços familiares dos editores e colaboradores da revista que são citados com certa frequência nas páginas do periódico. Demonstravam sempre que possível que a ligação com Portugal fazia parte do cotidiano e era próxima. Ao demonstrar com fotos, com nomes das pessoas envolvidas, com locais conhecidos, em evento habitual na vida de um indivíduo, a revista aproximava as duas nações, reforçava os *laços* de amizade.

Os liames entre Brasil e Portugal eram sempre citados, lembrados e comemorados nas páginas da revista, num compromisso com sua proposta, anunciada já no título e subtítulo. Comemorar o dia 10 de Junho, Dia da Raça, de Camões e de Portugal, era uma maneira de manter viva na memória de portugueses e brasileiros a relação fraternal entre os povos das duas nações. A *Revista Luso-Brasileira* utilizava esta data para trazer a memória da comunidade luso-brasileira tal comemoração com o título *Brasil e Portugal na Festa do Dia da Raça 10 de Junho*. E o texto integral:

Pelo Governo de Portugal, como enviado especial, chegou ao Rio, o ministro dos Negócios de Portugal, para, além de outras solenidades alusivas ao IV Centenário do Rio, presentear o Brasil, país irmão, com a estátua equestre de D. João VI, que ficou colocada na praça junto do Cais Phareux. Revista Luso-Brasileira assinala o fato no maior sentido histórico e patriótico (*Luso-Brasileira*, nº34, julho, 1963, p.5).

O sentido patriótico aparece, como se pode ver neste e em outros momentos na história da revista, como de grande importância na publicação, algo que devia ser constantemente mencionado. Nas notícias sobre as guerras coloniais esse sentido patriótico também está presente para reafirmar a legitimidade de Portugal como país colonizador. Na seção *Notícias de Portugal* uma das matérias informava:

Edward Kennedy e Portugal. Escreve Milton Moniz, Correspondente da ANI, em Washington, para a *Luso-Brasileira*: - As relações entre EE.UU. e os outros países do mundo ocidental, especialmente os aliados da Otan, são fundamentais para a análise da evolução da situação internacional, seja por que prisma fôr. Referiu-se depois o senador Kennedy à obra do Prof. Oliveira Salazar, na corajosa resolução portuguesa de defender os seus interesses nacionais na Europa, no Atlântico, na África e na Ásia, deve constituir uma lição para todos aqueles que duvidam de que

Portugal “fala a sério” quando promove “intransigentemente” a defesa de seu patrimônio territorial de tantos séculos (*Luso-Brasileira*, nº42, março, 1966, p.9).

As relações políticas entre Portugal e EUA, após a morte de John Kennedy em 1963 e a administração de Lyndon B. Johnson, entraram numa “fase de relativa tranquilidade institucional” afirma Tiago de Sá (SÁ, 2007:71), por conta, sobretudo do desvio de atenção que estava sendo dada a guerra do Vietnã e também porque criar conflitos com Portugal naquele momento não era vantajoso, pois havia a base de Lajes, nos Açores, para a qual o acesso era fundamental nos tempos de Guerra Fria. A última notícia da seção também se refere à guerra colonial, na qual se afirmava:

Luanda – Angola – Apenas sofrendo três baixas, na luta contra os terroristas na semana passada, segundo o comunicado oficial, os lusos deram terrível caçada aos inimigos entre Quissalavoa e Quinanda²¹, bem como do choque com um grupo de guerrilheiros que pretendia atravessar a fronteira ao norte e que foi posto em fuga (*Luso-Brasileira*, nº42, março, 1966, p.9).

Terroristas, caçada, inimigos, guerrilheiros são os termos que com frequência se utilizava para fazer referência na revista aos angolanos que lutavam pela independência de Angola. Termos que se utilizam na revista, com os quais os editores vão firmando a sua posição ao longo das publicações, convergindo sempre com a posição do Estado Novo em relação às guerras de independência. Para ilustrar a seção sobre as notícias de Portugal duas fotografias: uma que apresenta o “Presidente Américo Thomaz com um soldado mutilado do Ultramar Português” e em outra o “O General Costa e Silva, quando da sua visita a Portugal, no Ministério do Exército”. A primeira apela para a sensibilidade e empatia do leitor em relação ao sofrimento e as consequências de se realizar o dever de “cidadão”, o dever patriótico que era lutar nas guerras de independência e a segunda apresenta a amizade entre Brasil e Portugal neste momento conflituoso da história portuguesa, o Brasil demonstrando o apoio a Portugal com a visita de Costa e Silva, na altura ministro da Guerra, ao Ministério do Exército em Portugal.

No mês de fevereiro de 1967 a *Luso-Brasileira* se encarregava de trazer ao leitor imagens e acontecimentos do país de origem do editor. Com a seção *Portugal de Hoje* apresentou pequena foto sobre a inauguração da Ponte Salazar (hoje Ponte 24 de Abril), e uma foto do Contra-Almirante Américo Tomás, presidente da República Portuguesa, além de algumas notícias relevantes para a comunidade luso-brasileira:

²¹ Os nomes dos locais citados provavelmente não estão com a grafia correta na origem, e não foi possível localizá-los em buscas na *internet*. Mantive o original, porém sem a possibilidade de conferir a localização.

671 alunos e professores universitários brasileiros realizaram visitas de estudo à Portugal nos últimos doze meses. [...]

Boa notícia para os professores brasileiros. O Ministério [sic] da Educação de Portugal, Prof. Galvão Teles, outorgou o seguinte: Os professores brasileiros podem exercer desde já o ensino particular em Portugal. Determinando ainda que, o diploma de professor do ensino particular passado pela competente autoridade brasileira constitue título suficiente para o exercício daquela ensino em Portugal, nos mesmos graus, ramos e disciplina (*Luso-Brasileira*, nº51, fevereiro, 1967, p.7).

Para uma publicação que buscava fortalecer a amizade entre Brasil e Portugal era importante evidenciar as negociações e movimentações diversas que vão ocorrendo entre brasileiros e portugueses no trânsito entre os dois países. Anunciar as facilidades para professores brasileiros trabalharem em Portugal, como mostra a notícia, era uma maneira de criar pequenas ligações e entendimentos, e a mobilidade de brasileiros em Portugal. Outra nota, sobre um concurso literário, trazia elementos análogos:

Concurso Literário Estudantil Luso-Brasileiro sobre a Comunidade, organizado pela Livraria “El Ateneo”, do Brasil S.A. O concurso, que principiou em 1º de Junho deste ano, terminará em 1º de Junho de 1967. Tem o patrocínio da Embaixada de Portugal, e o tema é – Brasil-Portugal – duas pátrias e uma só família (*Luso-Brasileira*, nº51, fevereiro, 1967, p.7).

O esforço por concretizar ações em torno da existência e materialização de uma comunidade luso-brasileira estarão presentes durante todo o período de existência da revista e serão um esforço ainda muito mais constante do Estado Novo português que tinha naquele momento da sua história motivos consideráveis para o fortalecimento desta comunidade. As questões sobre a importância da comunidade luso-brasileira serão abordadas de forma mais aprofundada em tópicos seguintes. A utilização, portanto de um concurso literário com tema que envolvia Brasil e Portugal e sua relação fraterna tornava-se deveras importante para a construção desse envolvimento luso-brasileiro e seus escopos. Foi bastante evidente e emblemático o tema do concurso *Brasil-Portugal-duas pátrias e uma só família* para dois países que buscavam se relacionar e auferir daí vantagens dentro de contextos políticos e econômicos bastante determinados. Criar um imaginário acerca dos dois países ligados como uma família fazia parte de um projeto maior de união entre Brasil e Portugal, num momento em que havia interesses econômicos por parte do Brasil nessa aproximação e políticos por parte de Portugal.

“A verdadeira grandeza de Portugal mede-se pelas suas obras. Quando se vê o Brasil, chega quase a parecer milagroso que ele tenha podido criar um país tão grande” (*Luso-Brasileira*, nº52, abril, 1967, p.6). O Brasil, para Portugal, era o modelo de país por eles

colonizado, portanto divulgar a ideia do progresso brasileiro e ligar a essa ideia a atuação de Portugal era crucial para sua imagem no mundo dos países colonizados e também para os países contrários ao colonialismo. Prossegue o texto:

O Brasil é a obra e glória de Portugal. [...] Na época [da] empresa da formação do Brasil, empenhou Portugal o que tinha de melhor. Deu-lhe os mais santos e heroicos Apóstolos, inclusivamente o maior Gênio da Eloquência que possuía o mundo de então, Antônio Vieira, enviou depois ao Brasil a sua nobreza, para organização, defender e comunicar-lhe o sentimento da saudade e da unidade, que é o segredo da sua força o sangue do seu povo [...]. A obra aí está – o Brasil. Os historiadores chamam-lhe um milagre! Lisboa – Obras póstumas de D. Manuel Gonçalves Cerejeira Cardeal Patriarca de Lisboa (*Luso-Brasileira*, nº52, abril, 1967, p.6).

Na sequência do texto percebe-se o quanto Portugal está no centro da mensagem. Portugal seria o doador de tudo o que de bom se tornou o Brasil. Saudade e unidade são apontadas como força e sangue do povo português. Essas palavras sendo enunciadas pelo Cardeal Cerejeira, apoiador do Estado Novo e amigo de Salazar, tem um peso simbólico maior num momento de busca de unidade entre os dois países. Importante para os portugueses leitores da revista saberem o que este cardeal pensava em relação ao Brasil, ele que possuía um papel importante para a Igreja Católica em Portugal no período salazarista. A *Luso-Brasileira* não se limitava a trazer notícias do mundo católico somente. Era possível ver a utilização nas suas páginas de matérias sobre a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Presbiterianos e Espíritas.

Na seção *Comunidades Portuguesas* dirigida por João Correia, espalhada por toda a página estão várias notícias sobre a comunidade portuguesa no mundo. Uma delas informando que “a vontade unânime dos portugueses, elegeu, para um novo mandato na Presidência da República, o Sr. Almirante Américo Tomás, respeitado e admirado pelo país inteiro” (*Luso-Brasileira*, nº56, set, 1967, p.4). Em outra: “Foi extraordinário o II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa realizado em Nacala – Província ultramarina portuguesa na África. [...] Entre os brasileiros presentes destacamos o Prof. Gilberto Freyre” (*Luso-Brasileira*, nº56, set, 1967, p.4). Uma notícia apresentando Portugal como um país democrático, no qual o povo tinha vontade política e essa vontade era respeitada. A outra nota apresentava um Congresso ocorrido em Moçambique, durante a guerra pela independência no país, transmitindo uma ideia de normalidade na província. Este evento estava ocorrendo pela segunda vez, sendo a primeira em 1964 em Lisboa e a segunda em 1967, em Nacala. Foi

idealizado por Adriano Moreira²², na época presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, com a finalidade de se “fortalecerem as ‘solidariedades horizontais’ com base na cultura além da língua, podendo dar voz a uma sociedade civil transnacional” (MOTA, 2009:33). O que não era percebido como benéfico para a manutenção das colônias. A censura do regime, portanto impediu que o terceiro congresso se realizasse, por conta também de divergências surgidas no passado entre Adriano Moreira e Salazar em relação à política do Estado Novo referentes às colônias na África. Havia muitos temas sendo discutidos no congresso, os quais estavam divididos em seis seções: Convergência étnico-cultural; Relações luso-brasileiras; Ciência e educação; África-Oriente; Europa-América; Problemas do livro português²³. As relações entre Brasil e Portugal estavam presentes na pauta do evento e demonstravam a preocupação frequente do regime português pelas relações políticas com o Brasil, já que o evento foi permitido pelo governo português. Gilberto Freyre se faria presente, justamente por conta da tese do luso-tropicalismo, da qual Adriano Moreira e Salazar eram defensores e simpatizantes.

Ainda na seção *Comunidades Portuguesas*, uma notícia curiosa sob título *Temas Sociais*

Cursos de auxiliares de Família [...] o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, com sede em Luana-Angola – proporciona a todas as môças do interior em questão, ou residente na capital, um curso de muita utilidade, acessível a qualquer môça com instrução primária. Com estas virtudes e com idade a 18 aos, as meninas de Portugal, sejam pretas, mestiças ou brancas, pois Angola não é a América do Norte. Têm acesso ao curso cem por cento feminino, e com utilidade flagrante, pois o setor onde atua quando formada, é enorme, havendo portanto lugar para milhares de jovens. Demorando 18 meses, elas aprendem formação familiar, técnica, doméstica, criação de animais, etc., são algumas das disciplinas usadas (*Luso-Brasileira*, nº57, out, 1967, p.5).

A veiculação dessa informação, percebo, faz-se mais para demonstrar o caráter “igualitário” do tratamento dado às jovens africanas na colônia, beneficiando seu futuro no mercado de trabalho, do que para o anúncio e procura pelo curso. Uma forma de tornar visível para os leitores da revista as oportunidades oferecidas pela metrópole aos africanos e luso-

²² Sobre Adriano Moreira e o Estado Novo, ler tese de José Maria dos Santos Coelho: **Adriano Moreira e o Império Português**. Tese para obtenção do Grau de Doutor em Letras Universidade da Beira Interior, 2015. (Adriano Moreira - Antigo Delegado à ONU (1957-1959); Ministro do Ultramar (1961-1963). Deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República (1979-1995). Professor do Instituto Superior Naval de Guerra. Professor da Universidade Católica Portuguesa. Presidente da Academia das Ciências de Lisboa (2008-2010). Actual Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa).

²³ PAULA, Eurípedes Simões de. **II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa**. (Moçambique, 14-21 de julho de 1967).

africanos nas colônias, contrariando outras notícias que negativavam o papel de Portugal nas colônias.

Abaixo a esse anúncio, uma foto de Salazar com um soldado da Guiné e a legenda: “Um soldado da Guiné Portuguêsa, recebe de Salazar uma medalha de valor militar” (*Luso-Brasileira*, nº57, out, 1967, p.4). Duas mensagens demonstrando a aproximação do regime ao povo africano nas províncias ultramarinas, o que num momento de agravamento cada vez maior das guerras de independência, adquire um peso importante para leitores portugueses da *Luso-Brasileira* e para seu entendimento acerca da relação do Estado Novo com as províncias. Ainda no mesmo tema da guerra, outra imagem veiculada na edição de novembro de 1967, na seção *Portugal de Hoje* apresentava os soldados portugueses em marcha e abaixo a legenda “Soldados que combateram em Angola, regressam a Lisboa sob aplausos” (*Luso-Brasileira*, nº57, out, 1967, p.4) numa demonstração de “dever cumprido”. Pequenas imagens que criavam um cenário de Portugal combatendo por uma causa justa, no seu papel de “civilizador” e “cristianizador” dos povos africanos, carentes da missão portuguesa no mundo. Nesta mesma seção, são variadas e pequenas as notícias sobre Portugal na atualidade:

- Acentua-se extraordinariamente o desenvolvimento nas províncias de Angola e Moçambique.
- A industrialização de Moçambique é alvo de comentários da imprensa de Paris.
- Importantes iniciativas estão em curso no desenvolvimento da pecuária e indústrias derivadas em Angola (*Luso-Brasileira*, nº57, out, 1967, p.4-5).

As guerras coloniais foram um incentivo para o investimento nas chamadas Províncias Ultramarinas, provocando, no entanto um “crescimento rápido e desequilibrado, que privilegiava as infraestruturas e beneficiava os colonizadores” conforme afirma Ruy Cinatti, em manuscrito de 1972, citado por Cláudia Castelo (CASTELO, 2014:509). Esse tipo de propaganda era feita sem nenhuma mostra da situação real nas colônias. Afirma Cláudia Castelo que:

A partir dos anos 1950, o discurso do Estado Novo sobre o fomento do ‘ultramar português’ surge intimamente ligado à problemática do povoamento branco e fortemente marcado pelo ideário luso-tropicalista. Em termos práticos, o desenvolvimento ultramarino será, até ao fim do império, um desenvolvimento imposto de cima para baixo e de fora para dentro, em nome de um mito de criação recente: a existência de sociedades multirraciais em Angola e Moçambique, “novos Brasis” em gestação, harmoniosamente integrados no todo nacional (CASTELO, 2014:531).

A seção *Portugal de Hoje* no ano de 1967 foi repleta de conteúdos sobre Portugal. Para terminar 1967 trouxe uma extensa matéria, em formato de coluna, com oito parágrafos dos quais reproduzo alguns. Intitulado *A confusa Batalha*, fez uma pequena recapitação dos problemas enfrentados por Salazar antes do Estado Novo.

O panorama de 1930, descrito pelo Doutor Salazar com o mais penetrante espírito de análise, estava longe de ser animador e convidaria à abstenção e à reserva quem não tivesse uma têmpera muito especial. [...] As estruturas parlamentares sofreram a ressaca das lutas que por toda a parte se travavam entre o individualismo e o socialismo. Não se tratava, para mais, de conflitos de âmbito simplesmente nacional. Num e noutro campo, exercia-se já a influência das idéias de inspiração internacionalista, a começar pelo Marxismo em sua fase de exemplar ortodoxia. [...] É certo, como o Doutor Salazar apontou, que se desenvolveram tentativas de reação de tipo nacionalista. Mas também é certo que determinados movimentos resvalavam no extremismo e que outros não conseguiam fazer trabalho de restauração e de institucionalização. Não se passava da fase da ditadura e esta, em geral, falhava por não ser capaz de gerar soluções políticas de caráter estável, em que se restaurasse o equilíbrio entre a autoridade e a liberdade. Era preciso “encontrar as fórmulas do novo equilíbrio” e Portugal soube descobrirlas. Por isso se salvou (*Luso-Brasileira*, nº59, dez, 1967, p.7).

A direção da seção é de João Correia, mas não é possível saber ao certo de quem é o texto em questão. O autor abordava o período antes do início do Estado Novo, portanto antes da chegada de Salazar ao poder como Presidente do Conselho de Ministros. Trata das lutas entre o individualismo e o socialismo e da influência do marxismo em todos os campos. Apontava o governo de Salazar como aquele que salvou o país da ditadura, que trouxe o equilíbrio para Portugal. A ditadura, que já durava 35 anos, é interpretada como um regime democrático. É interessante perceber a construção do passado que se apresentava para o leitor, como uma forma de relembrar ao leitor português da revista sobre a conjuntura política que Portugal atravessava naquele momento, em 1930, os “perigos” que enfrentava diante de ameaças como a do socialismo. E ainda uma forma de inseri-lo naquele contexto, mostrando que era um representante de Portugal, e que seria importante que estivesse em harmonia com aquelas posições políticas.

Na seção *O Mundo em Foco*, em edição de janeiro de 1968 algumas notícias vindas de Portugal, do Serviço Especial de SNI e Cultura:

- Foi inaugurada em Lisboa, a Residência Universitária Ruy Barbosa, destinada a estudantes brasileiros.
- Gilberto Freyre é recebido solenemente na Academia das Ciências de Lisboa. Falou de cultura ibérica, principalmente portuguêsa.
- Já está em Lisboa, de regresso de uma triunfal visita à Guiné e Cabo Verde, S. Exa. o Sr. Presidente Américo Tomaz (*Luso-Brasileira*, nº61, fev, 1968, p.15).

A inserção do brasileiro no mundo português estava presente nas notícias. Entende-se que havia um laço entre portugueses e brasileiros, que ia desde o estudante brasileiro em Lisboa até um sociólogo brasileiro de renome como Gilberto Freyre. Veicular este tipo de notícia era fundamental para demonstrar à comunidade luso-brasileira que já havia esta amizade entre os dois países, que ela se fortalecia. De alguma forma isto tornava possível que a opinião pública fosse se construindo favoravelmente aos problemas portugueses na África. Por conta disto essas notícias não eram apresentadas meramente como informação, e sim com o intuito de mobilizar sentimentos e um envolvimento em torno das causas portuguesas, sobretudo no chamado Ultramar. Juntamente com as notícias acerca de brasileiros em Lisboa, estava a informação de que o presidente de Portugal retornava de uma “triunfal visita à Guiné e Cabo Verde”, duas das colônias portuguesas. Uma notícia que levava o leitor a acreditar que no chamado Ultramar, nas províncias ultramarinas portuguesas, tudo transcorria bem e os conflitos se dissipavam.

Em 1968 o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José de Magalhães Pinto, visitou Portugal para as Comemorações do V Centenário de Pedro Álvares Cabral. Magalhaes Pinto estava associado com a linha dura exercida pelo governo de Costa e Silva no Brasil, porém externamente sua Diplomacia da Prosperidade,²⁴ conforme afirma Paulo Vizentini, estava voltada à autonomia e ao desenvolvimento, assemelhando-se muito à PEI, porém não fazia referência à reforma social (VIZENTINI, 2008:45). A *Luso-Brasileira* relatava a visita do chanceler a Lisboa, notícia esta veiculada com a colaboração do SNI-Lisboa. Apontava que foi

Vitoriosa a visita da delegação brasileira a Portugal. Magalhães Pinto disse ao chegar a Lisboa – “O Brasil quer reafirmar a sua fé na vocação lusíada”. [...] Considero um honroso privilégio chefiar esta missão que o Brasil manda a Portugal para as Comemorações do V Centenário de Pedro Álvares Cabral, herói comum a nossas pátrias, símbolo da amizade fraterna que nos une. [...] No retorno ao Brasil, o Ministro Magalhães Pinto disse que o Brasil está sem problemas com Portugal. Em Setembro próximo, o Brasil receberá na Bahia, a Missão Portuguesa, nos festejos a Pedro Álvares Cabral, nas festas que terão lugar em Salvador (*Luso-Brasileira*, nº65, jun, 1968, p.13).

Comemorar o nascimento de Pedro Álvares Cabral era comemorar a obra colonizadora, o simbolismo da colonização de um país que “deu certo”, fruto do trabalho de

²⁴ “[...] a ‘Diplomacia da Prosperidade’ retomou alguns temas de importância da ‘Política Externa Independente’, como a reformulação do comércio mundial, o desarmamento, a não intervenção e a ampliação do mercado externo brasileiro. Nesse jogo de avanços e algumas resistências, houve temas cujo tratamento demoraria ainda a amadurecer. O colonialismo, por exemplo, não teve da ‘Diplomacia da Prosperidade’ uma condenação incisiva; a presença portuguesa na África só deixaria de receber apoio velado ou aberto do Brasil a partir do Governo Geisel” (SILVA, 1989:90).

Portugal. Era um evento emblemático num momento em que a colonização era questionada e combatida no mundo. Portanto, afirmar a união entre colonizado e colonizador num momento de tensão com as colônias na África e com a ONU, significava justificar a “vocação histórica” de Portugal na colonização dos trópicos. As notícias das comemorações na Bahia foram noticiadas por alguns jornais no Brasil como *Diário de Notícias* e *Diário de Pernambuco*.

O ano de 1968 se iniciava e a situação das guerras coloniais em nada havia mudado. Houve, isto sim, o agravamento dos conflitos na África. A *Revista Luso-Brasileira* não deixaria de apresentar notícias vindas daquele continente que por meio de seus correspondentes chegavam ao periódico sem demora. E ao mesmo tempo em que noticiava a continuidade da guerra como uma luta justa pela civilização, informava dos avanços na colônia mesmo com a ação dos “terroristas”, como em nota na coluna *Comunidades Portuguesas*: “Apesar da ameaça terrorista, ANGOLA encontra-se em pleno desenvolvimento econômico – salienta a revista U.S. And Worl Report²⁵” (*Luso-Brasileira*, nº65, fev, 1968, p.13).

Ainda em 1968 no dia 3 de agosto em sua residência de férias no Forte de Estoril, Salazar sentou-se pesadamente numa cadeira de lona e num desequilíbrio caiu e bateu com a nuca no chão de pedra do terraço (MENESES, 2011, 643). A partir daquele momento sua saúde nunca mais iria se recuperar. A primeira menção a esse fato em *Luso-Brasileira* foi no mês do acidente e a notícia publicada dava a entender que o assunto já era conhecido. Foi na seção *Informe de Lisboa* sob o título *Salazar reage bem* que a notícia seria apresentada:

O Primeiro-Ministro Antonio de Oliveira Salazar deverá deixar o hospital em 10 dias, se seu atual progresso continuar, depois que um coágulo sanguíneo foi removido de seu cérebro sábado, disseram fontes médicas.

Salazar, que tem sido Primeiro-Ministro desde 1932, deverá poder recomeçar a trabalhar depois de várias semanas de convalescença, acrescentaram.

[...] (*Luso-Brasileira*, nº66, ago, 1968, p.4).

Uma questão curiosa é que a referida edição da revista era do mês de agosto, no entanto a cirurgia de retirada do coágulo do cérebro de Salazar ocorreu a 7 de setembro de 1968. Suponho que o número em questão deveria sair com a data de agosto, porém a

²⁵ “A *United States News* foi fundada em 1933 por David Lawrence (1888-1973), que também iniciou a *World Report* em 1946. As duas revistas abordaram as notícias nacionais e internacionais separadamente, mas Lawrence as uniu em *US News & World Report* em 1948 e posteriormente vendeu a revista aos seus funcionários. Historicamente, a revista tendia a ser um pouco mais conservadora do que seus dois principais concorrentes, *Time* e *Newsweek*, e se concentrou mais em histórias econômicas, de saúde e educacionais. Também evitou notícias de esportes, entretenimento e celebridades. [...] Em 1958, a circulação da revista semanal passou de um milhão e chegou a dois milhões até 1973. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/U.S._News_%26_World_Report> Acesso em 15 mar 2018.

publicação só pôde ocorrer no mês de setembro, o que explicaria essa confusão nas datas. Sobre a saúde de Salazar, foram meses de luta pela sua recuperação até 27 de julho de 1970, data do seu falecimento. Durante esse período foram inúmeras as notícias e matérias sobre o estado de saúde do Presidente do Conselho na *Revista Luso-Brasileira*. Ainda na mesma edição na seção *Presença de Portugal* uma foto mostrava Salazar na sacada do Palácio de São Bento e fora do palácio uma multidão em saudação ao ditador (*Luso-Brasileira*, nº66, ago, 1968, p.12). Lembrar a imagem do ditador português nestas circunstâncias de fragilidade era uma maneira de reunir portugueses e brasileiros como comunidade em torno de uma ideia de sociedade e dos ideais salazaristas.

As respostas por meio de cartas e telegramas de todo o mundo à *Operação Salazar* sugerida pela revista em razão da situação de saúde do presidente do Conselho de Ministros, denotavam uma preocupação latente da *Luso-Brasileira* pelo momento crítico da política portuguesa. Na revista, a matéria que tratava desta notícia trazia abaixo da imagem de uma mesa coberta com cartas e em primeiro plano, uma foto de Salazar. Abaixo um pequeno texto: “Avolumam-se a cada momento os telegramas e cartas de todo o mundo, com votos de melhorias ao Presidente Salazar. A mesa está repleta de mensagens” (*Luso-Brasileira*, nº68, dez, 1968, p.3). Pretendia-se aproximar o contexto político de Portugal da comunidade portuguesa nos locais que a revista estava inserida por meio deste tipo de mensagem e assim possibilitar a união em torno da ideia do “chefe”, da “portugalidade”, um retorno ao passado na lembrança daquele que por anos sustentou a ditadura do Estado Novo.

A lembrança do líder exemplar, ético e dedicado à nação era a imagem que se prezava nas notícias. O texto seguinte aponta para a vida privada de Salazar, com o título: *Salazar chegava sempre ao fim do mês sem ter dinheiro*:

Numa entrevista à jornalista francesa Christine Garrier, para o livro ‘Férias com Salazar’, encontramos este depoimento de Oliveira Salazar. Diz a jornalista: - “Salazar, por exemplo, chegava sempre ao fim do mês sem dinheiro, era ele quem pagava as suas despesas domésticas, o gás e luz e afirmava Salazar então, que no dia em que abandonasse o poder, quem lhe virasse os bolsos, só encontraria pó”. Um chefe de Governo extraordinário, que governou Portugal, durante 40 anos e cinco meses... (*Luso-Brasileira*, nº68, dez, 1968, p.5)

Elogios ao governante português apresentados pela revista expressando sua postura de homem simples e trabalhador, igualando-o ao cidadão comum, além de atribuir-lhe o título de *chefe de Governo extraordinário*, governando Portugal por 40 anos. O termo “extraordinário” registrado pelo periódico o coloca acima de críticas, e isenta de críticas também o regime. Num momento de fragilidade pela qual passa o Estado Novo, as notícias que demonstravam a

força e ética do ditador legitimavam a sua história e a sua importância no contexto político até aquele momento vivido por Portugal.

A revista produzia um diálogo com os *dilemas do tempo*, como afirma Tania De Luca, a partir das inferências a questões prementes da política portuguesa. Nessa direção, é possível perceber a construção da representação das ideias políticas que se construiam em *Luso-Brasileira* em matérias pontuais apresentadas pelo periódico. Tanto o quadro de saúde de Salazar como a questão da sucessão política do ditador foram tratados pelos editores com atenção, mas sem espalhafato. Em 27 de setembro de 1968 ocorreu a nomeação de Marcelo Caetano como presidente do Conselho de Ministros de Portugal. A revista trará uma nota com uma foto de Caetano e abaixo o seguinte texto: “Com a doença de Salazar, assumiu a chefia do Conselho de Ministros de Portugal o prof. Dr. Marcelo Caetano. A nossa previsão saiu certa” (*Luso-Brasileira*, nº68, dez, 1968, p.5). A sucessão não foi um processo simples para a ditadura portuguesa, pois envolvia a continuidade ou não da política salazarista e acima de tudo a defesa dos territórios ultramarinos. Portanto, a escolha do nome de Marcelo Caetano envolveu esperanças e temores. Para Rita Almeida de Carvalho, se para alguns Caetano encarnava o modelo salazarista de Governo, pelo que tudo continuaria igual, e se outros temiam pela queda do regime, a sua ascensão à presidência do Conselho criou grandes expectativas quanto a uma evolução gradual do regime para uma democracia de tipo ocidental. Isso porque ele possuía uma fama liberal, mas que nunca se confirmou (CARVALHO, 2004:29). Nessa suspensão e incógnitas Caetano assumiria o governo. Afirma Fernando Rosas que Marcelo “[...] não era nem um democrata, nem um liberal. Mas era um reformista dentro do regime desde o segundo pós-guerra, quando compreendeu que o Estado Novo podia resistir a pressões temporárias ou conjunturais, mas não ‘ao espírito de uma época’²⁶” (ROSAS, 2004:13). O certo é que o Estado Novo salazarista não subsistiria ainda muitos anos após a sucessão de Salazar. O “espírito da época” que se apresentava seria mais forte que a vontade de continuidade dos seus governantes. Aponta ainda Rosas, que Caetano escolheu “compatibilizar um reformismo prudente e o desenvolvimento industrial com a continuação da guerra [...]” (ROSAS, 2004:20). Para Francisco Carlos Palomares Martinho sua posição conservadora em relação ao problema colonial não se sabe se decorre de convicções pessoais ou do arranjo de forças políticas, é uma questão ainda em aberto (MARTINHO, 2005:5).

O fato é que as guerras coloniais ainda se arrastariam até o fim do Estado Novo e *Luso-Brasileira* acompanhou pouco a pouco sua trajetória, sempre numa posição partidária a

²⁶ “Intervenção de Marcelo Caetano numa reunião do Conselho de Ministros, em 19/2/1945, perspectivando o iminente fim da II Guerra Mundial” (ROSAS, 2004:26).

Portugal, portanto de condenação aos movimentos de independência africanos, aos quais se reportava como “terroristas”. A amizade com o Brasil era ponto importante nesse projeto de continuidade da proteção do império colonial português. Na seção *Presença de Portugal* de novembro de 1968 uma grande foto por ocasião da posse do novo governo, ocorrida a 27 de setembro de 1968, com todos os seus ministros, e a legenda abaixo: “Outra foto especial para a nossa revista, mostra o Nôvo Governo do Prof. Dr. Marcelo Caetano, ao tomar posse perante o Chefe do Estado” (*Luso-Brasileira*, nº67, nov, 1968, p.9). Na mesma página, a informação de que o Presidente do Conselho teria recebido logo depois jornalistas brasileiros e lido a sua mensagem ao Brasil:

A Amizade pelo Brasil é uma constante da política portuguêsa. Nem digo bem da política: melhor me exprimiria afirmando que a amizade ao Brasil é um imperativo do sentimento nacional português: Desejo ao admirável povo brasileiro todas as venturas que merece e uma vez mais agradeço a hospitalidade dispensada a tantos milhares de portugueses que junto dele labutam. O novo Governo Português fará tudo quanto esteja em suas mãos para que a Comunidade Luso Brasileira seja uma realidade cada dia mais positiva. Conta para esse efeito com a colaboração do ilustre Presidente Costa e Silva e dos governantes do Brasil, que de tantos modos e em tantas ocasiões têm já demonstrado a sua afeição a Portugal (*Luso-Brasileira*, nº67, nov, 1968, p.9).

A mensagem é uma confirmação, um desejo e um apelo de Portugal ao Brasil. Será um período de grandes impasses ligados à política externa do Brasil em relação ao colonialismo e por esse motivo, de grande importância foi o apoio da imprensa brasileira e da imprensa portuguesa no Brasil e também da comunidade portuguesa no país, pois a pressão e a força das comunidades portuguesas no intuito de influenciar a posição brasileira no tocante às políticas colonialistas poderiam ser decisivas para a continuidade ou mesmo somente para o prolongamento do colonialismo português na África.

As notícias sobre a política portuguesa no ano de 1968 preencheram muitas das páginas da revista de Mario Dias, sobretudo sobre a doença de Salazar e o problema colonial. No número de novembro de 1968, numa matéria assinada por Reis Ventura²⁷,

²⁷ “Manuel Reis Ventura (Calvão, Chaves, 23 de março de 1910 - Oeiras, 29 de janeiro de 1988) foi um dos escritores que integrou aquela que se pode classificar como a segunda fase da literatura colonial portuguesa de inspiração africana, no século XX. [...] A segunda fase veio a coincidir com o início da autodeterminação dos países francófonos de África, já na década de 50, e com a sublevação nas colónias portuguesas, na década seguinte. Em Angola, esta fase cristalizou-se à volta do Grupo da Província, um conjunto de artistas e escritores que contribuíram para o Suplemento Literário do jornal “a província de Angola” [sic], logo a partir da década de 40. [...] Em plena década de 60, devido à guerra, o compromisso ideológico de Reis Ventura para com o regime acentuou-se, vindo a sua literatura a ser fortemente condicionada por esse facto. A sua prosa passou a reflectir aspectos panfletários e dogmáticos, [...] congregando o reconhecimento do regime e dos defensores do sistema colonial”. Blog da Rua Nove. **Reis Ventura e a Literatura Colonial Portuguesa** Disponível em: <<http://blogdaruanove.blogs.sapo.pt/183294.html>> Acesso em 19 out. 2016.

escritor e poeta comprometido com o regime, a revista apresentou um texto seu sob o título *Angola 68 – Sete anos de guerra*, o qual reproduzo alguns trechos:

Porque já chegou a hora de podermos lançar este clamor, nesta batalha de Angola, onde nos batemos contra a ferocidade dos inimigos e a traição dos aliados, contra as insídias da selva tropical e a incompreensão do mundo inteiro, contra quantos pretendem locupletar-se com os frutos do nosso trabalho [...].

Já fogem, rapazes! Eles já fogem!

Com a enorme alegria deste dealbar da vitória – a mais impressionante e estupenda vitória do Ocidente em África – vós podeis ter também a consciência reconfortante de que defendeis uma causa justa, de que lutais ao lado da justiça e da razão.

Angola já era carne e alma de Portugal, muito antes de existirem quase todos os Estados que atualmente nos atacam ou hostilizam na ONU. [...] Estais a defender gente que vive do seu trabalho e não faz mal a ninguém; terras que são nossas pelo direito da descoberta e pelo direito do muito sangue, suor e lágrimas de Portuguêses. [...]

E estai a defender uma nobre civilização, o ideal da fraternidade cristã e o conceito da convivência racial. [...]

Somos, neste continente, o último reduto da sociedade multi-racial. De todos os lados nos cerca o ódio. Mas a vitória é nossa, porque estamos do lado do amor (*Luso-Brasileira*, nº67, nov, 1968, p.9).

Esses excertos demonstram o esforço do regime, na voz de um escritor, em encorajar a luta dos soldados em Angola e em legitimar o empreendimento de uma guerra bárbara e já perdida. Demonstrava ainda a observância da tese do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, percebida nas entrelinhas, quando fala em convivência racial e reduto da sociedade multirracial, o que indicava a capacidade colonizadora de Portugal no sentido de criar uma convivência racial pacífica e igualitária nas colônias, uma “arte lusitana das relações humanas, das adaptações culturais, das transacções sociais em espaços ou terras quentes” (FREYRE, 1958, apud CASTELO, 2011:38). A despeito das críticas anticolonialistas impostas pela conjuntura mundial após a Segunda Guerra Mundial, Portugal passaria a justificar sua presença no ultramar enfatizando a ideia de que estaria realizando uma missão civilizadora nos trópicos (PEIXOTO, 2009:17).

No último número do ano de 1968, na edição de Natal (Figura 9), a *Revista Luso-Brasileira*, apresentou na capa uma imagem emblemática: a figura católica de Nossa Senhora segurando o menino Jesus. Ela está envolvida num manto que estampa a bandeira de Portugal e o menino envolto em outro manto com a estampa da bandeira do Brasil, evidenciando em primeiro plano as palavras *Ordem e Progresso* (*Luso-Brasileira*, nº68, dez, 1968, p.1). Portugal que simboliza a mãe que por sua vez deu a vida ao filho chamado Brasil, representado aqui por um bebê. Nenhuma mensagem específica natalina, mas acima da imagem a frase que acompanhava a revista: *Um laço de Amizade entre Brasil e Portugal*. As pequenas mãos do menino no rosto da mãe demonstram o *carinho* e a *amizade*. São

mensagens que se entrelaçam nos textos do periódico, compondo um uníssono em torno da premência e importância em afirmar a boa relação entre Brasil e Portugal.

A ditadura do Estado Novo em Portugal definiu o papel da mulher de maneira muito específica, ligada à natureza, enquanto que os homens ficavam ao lado da cultura. Enquanto natureza, as mulheres deveriam orientar-se por aquilo que era próprio dessa condição, ou seja, ser mãe. Neste caso, o Estado Novo foi fiel às mensagens repetidas sem alteração “pela Igreja Católica, nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), em que a ‘natureza’ predispôs as mulheres a ficarem em casa a fim de educarem os seus filhos e de se consagrarem às tarefas domésticas” (COVA; PINTO, 1997:72). E continuam Anne Cova e António Costa Pinto que o Salazarismo acrescentou à esta “natureza” da mulher o papel de “mãe devota à pátria e [de] ocupar-se do ‘governo doméstico’”.

Figura 9 - Natal de 1968



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº68, dez, 1968, p.1 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

Tal qual a relação da mãe com o seu filho, esta boa relação pensada entre Brasil e Portugal foi relatada inúmeras vezes, e as matérias que vinham do exterior prezavam por notícias com esse posicionamento. Havia uma rede de colaboradores que contribuíam para a

revista em Portugal, por exemplo, que se alinhavam aos editores nas questões ideológicas relativas à política portuguesa. Portanto não havia espaço, como se vem percebendo, para dissidências nas ideias políticas e ideológicas no que se referia à política colonial. Na seção *Presença de Portugal* de dezembro de 1968 foi publicada foto de representantes da Guiné Portuguesa (nome da atual Guiné-Bissau, quando colônia portuguesa) junto a Américo Tomás, presidente de Portugal. Ao lado da foto o pequeno texto: “Representantes da Guiné Portuguesa, foram a Lisboa, e conversaram longamente com o sr. Almirante Américo Tomáz” (*Luso-Brasileira*, nº68, dez, 1968, p.7). Na imagem estão os representantes guineenses com trajes típicos da cultura africana, trajando roupas brancas, mantos, colares e turbante ao lado do representante português. Somente Américo Tomás teve o nome citado no texto, diferentemente dos representantes do país africano. A imagem que o leitor tem é de uma conversa pacífica e amigável, privada de tensões. No entanto aquele foi um período de sérios conflitos com as antigas colônias africanas, e a Guiné Portuguesa passava por uma violenta guerra pela independência iniciada em 1963. São impressões de uma imagem que era recorrente na revista, e que denotavam o posicionamento da publicação em relação à política ultramarina portuguesa, que neste caso, ostentava um aparente contexto de negociação, deixando a imagem falar por si, a qual dava espaço para uma interpretação de que havia entendimento entre Portugal e a Guiné Portuguesa.

No ano de 1968 e 1969 mensagens sobre Antonio Salazar, Marcelo Caetano e as guerras coloniais dominaram as páginas da *Luso-Brasileira*. Ainda sobre Marcelo Caetano muito foi escrito e veiculado naqueles anos. Em *Notas biográficas de sua excelência o presidente do Conselho de Portugal prof. Doutor Marcello Caetano* (*Luso-Brasileira*, nº71, mar, 1969, p.5) uma página inteira foi dedicada a relatar a vida de Caetano e sua trajetória política, texto escrito em meio a duas fotos que abordavam atos da sua vida pública. Suas viagens ao Ultramar também foram referidas com duas páginas de fotos especiais para a *Luso-Brasileira*, da viagem à Guiné Bissau, Angola e Moçambique em maio de 1969. Nestas páginas a revista apresentou distintas imagens que representavam a “festa” nas colônias portuguesas pela visita de Marcelo Caetano. Eram representações do país que apagavam ou tentavam apagar os conflitos existentes. Adverte Maria Helena Capelato (1998: 57) que “o imaginário da unidade mascara as divisões e os conflitos existentes na sociedade”.

A viagem de Marcelo Caetano ocorreu no início do mês de maio e a revista já teria as fotos para publicação no mesmo mês. Percebe-se um avanço da publicação em relação à velocidade das notícias que chegavam por meio de seus correspondentes. Nesse mesmo número narrava a história da rendição de Lázaro Cavandame, chefe Maconde, dirigente da

FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), sob o título “Maconde, o Terrorista Negro”, em texto de página inteira. Finaliza o texto: “e constitui, por parte dos próprios interessados [na rendição], o reconhecimento de que só à sombra da bandeira de Portugal podem gozar do bem-estar e dispor das bases de promoção social que lhes permitam encarar com confiança as incertezas do futuro” (*Luso-Brasileira*, nº72, maio, 1969, p.10). Ou seja, o melhor lugar que se poderia estar para um africano da colônia portuguesa seria sob a proteção do estado português. Esta era a ideia vigente e assim era transmitida pela revista a mensagem ideológica do regime.

O leitor naquele mês de maio de 1969 ao folhear a *Revista Luso-Brasileira* conseguia ficar devidamente a par dos compromissos de Marcelo Caetano e demais notícias sobre o seu governo. As notícias referentes à vida política em Portugal foram muitas e variadas nas páginas do periódico: a visita do Primeiro Ministro ao Brasil em julho daquele ano, a visita do Secretario de Estado da Informação de Portugal ao Brasil além das declarações à imprensa do Governador de Moçambique. Declaração esta bastante simbólica: “Os Heróis da nossa luta pertencem a todas as côres e a uma só nação” (*Luso-Brasileira*, nº72, maio, 1969, p.10). Os soldados portugueses que lutavam nas guerras coloniais não lutavam por um povo ou uma raça, mas sim por todos, pela nação portuguesa, era isso que se queria fazer crer e essa era a mensagem que a revista transmitia a seus leitores.

As guerras coloniais serão temas em várias edições da revista e eram abordadas sob vários aspectos. Na seção sob o título *Comunidades Portuguesas*, entre textos e fotos a mensagem aos portugueses residentes em São Paulo de Dom Agnelo Rossi, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, chama atenção. Em seu discurso, a um dado momento afirma:

Um visitante ilustre me perguntou como tinha sido a guerra da independência do Brasil. Ora, respondi, foi mais uma demonstração do gênio português. Antes que qualquer aventureiro lançasse mão da coroa, o príncipe-regente, a conselho do pai, proclamou a independência do Brasil. Emancipava-se esta Nação como uma filha querida atinge sua maioridade e escolhe seu esposo. Desta forma, continuou vigorando a comunidade luso-brasileira. Mudam-se, alteram-se as estruturas políticas, mas, perdura e firma a fraternidade luso-brasileira. O que em outros povos tem sido uma ruptura, aqui conseguiu apenas estreitar novo vínculo de amizade e fraternidade (*Luso-Brasileira*, nº74, set, 1969, p.1).

A mensagem de Dom Agnelo Rossi, sendo ele um cardeal, naquele contexto demonstrava a posição da Igreja a afirmar que no Brasil não foi necessário uma guerra para obter a independência sendo que em outros povos foi uma ruptura. E isso teria ocorrido por conta do “gênio português”. No Brasil, pelo contrário, de acordo com seu pensamento, a independência estreitou os laços da comunidade luso-brasileira.

Nesse mesmo número, duas seções com o título *Comunidades Portuguesas* (Figura 10), e na segunda uma foto do Presidente Marcelo Caetano com a seguinte legenda: “O Presidente Marcello Caetano com os cultivadores de café do Uige [Angola] que lhe foram entregar uma mensagem e apoio da população daquele distrito” (*Luso-Brasileira*, nº74, set, 1969, p.13). Na foto, os cultivadores, todos negros, aparecem sorridentes no encontro com Caetano, numa demonstração de conciliação entre colonizados e colonizadores, em um período de extrema tensão entre Angola e Portugal.

Figura 10 - *Comunidades Portuguesas*

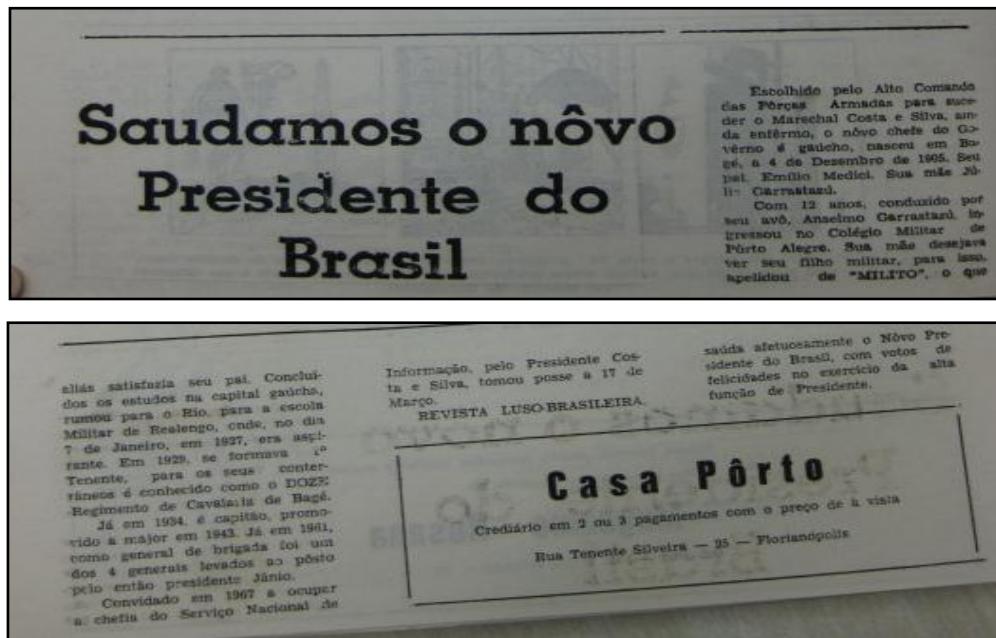


Fonte: *Luso-Brasileira*, nº74, set, 1969, p.13 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

Dois meses depois, seria imposto o terceiro presidente brasileiro após o golpe civil-militar, Emílio Garrastazu Médici. A *Luso-Brasileira* fará o anúncio na capa: “Saudamos o novo Presidente do Brasil” (*Luso-Brasileira*, nº76, nov, 1969, p.9) (Figura 11). Em quatro parágrafos relatou sua vida política no Rio Grande do Sul e sua chegada ao poder na ditadura

brasileira. Uma saudação entusiasta, num gesto de total apoio ao novo presidente que se apresentava, como vinha demonstrando a revista nesse tempo de publicação.

Figura 11- Saudação ao Presidente Médici.



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº76, nov, 1969, p.10 e 11 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

É importante mencionar e lembrar que as notícias da vida política de Portugal e do problema colonial estão imersas em meio a inúmeras outras matérias sobre a cidade de Florianópolis, contos, receitas culinárias, moda, anúncios e demais notícias políticas locais e nacionais. No entanto é possível perceber que naquele contexto houve um significativo aumento de textos, fotos e notícias relativos às mudanças na política portuguesa, bem como voltados para defender a manutenção da guerra colonial na África e colaborar para justificar a política colonialista.

A partir de janeiro de 1970 *Luso-Brasileira* passou por uma reformulação gráfica que é perceptível a partir das primeiras páginas. Mais cores no interior da revista, mais espaços vazios, muitas fotos. Três páginas dedicadas à comemoração do quarto ano do governo Ivo Silveira e duas páginas com as fotos de rosto dos membros do governo de Marcelo Caetano, sob o título *Atualidades Lusas*, fotos estas da Secretaria de Estado de Portugal para a direção da *Luso-Brasileira* (Figura 12). De Portugal a foto do Chefe do Estado lendo sua mensagem de Ano Novo a Portugal.

Figura 12 - Recortes do mês janeiro de 1970.



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº79, jan, 1970, p. 2, 9, 14, 15. (Biblioteca Pública do Estado do Paraná).

A seção *Comunidades Portuguesas* no tópico *Notícias luso-brasileiras* apresenta uma matéria sob o título: “Direito de voto para os portugueses do Brasil”, matéria escrita com a “Colaboração Cultural e Notícias da Secretaria de Estado da Informação de Lisboa e da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro”. Informa o texto que

O jurista Clóvis Ramalhete deve entregar, ainda este mês ao Sr. Ministro da Justiça do Brasil, prof. Alfredo Buzaid, o ante-projeto de lei, que concede aos português do Brasil os mesmo direitos dos naturalizados, conforme dispositivo constitucional, em termos de reciprocidade (*Luso-Brasileira*, nº79, jan, 1970, p.16).

O fato de portugueses terem a possibilidade de votar no Brasil dava a comunidade lusa uma força maior a ser direcionada na escolha de políticos que estivessem ou não ao lado de

Portugal nas políticas ultramarinas. Uma forma de escolher representantes que possuíssem uma sensibilidade maior as causas dos portugueses no Brasil, sobretudo os apoiadores do salazarismo. Essa notícia era apropriada para o contexto político pelo qual Portugal atravessava e o periódico, como uma mídia de apoio ao regime estando o editor no seu papel de cidadão português no Brasil, se comprometia incansavelmente a defender Portugal do seu lugar, autorizado que foi desde o início da publicação da revista, e não só por isso, por um dever de cidadania com a nação portuguesa.

No *Noticiário para a Luso-Brasileira* subtitulada *Vida Nacional Portuguêsa*, em notícia sobre estudantes brasileiros afirmava-se:

O Dr. Rui Patrício, Ministro dos Negócios Estrangeiros recebeu os estudantes brasileiros vencedores do concurso “Brasil-Portugal, duas pátrias, uma só família”. O citado concurso é organizado entre alunos dos estabelecimentos de ensino médio dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (*Luso-Brasileira*, nº80, fev, 1970, p.15).

O tema do concurso²⁸ aludia à mobilização em várias frentes para a formação de um pensamento voltado a fortalecer os vínculos entre Brasil e Portugal e em provocar uma reflexão entre a juventude, neste caso para o tema das relações entre os dois países, na produção de redações sobre o assunto. Discussão que estava presente nos meios acadêmicos e jornalísticos brasileiros naquelas décadas.

Portugal na Imprensa Mundial é o subtítulo da seção *Atualidades* do mês de abril de 1970 e no pequeno texto logo nas primeiras páginas da revista “Presentemente, a situação dos portugueses na Guiné está melhor do que nunca – salientou, ao microfone da BBC de Londres, o comentarista do programa (*Focos sobre a África*)” (*Luso-Brasileira*, nº82, abr, 1970, p.3). As referências às guerras coloniais no periódico ocorriam com bastante frequência, e a posição dos editores era sempre aquela de reforçar o papel de Portugal como país que faz o resgate da civilização diante do mundo “bárbaro” das colônias africanas. Além disso, as notícias trabalhavam com a ideia de que a situação, por conta da destreza de Portugal no conflito, estava sob controle e “melhor do que nunca”. Na notícia apontada, a legitimação vinha por meio de uma grande rede de televisão europeia, a BBC, o que demonstrava a

²⁸ “‘Brasil-Portugal – Duas Pátrias, uma só família’ é o tema da redação do concurso promovido pela Livraria ‘El Ateneo’ e a Embaixada de Portugal, visando divulgar a cultura e promover os laços de amizade entre o Brasil e Portugal, através da mocidade estudantil. [...] o vencedor nacional fará jus a uma viagem a Portugal, durante trinta dias, com despesas pagas”. (Correio Braziliense, Brasília, 9 de março de 1967. Concurso vale viagem de trinta dias a Portugal). O Jornal do Maranhão, semanário de Orientação Cristã acrescentou ao publicar a notícia que além da Embaixada de Portugal e da Editora El Ateneo, estavam envolvidos no concurso o Jornal O Globo e Rádio e TV Globo do Rio. (Jornal do Maranhão – Semanário de Orientação Cristã. Concurso Literário. Ano XXXII – São Luis, 11 de junho de 1967, n. 3699).

veracidade da notícia e uma opinião externa de peso ao assunto. Em relação a esse posicionamento de Portugal sobre as colônias, muito contribuiu Gilberto Freyre com sua tese do luso-tropicalismo, a qual recebeu, no entanto diversas críticas de intelectuais africanos das colônias portuguesas na época em que o autor visitou a região (1951-1952). As críticas diziam respeito às suas afirmações quanto à assimilação dos povos autóctones das colônias portuguesas ter pretendido ocorrido por conta de que “portugueses brancos se misturariam espontaneamente à vida tropical e praticariam largamente a mestiçagem” (MEDINA, 2000: 52). O autor do texto informa números demográficos que contradizem de forma nítida esta afirmação. Questiona também o argumento defendido pelo sociólogo pernambucano de que a “unidade de sentimento e de cultura” que haveria nos países colonizados por portugueses adviria do fato de Portugal ser o “mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes ditas inferiores” (FREYRE, apud MEDINA, 2000:53). Para Medina, caberia destacar o motivo de o tráfico negreiro praticado pelos lusos não ter encontrado nenhuma objeção vinda desses mesmos cristãos. Essas foram algumas das questões criticadas por Mário Pinto de Andrade, intelectual angolano, que demonstravam que o luso-tropicalismo teria sido muito mais assimilado e apregoad por Portugal colonizador para defender a sua obra que pelos colonizados, para os quais essa teoria foi alvo de duras críticas no sentido de que contribuiu para justificar o colonialismo.

A publicação vinha apoando as ações da ditadura do Estado Novo português sem que se perceba nenhuma reprovação às ações do regime, o que estava estampado nas páginas em diversos momentos. Ela transitava entre ditaduras, portanto não se faziam questionamentos ou censuras às suas publicações à medida que não atingia os pontos centrais da ditadura brasileira principalmente. A luta contra o comunismo era mostrada no periódico sob vários aspectos e em várias ocasiões. É possível perceber que tampouco as relações do governo com o franquismo foram questionadas. *Comunidades portuguesas*, seção já comentada e recorrente na revista, exibiu uma grande foto de Marcelo Caetano com Francisco Franco. Abaixo da foto a seguinte legenda: “Em visita oficial a Madrid, o Presidente do Conselho, Prof. Marcello Caetano, foi recebido no Palácio de El Pardo pelo chefe do Governo Espanhol, Generalíssimo Franco” (*Luso-Brasileira*, nº84, jun, 1970, p.3). As relações entre Portugal e Espanha passavam por uma aproximação maior após a chegada de Caetano ao poder, pois anteriormente, durante o governo de Salazar a discordância e diferença de atuação em relação à situação colonial havia criado um distanciamento entre os dois países ibéricos.²⁹

²⁹ “A divergência de posições quanto à questão colonial criou no governo português um sentimento de desconfiança relativamente ao seu parceiro ibérico. Nem os encontros de Salazar e Franco em 1957, 1960 e

Em julho de 1970 a revista anunciará algumas notícias de relevância para o mundo português. Na contracapa, uma notícia de página inteira com o título em grandes letras azuis: *Em Foco: Amizade Luso-Brasileira – O Ministro Mário Gibson Barbosa em Lisboa “Estamos ligados pelo passado, mas ao Brasil interessa sobretudo o Portugal do presente”*. E continua o texto:

- Afirmou o Ministro Gibson Barbosa, sublinhando a urgência em concretizar novos aspectos da colaboração Luso-Brasileira, em discurso durante o banquete em sua honra. Discursou depois o Ministro português Dr. Rui Patrício: - A complexidade da vida Política Internacional e a intervenção direta ou próxima que as posições brasileiras e portuguesas no Mundo obrigam as nossas duas diplomacias a assumir com responsabilidade. [...] (*Luso-Brasileira*, nº85, jul, 1970, p.2).

Mário Gibson Barbosa foi nomeado Ministro das Relações Exteriores no governo de Emílio G. Médici, e na sua gestão manteve a política anterior de não comprometimento aberto com a política ultramarina portuguesa. Declarações foram feitas sobre o progresso das relações luso-brasileiras no campo econômico e cultural, mas nada declarado em relação ao problema africano (MAGALHÃES, 1999:116). Rui Patrício foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros no lugar de Franco Nogueira, que era favorável a defesa dos territórios coloniais. Com a nomeação de Patrício até se vislumbrou uma mudança na conduta dos problemas coloniais, mas “a sua forma de conduzir a política externa portuguesa manteve-se nos mesmos moldes do seu antecessor” (MENEZES, 2015:167). Portanto, quando na citação Barbosa refere urgência, se remete somente aos problemas econômicos e culturais e não se cogita modificações relativas aos problemas coloniais.

Em meio às alterações no quadro político do governo depois da posse de Marcelo Caetano, a saúde de Oliveira Salazar teria naquele último ano um sério agravamento. Seu falecimento ocorreu em julho de 1970 e *Luso-Brasileira* dedicaria uma página da sua revista para falar sobre este acontecimento. Informava que *Com 81 anos, uma vida inteira dedicada a Portugal morre Oliveira Salazar – Dados biográficos – Por Mário Fernandes Dias*:

1963, alteraram esse sentimento. Bem pelo contrário. Depois do início da guerra nas colónias portuguesas de África, várias vezes a Espanha colocaria reservas em apoiar o seu vizinho peninsular, chegando mesmo o seu embaixador na ONU, Félix Lequerica, votar contra Portugal. [...] Com a nomeação de Marcelo Caetano para Presidente do Conselho de Ministros, em Setembro de 1968, deu-se, porém, um novo impulso às relações peninsulares. O novo chefe de governo português visita Madrid em Maio de 1970. Nessa ocasião assina o 3.º Protocolo Adicional ao Tratado de 1939. Esse documento estabelecia consultas periódicas entre os dois países, alargando a colaboração bilateral ao plano técnico e económico, referindo, ainda, a necessidade de estabelecer condições para uma cooperação política entre os dois países. Os contactos entre governantes tornam-se a partir daí mais frequentes, crescem as relações comerciais, mas persistem diferenças assinaláveis no plano internacional.” (QUEIROS, 2009: 144-145).

Antônio de Oliveira Salazar nasceu em 28 de Abril de 1889, na pequena aldeia de Vimeiro, na Vila de Santa Comba Dão na Beira Alta, e morre em Lisboa a 27 de Julho do corrente.

Filho de modestos agricultores, cedo aprendeu no exemplo da sua família que a vida para se manter com dignidade exige uma vontade firme para governar Portugal como só ele soube com devoção e alta sabedoria.

O século 19 terminara asfixiado de teorias erradas, surge o maior Estadista do nosso tempo, Oliveira Salazar, antigo aluno da Universidade de Coimbra.

Longe de ser contaminado pela anarquia, Salazar resurge Portugal de regimes tumultuosos levando a Nação ao mais alto conceito entre todos os Países (*Luso-Brasileira*, nº85, jul, 1970, p.11).

Tal dedicatória do diretor, escrita quase como um ato de agradecimento de Mário Dias a Salazar, demonstrava sua admiração e entendimento do regime do Estado Novo em Portugal e da atuação de Salazar nos 35 anos no poder. Utilizou termos e expressões laudatórios para falar da sua grande admiração pelo ditador e mostrar a sua importância para Portugal no período em que foi Presidente do Conselho de Ministros. Quando comentou uma das duas características de Salazar, em outro pequeno tópico lembrou: “Outra particularidade que conhecíamos muito bem, era o carinho pelos portugueses espalhados pelo mundo” (*Luso-Brasileira*, nº85, jul, 1970, p.11). No seu compromisso como cidadão português vivendo fora de Portugal, Dias cumpria de maneira exemplar seu papel ao demonstrar as qualidades do ditador no momento de sua morte e também chamava os portugueses a admirá-lo e a vê-lo como um “pai carinhoso”.

As comemorações, homenagens, rememoração de eventos e nomes portugueses mobilizados no periódico eram uma maneira de reforçar o imaginário do mundo lusitano para os portugueses fora de Portugal e também serviam no intuito de relembrar ou reforçar aquelas lembranças do país que aos poucos poderiam apagar-se. O “culto das celebrações” no Estado Novo era uma forma de “exaltar os seus princípios ideológicos e de representar a ordem social restabelecida e a identidade nacional coesa” afirma Maria Ferreira (2006:8). Tais práticas honoríficas eram realizadas, portanto, com o intuito de trazer a lembrança no presente aquele passado de glórias, de ordem, de união, do espírito português outrora perdido. Sabendo que esta memória viva servia aos interesses do regime do Estado Novo de maneira bastante pontual, utilizar a imprensa e neste caso uma revista para este fim, podia ser e era bastante eficaz no intuito de formar uma opinião favorável a Portugal entre os brasileiros e entre os portugueses no Brasil. Mesmo que em Florianópolis o grupo de portugueses não fosse numeroso como o era no Rio de Janeiro, era valorosa sua opinião como partidário dos projetos políticos portugueses. A constante repetição dos nomes, fatos, locais, receitas culinárias e histórias da vida portuguesa pela revista se tornava uma forma de impedir o

esquecimento de Portugal e toda a vida portuguesa de outrora, elemento que fazia a ligação com a vida política daquela nação no presente, com os interesses da pátria.

Quando na revista foi publicado, sob a direção do editor e da Secretaria de Estado da Informação de Lisboa, na seção *Comunidades Portuguesas*, a notícia *O Brasil aponta Pedro A. Cabral ao Mundo*, na qual é afirmado que “[...] o Brasil inteiro admira Cabral pelo estabelecimento em seu solo de bases civilizatórias impregnadas de espiritualidade” (*Luso-Brasileira*, nº85, jul, 1970, p.11), o imaginário luso e seus grandes personagens ligados à história do Brasil estava presente de forma bastante contundente. O tom afirmativo dessa frase não abria espaço para dúvidas nos objetivos e ações de Pedro Álvares Cabral no Brasil. E logo a seguir outra notícia intitulada *África para os brasileiros*, cujo pequeno texto informava que “Encontra-se em Angola o jornalista brasileiro dr. Carlos Cascudo para escrever uma série de reportagens para a imprensa brasileira. Uma boa oportunidade para o leitor brasileiro conhecer a obra civilizadora de Portugal no século XX” (*Luso-Brasileira*, nº87, set, 1970, p.16). “Obra civilizadora” que seria fundamental conhecer e defender eram as palavras chave da campanha que se fazia naquele momento.

É possível perceber nos números 87 e 88 da publicação o encadeamento das notícias, primeiro ligadas ao imaginário dos grandes personagens portugueses como Pedro Álvares Cabral e das suas “bases civilizatórias”, depois dar aos brasileiros e brasileiras leitores do periódico conhecerem a “obra civilizadora de Portugal” em Angola para depois falar da *Comunidade Luso-Brasileira na Assembleia Geral das Nações Unidas*. Sob este título o texto informava que:

Os Países participantes das Nações Unidas, tentam atacar Portugal a respeito de suas Províncias Ultramarinas. Estamos dispostos a tudo pela defesa de Portugal no mundo. Até mesmo o governo de Nixon, admira a coragem dos portugueses.

Na Assembleia Geral (ONU) a Comunidade Luso-Brasileira funcionou admiravelmente. A Delegação Brasileira solidária com Portugal, deixou a Assembleia, mostrando ao mundo não pactuar com o grupo comunista-africano. A Comunidade Luso-Brasileira subsistirá eternamente (*Luso-Brasileira*, nº89, nov, 1970, p.2).

Ao mesmo tempo em que a revista procurava criticar os países contrários a Portugal na ONU, exaltava a atitude do Brasil em se abster da votação. Porém, essa abstenção nem sempre significava apoio incondicional a política portuguesa, mas sim uma forma de não se indispor com o país luso, e conforme afirma Silvio Humberto Cunha (2002:145) pode ser explicado por fatores não-econômicos expressos nos laços culturais que unem Brasil e Portugal, contra o avanço comunista e em defesa dos valores ocidentais. Havia também o

Tratado de Amizade e Consulta de 1953 para o qual o Brasil era obrigado a consultar Portugal nos assuntos internacionais que envolvessem os dois países. O periódico vai encadeando suas páginas com diversas matérias que versavam sobre este assunto. Na seção *Presença de Portugal* em novembro de 1970, um pequeno texto de Marcelo Caetano com o título *A amizade com o Brasil*, em que aponta que

Há na política externa portuguêsa uma constante inalterável: a amizade com o Brasil. Não se trata de orientação de um regime, de programa de um governo, de lema de um partido – mas de exigência profunda e consciente do próprio povo, mas de imperativo visceral da própria nação. Haja o que houver, nos maus como nos bons dias nas horas calmas como nos momentos de turvação, Portugal manter-se-á sempre amigo do Brasil: tal é o sentido histórico. Prof. Marcello Caetano (*Luso-Brasileira*, nº89, nov, 1970, p.3).

É o chefe de Estado falando da amizade luso-brasileira como algo que nasce de dentro e que nada poderá destruir. A amizade existiria não por conta de governos, mas seria por uma conclave dos povos. Essa ideia repetida inúmeras vezes, não só em *Luso-Brasileira*, será a ideia fundamental da amizade entre os dois países e em decorrência dessa amizade e desse apoio, vinha conquistando ganhos para a questão da manutenção das colônias, e também para que portugueses no Brasil tivessem facilidades no Brasil que afinal poderiam beneficiar Portugal na política internacional. O apoio do imenso e representativo país que era o Brasil nas questões discutidas na ONU referentes às colônias portuguesas na África, eram e seriam de grande proveito para a nação lusa. O Brasil ainda tinha o poder de influenciar nas decisões dos demais países da América Latina nas questões africanas, e isso para Portugal era de grande valia.

Nesta mesma linha de notícias, mais uma vez a revista publicava, sob o título *Economista Brasileiro viaja ao Ultramar Português* um pequeno texto referindo que “O economista brasileiro dr. Souza Meirelles visitou as duas grandes províncias de Moçambique e Angola, a fim de tratar da importação de produtos que interessam ao Brasil” (*Luso-Brasileira*, nº89, nov, 1970, p.16). Afirmei estar na mesma linha de notícias, uma vez que na amizade luso-brasileira o Brasil vislumbrava antes de qualquer coisa vantagens econômicas na África. Neste sentido lembra Luiz Claudio Machado dos Santos que naquele momento, a partir da década de 1970

O lugar da África seria então o do mercado potencialmente comprador de produtos e serviços de média e baixa tecnologia agregada, adaptados mais fácil e rapidamente pelo Brasil [...] à realidade geográfica, produtiva e consumidora do continente africano (SANTOS, 2011:207).

Havia, portanto o empenho brasileiro em incrementar os negócios com a África, desenvolvendo mercados de exportação, sobretudo por parte do chanceler brasileiro Mário Gibson Barboza (FERREIRA, 2013:65). Em março de 1971, em uma de suas seções denominadas *De Lisboa para o Brasil*, escrita pelo correspondente Dr. João Vicente de Oliveira Charrua, três notas foram apresentadas e em duas delas se afirmava que:

- Na embaixada do Brasil foram recebidos os órgãos da informação de Lisboa, com o fim de lhes ser apresentado o escritor brasileiro, deputado federal por Minas Gerais, Mário Palmério. Tanto a apresentação, como a vinda a Portugal de ilustre deputado tem por fim o lançamento da obra “Vila dos Confins”³⁰.
- No Ministério dos Negócios Estrangeiros continuam reunidas as Delegações de Portugal e Brasil, prosseguindo o estudo sobre o acordo Cultural. Assuntos em pauta: Intercâmbio científico, bolsas de estudo e expansão de língua comum (*Luso-Brasileira*, nº93, março, 1971, p.8).

Estes pequenos textos atestam mais uma vez o empenho da revista em reforçar a amizade entre Brasil e Portugal no espaço micro das relações políticas e também seu envolvimento nestas questões, procurando demonstrar que a amizade era uma constante entre os dois países e era algo que ocorria de forma quase natural e familiar. A utilização de títulos e termos incisivos para falar dessa amizade, da sua evidente importância para os portugueses era constante na revista. Num texto de Mário Dias ao anunciar a visita do presidente português Américo Tomás ao Brasil, intitula *Para Consolidar a Comunidade Luso-Brasileira – O Presidente Américo Tomáz de Portugal vêm ao Brasil acompanhando os restos mortais de D.Pedro I* (*Luso-Brasileira*, nº98, ago, 1971, p.1). Consolidar, tornar forte e firme, nada mais esperado para isso do que a presença de um representante de Portugal com peso político de um presidente para realizar tal ato simbólico do traslado dos restos mortais de D. Pedro I na comemoração dos 150 anos da independência do Brasil, no ano seguinte, 1972. Uma independência negociada, processo que também se desejava para as colônias portuguesas de então.

No ano de 1971 completavam-se 45 anos do golpe militar que estabeleceu a ditadura militar em Portugal, a qual duraria até 1933 quando foi instaurado o Estado Novo. *Luso-Brasileira* reportou uma fala de Marcelo Caetano sobre esse momento da história do país. A

³⁰ O livro foi lançado em 1956 no Brasil. O enredo gira em torno de uma eleição num pequeno lugarejo perdido no sertão de Minas, o município da Vila dos Confins, mostrando os bastidores daquele processo eleitoral. Isto o caracteriza como obra de denúncia e romance político, pois revela as lutas político-partidárias e os interesses particulares em jogo, registrando um momento significativo da nossa evolução histórica, social e política (MICALI, s/d, p.2).

seção foi intitulada *Boletim Informativo da Embaixada de Portugal*, dirigida por Mário Fernandes Dias. Sob o título *A fala do presidente Marcelo Caetano* se lê:

Há 45 anos, recordou o presidente: Portugal viu-se numa encruzilhada da história e tendo por expoente as Fôrças Armadas, soube resolutamente erguer-se acima das mesquinharias que o aviltam para escolher um caminho de unidade, de dignidade e de progresso (*Luso-Brasileira*, nº98, ago, 1971, p.5).

Nesse discurso Caetano se referia ao derrube da república como um evento que salvou Portugal do atraso e da desordem. A Ditadura Militar e o Estado Novo teriam posto o país no caminho do progresso. A revista corroborava com essa percepção à medida que fazia delas as suas palavras por meio do periódico. Esse enunciado se apresentava como legitimador da continuidade do Estado Novo, na figura do próprio Marcelo Caetano. Nessa *encruzilhada*, como ele afirma, sem saber qual direção tomar, o caminho escolhido foi o melhor para o país anteriormente e na atualidade mantém-se a melhor escolha para o país com a continuidade daquela política. Como afirma Luís Bigotte Chorão (2007:16) a dialética crise/autoridade foi autojustificativa da permanência do regime e da sua manutenção, e se revela como uma potencial chave interpretativa do Estado Novo. Importante frisar que o regime português, apesar de não poder ser igualado as ditaduras de Hitler e Mussolini, é entendido como uma ditadura fascista e em alguns de seus aspectos com um caráter totalitário.

Na variedade das notícias políticas sobre Portugal, o chamado Ultramar e o Brasil sempre com o discurso do fortalecimento da amizade luso-brasileira, a notícia do 1º Congresso da Imprensa Portuguesa no Estrangeiro era bastante sintomática do esforço pela manutenção dos laços entre brasileiros e portugueses. Assim o informe foi apresentado:

O jornal (*O Lusitano*) que se publica no Canadá, lançou a idéia de um congresso de todas as publicações que circulam no mundo inteiro, sob a direção de portugueses, para um encontro em Lisboa. Serão discutidos assuntos de alto interesse da classe. Desde já o governo português vai apoiar o congresso. *Revista Luso-Brasileira* também se associa ao I. Congresso da Imprensa Portuguesa (*Luso-Brasileira*, nº99, set, 1971, p.4).

Não foi possível me certificar da realização deste congresso, já que não encontrei registros sobre ele. No entanto é bastante elucidativa a proposta de um evento reunindo as publicações sob direção de portugueses e com o apoio do governo português. Elucidativa, pois demonstra que haviam mais publicações dirigidas por portugueses no mundo e apoiadoras do Estado Novo e, além disso, o desejo em realizar um encontro constata a relevância de sua atividade para a política em Portugal.

Naquele ano de 1971 foi assinado importante documento, sobretudo para Portugal denominado a Convenção de Reciprocidade³¹. A revista deu destaque a esse ato e informou em notícia com o título *Brasil e Portugal assinam Convenção de Reciprocidade*. Entre outras coisas infere que:

Estamos fazendo história. Afirmou orgulhosamente o ministro brasileiro Mario Gibson Barbosa, na cerimônia da assinatura [...] da convenção que iguala direitos e deveres entre brasileiros e portugueses aptos a concorrer a cargos eletivos sem perda da nacionalidade, que entrará em vigor a 8 de Outubro próximo. [...] Portugal e Brasil já foram, em outros tempos, Reino Unido. Razões étnicas e históricas justificam tal providência (*Luso-Brasileira*, nº99, set, 1971, p.8).

Tal convenção beneficiou largamente os portugueses residentes no Brasil, mas, por outro lado, não trouxe muitas vantagens para os brasileiros residentes em Portugal, já que o número de brasileiros em Portugal não era tão significativo na época. Em 1960 havia em Portugal 6.357 brasileiros (PINHO, 2014:155), em comparação aos 73.267 portugueses³² no Brasil na mesma década. Os portugueses no Brasil, como os brasileiros em Portugal por meio desse documento poderiam eleger-se para alguns cargos políticos sem perder a nacionalidade. Ora, para os portugueses no Brasil esta garantia seria uma forma de influenciar politicamente as ações do governo brasileiro em diversos âmbitos em benefício de Portugal e da sua política colonial.

Dois meses depois, na edição de dezembro de 1971 novamente a notícia da Convenção de Reciprocidade era veiculada na revista. Na reportagem de Mário Dias, em seu pequeno texto reproduz a fala de Gibson Barbosa: “Estamos fazendo história – afirmou o Ministro Mário Gibson Barbosa, [...] firmando a igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses, com a criação da cidadania da Comunidade Luso Brasileira e superar a cidadania da nacionalidade” (*Luso-Brasileira*, nº102, dez, 1971, p.15). Torna-se perceptível no texto a importância da *cidadania da comunidade luso-brasileira* em detrimento da nacionalidade, da exaltação da nacionalidade lusa ou brasileira. Esse termo denota um sentido diferente para a cidadania, pois ela não estaria mais ligada à nação de cada um, mas aos interesses em comum das duas nações. A importância de reforçar esse sentido da comunidade para os dois países se

³¹ “A Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, celebrada em Brasília a 7 de Setembro de 1971, conhecida como Convenção de Brasília, criou um tratamento especial para os brasileiros em Portugal e para os portugueses no Brasil. [...] prevê dois estatutos: o estatuto geral de igualdade e o estatuto especial de igualdade de direitos políticos, cuja atribuição tem de ser requerida pelo interessado”(LEITÃO, s/d, 18).

³² Fonte: Portugal. Relatório da Imigração. 2013. Disponível em: <<https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Destaques/DLFE-264.pdf>> Acesso em: 15 abr 2018.

fazia necessária para ambos, já que para o Brasil havia a intenção de realizar comércio com Angola e Moçambique e para Portugal importava o apoio brasileiro na política ultramarina.

Em meio às notícias políticas de todos os tipos, uma notícia chamava a atenção por ser ao mesmo tempo profissional e familiar. Abaixo da foto de José Vicente Sanches a nota informava:

Faleceu em Lisboa, no passado dia 8 de Setembro, José Vicente Sanches, tio do diretor da *Luso-Brasileira*, o nosso colaborador desde as primeiras edições. José V. Sanches foi colaborador do Jornal lisboeta *O Fradique* e da revista *Cultura e Recreio*. Deixa profundas saudades em todos os familiares e amigos. A sua versátil escrita, narrando fatos da História de Portugal, teve merecido destaque na *Revista Luso-Brasileira* (*Luso-Brasileira*, nº100, out, 1971, p.6).

José Vicente Sanches teve uma participação contínua na revista, com textos de página inteira sobre história de Portugal. A construção de uma rede de autores que escreviam para a revista e que compartilhavam das mesmas posições políticas foi a estratégia que manteve a revista por tantos anos sustentando uma defesa do regime português no Brasil, mesmo que ao largo de grandes publicações. Ao mostrar que os jornalistas da *Luso-Brasileira* publicavam também em outras revistas portuguesas se dava maior legitimidade para a revista de Florianópolis e a inseria no círculo de publicações portuguesas.

3.2 SESQUICENTÉRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: UMA FESTA PARA OS REGIMES AUTORITÁRIOS

Como já mencionado anteriormente, em 1972 o Brasil comemoraria 150 anos da sua independência e em decorrência dessa data alguns eventos comemorativos iriam se realizar no país. A revista reportará alguns acontecimentos referentes a tais comemorações. Em janeiro de 1972 Mario Dias, na matéria que faria o papel de editorial, com o título *1972 – Presença de Portugal nas comemorações da Independência do Brasil* apresentou um longo texto sobre esta data:

Representando a Comunidade Luso-Brasileira no Estado de S.Catarina, viajamos a S. Paulo a fim de conhecer detalhes da participação de Portugal na festa do 150 anos da Independência do Brasil.

Promete ser grandiosa a programação em todo o país. Destaques: Na manhã do dia 21 de Abril, em Brasília, o hasteamento da bandeira Nacional pelo Presidente Médici.

No mesmo dia, aporta no cais Mauá, o navio português Funchal, trazendo os restos mortais de D. Pedro I. Viaja no navio luso o Presidente Américo Tomáz que vem prestigiar as festas da Independência [...] (*Luso-Brasileira*, nº103, jan, 1972, p.2).

A viagem referida na revista foi realizada no intuito de conhecer a programação do evento do *Sesquicentenário da Independência do Brasil*. Para esse evento em 8 de outubro de 1971 o presidente Médici instituiu uma comissão nacional para programar as comemorações do evento.

Por decreto, o Presidente Médici instituiu ontem uma comissão nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil durante o ano de 1972. A comissão tem poderes para propor os meios necessários à realização das comemorações. (*Jornal do Brasil*, 09/10/1971:15)

A nota da *Luso-Brasileira* não indicava a data em que representantes da Comunidade Luso-Brasileira de SC foram a São Paulo, mas é possível deduzir que foram após a instituição da comissão de programação do evento. Portanto, haveria uma participação da comunidade neste evento, já que era uma comemoração realizada pelos dois regimes, português e brasileiro. A importância do evento para o governo brasileiro e português não era a mesma, mas para ambos foi atribuído um sentido ressignificado da figura de Dom Pedro I e ainda da Independência do Brasil, naquele contexto. Para Catroga, historiador português, as comemorações

[...] teriam objetivado o fortalecimento dos vínculos entre as antigas metrópole e colônia. [...] Especificamente nas festas em homenagem ao 150º. aniversário da Independência brasileira, o Estado português objetivaria explicitar sua política colonialista em relação aos territórios africanos, incapazes, sob a perspectiva oficial, de gerir-se de maneira autônoma (CATROGA, 2004, apud ALMEIDA, 2009:48).

Portanto, para Portugal era uma possibilidade de estreitar ainda mais os vínculos com o Brasil, e promover uma visão do colonialismo como doador do progresso e no limite, da independência como um processo negociável e pacífico. É possível perceber por meio de inúmeros outros registros demonstrados em *Luso-Brasileira* o esforço do regime português em criar uma memória lusa direcionada aos portugueses fora de Portugal que mantivesse a ligação entre estes e sua nação e também em fortalecer os laços simbólicos que uniam Brasil e Portugal. Desta maneira, as comemorações do Sesquicentenário produziram uma série de micro eventos pelo país, criadores de um cenário mítico sobre a Independência do Brasil e sobre a imagem de D. Pedro I.

Do lado brasileiro “A intenção era festejar os atributos do Imperador enquanto militar, por intermédio do culto à materialidade, mitificada e simbolizada pelo traslado dos restos mortais de Portugal ao Brasil” (FERREIRA; SILVA, 2014:360). Foi um processo de reelaboração positiva em torno da imagem de D. Pedro I pela ditadura militar, com a

produção de imagens e emblemas que aproximavam a imagem do imperador com a do Presidente Médici exemplificando os laços entre o presente e o passado constituídos a partir de uma memória oficial, afirmam ainda as autoras (FERREIRA; SILVA, 2014). Eram imagens que se queriam eternizadas na memória da população, ligando o passado mítico e heroico ao presente de “progresso” que a ditadura, personificada na imagem de Médici queria mostrar.

Ainda para o Brasil, o reforço que se produzia para o relacionamento luso-brasileiro com esta comemoração tinha um aspecto político e geopolítico fundamental, que era o de “recolocar a África nos mercados brasileiros” (LUIS, 2018:60). Para Williams Gonçalves e Shiguenoli Miyamoto havia naquele momento o interesse brasileiro pela África, que derivava da concepção geopolítica de que o Atlântico Sul é vital para a segurança do Estado brasileiro, e o controle da fronteira leste parecia estrategicamente fundamental e para isso seria imprescindível um bom relacionamento com Portugal o que passava pelo fortalecimento da comunidade luso-brasileira (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993: 228-229).

Voltando ao programa do evento, este decorreu entre 21 de abril, dia de Tiradentes e 07 de setembro, dia da Independência do Brasil.

O encerramento, [...] teve lugar na colina do Ipiranga, em São Paulo, local onde foi proclamada a independência em 1822 e onde ocorreria a inumação dos despojos mortais de D. Pedro I, ao lado da Imperatriz Leopoldina, após sua peregrinação por todo o país, desde abril daquele ano (CORDEIRO, 2011: 2)

Foram “cinco meses inteiros de festas nas quais a ditadura se expôs solene aos brasileiros, festejando a história-pátria, mas também e principalmente, o presente e as perspectivas de futuro” (CORDEIRO, 2011:2). Ainda conforme descrição de Janaina Cordeiro (2011:2), no primeiro dia das comemorações, 21 de abril, ocorreu o Encontro Cívico Nacional e no dia seguinte, 22 de abril, a chegada dos restos mortais de D. Pedro I, vindos de Lisboa. A partir daquele dia se iniciou a peregrinação dos seus despojos por todas as capitais brasileiras, de abril a setembro, quando chegaram a São Paulo para o encerramento das festividades.

Os despojos de D. Pedro I passaram pelas capitais do país iniciando por Porto Alegre, e após quatro dias se dirigiu para Florianópolis. O esquife contendo os restos mortais de D. Pedro I seguiu para Florianópolis, onde foi realizada uma missa campal antes que a urna fosse exposta à visitação na nave da Catedral Metropolitana (*O Estado*, 30 abr 1972). Lembra Cordeiro (2011:3) que “eventos grandiosos combinados à mobilizações de caráter regional,

[...] além das inúmeras pequenas cerimônias oficiais [...] permitiram que os festejos se impregnassem de maneira muito forte ao cotidiano das pessoas”.

No mês de março de 1972 na edição 105 a *Luso-Brasileira* lançou um *editorial*, com o título *Uma Realidade Indesmentível* (Figura 13). Normalmente nas edições não ocorria um texto com a denominação *editorial*. O que ocorria eram textos eventuais na primeira página, com todas as características de um editorial, porém sem ser assim identificado. Neste texto o conteúdo versava sobre a visita de Américo Thomaz ao Brasil no mês de abril para as comemorações do Sesquicentenário. O texto apontava que

Com a visita ao Brasil a 22 de Abril do Presidente de Portugal, Américo Thomaz, acompanhando os restos mortais de d. Pedro, surge a hora exata da renovação da Amizade dos dois lados do Atlântico. O Brasil sabe muito bem o que a África representa para Portugal, não desconhecendo que os povos africanos são profundamente ligados à mãe pátria. Portugal não conseguiria manter a sua presença na África, quando outros países mais poderosos foram dali corridos, se não fossem os laços de cultura, a não separação de roças numa solidariedade de interesses mútuos.

Toda a hostilidade desenvolvida em organismos internacionais contra Portugal tem-se revelado estéril e até contraproducente, vencida pela fidelidade dos africanos à sua cidadania lusitana. “Eis a Realidade Indesmentível” (*Luso-Brasileira*, nº105, mar, 1972, p.2) (Figura 9).

Esse texto explicitava claramente o apoio que Portugal necessitava do Brasil quando afirmava que o Brasil “sabe muito bem” o quanto a África é importante para Portugal. Quando alegava que eram principalmente os laços culturais dos africanos com a mãe pátria que permitiam que o país luso não fosse atingido pela hostilidade internacional. Tentar demonstrar que eram esses *laços* que os mantinham na África, significava dizer que a presença portuguesa nas colônias era uma demanda dos africanos, e não uma imposição de Portugal e que, portanto, a guerra era uma forma de defender as colônias dos que querem separá-los de Portugal. O pedido de reforço da amizade dos dois lados do Atlântico, ou seja, Brasil e Portugal, na ocasião que está por ocorrer o Sesquicentenário da Independência, tornava-se bastante emblemático num momento em que Portugal procurava estreitar os *laços* com o Brasil na celebração da sua independência e na exaltação de um *herói* em comum. E do seu lado, a ditadura militar brasileira se esforçou “em constituir tramas imagéticas que exaltassem a memória de heróis da história pátria” (FERREIRA; SILVA, 2014:361). Ao mesmo tempo em que se elegiam *heróis* para a história da nação a violência ocorria nos porões da ditadura, e os *anos de chumbo* deixavam outras marcas/memórias, não para serem comemoradas, mas lembradas com o intuito único de que não se repetissem.

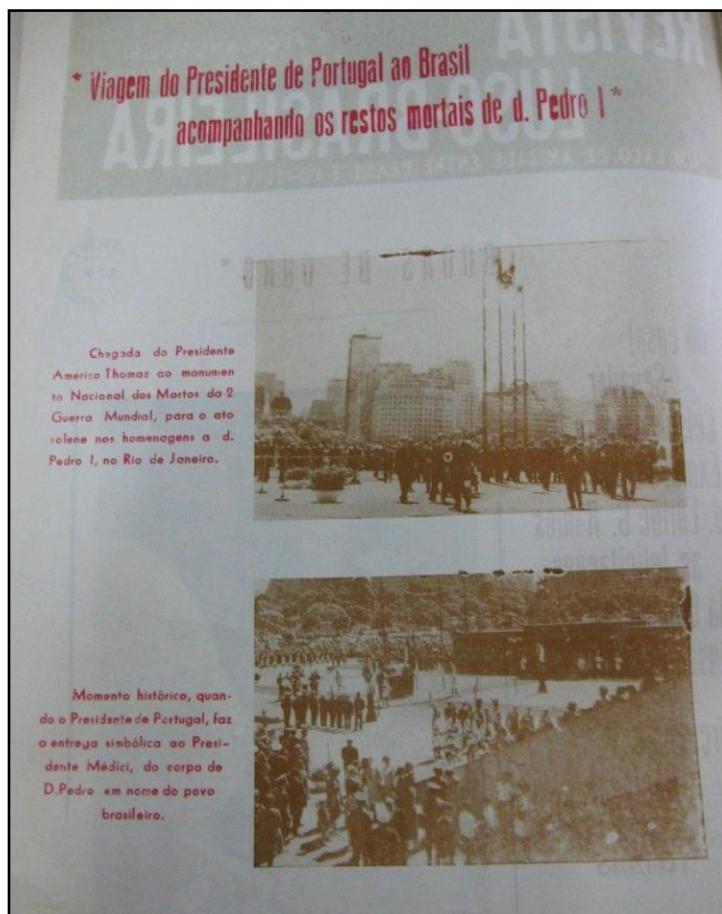
Figura 13 - Editorial: Uma realidade Indesmentível



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº105, mar, 1972, p.2 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná).

A *Luso-Brasileira* de abril de 1972 (Figura 14) dedicou muitas matérias à chegada do Presidente Américo Thomaz por conta do Sesquicentenário da Independência e todos os eventos decorridos após a chegada dos despojos de D. Pedro I ao Rio de Janeiro. Imediatamente na contra capa duas grandes fotos informando da chegada do Presidente Américo Thomaz.

Figura 14 – Chegada do Presidente Américo Thomaz ao Brasil I



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº106, abr, 1972, p.2 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná).

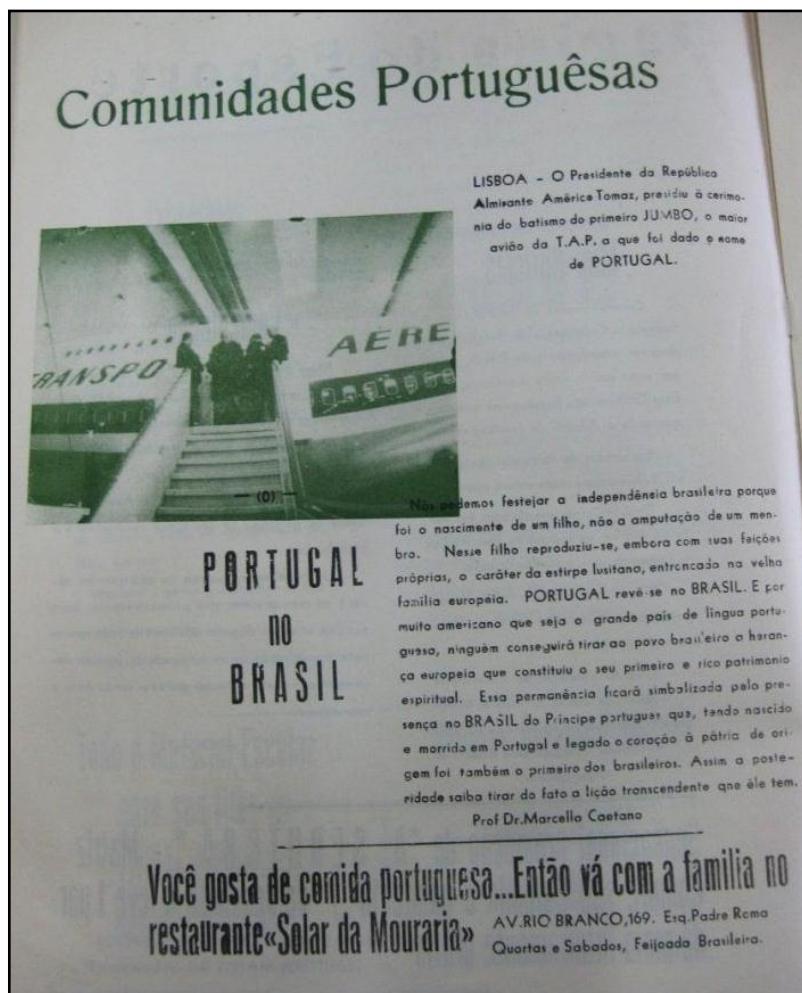
Foi um evento marcado por momentos simbólicos com significados que marcavam a história dos dois países. Para os autores Ferreira e Silva (2014:368) todo o evento “fomenta uma ressignificação de elementos da história pátria, executada após um acordo diplomático luso-brasileiro que promove o retorno ao Brasil de parte dos restos mortais do ‘imortal’ D. Pedro I, com exceção do coração, deixado por ele em testamento à cidade do Porto”.

A imagem seguinte (Figura 15) tratou da chegada de Américo Tomás no Rio de Janeiro, na descida das escadas do avião da TAP. A matéria da página é intitulada *Portugal no Brasil* e junto da imagem um texto que reproduz palavras de Marcelo Caetano:

Nós podemos festejar a independência brasileira porque foi o nascimento de um filho, não a amputação de um membro. Nesse filho reproduziu-se, embora com suas feições próprias, o caráter da estirpe lusitana, entroncada na velha família europeia. Portugal revê-se no Brasil. E por muito americano que seja o grande país de língua portuguesa, ninguém conseguirá tirar ao povo brasileiro a herança europeia que constituiu o seu primeiro e rico patrimônio espiritual. Essa permanência ficará simbolizada pela presença no Brasil do Príncipe português que, tendo nascido e morrido em Portugal e legado o coração à pátria de origem foi também o primeiro

dos brasileiros. Assim, a posteridade saiba tirar do fato a lição transcendente que êle tem. Prof. Dr. Marcello Caetano (*Luso-Brasileira*, nº106, abril, 1972, p.6).

Figura 15 - Chegada do Presidente Américo Tomás ao Brasil II



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº106, abril, 1972, p.6 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

A fala de Marcelo Caetano tocou em alguns pontos sintomáticos para a relação luso-brasileira. Afirmar que não houve ruptura e sim o nascimento de um filho, induz a ideia de ligação “eterna” tal qual mãe e filho, portanto assim deveria ser a ligação entre os dois países. O Brasil teria todas as feições da origem lusitana na fala de Caetano na qual pretere a todos os outros povos formadores do Brasil, não se referindo em nenhum momento aos africanos e nem aos nativos americanos. O Brasil por meio desta visão seria um “filho” de Portugal tão somente, quase que uma transposição do português para o além-mar, de tal maneira que afirma: *Portugal se revê no Brasil*. A vinda dos restos mortais de D. Pedro I, tido como um dos primeiros brasileiros consumaria assim essa filial ligação luso-brasileira.

A chegada do esquife a Florianópolis também seria marcada na publicação que dedicou uma página a passagem dos restos mortais de D. Pedro I por Florianópolis (Figura

16). Sob o título *Vibrante manifestação Luso-Brasileira em Florianópolis “Na Passagem do cortejo fúnebre de D. Pedro I”*. No texto, Mario Fernandes Dias assinalou que:

Em representação do governo português nos associamos na manifestação patriótica a D. Pedro I.

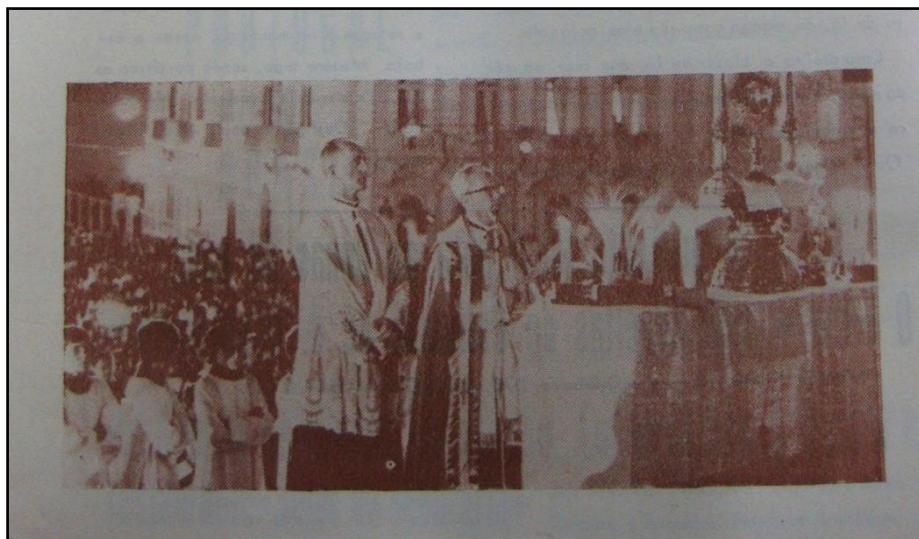
Depois das homenagens no Rio de Janeiro ao Imperador de todos os brasileiros na presença do Presidente Américo Thomaz, começava a peregrinação imperial.

Sábado, 29 de Abril, manhã bonita, já o movimento era grande. Num avião da FAB, precisamente às 10 e 30m o cortejo deixava o aeroporto rumo ao centro da cidade. Ali se registrou uma vibrante manifestação do povo catarinense.

Era o agradecimento ao fundador da Comunidade, o governante de dois mundos (*Luso-Brasileira*, nº106, abril, 1972, p.8).

Dom Pedro I passava a ser reconhecido como fundador da comunidade luso-brasileira, de acordo com as palavras de Mario Dias, tendo passado sua vida entre dois mundos, dos dois lados do Atlântico, e nesta interpretação teria ele vivido na *defesa* ora do Brasil ora de Portugal, e assim possibilitado ao Brasil uma independência sem ruptura, mas geradora de um país/filho/irmão de Portugal. Essa ideia convergia com a ideia da construção de uma comunidade luso-brasileira, pois reunia os *heróis* construídos para esta *festa* que neste contexto simbolizavam o esforço em manter a amizade dos dois povos. É curioso perceber o quanto a revista se envolve na promoção do *espetáculo* e no amparo as ideias que regem as comemorações, qual seja da mitificação da imagem de D. Pedro I e da sua ligação com a figura do presidente Médici.

Figura 16 – Missa campal officiada por D.Afonso Niehues



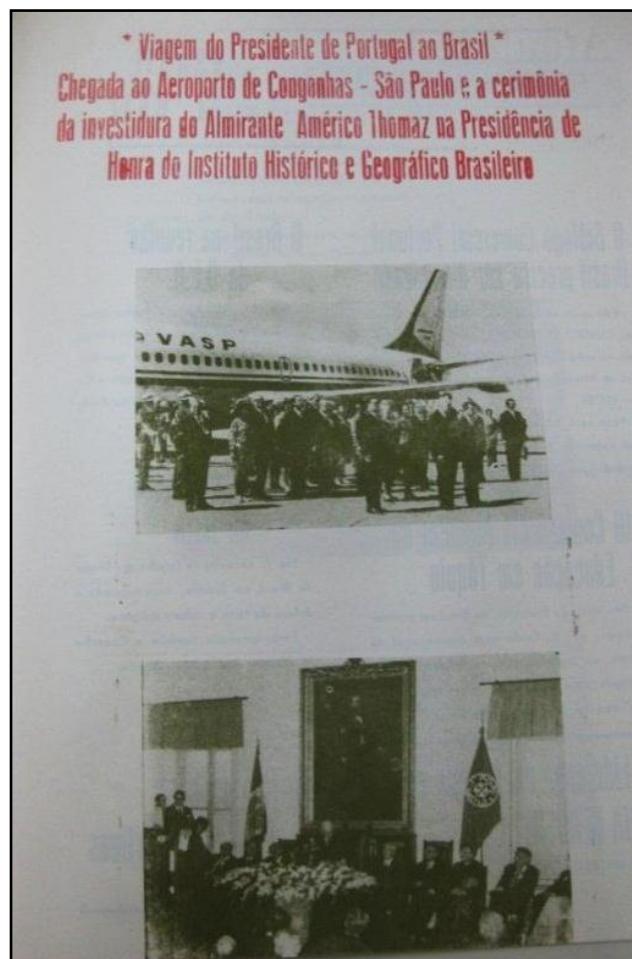
Fonte: *Luso-Brasileira*, nº106, abril, 1972, p.8 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná).

Afirma Cordeiro (2012: 90) que o fato de muitas capitais terem escolhido igrejas durante a peregrinação dos despojos de D. Pedro I colaboraram para dar ao evento um “sentimento religioso absolutamente mobilizador, capaz de lhe conferir características de *experiência coletiva e sagrada*”. Por conta do apelo religioso da peregrinação e do envolvimento de religiosos, foi dada uma maior legitimidade ao caráter sagrado do ato.

As notícias abordadas pela revista no mês de abril se voltavam mais para o significado da Comemoração no que se relacionava a comunidade luso-brasileira. Assim foram noticiadas em página inteira na revista, com as fotos dos acontecimentos a assinatura da Convenção Conjunta Portugal-Brasil apresentada sob o título *Os Presidentes Emílio Médici e Américo Thomaz em Brasília na assinatura da Convenção Conjunta Portugal-Brasil* e a inauguração do Hospital de Santa Maria, por Américo Tomás sob o título *No Rio de Janeiro o chefe do Estado Português, inaugura o Hospital de Santa Maria, da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa*. Na viagem ao Brasil também foi conferida a Américo Tomás pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a presidência de honra do IHGB³³, para o qual a revista dedicou uma página inteira da publicação (Figura 17).

³³ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Posse na Presidência de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Presidente de Portugal Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, Vol. 294, abril-junho de 1972, p.259.

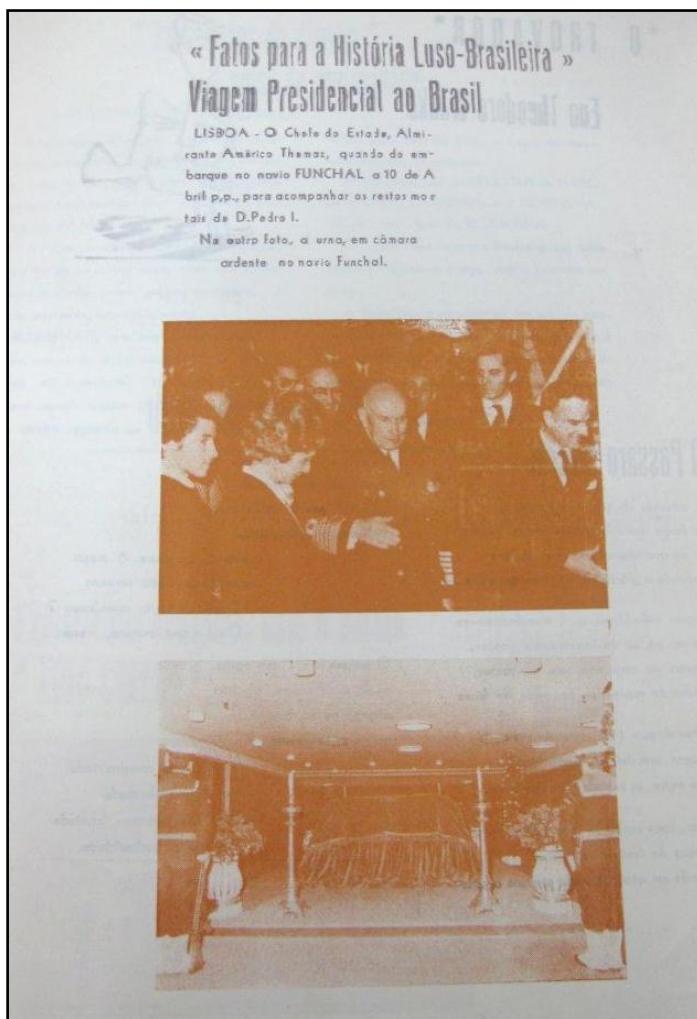
Figura 17 – Cerimônia da Investidura de Américo Tomás como presidente de honra do IHGB



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº106, abril, 1972, p.13 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná).

Como última notícia acerca do Sesquicentenário naquele mês de abril, a revista reportou-se ao início da viagem em Portugal, no momento do embarque de Américo Tomás no navio com destino ao Brasil. “*Fatos para a História Luso-Brasileira*” *Viagem Presidencial ao Brasil* foi o título dado à matéria. O texto aludia o seguinte: “Lisboa – O Chefe do Estado, Almirante Américo Thomaz, quando do embarque no navio Funchal a 10 de Abril p.p., para acompanhar os restos mortais de D. Pedro I. Na outra foto, a urna, em câmara ardente no navio Funchal” (*Luso-Brasileira*, nº106, abril, 1972, p.15) (Figura 18).

Figura 18 – Embarque de Américo Tomás para o Brasil a bordo do navio Funchal



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº106, abril, 1972, p.15 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

A imagem do esquife de D. Pedro I unida ao apelo por um sentimentalismo patriótico gerado em torno desta comemoração provocava no leitor a ideia da “identificação de D. Pedro I como imagem de personificação do mito do ‘imortal’, responsável pela independência e, paradoxalmente, pela reunificação simbólica dos dois países” (FERREIRA; SILVA, 2014:377).

Dois pequenos textos na seção *Tribunascopé de Ouro*, sob direção de Mario Dias, com pequenos textos de Marcelo Caetano e do presidente Médici, foram apresentados no mês de maio. Na fala do presidente do Conselho de Ministros constava, que: “Um povo mal esclarecido é fácil presa de aventureiros [...]. Mais do que nunca, nos nossos dias é preciso estar atento a enganos e ilusões” (*Luso-Brasileira*, nº107, maio, 1972, p.11) e no texto de Médici apontava que ao comemorar o Sesquicentenário “é oportuno divulgar verdades cívicas, expressas por grandes personalidades com o objetivo de convocar todos e unidos de

patriotismo e dos mesmos ideais, trabalharmos por um Brasil cada vez maior” (*Luso-Brasileira*, nº107, maio, 1972, p.11). As mensagens pareciam estar combinadas, uma fala que legitimava a outra, como a demonstrar que havia uma unidade de pensamento e política entre os dois presidentes. Enquanto Caetano afirmava que é preciso estar atento a enganos, Médici lembrava que é oportuno divulgar verdades cívicas e convocar todos a trabalhar por um Brasil maior. Num contexto de tentativa de aproximação da comunidade luso-brasileira por conta do Sesquicentenário, essas mensagens vão sendo anunciadas no dia a dia, e buscando moldar o imaginário popular determinando quem deve ser ouvido e o que deve ser levado em conta.

No ano dos festejos do Sesquicentenário outras comemorações também foram motivos para mencionar a relação luso-brasileira e por meio das palavras de figuras importantes da política do Brasil ou de Portugal, lembrar da importância daquela amizade. A mensagem do Ministro da Aeronáutica do Brasil, por conta da inauguração do monumento comemorativo do Cinquentenário da primeira travessia aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral é emblemática deste momento:

[...] O retrato fiel de uma nação traz em si as cores do passado, o brilho do presente e os lampejos do futuro. Por sentir em cada coração brasileiro o orgulho pelas cores vivas de um passado comum, pelo brilhantismo presente no relacionamento Luso-Brasileiro e pela certeza da eterna aliança, é que ergo a minha voz do Novo Mundo para em nome da Força Aérea Brasileira, saudar o povo Português, quando das comemorações do Cinquentenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul (*Luso-Brasileira*, nº109, julho, 1972, p.8).

São mensagens que cercavam o leitor com ideias que reportavam a um passado luso-brasileiro de “glórias”, passado este que se pretende desdobrado do presente ao futuro. A primeira viagem dos aviadores portugueses ocorreu no centenário da Independência do Brasil em 1922 e, portanto, a ligação pelo ar que se realizara entre os dois países possuía um forte simbolismo no contexto luso-brasileiro, ainda mais quando se comemorava no mesmo ano os cinquenta anos dessa viagem e os 150 anos da Independência do Brasil.

O assunto das guerras coloniais voltava à baila na revista ao se reproduzir uma entrevista de Marcello Caetano no programa “Conversa em Família” da TV portuguesa. Entre várias passagens ele afirmava que

A construção pacífica da sociedade multirracial portuguesa é a única via que leva a resultados construtivos – com vantagem para a África e para o mundo. [...] Guerra colonial? O sentido da frase é só um: chamou-se assim, as campanhas outrora sustentadas por uma potência para submeter um território ao seu domínio, combatendo a rebelião das populações ou anexando países em estado primitivo: Ora é fácil de ver que nada disso se verifica no Ultramar português. Os territórios das

províncias ultramarinas estão em Paz e ninguém contesta a sua integração na Nação portuguesa (*Luso-Brasileira*, nº109, julho, 1972, p.18).

O regime português naquele período passava por momentos de fragilidade e estava há pouco mais de um ano da revolução que levaria ao fim o Estado Novo. Essa fragilidade levava os governantes portugueses a demonstrar de forma ainda mais contundente as “evidências” da normalidade da situação política que se vivia nas colônias africanas. A palavra “paz”, escrita com letra maiúscula frisando e impondo ao leitor uma leitura determinada da situação no continente africano, demonstrava as estratégias encontradas pela revista na construção da narrativa.

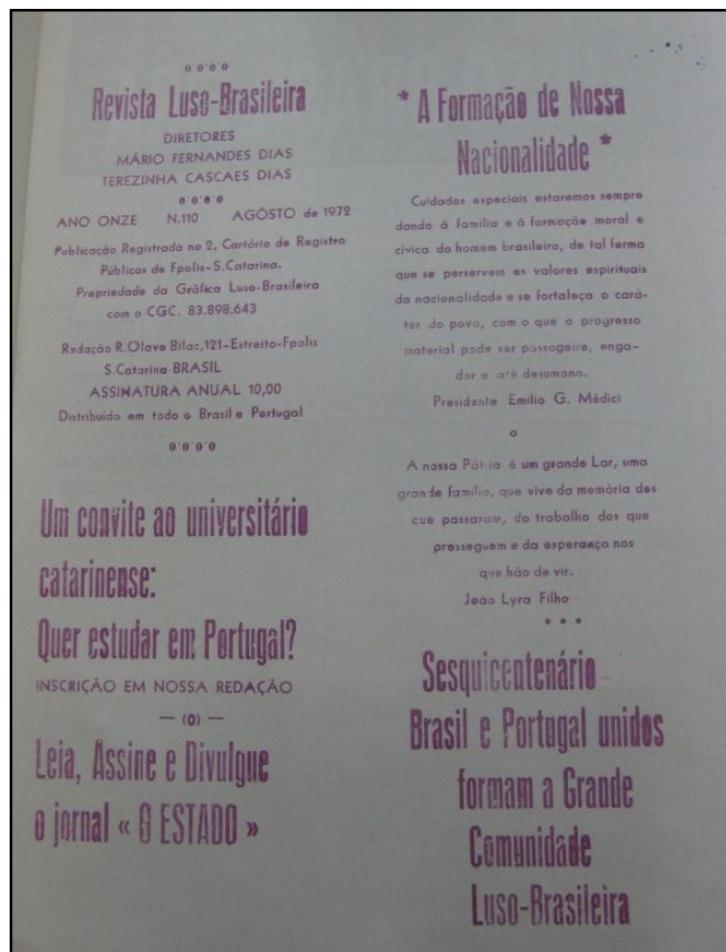
Textos dos presidentes do Brasil e de Portugal eram publicados com grande frequência no ano de 1972 em *Luso-Brasileira*. O evento do Sesquicentenário e toda sua propaganda em favor do fortalecimento da comunidade luso-brasileira teve a partir da fala dos presidentes uma narrativa legitimada na relação do passado em comum entre Brasil e Portugal, no compromisso fraternal que deveria haver entre os dois países e na demonstração de progresso alcançado pelo Brasil, por conta de ter sido uma colônia portuguesa. E, portanto, seguindo essa preocupação, mais uma vez a fala do Presidente Médici foi publicada em *Luso-Brasileira*, em local de destaque na contracapa, apelando para os valores espirituais e caráter do povo, como valores muito maiores que os materiais. Sob o título *A Formação de Nossa Nacionalidade* afirmava que

Cuidados especiais estaremos sempre dando à família e à formação moral e cívica do homem brasileiro, de tal forma que se perseverem os valores espirituais da nacionalidade e se fortaleça o caráter do povo, com o que o progresso material pode ser passageiro, enganador e até desumano (*Luso-Brasileira*, nº110, agosto, 1972, p.2).

E logo a seguir em outro curto texto de autoria de João Lyra Filho, com o seguinte teor: “A nossa Pátria é um grande Lar, uma grande família, que vive da memória dos que passaram, do trabalho dos que prosseguem e da esperança nos que hão de vir” (*Luso-Brasileira*, nº110, agosto, 1972, p.2) (Figura 19). Para compor as duas mensagens uma frase abaixo complementou. lembrando das comemorações daquele ano: *Sesquicentenário - Brasil e Portugal unidos formam a Grande Comunidade Luso-Brasileira*. A publicação estava engajada no sentido de estreitar o sentimento de ligação entre a comunidade luso-brasileira, dando continuidade ao seu próprio escopo desde o nascimento do impresso. Percebe-se, no entanto a diligência da revista no ano de 1972 especificamente, em que por meio de diversas matérias, fotos, notícias e frases contribuiu de forma contundente para uma propaganda

positiva dos dois regimes autoritários, da construção dos heróis nacionais e do fortalecimento da comunidade luso-brasileira.

Figura 19 – Contra-capa com texto do Presidente Emílio G. Médici



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº 110, agosto, 1972, p.2 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Chama a atenção na publicação, ainda na edição de agosto de 1972, um extenso texto de página inteira na seção *Opinião* com o depoimento do jornalista Thomas Hasa no Congresso dos EUA comparando as lutas de Portugal na África e a guerra dos EUA no Vietnã. Reproduzo alguns trechos:

[...]

Apesar da tremenda saída de potencial humano e financeiro, Portugal tem conseguido fazer grandes esforços no sentido de tirar os nativos das suas coordenadas tribais, trazendo-os para o século XX e dando-lhes uma civilização ocidental.

Eu próprio lá encontrei gente tribal sem a mínima noção do que fosse distância ou tempo.

A base desta política consiste em puxar os negros, passo a passo, para uma civilização ocidental, dando-lhes sólidas bases para continuarem no progresso (*Luso-Brasileira*, nº 110, agosto, 1972, p.11).

Discurso que colocava a civilização ocidental em oposição às tribos na África, numa tentativa de justificar a presença e ação portuguesa em defesa das suas colônias como um ato de proteção aos africanos de sua própria “barbárie”. Portugal estaria “trazendo” os nativos para o século XX e por esse motivo deveria prosseguir na guerra. Portugal sabia que perder as colônias era colocar a perder também o regime autoritário do Estado Novo, e, portanto, era preciso utilizar de argumentos convincentes para este fim.

O mês de setembro encerrou as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. *Luso-Brasileira*, na edição de setembro, cobriu a revista com variadas matérias em referência aos eventos realizados para a comemoração. Inicia com um trecho de Pedro Calmon³⁴ discursando na Conferência da II Semana da História do Brasil, no Distrito Federal: “A independência do Brasil não foi dádiva de ninguém, mas sim a culminação de um processo evolutivo, que amadureceu no tempo histórico, tendo como seu grande personagem o povo brasileiro” (*Luso-Brasileira*, nº111, setembro, 1972, p.2). Ora, ao desvincular o Brasil de Portugal na conquista da independência o Brasil mantinha a ligação política e fraternal mesmo com a Independência, a partir da ideia de que o processo de independência foi processual e pacífico.

Também no mês de setembro houve em Portugal eleições para presidente. Importante frisar que as eleições no Estado Novo serviam para legitimar o poder do Governo, tanto a nível interno como externo, conforme aponta Ana Sofia Ferreira (2006:197). A nível interno porque era dado ao povo o poder de mostrar seu desagrado ou seu aval ao governo e a nível externo mostrava ao mundo que o regime implantado em Portugal estava legitimado pelos resultados eleitorais e que era um país livre, conclui Ferreira (2006:198). Noticiar as eleições presidenciais e falar da biografia do presidente eleito era uma forma de informar aos portugueses emigrantes sobre sua nação, mas também uma maneira de aproximar o Brasil de Portugal, de tornar familiar sua vida política para os brasileiros. Para isso a revista naquele mês anunciou a eleição do Almirante Américo Tomás, reeleito para seu terceiro mandato pelo Colégio Eleitoral para um mandato de 7 anos (*Luso-Brasileira*, nº111, setembro, 1972, p.4) (Figura 20).

³⁴ Pedro Calmon Muniz de Bittencourt nasceu em Amargosa, Bahia, em 23 de dezembro de 1902. Foi escritor, jurista, professor, historiador e político. Membro da Academia Brasileira de Letras e várias outras instituições acadêmicas. Em 1968, tornou-se presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.historia-brasil.com/bibliografia/pedro-calmon.htm>> GUIA GEOGRÁFICO - HISTÓRIA DO BRASIL. **Pedro Calmon (1902-1985)**. Acesso em 10 maio 2018.

Figura 20 – Eleição de Américo Thomaz em 1972



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº111, set, 1972, p.4 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Com o título *Amizade Luso-Brasileira* a página com a foto do Presidente do Conselho de Ministros de Portugal Marcelo Caetano ao lado do Presidente Emílio Médici em São Paulo, foi exposta para noticiar o encerramento das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Uma extensa matéria com a chamada *Brasil e Portugal, duas pátrias, numa amizade eterna* em que lembrava a fala no Centenário da Independência do Brasil do discurso do então presidente de Portugal Antônio José de Almeida em 1922, que afirmava:

Portugal descobriu, povoou e defendeu contra a cobiça dos estrangeiros o território do Brasil. O Brasil independente de hoje, tem, pois de agradecer a Portugal o fato de ele lhe ter legado intato, à custa de torrentes de sangue e lágrimas, um imenso patrimônio.

Por outro lado, Portugal deve ficar grato ao Brasil, pela bravura, garra e inteligência, demonstrando assim o amor da raça, legado dos bravos descobridores lusitanos.

Desenvolvendo este país jovem, dotado de majestade e beleza, a sua obra que faz a glória de seu passado.

Creio que estamos pagos perante a história.

50 anos depois, a história confirma o discurso do presidente Antônio José de Almeida. Américo Thomaz e Marcello Caetano, fortaleceram mais e mais a Comunidade Luso-Brasileira (*Luso-Brasileira*, nº111, setembro, 1972, p.5) (Figura 21).

A montagem criada para esta página, unindo as fotos dos representantes dos dois países, junto do discurso que já possuía 50 anos para transmitir uma mensagem de continuidade da história e *amizade eterna* luso-brasileira tornava-se bastante emblemática num momento em que a comemoração deveria servir para fortalecer o imaginário em torno da construção da amizade luso-brasileira, importante para negociações políticas e econômicas. Ao mesmo tempo que exaltava os nomes dos governantes das duas ditaduras como protetores desses povos, impondo-lhes uma relação de gratidão, quando afirmava que o Brasil deveria agradecer a Portugal e Portugal ao Brasil por todos os legados que ambos deixaram um ao outro.

Figura 21 – Viagem de Marcello Caetano ao Brasil



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº111, setembro, 1972, p.5 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

A palavra “amizade” era mobilizada em inúmeros momentos nos textos, títulos e páginas da revista. Palavra que carregava um sentido de aproximação, solidariedade, cumplicidade, no sentido de união familiar e compromisso. Conceito esse que, reforçado, deveria reportar-se ao nível governamental, ao nível das decisões políticas que ao longo dos anos se estabeleciam entre os dois países, decisões as quais Portugal tinha grande interesse em fortalecer. A incorporação do termo entre brasileiros e portugueses possibilitaria a percepção entre estes de um sentimento de comunidade quase que naturalizado, para o qual não haveria questionamentos nem fabricações, mas tão somente um cultivo de algo que já pertenceria aos nascidos em Portugal ou no Brasil.

Na linha dos assuntos sobre as colônias portuguesas, *Luso-Brasileira* publicou naquele mês uma entrevista feita em Angola com o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Thomas Pompeu de Souza Brasil Netto, na qual este afirmava, entre outras coisas, que “Lisboa, Luanda e Lourenço Marques, serão muito em breve portos fracos para as mercadorias brasileiras” (*Luso-Brasileira*, nº111, setembro, 1972, p.16). Era importante naquele contexto pautar as relações com a África na publicação, pois todo o esforço pelo aprofundamento da amizade luso-brasileira tinha também o intuito de abrir caminhos para relações comerciais mais efetivas com as colônias portuguesas. Afirmam sobre esse período José Flávio Sombra Saraiva e Irene Vida Gala (2012: 11) que

A determinação do Estado em desenvolver projetos econômicos para a África ocupou papel central na ativação dos fluxos atlânticos. Foi o tempo em que a economia se orientou para a exportação, demandando maior diversificação de parceiros no comércio internacional. Os esforços brasileiros para assegurar mercados consumidores encontravam restrições protecionistas impostas pelos países desenvolvidos. Daí a necessidade de se estender aos mercados do Sul, incluindo a África.

A revista finalizou o ano com a edição de dezembro trazendo no editorial uma retrospectiva dos acontecimentos que marcaram o ano de 1972. Lembrou das comemorações da Independência do Brasil, aproveitando para falar da aliança entre os dois países: “1972 foi o ano das comemorações da Independência do Brasil, e Portugal se aliava mais e mais à terra que D. Pedro tanto amou (grifo meu)” (*Luso-Brasileira*, nº114, dez, 1972, p.3). Lembrou também dos cinquenta anos da travessia de Gago Coutinho e Sacadura Cabral e a reeleição de Américo Tomás como Presidente da República de Portugal. Da parte do Brasil recordou-se a

inauguração da Rodovia Transbrasiliana³⁵ pelo Presidente Médici. *Luso-Brasileira* trabalhava no sentido de manter a comunidade inteirada dos acontecimentos no Brasil e em Portugal, no intento de evitar o esquecimento de fatos importantes da vida dos dois países, que mantivessem lusos e brasileiros conectados ao que estava ocorrendo no mundo luso-brasileiro. É certo que para isso as notícias eram devidamente selecionadas, seguindo a posição político-ideológica do editor, e sua admiração pelo regime português demonstrado em muitas das edições de *Luso-Brasileira*.

3.3 A REVISTA ANTES DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Língua Portuguesa – Cultura Brasileira foi o título de artigo apresentado na edição de janeiro de 1973 de *Luso-Brasileira*. Na seção *Presença de Portugal* o texto informava sobre a cadeira obrigatória de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira que era lecionada em três grandes universidades japonesas com 480 alunos e além destes haveria 900 japoneses a estudar português como matéria principal. Sobre estes alunos afirmava-se que “Serão empregados de firmas locais que comerciam com o Brasil, Portugal e suas províncias ultramarinas. Outros alunos serão funcionários nas Embaixadas do Brasil e de Portugal” (*Luso-Brasileira*, nº115, jan, 1973, p.18). A língua aqui vista como um elemento que expandia a comunidade de lusófilos e que criava uma rede entre os países falantes de língua portuguesa e demais países no globo, promovendo relações comerciais e políticas mais efetivas entre estes.

A língua portuguesa e os *heróis* portugueses são dois instrumentos importantes manejados para criar uma imagem em torno do mundo português e um imaginário em torno do passado que se apresentasse como heroico, desbravador, glorioso e repleto de conquistas. Assim foi feito com tantos nomes do passado português, como discutido recentemente neste trabalho, quais sejam, D. Pedro I, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Camões e outros. Pedro Álvares Cabral foi lembrado na edição de fevereiro de 1973 com uma foto do seu túmulo na capa da revista (Figura 22). A figura dos personagens portugueses do passado que se movimentaram pelos dois mundos, eram fundamentais de serem lembradas para o

³⁵ A Rodovia Transamazônica (BR-230) foi projetada pelo general Emílio Garrastazu Médici (ditador de 1969 a 1974) sendo uma das chamadas "obras faraônicas" de vida as suas proporções gigantescas, realizadas pelo regime militar Médici, empolgado com o arranque da economia, criou um projeto faraônico: a transamazônica. A rodovia deveria ser pavimentada com 8 mil quilômetros de comprimento, conectando as regiões Norte e Nordeste do Brasil, além do Peru e do Equador. É classificada como rodovia transversal e foi "inaugurada" em 27 de setembro de 1972. TRANSAMAZÔNICA. **História da Rodovia**. Disponível em: <<http://transamazonica.blogspot.com/2008/09/histria-da-rodovia.html>>. Acesso em 20 abr 2018.

fortalecimento de uma representação do passado que fosse comum aos dois países, com narrativas comuns. Os *heróis*, portanto foram rememorados com frequência na publicação, com o intuito de voltar os olhares de portugueses e brasileiros para o mesmo passado.

Figura 22 – Túmulo de Pedro Álvares Cabral na igreja de Santarém



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº116, fev, 1973, p.1 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Ao expor nas suas páginas os acontecimentos políticos que envolviam Brasil e Portugal a publicação assinalava a sua preocupação em apresentar as ações em conjunto realizadas entre os dois países e com isso reforçar a ideia da amizade luso-brasileira. Ainda no mês de fevereiro na seção *Presença de Portugal* os leitores foram informados sobre dois momentos importantes nas relações políticas luso-brasileiras. Explico por meio dos dois títulos: *Na Assembleia Nacional de Lisboa, Senadores e Deputados brasileiros podem discursar* e *A Palavra do Ministro Gibson Barbosa e o Ultramar Português*. Sobre o primeiro título o texto apontava que pelo

[...] artigo 23º da Assembleia Nacional Portuguesa: Ficou assente que Senadores e Deputados Federais, e membros do Congresso Nacional do Brasil, podem usar da

palavra em missão oficial ou para responderem a qualquer saudação que lhes seja feita. [...] (*Luso-Brasileira*, nº116, fev, 1973, p.14).

Esta permissão aos deputados federais e senadores brasileiros era de grande relevância para a demonstração de unidade política entre as duas ditaduras, pois abria espaço na Assembleia Portuguesa à voz dos políticos brasileiros que quisessem demonstrar seu envolvimento e apoio prévio às políticas portuguesas, pois ocupar aquele espaço significaria ter um contato antecipado com o governo português a partir do Brasil.

Em relação ao segundo título o texto informava sobre a posição do Ministro Gibson Barbosa sobre Portugal antes de sua viagem à África:

O Brasil mantém, e deseja manter, expandir e aprofundar as suas relações especiais. No que se refere ao Ultramar Português, o Brasil tem recusado resoluções que impliquem o condenar Portugal. Aliás os países africanos sabem dos laços especiais que nos ligam a Portugal (*Luso-Brasileira*, nº116, fev, 1973, p.14).

A este outro ponto é atribuído um sentido conciliador em relação a Portugal e aos países africanos, certamente referido tanto às colônias portuguesas quanto aos demais países da África, os quais não viam com bons olhos a aceitação das políticas colonialistas do regime português por parte do Brasil. Ao mesmo tempo que se recusava a condenar Portugal na comunidade internacional e na ONU, se justificava para os países africanos por meio dos laços históricos que tinha com Portugal. O Brasil queria e precisava incrementar o comércio com os países africanos, com as colônias portuguesas, porém sua relação histórica com Portugal, sua amizade com esse país e os seus acordos de amizade, que passavam por obrigações de “irmão” ou de “filho” o impediam moralmente de ir contra sua política colonialista, e, por conseguinte criavam tensões diplomáticas com os países africanos.

As falas do ministro Barbosa em apoio à presença de Portugal na África foram reproduzidas pela revista oportunamente naquele período, onde se apresentava grande tensão nas colônias portuguesas por conta das violentas guerras coloniais. Em março de 1973 o título *A fala do Ministro Mário Gibson Barbosa, do Brasil: Altamente desejável a continuação da presença Portuguesa em África* aponta para a posição colonialista da publicação, como já se esperava. O texto elucidava o título, já bastante evidente:

O estudante de Geografia deve notar que o continente africano está todo dividido, daí ser uma total ignorância atacar Portugal na ONU de sua presença em África. Anotem agora a opinião do Ministro Gibson Barbosa.

(Em todos os países africanos que acabo de visitar, encontrei a firme vontade de Portugal continuar naquele continente. Em alguns lugares que visitei, fui obrigado a

explicar que o Brasil não só ofereceu ajuda como não foi solicitado para ser mediador) (*Luso-Brasileira*, nº116, fev, 1973, p.14).

Mais uma vez a posição política de *Luso-Brasileira* impõe-se por meio da fala do Ministro em relação à África. Seguia o rumo da “grande imprensa brasileira [que] colocava-se normalmente ao lado de Portugal” (VIZENTINI, 2016:37). Neste trecho algo diferente ocorreu que era o caráter didático da citação ao fazer referência ao estudante de Geografia, pois dava a entender que qualquer pessoa que entendesse minimamente de geografia perceberia a situação que vivia Portugal no continente africano. Não estava evidente na matéria, mas a parte inicial do texto acredita-se ter sido elaborada pela redação da revista, o que leva a perceber a intervenção não somente por meio das citações de terceiros, mas também por sua própria produção da narrativa.

Da fala de Gibson Barbosa à viagem de Médici a Portugal, a revista abarcava momentos da vida política de Brasil e de Portugal. Em abril de 1973 a viagem que Médici fará a Portugal foi relatada pela publicação com um texto de teor bastante amigável, como vinha sendo a postura da revista. Afirmava:

As relações entre as duas chancelarias são cada vez maiores e outra coisa mesmo não se poderia esperar.

A 15 de Maio quando o Presidente Médici se deslocar a Portugal, o dr. Gibson Barbosa estará em Lisboa no encontro da Amizade.

Será a Confraternização Luso-Brasileira declarou o Embaixador dr. José Saraiva, que voltou a Portugal para acertar os pormenores da viagem do Presidente do Brasil.
[...] (*Luso-Brasileira*, nº118, abr, 1973, p.8).

A visita de Médici foi realizada para retribuir as visitas de Américo Tomás e Marcelo Caetano no ano anterior. Afirma Luiz Claudio dos Santos (2011:240) que, enquanto “a tempestade vinda do quadrante africano demorava a castigar o território continental lusitano [...], as relações especiais com [...] o Brasil afiguravam-se mais importantes que em qualquer outro momento” diante do quadro problemático e irreversível da guerra colonial. Ainda de acordo com Santos (2011:242), não havia da parte do Brasil interesse em que aquele fosse um encontro com caráter político e econômico, diferentemente do que esperava o governo português que ansiava que aquela fosse mais do que uma visita protocolar e afetiva. Apesar dos esquivos do Brasil em tratar de negócios, na questão africana “manteve-se o Itamaraty fiel ao passado”.

Mesmo diante de forte constrangimento do Brasil em relação à questão africana a postura política do país mantinha-se a mesma, em obediência ao tratado assinado em 1953. A revista neste assunto, não lançava dúvidas nem em relação ao posicionamento de Portugal na

guerra colonial e nem ao posicionamento do Brasil nesta matéria. Em relação a Portugal essa postura poderia já ter sido repensada, e analisada por um viés político diferente, após tantos anos distante de seu país de origem, o comprometimento com o regime haveria de ter tido algum distanciamento sentimental e político, no entanto não é o que se percebe nas páginas do periódico. A frente que se faz à guerra colonial no impresso é de defesa inquestionável do papel de Portugal como portador da civilização nas suas colônias. Em relação ao Brasil a postura da revista contrária às ações do governo poderiam acarretar consequências mais drásticas, levando em conta que aqueles eram “anos de chumbo” e que Mário Dias era um estrangeiro.

Na sua chegada a Lisboa as palavras do presidente brasileiro são escritas lembrando todos aqueles sentimentos de entusiasmo sempre evocados quando se dirigia as duas nações. Na página onde constava o texto, o título: *LISBOA em Festa na visita do Presidente do Brasil*.

O destino das duas nações, não só exige permanentemente de nós, brasileiros e portugueses, coragem e fortaleza de ânimo para superar as asperezas, do presente, como reclama também, seja a história considerada fonte inspiradora do progresso que legitimamente aspiram (*Luso-Brasileira*, nº119, maio, 1973, p.4).

A publicação do mês de maio deu um peso grande à viagem do presidente Médici a Lisboa. Entre as fotos dos dois ditadores o título *Brasil-Portugal – A Comunidade Luso-Brasileira subsistirá íntegra através dos Séculos* (Figura 23). Esta frase-exortação aparecia na revista em vários números, dispersa em meio a outras matérias, e até parecia um slogan da *Luso-Brasileira*. Nesta página aparecia como um título, acima do texto abaixo citado:

Com a viagem do Presidente Médici a Portugal fica consolidada a amizade Luso-Brasileira. Foi uma festa para os portugueses receber [sic] a visita do Presidente, que na chegada a Lisboa disse: Portugal está tão próximo do Brasil pelas afinidades do espírito e de aspirações, a ponto de quase o confundirmos num sentimento de fraternidade que o tempo só alarga e aprofunda.

Mais adiante concluiu o Presidente do Brasil: - Alimento a bem fundada esperança de que, das nossas conversações sairá mais fortalecida ainda a Comunidade Luso-Brasileira, na qual procuramos assegurar para os nossos povos com determinação e energia, um porvir tranquilo e solidário. [...] (*Luso-Brasileira*, nº119, maio, 1973, p.10).

Declarações desse tipo são comuns por parte do Brasil, mas sabemos que o sentimento do Brasil em relação a Portugal não era como o anunciado nestas linhas. As posições contrárias do Brasil em relação à política colonialista não foram tornadas públicas nessa viagem. “A viagem se encerrava sem que Portugal avançasse no problema colonial e sem que o Brasil afirmasse publicamente aos portugueses sua contrariedade ao impasse africano [...]”

(SANTOS, 2011:243). O assunto sobre as relações comerciais luso-brasileiras foi a pauta da visita de Médici. A fala do Ministro dos Negócios Estrangeiros português Rui Patrício aos jornalistas brasileiros na ocasião foi reportada pela revista sob o título *Relações Comerciais Portugal-Brasil* (Figura 24) onde apontava que

O ponto alto da visita do Presidente do Brasil era precisamente fortalecer a Amizade Luso-Brasileira: Quanto ao assunto comercial, o ministro português dr. Rui Patrício em entrevista aos jornalistas brasileiros disse:

- Já existem todos os instrumentos necessários para o estreitamento comercial entre Brasil e Portugal e que chegou o momento de trabalhar... Depende do governo brasileiro a criação de uma zona livre de comércio entre os dois países.

[...]

A concluir o dr. Rui Patrício prometeu que vão continuar as conversações com seu colega Gibson Barbosa, sendo seu desejo expandir o mais breve possível as relações comerciais Portugal-Brasil (*Luso-Brasileira*, nº119, mai, 1973, p.11).

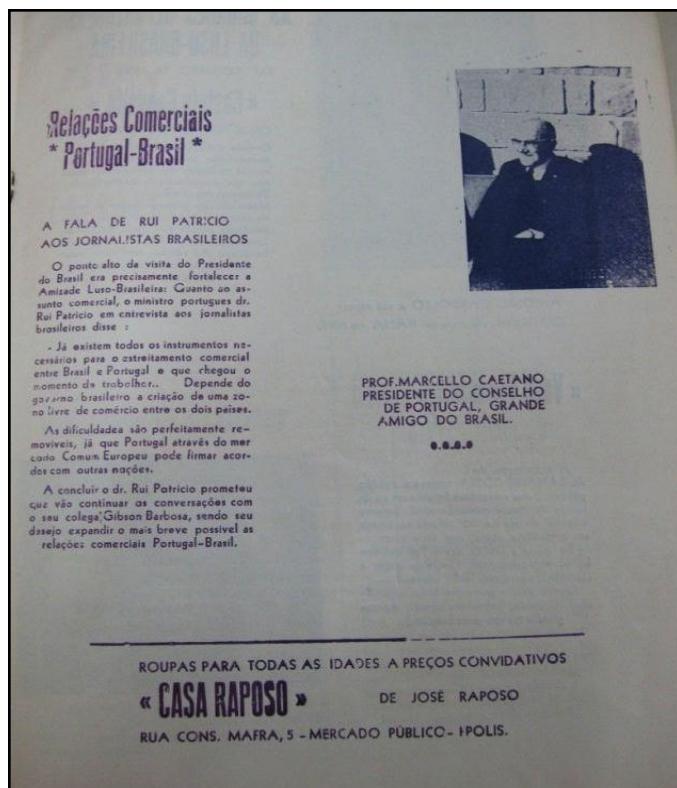
O leitor nestes últimos meses estava sendo fartamente envolvido nos assuntos comerciais e políticos luso-brasileiros e constantemente era abordado com a exortação para a necessidade de *fortalecer a amizade luso-brasileira* que passava, sobretudo pelo estreitamento dos negócios entre ambos e da aceitação inquestionável do Brasil as políticas colonialistas portuguesas.

Figura 23 – Viagem do Presidente Médici a Portugal



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº119, maio, 1973, p.10 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Figura 24 – Fala de Rui Patrício aos Jornalistas brasileiros

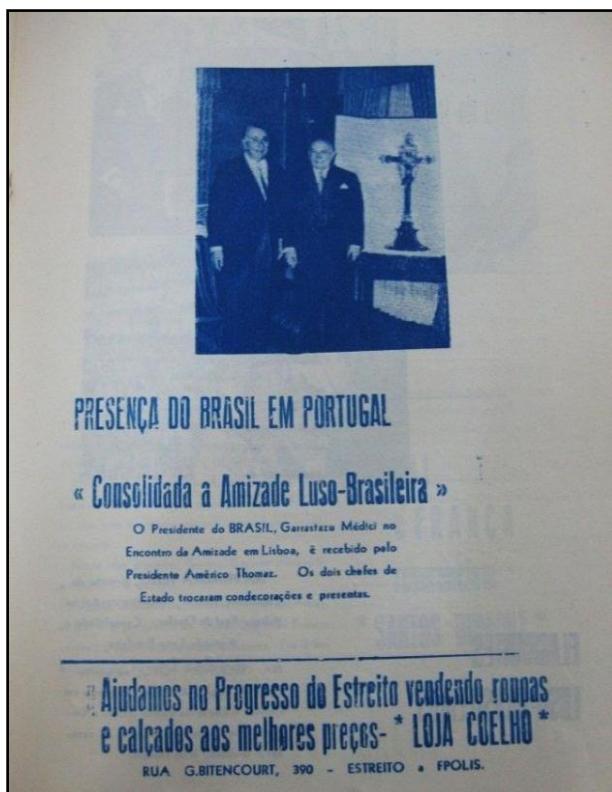


Fonte: *Luso-Brasileira*, nº119, mai, 1973, p.11 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

A visita presidencial de Médici é noticiada exaustivamente em *Luso-Brasileira* nos meses de maio e junho de 1973. Anunciar esse encontro com a narrativa da amizade, da missão histórica dos dois países era uma maneira de convidar a toda comunidade que acessava tal narrativa por meio da revista, a familiarizar-se com esses atos e a sentir-se próxima daquilo que se vivia em Portugal, percebendo aquela como uma realidade, a “fraterna amizade” entre as duas nações. A utilização de fotos, saudações, frases lembrando a amizade entre Brasil e Portugal é abundante nestes meses, feita com o intuito de marcar esta passagem de forma exaustiva no cotidiano dos leitores do periódico. *O Encontro da Amizade Luso-Brasileira* é o título em grandes letras na segunda página da revista, ao lado de uma foto do cumprimento oficial entre Marcelo Caetano e Emílio G. Médici, onde se lia a frase: *No Palácio de Queluz o Prof. Marcello Caetano recebe o Presidente do Brasil. Era o abraço de duas Pátrias Irmãs.* Duas pátrias irmãs era o que Portugal almejava para a relação com o Brasil, mas essa era uma realidade que estava longe do almejado. O sentimento que unia os dois países não era o mesmo, mas o desejo que ele fosse mais profundo transpassava as palavras que serviam de legenda para os dias da visita presidencial. Quando Ernesto Pereira Lopes, Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, fala no Parlamento português “Esperamos que desta visita resultem trabalhos práticos e úteis para os dois países da mesma família que estão dando ao mundo um singular exemplo de fraternidade, paz e progresso” (*Luso-Brasileira*, nº120, jun, 1973, p.9). As evocações ao universo da família são largamente utilizadas ao se referir ao relacionamento com o Brasil, no desejo de que à medida que se falava e se escrevia sobre essa relação tão íntima a comunidade tão desejada criasse vida e se tornasse uma realidade que pudesse contribuir para os interesses políticos e econômicos específicos de cada um dos países. No *Informe de Lisboa* na mesma página, num pequeno texto João Vicente de Oliveira Charrua escreve que “[...] Muito desejávamos que todas as manifestações de amizade fossem cobertas com dois símbolos, há muito preconizados por nós: Uma Bandeira e um Hino da Comunidade” (*Luso-Brasileira*, nº120, jun, 1973, p.9). Essa vontade em transformar Portugal e Brasil numa unidade recebe ideias entusiastas por meio da elaboração de símbolos que pudessem dar forma a esta *união fraternal*.

A imagem a seguir (Figura 25) cria uma composição de foto e legenda bastante simbólica: os dois presidentes ao lado de um crucifixo, com feições alegres pousam para a foto e abaixo a legenda: *Consolidada a amizade Luso-Brasileira*.

Figura 25 – Garrastazu Médici e Américo Thomaz pousam para foto.



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº120, jun, 1973, p.12 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Ligada à temática da amizade, a emigração ganha um significado novo, pois é por meio dela que se unem portugueses a brasileiros e brasileiros a portugueses formando o que se pretende ser a comunidade luso-brasileira. Na edição de julho de 1973 um informe da Secretaria de Estado e Informação de Lisboa sob o tema *Emigração* é publicado pela revista. O conteúdo da publicação afirmava o seguinte:

Emigração – Cavalo de batalha, sem escrúpulos para fins políticos. Na verdade os portugueses emigraram desde sempre. Quase se pode dizer, (até a era das descobertas e conquistas) abriu as portas à emigração portuguesa.

Mas, nem precisamos ir tão longe para sublinhar que a emigração está na massa do sangue.

No caso o Brasil, forte e engrandecido, graças a este fenômeno endêmico do emigrante português.

Emigrar é ir para terra desconhecida. Um amigo interessado no desenvolvimento de uma nação ou na formação de um continente.

É continuar Portugal em qualquer parte do mundo (*Luso-Brasileira*, nº121, jun, 1973, p.11).

Este informe alertava para o significado da emigração para os portugueses e parecia justificar a saída de portugueses do país naquelas décadas como sendo algo que já estava no “sangue” luso desde as grandes navegações. O crescimento do Brasil seria neste raciocínio

um fenômeno produzido pela emigração portuguesa ao mesmo tempo em que parece igualar colonização e emigração. E termina com uma frase que explica muito o escopo esperado pelo regime para o emigrante português que era: continuar Portugal em qualquer lugar para onde fosse, tornar-se um emigrante-cidadão.

A amizade e integração entre portugueses emigrantes, seus filhos nascidos no Brasil e Portugal logo aparece na contracapa do mês seguinte da publicação quando na seção *Notícias de Lisboa* a foto com a legenda “O Prof. Dr. Marcello Caetano recebe um grupo de jovens filhos de emigrantes portugueses, gozando férias em Portugal” (*Luso-Brasileira*, nº122, ago, 1973, p.2) (Figura 26).

Figura 26 – Foto de Marcelo Caetano com filhos de emigrantes portugueses



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº122, ago, 1973, p.2 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná).

Evidenciam-se notas, notícias e informes na revista que discretamente demonstram uma preocupação do regime português com a situação que se apresentava nas colônias africanas. Como apoiador do salazarismo Mário Fernandes Dias posicionava-se por meio dos conteúdos da publicação, numa postura de apologia às ações do Estado Novo, confundindo a

sua posição com a do próprio regime. Num pequeno texto na base da página da seção *Atualidades Portuguesas*, intitulado *Apelo à Razão* uma mensagem de Marcello Caetano:

(Representamos nós, uma posição de centro em que se procura a cada passo fazer apelo à razão. Pretendemos ser os mantenedores da regra numa sociedade que pende para o desregramento, os paladinos do equilíbrio num momento em que tudo parece desequilibrar-se) (*Luso-Brasileira*, nº122, ago, 1973, p.4).

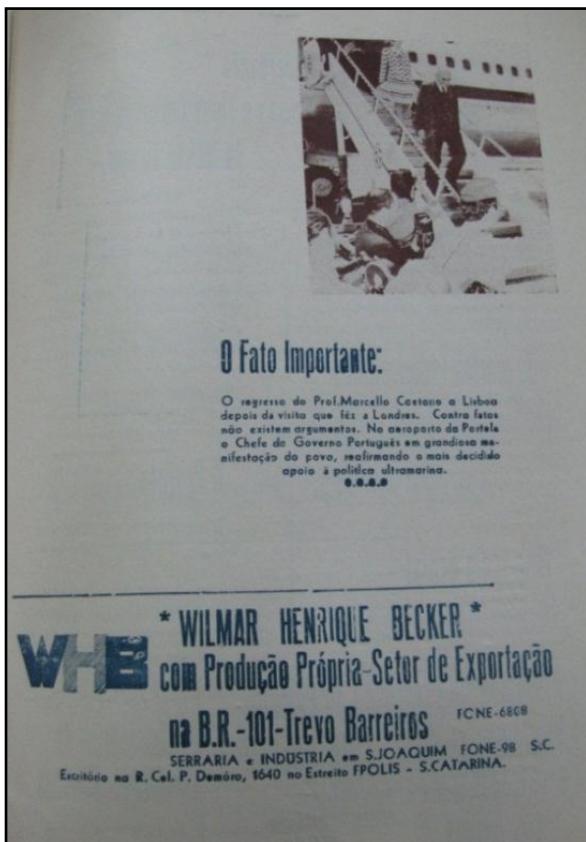
Era uma mensagem direcionada aos problemas do colonialismo na África para os quais a revista fazia frente e era da cidade de Florianópolis uma apoiadora e defensora da manutenção do Estado Novo português e do colonialismo na África. Apoio que vinha sendo percebido nos números publicados pela revista e já apresentados neste trabalho. Era comum nos discursos provindos do governo do Estado Novo português considerarem-se em relação à África, como os doadores da civilização e neste momento em que as lutas pela independência se aprofundam esse discurso se intensificava.

É interessante perceber a maneira como *Luso-Brasileira* apropriou-se da defesa da luta colonialista e expressava essa ideia através das matérias da revista. Fazendo uma defesa bastante contundente da manutenção das colônias africanas por meio das matérias e apropriação do discurso colonizador e civilizador, e fazendo suas as palavras do regime português. No pequeno texto apresentado a seguir, com o título *O Fato Importante* (Figura 27) que se encontra abaixo de uma foto da chegada de Marcelo Caetano a Lisboa, é possível perceber esse posicionamento:

O regresso do Prof. Marcello Caetano a Lisboa depois da visita que fez a Londres. Contra fatos não existem argumentos. No aeroporto da Portela o Chefe do Governo Português em grandiosa manifestação do povo, reafirmando o mais decidido apoio à política ultramarina (*Luso-Brasileira*, nº122, ago, 1973, p.17).

A postura da revista com esta legenda/texto apresentava o seu apoio à política portuguesa por meio da adesão popular ao presidente do Conselho. No entanto o que se vê na imagem são somente jornalistas no momento da chegada de Marcelo Caetano a Lisboa. Na foto não se percebe um público grandioso como é afirmado, não obstante é a mensagem que se constrói na narrativa criada para o episódio da chegada de Caetano e também o apoio a política ultramarina. São códigos que referendam aquele contexto vivido e que preveem a utilização de um conjunto de termos que o significam: *política ultramarina, terrorismo, civilização*.

Figura 27 – Regresso de Marcelo Caetano a Lisboa depois de visita à Londres



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº122, ago, 1973, p.17 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

A cada mês é perceptível um maior comprometimento de *Luso-Brasileira* com a situação política portuguesa e o desejo de engrandecimento do país de origem do editor. Num compromisso de cidadão português em que se percebia sempre mais a fervorosa empatia de Mario Dias para com a situação política que ocorria no seu país e, portanto um desejo de interferir de alguma forma na opinião dos leitores da revista para a sensibilização da situação que se passava no continente africano. Uma sensibilização, no entanto, que a olhos vistos não dava escolha ao leitor para ponderar em relação aos problemas coloniais.

Mais uma demonstração desse apoio foi dada no mês de setembro pela revista quando da publicação de uma foto de Américo Thomaz pelos quinze anos de governo. Abaixo da foto um texto:

Em mais de oito séculos de história, Portugal teve muitos chefes de Estado que souberam orientar a vontade nacional. Nestes 15 anos decorridos, a nação irmã atravessou as mais duras crises. Apoiado primeiro pelo Govêrno de Oliveira Salazar, depois Marcello Caetano, o Almirante Américo Thomaz é o marinheiro para enfrentar as tempestades. São estes os sentimentos dos portugueses no Brasil e da *Revista Luso-Brasileira* (*Luso-Brasileira*, nº123, set, 1973, p.17).

A revista marcava também os cinco anos de governo do Presidente do Conselho de Ministro, Marcello Caetano. Duas fotos com as legendas informando sobre compromissos do presidente (Figura 28): “Na primeira foto, na passagem festiva de seu Governo, o Prof. Marcello Caetano recebe no seu Palácio de São Bento a Juventude portuguesa” e “Na segunda foto, o Presidente do Conselho de Ministros, recebe membros do seu governo” (*Luso-Brasileira*, nº125, nov, 1973, p.17). É o esforço em aproximar a vida política de Portugal de portugueses e brasileiros.

Figura 28 – Cinco anos de Marcello Caetano no Governo de Portugal



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº125, nov, 1973, p.17 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Na ocasião das eleições Legislativas de outubro de 1973, conforme a página web da Fundação Mário Soares, a Acção Nacional Popular, criada em 1970 em substituição à União Nacional, partido único português, conquistou todos os mandatos. “Os candidatos da Oposição democrática desistem antes do ato eleitoral, alegando ausência de condições mínimas de seriedade para a realização do mesmo” (Fundação Mario Soares, 28 de outubro de 1973)³⁶. A *Luso-Brasileira* na seção *Atualidades de todo o mundo* informou esta notícia com

³⁶ Fundação Mário Soares. Arquivo e Biblioteca. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=037142>> Acesso em 12 set. 2015.

o título *Portugal disse SIM a Marcello Caetano*. No teor da nota constava que: “As eleições Legislativas de 28 de Outubro constituíram uma verdadeira consulta popular, que o Prof. Marcello Caetano disse ser a melhor resposta significativa à Política do Governo que ninguém pode contestar” (*Luso-Brasileira*, nº126, dez, 1973, p.13). O clima democrático que se pretende transparecer é evidente na nota publicada, no entanto, aquele era um período em que as tensões haviam se intensificado no país sendo que “entre 1969 e 1973, a situação política do país agrava-se consideravelmente: face ao modo como haviam corrido as eleições de 1969³⁷, deixou de se acreditar na evolução do regime para formas constitucionais democráticas”. A entrada de Marcelo Caetano no poder trouxe alguma esperança num reformismo, que, no entanto não aconteceu, o que frustrou as esperanças numa mudança pelas reformas e pelos meios constitucionais.

O ano de 1974 começava com uma mensagem de Américo Tomás sobre a amizade luso-brasileira. O título *Américo Tomás exalta a amizade Luso-Brasileira* chamava a atenção do leitor para uma notícia importante. Destaco dois trechos de relevância na mensagem, que aqui transcrevo:

- Foi realmente e como era aliás de esperar mais uma pedra branca e sólida que se acrescentou ao edifício magnífico e grandioso que é a Comunidade Luso-Brasileira, que representa a identidade de conceitos, da língua e de alguns séculos de história comum.

Deus permita que assim seja para benefício e glória dos dois povos e da humanidade, tão carecida de zonas de franco entendimento, no mundo que, de ano para ano, parece desentender-se [sic] cada vez mais (*Luso-Brasileira*, nº127, jan, 1974, p.3).

Acerca do cenário brasileiro a revista adentrou o ano anunciando a mudança na presidência do Brasil. “General Ernesto Geisel o Presidente eleito” (*Luso-Brasileira*, nº127, jan, 1974, p.10). E finaliza: “Revista Luso-Brasileira saúda o novo Presidente do Brasil”. A publicação vinha manifestando seu apoio para as duas ditaduras e para a concretização da comunidade luso-brasileira. Nesta mesma edição a revista fecha o número com uma frase que aponta para o objetivo da revista nos seus doze anos de existência e ao mesmo tempo para a importância da comunidade luso-brasileira. Afirmava: “Doze anos integrando a Comunidade Brasil-Portugal – a nossa vocação de servir e amar o Brasil tem um estilo de vida da qual nos

³⁷ “26 de Outubro de 1969 - Eleições legislativas com a eleição de todos os candidatos da União Nacional, sendo os resultados contestados pela Oposição. Decorrem as eleições legislativas. A União Nacional elege todos os candidatos das suas listas. A Oposição denuncia as circunstâncias em que decorreram a campanha e o próprio acto eleitoral e, em bloco, contesta os resultados oficialmente apurados”. Disponível em: <<http://www.fmsaques.pt/aeb/crono/id?id=036910>> Acesso em 17 abr 2018.

orgulhamos, por ter sido exatamente o rumo da nossa coletividade” (*Luso-Brasileira*, nº127, jan, 1974, p.20).

Mais uma manifestação da revista sobre as homenagens de Portugal ao General Geisel. Nesta ocasião a publicação apresentava a condecoração de Portugal ao novo Presidente do Brasil com a Grã-Cruz do Infante D. Henrique. Na cerimônia estavam presentes oficiais, generais do Exército Brasileiro e membros da colônia portuguesa de Brasília (*Luso-Brasileira*, nº128, fev, 1974, p.3). Interessante perceber na notícia a presença da colônia portuguesa de Brasília ao evento, numa manifestação simbólica e alargada as demais colônias, do apoio à ditadura civil-militar no Brasil.

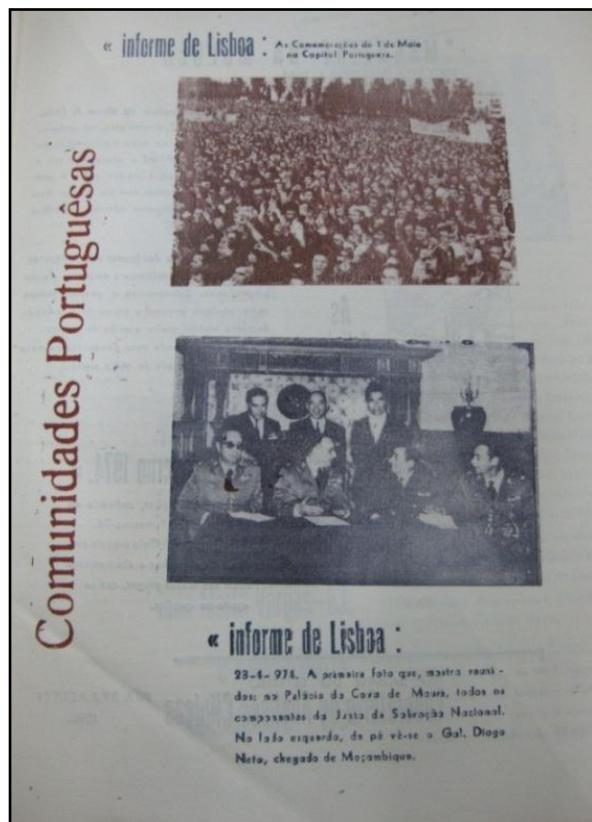
Abordava-se a presença lusitana em terras brasileiras, em texto que fez um apanhado histórico da chegada dos portugueses ao Brasil e da capacidade que o Brasil teve de manter a unidade do território, diferente dos outros países da América do Sul. Ao final conclui com uma frase: “Desde a data de 1500 que Brasil e Portugal são e serão sempre: Duas pátrias e uma só raça, Dois países e um único idioma, Dois povos e um único sangue, Duas almas e um só coração” (*Luso-Brasileira*, nº128, fev, 1974, p.8). O afinco com que a *Luso-Brasileira* tratava o apoio e a amizade entre Brasil e Portugal é revelado a cada mês por meio de frases soltas, crônicas, notícias do encontro dos representantes dos dois países e pela legitimação da história como no trecho acima citado. Era um compromisso mensal de buscar o convencimento e o apoio dos leitores da revista para as causas portuguesas.

Chegado o mês de abril, quando no dia 25 se deu a derrubada do Estado Novo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) em Portugal. A revista, provavelmente lançada no início do mês de abril, não teve tempo de noticiar a queda do regime que ocorreu no final daquele mês. A publicação limitou-se a trazer poucas notícias políticas, e uma delas abordando sutilmente a situação do governo em Portugal. Apontava que: “Na capital portuguesa o Presidente Marcelo Caetano, recebe os oficiais-generais que demonstraram apoio ao Chefe do Governo” (*Luso-Brasileira*, nº130, abr, 1974, p.13). Ao lado da nota, uma foto em que se via Marcello Caetano recebendo os generais. O apoio nesta situação, vinha das camadas das Forças Armadas que não compactuavam com os movimentos que estavam acontecendo em Portugal naqueles últimos meses. Lembra Kenneth Maxwell que

O movimento como um todo [...] compunha-se de homens com opiniões políticas divergentes. Sua aglutinação não era resultado de nenhum objetivo conspiratório uniforme, e sim uma convergência de ressentimentos, uma perda do sentimento de utilidade e um afastamento emocional e intelectual em relação às longas guerras coloniais (MAXWELL, 2006: 64).

A capa da *Luso-Brasileira* do mês de maio fez referência ao futebol, com a manchete “O Brasil nas Copas de 62-66 e 1970”. Nenhuma menção à Revolução dos Cravos ocorrida no mês anterior. Na seção *Comunidades Portuguesas* (Figura 29), na página 10, com o título *Informe de Lisboa*, havia duas grandes fotos: na primeira as comemorações do 1 de Maio em Lisboa e na segunda uma reunião de generais. Na legenda da foto a explicação: “23-4-974. A primeira foto que, mostra reunidos: no Palácio da Cova da Moura, todos os componentes da Junta da Salvação Nacional. No lado esquerdo, de pé vê-se o Gal. Diogo Neto, chegado de Moçambique” (*Luso-Brasileira*, nº131, maio, 1974, p.12).

Figura 29 – Comunidades Portuguesas

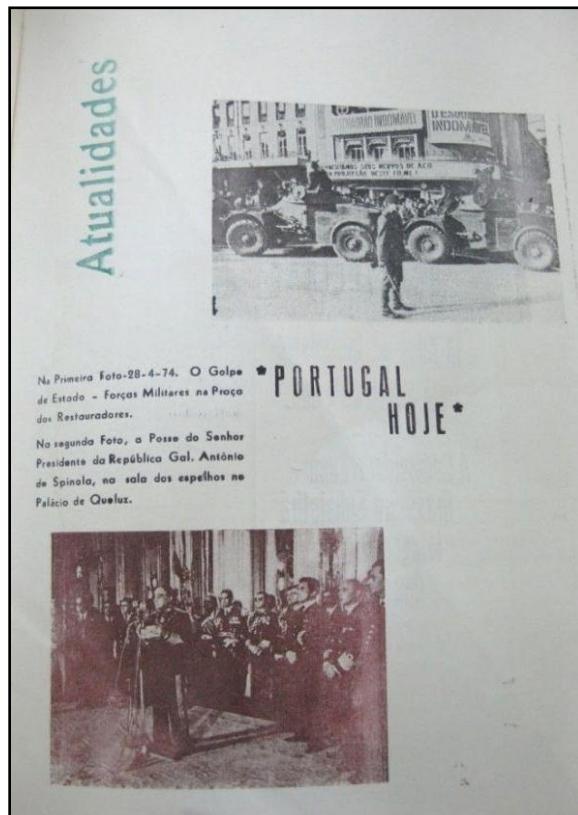


Fonte: *Luso-Brasileira*, nº131, maio, 1974, p.12 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

O posicionamento da revista em relação ao 25 de abril aos poucos foi se delineando. Na seção *Atualidades* duas fotos ilustravam a página com um outro título: *Portugal Hoje*. A legenda para as fotos (Figura 30) informava sobre a primeira foto da página referente ao dia 28-4-74: “O Golpe de Estado – Forças Militares na Praça dos Restauradores”. Na segunda foto: “a Posse do Senhor Presidente da República Gal. Antônio de Spínola, na sala dos espelhos no Palácio de Queluz” (*Luso-Brasileira*, nº131, maio, 1974, p.19). Chamo a atenção para a utilização do termo *golpe de Estado* para tratar do evento de 25 de abril, o que exprime

a visão da equipe da revista, mais especificamente de Mario Dias sobre a situação vivida por Portugal naquele último mês.

Figura 30 - Imagens do 25 de abril



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº131, maio, 1974, p.19 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Em junho de 1974 *Luso-Brasileira* publicou numa espécie de editorial sob o título *Portugal Hoje “Transformação Espiritual”* (Figura 31) um pequeno texto afirmando que:

Nos 50 dias decorridos do Governo do Gal. Spinola, aconteceu em Portugal uma transformação espiritual sem paralelo na História.

A transformação política virá a seu tempo, segundo a vontade do governo por processos democráticos.

O mais importante, no caso para o povo, é a sua transformação social.

Assim deve ser feito, sem violência e sem sangue, dando ao Mundo o exemplo admirável de um povo que escolhe os caminhos da liberdade e resolve seus problemas dentro da ordem e do respeito mútuo (*Luso-Brasileira*, nº132, jun, 1974, p.6).

O texto referido enunciava uma postura dúbia proposta pelos editores do periódico. A ausência de crítica diante da situação vivida em Portugal com o 25 de abril era bastante obscura, após a exposição por meses a fio de uma postura de total apoio a política do regime do Estado Novo, de Salazar a Caetano. O que se pode perceber num primeiro momento é a

satisfação pela escolha por *caminhos da liberdade dentro da ordem*, porém em outros momentos a ação do Estado nas guerras coloniais não foi criticada. A ordem que partia do Estado era legitimada e a ação que partia de um movimento revolucionário era *tolerada* enquanto não houvesse violência e sangue.

Figura 31 - Análise sobre os 50 dias de governo de General Spinola



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº132, jun, 1974, p.5 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Em junho de 1974 visitava o Brasil o General Carlos Galvão de Mello, um dos membros da Junta de Salvação Nacional. A intenção da visita como publicou a *Revista O Cruzeiro* à época, era anunciada numa grande matéria intitulada *Relações diplomáticas reafirmam que a Comunidade Atlântica é indestrutível*. O texto afirmava: “Sem temor de erro, é possível registrar que essa missão teve por objetivo mostrar que brasileiros e portugueses aqui residentes não ficaram órfãos. Eles são partes importantes do Portugal Novo” (*O Cruzeiro*, nº 26, jun, 1974, p.76). Pelas comemorações do dia de Portugal em 10 de junho, pela comunidade portuguesa no Rio de Janeiro o novo governo de Lisboa enviou ao Brasil uma delegação especial, presidida pelo General (MAGALHÃES, 1999:123). No entanto esse não foi o único motivo da visita e pode-se dizer que a viagem teve duplo

objetivo, conforme afirma Isabel Barreto “Esclarecer a comunidade lusitana a respeito do processo revolucionário e dar continuidade a aproximação entre o novo regime e o governo brasileiro” (BARRETO, 2014: 122).

Luso-Brasileira, por sua vez, não deixará esta visita passar despercebida. Sob o título *Revista Luso-Brasileira em Brasília - Portugal agradece ao Brasil - A visita do Gal. Carlos Galvão de Melo*, o texto apontava que:

No encontro, em Brasília, com o Presidente Ernesto Geisel, o General Carlos Galvão de Melo, se confessou radiante em estar no Brasil.

O Governo português agradece ao Brasil o fato de ter sido o primeiro país a reconhecer o governo do general Spínola. [...]

Observou a princípio que não consegue distinguir entre brasileiros e portugueses, tal a identidade e o passado histórico similar que percebeu na visita ao Brasil.

Disse ainda o Gal. Carlos Galvão de Melo:

- O relacionamento entre os dois povos irmãos deverá seguir também com caráter sentimental, entretanto, mais dinâmica daqui para a frente... (*Luso-Brasileira*, nº132, jun, 1974, p.13).

O desejo de Portugal em reforçar a amizade com o Brasil continuava, mas agora em torno de escopos muito diferentes. Portugal num regime democrático que se estruturava, pedia apoio ao Brasil que vivia sob uma ditadura civil-militar. Mesmo com um histórico de apoio ao colonialismo, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo de Spínola. Para Calvet de Magalhães o governo brasileiro estava interessado em acompanhar de perto e até mesmo de participar do processo de descolonização portuguesa, que logo foi anunciado, no entanto, não houve de parte das novas autoridades portuguesas qualquer gesto no sentido de associar o Brasil ao processo de descolonização (MAGALHÃES, 1999:123).

Será intensa a veiculação de imagens sobre as posses de membros do novo governo em Portugal e sobre as ações do mesmo (Figura 32 e 33). Em agosto de 1974 o General Antônio de Spínola, primeiro presidente de Portugal, é capa da *Luso-Brasileira*. Na contra capa da revista duas fotos mostravam a chegada de François Miterrand a Lisboa sob o título *Portugal Hoje*. Imagens e fatos que vão tornando as mudanças do regime em Portugal conhecidas e familiares aos leitores do periódico e a comunidade portuguesa de Florianópolis. Um afastamento da postura política que vinha mantendo até o momento, num esforço da revista em manter-se unida ao encaminhamento dado ao governo em Portugal, qualquer que fosse este. Nota-se por parte do editor certa flexibilidade diante das transformações que ocorreram no poder em Portugal, o que não era esperado de uma revista com forte viés político conservador como vinha se mostrando a publicação até aquele momento.

Figura 32 - General Antônio de Spínola - Presidente de Portugal



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº133, ago, 1974, p.1 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Figura 33 - Spínola e Miterrand



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº133, ago, 1974, p.2 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Foram inúmeras notícias anunciadas nas páginas do periódico que tratavam de mostrar a transcorrência natural e tranquila das mudanças ocorridas em Portugal bem como das relações entre Portugal e Brasil, e, além disso, uma demonstração neutra da revista acerca dos recentes acontecimentos políticos naquele país. Nos títulos da seção *Comunidades Portuguesas* na edição de setembro de 1974 era possível perceber o tratamento da revista a estas questões. Apresento os títulos e pequenos trechos de duas delas:

- O presidente do Brasil recebe o novo Embaixador de Portugal - [...] as relações entre Portugal - Brasil nunca foram tão promissoras quanto agora.
- A mensagem do Presidente Geisel a Portugal - [...] Desejo congratular-me a V.Exa. para a cooperação entre as nações da língua portuguesa.

- Facilitada a entrada no Brasil, aos portugueses de Angola e Moçambique.
- Casa de Portugal em S. Paulo - 39 anos de Fundação (*Luso-Brasileira*, nº134, set, 1974, p.8).

Em entrevista com Mário Soares³⁸ publicada em *Luso-Brasileira* estava exposta uma série de ideias do governo provisório em Portugal que eram direcionadas às comunidades portuguesas no Brasil. Reproduzo os trechos publicados, intitulado *Entrevista com Mário Soares - Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal* “Tenho a maior estima pelos órgãos da informação que servem os interesses das Comunidades espalhadas pelo Mundo”:

- O programa do Governo provisório é um problema moderado sem dúvida, tem em conta para já, consolidar a democracia, desenvolvimento econômico e descolonização.
- Comunidades? Conheço-as e gostaria que todos aqui estivessem a ver este ponto culminante de lusitanidade das Forças Armadas.
- Casas de Portugal e Centros de Turismo? O pessoal que as dirige vai sair. As mudanças correm por conta da Coordenação Econômica.
- Aos portugueses no mundo inteiro que estão ansiosos para saber como correm as coisas cá. Pois correm muito bem, e vocês não estão ausentes do Governo provisório (*Luso-Brasileira*, nº135, out, 1974, p.3).

Nesta matéria Mario Soares apontava para vários aspectos que são essenciais para as comunidades portuguesas espalhadas no Brasil, os quais a revista se utilizava para atualizar seus leitores portugueses e também demonstrar sua percepção acerca do momento e ainda sua capacidade de veiculação de notícias relevantes e atuais.

Considero fundamental pontuar tais assuntos que circulavam na revista que, pelas suas características, era de variedades, voltada para todos os públicos mas que ao mesmo tempo estava interessada e bastante engajada na situação política portuguesa e em atualizar seus leitores neste sentido. Entremeada pelas notícias políticas, havia os demais temas abordados pelo periódico, já nomeados neste trabalho. Neste número especificamente, no mês de outubro de 1974, seria possível ver matérias intituladas *Descoberta Científica, No Mundo das Curiosidades, Rodolfo Valentino - uma vida fantástica, História da Televisão a cores, Colombo Salles - “Ação Catarinense de Desenvolvimento”, “Nossa Terra, Nossa Gente”, Magazine da Mulher*, entre outras. As fotos sobre os acontecimentos em Portugal estavam dispersas por toda a publicação, não se limitando a um único espaço, no entanto sobre

³⁸ (1924-2017) Advogado. Fundador do Partido Socialista de Portugal em 19 de Abril de 1973. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de Maio de 1974 a Março de 1975. Ocupou por diversas vezes o cargo de Primeiro Ministro de Portugal e por duas vezes o Cargo de Presidente da República (Dicionário Político - Marxist Internet Archive). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/soares_mario.htm> Acesso em 18 abr 2018.

Portugal havia somente matérias políticas, não mais contos e imagens, mais comuns em números anteriores.

Ainda na edição de outubro *Luso-Brasileira* atualizaria os leitores com uma entrevista do Primeiro Ministro português Vasco Gonçalves. Tema político e econômico português, especificamente aqui desconstruindo crenças que haviam no Estado Novo.

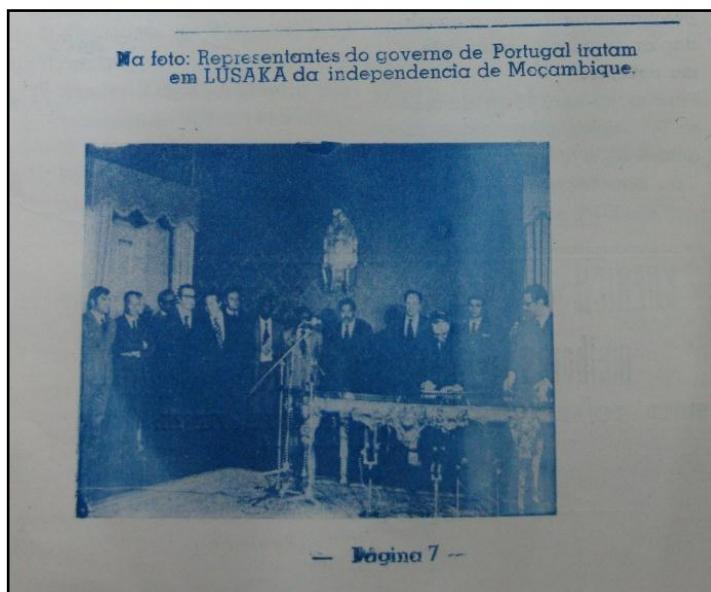
Como vai a situação econômica e social de Portugal? - Alguns dos principais mitos do regime deposto eram o da estabilidade econômica e financeira, e o da ausência de défice orçamental.

Havia então um défice real no orçamento? - Exatamente. Todos os anos se apresentava um total de receitas que excedia ligeiramente o das despesas. Mas não se explicava que o saldo só era positivo porque havia emissões da dívida pública destinadas a cobrir o défice real e que entravam como receitas.

Quais as vantagens do fim da guerra colonial? - Acabar com as guerras na África, é em si mesma uma boa e nobre solução para Portugal e para os povos da Guiné, Angola e Moçambique. Entretanto, as vantagens econômicas do fim da guerra só vão aparecer dentro de dois anos (*Luso-Brasileira*, nº135, out, 1974, p.5).

Percebe-se uma guinada no viés das matérias sobre política que a revista irá realizar com a queda do regime português. Ao contrário do que se poderia esperar, a publicação não será cancelada por conta do fim do Estado Novo, já que vinha tendo um apoio do governo português por meio de boletins informativos durante o regime. Ela continuou a circular até o ano de 1979, sem mudanças no nome ou na equipe. E de maneira ordinária continuou publicando suas matérias, agora na defesa dos projetos do novo governo de Portugal. Se antes se condenava o comunismo e os movimentos de independência nas colônias africanas, em 1974 fotos sobre a independência das colônias são divulgadas como se tivesse sido uma causa desde sempre defendida pela *Luso-Brasileira*. Ilustravam bem essa mudança as fotos com a legenda *Representantes do governo de Portugal tratam em Lusaka da independência de Moçambique* e outra *Em Lisboa, o Presidente Spínola recebe a visita do Ministro cubano Raul Roa* (Figuras 34 e 35) São dois temas impensados para divulgação pela revista em anos anteriores a Revolução dos Cravos.

Figura 34 - Em Lusaka sobre a independência de Moçambique



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº135, out, 1974, p.7 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Figura 35 - Spínola recebe a visita do Ministro cubano Raul Roa.



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº135, out, 1974, p.19 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Em dezembro de 1974 *Luso-Brasileira* publicou uma mensagem ao Brasil escrita pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, a qual foi publicada nas primeiras páginas do seu último número naquele ano. O texto com título *Relativamente ao Brasil* afirmava entre outras coisas que:

Relativamente ao Brasil mantemos a nossa política de tradicional amizade com este país, independentemente dos regimes, amizade essa que tem raízes muito profundas na cultura, na civilização e na língua dos dois países.

[...] tem sido e continua a ser nossa intenção associar o Brasil à política de descolonização, pois pensamos que a comunidade é um elemento muito importante, e a circunstância de haver mais um país de língua portuguesa na Comunidade Internacional não pode ser de nenhuma maneira, e não o é, indiferente ao Brasil (*Luso-Brasileira*, nº136, nov/dez, 1974, p.3).

A revista aproveitou do discurso de Mário Soares voltado à valorização da comunidade luso-brasileira para fazer dele a sua voz na conjuntura de cooperação internacional. Foi um discurso reinventado pela *Luso-Brasileira* que a partir do 25 de Abril passou a manifestar-se apoiadora da democracia em Portugal, como outrora fora do regime salazarista e marcelista. A sua postura se explicitou quando na seção *Os acontecimentos que marcaram o ano de 1974*, assinada por Mário F. Dias publicou uma pequena nota intitulada *Portugal muda o regime*. No texto referia que “Este foi o maior acontecimento do ano. A nossa missão foi registrar os fatos. A Amizade Luso-Brasileira é o nosso principal objetivo. O futuro da nossa irmã, pertence a Deus” (*Luso-Brasileira*, nº136, nov/dez, 1974, p.18). Não pareceu ser um anúncio tão fundamental para Mário Dias, pois foi publicado somente em dezembro de 1974, nas últimas páginas e num formato pouco chamativo. No entanto o fato de a revista se posicionar desta forma ao falar da mudança do regime em Portugal nos faz entrever que havia de ter algum compromisso, ou mesmo uma cobrança em demonstrar sua mudança de postura em relação àqueles acontecimentos. Estava alinhada ao posicionamento do Brasil em relação à política portuguesa e também se alinhava a Portugal, construindo e perfazendo a partir de uma pequena cidade do Brasil as micro relações de amizade entre Brasil e Portugal.

4 CONTINUIDADES E RUPTURAS NAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL (1961-1979)

4.1 BRASIL E PORTUGAL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

A edição de setembro de 1963 da *Revista Luso-Brasileira* apresentou na capa uma imagem bastante emblemática: uma foto do cantor brasileiro Caubi Peixoto e de Palmira da Conceição Miss Portugal de 1962. Acima da imagem o título: “Um par romântico luso-brasileiro”. O abraço dos dois e as bandeirinhas dos seus respectivos países na mão emitem uma mensagem de amizade, união e cumplicidade. Uma imagem que evoca a luso-brasilidade nas relações pessoais. A esperança por parte dos governos de ambos os países de que essa amizade se transportasse ao âmbito governamental e ao restante da comunidade luso-brasileira. No entanto, as relações políticas entre Brasil e Portugal ao longo da década de 1960 não foram tão promissoras e nem tão fraternais.

Neste número, os acontecimentos e as matérias destacadas têm significados que são explorados pela *Luso-Brasileira* de forma a evidenciar o sentimento de pertencimento da comunidade portuguesa ao seu país de origem. A identidade da revista se construía a partir das conexões que fazia com o grupo que representava e para o qual as notícias eram majoritariamente redigidas; a partir das posições políticas que defendia no Brasil e em Portugal e do conteúdo das matérias de entretenimento, das tirinhas, do conteúdo religioso e dos contos literários. Sonia de Meneses da Silva ao falar sobre jornal quando aborda a construção da identidade, afirma que esta se articula entre o jornal, seus leitores e os eventos que narra e “[...] seja como aproximação ou afastamento ideológico, a memória sempre é colocada a serviço de uma busca de construção de identidade” (SILVA, 2011:202). As narrativas que encontramos nos números da revista passavam também por essa busca de identidade. Na *Luso-Brasileira* podemos entrever essa elaboração identitária que se constrói por meio dessas aproximações entre jornal, leitores e eventos.

As relações políticas que se constituíram entre Brasil e Portugal, a partir do século XIX foram distintas das que se cultivaram entre as demais metrópoles e suas colônias. As aproximações com o Brasil tiveram um caráter diferente daquelas travadas entre a metrópole lusa e as colônias africanas. Muito disso se explica pelo fato de o processo de ruptura entre Brasil e Portugal ter sido conduzido por um Príncipe português, e antes disso, o Brasil ter sido elevado à condição de Reino, antes mesmo da independência (ALVES, 2000:12). Dessa maneira, afirma Thomas Skidmore (2003:60), “a América portuguesa assumiu um caminho

histórico único”. As continuidades e rupturas marcaram em diversos momentos a história desses dois países, sendo que no século XX essas relações serão ora próximas, ora sinuosas, sobretudo pelos complexos quadros políticos que se compõem em ambos os países, os quais se configuraram nestes quase trinta anos de história tratados nesse capítulo.

Ao desdobrar esse tema e tentar compreender essas relações, a ideia não é a de pensar em fazer uma história comparada entre os dois países em questão, ou seja, tomar um deles como centro da análise e daí buscar influências e interferências no outro. O que se procura é muito mais perceber, sobretudo no que diz respeito às continuidades e rupturas, de que forma esses dois países, em momentos políticos bastante diferentes, buscaram “conexões” nos processos históricos em espaços e/ou tempos amplos” (SECRETO, 2014:85). As conexões, ou as histórias conectadas, são possíveis pelo fato de que há uma circulação abundante de informações, imagens, notícias, pessoas, mercadorias, afinal elementos que transitam de um lado a outro, que possibilitam assim, tratá-los não como influências, mas como intersecções. Maria Veronica Secreto (2014) mostra que a circulação dos capitais, homens e mercadorias foi acompanhada por outra, simbólica, que foi a circulação da informação a qual permitiu dispor de dados e representações das diferentes partes do mundo. Ao perceber que mercadorias, homens e mulheres que circulam por espaços diversos transportam formas de compreender o mundo por meio de inúmeros elementos, mas também carregam de volta mercadorias e elementos da cultura por onde passam, é possível pensar essas relações de forma conectada. Neste trabalho essas intersecções estão significativamente presentes, visto que portugueses e brasileiros nas duas décadas abordadas por esse trabalho migram, retornam e também se fixam nos locais para onde vão, o que permite perceber a simbólica circulação de informações que se estabelece neste trânsito.

Entre Brasil e Portugal as relações políticas, mesmo próximas não deixaram de ser turbulentas, e justamente essa aproximação pode-se colocar como indício dos conflitos, pelo fato de se esperar posições do país “irmão” que não se almejaria de outro país sem laços de sangue ou de língua, e sem uma história em comum. Como alude Eduardo Lourenço: “No Brasil, Portugal está em todo o lado e em lado nenhum” (LOURENÇO, 2001:158). Portugal está no Brasil, não é uma lembrança cotidiana, nem mesmo frequente, mas sabe-se que vários e variados aspectos da vida cultural, social e política do país são resultado desta presença, mesmo que não seja explícita. E é desta presença, bastante intensa nas décadas em questão, de sua aproximação e distanciamento com o Brasil, que considero fundamental falar para compreender as nuances, intersecções e inserções dessas histórias nas comunidades portuguesas presentes no país, localizadas na cidade de Florianópolis.

4.2 O ESTADO NOVO DE SALAZAR

Ao longo das décadas de 1960 e 1970 ocorreram alterações no teor das relações entre Brasil e Portugal, criaram-se laços que foram se estreitando e laços que se desfizeram. Desde 1933 Portugal vivia sob a ditadura do Estado Novo, implantado por Oliveira Salazar, que permaneceu vigente por 41 anos. Antes de se instaurar o Estado Novo, o país foi alvo, em 1926, de um golpe militar que derrubou a Primeira República no país. O Estado Novo, que teve à frente a figura de Salazar até 1969, sucedido por Marcello Caetano até o final em 1974, será o período histórico aqui investigado, com foco específico nas décadas de 1960 e 1970. Não me debruçarei num aprofundamento do Estado Novo, porém é necessário algumas palavras sobre suas características. Sigo o pensamento de Luiz Reis Torgal que afirma ser o Estado Novo português um “fascismo à portuguesa”, o qual se organiza segundo as características e condicionalismos portugueses, de um povo essencialmente rural e de pouca densidade urbana, mentalidade tradicional, de concepção católica e de um Estado que fez da manutenção do seu Império colonial a sua grande cruzada (TORGAL, 2009: 364). De 1933 a 1974 as transformações no direcionamento da política portuguesa em relação ao Brasil se moldaram em meio a contextos bastante variados, que se transformarão à medida que circunstâncias da política e economia mundiais se constituem e atingem a política e economia portuguesa frontalmente, nomeadamente as Guerras coloniais e a Guerra Fria.

Salazar em seu período no poder tecia críticas sérias à democracia e ao comunismo, bem como também aos totalitarismos e continuamente se pôs contrário a estes. Segundo Luiz Reis Torgal, é fundamental entendermos o antidemocratismo e o anticomunismo de Salazar para compreendermos sua posição diante da Europa e do mundo naquele momento, pois que o anticomunismo obsessivo condicionou toda a política externa portuguesa. E neste trabalho essa oposição terá um significado central.

Como para todas as ditaduras de direita, o comunismo se constituía em seu forte antagonista, no entanto para um regime inspirado na doutrina católica como o salazarismo, o comunismo, mais que um antagonista, passa a ser o verdadeiro Anticristo (PEREIRA, 2012:11). Essa grande “heresia” do século, o comunismo, era assim chamada pelo seu caráter materialista, contrária à propriedade privada, totalitária e internacionalista (TORGAL, 2000: 566). Combatê-lo, portanto, seria vital, já que as democracias passavam por uma crise dolorosa, e haveria a necessidade de Estados fortes para fazer frente ao perigo comunista (SALAZAR, 1947, apud TORGAL, 2000:318). Os regimes democráticos eram permissivos à entrada do comunismo no mundo, portanto, estes não eram mais adequados diante dos perigos

apresentados pelo regime que vinha do Leste. Por sistema totalitário Salazar considerava explicitamente o comunismo, afastava-se em vários aspectos do nazismo, porém sem afirmar categoricamente ser este um regime totalitário. Neste contexto, Cristiano de Souza, reitor do Liceu Camões de Lisboa, em 1935, entendia que “o Estado Autoritário é o Estado Novo, que resolve o caso político português. [...] O Estado Novo, proclamando os direitos da Autoridade, defende e garante o exercício de todas as liberdades individuais legítimas” (TORGAL, 2000:263). Deste modo, o Estado Novo se apresentava como um regime autoritário, porém carregava na sua Constituição o limite para o respeito a tudo o que se podia aproveitar do liberalismo, da democracia e do individualismo, legitimadas pelo Estado Novo e não pelos sistemas dos quais advinham, e que encontrava na divisa “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” o paralelo para as ações individuais.

Mesmo tendo todas as características do fascismo, para Salazar o regime político em Portugal era original e se aproximava somente em parte ao fascismo. “A nossa Ditadura” afirma em entrevista para António Ferro em 1932

[...] aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu caráter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços ou obstáculos (FERRO, 1932 apud TORGAL, 2009:56).

O Estado Novo, portanto, apresentava-se com certa originalidade quando se afastava do paganismo do fascismo italiano e também do nazismo alemão, os quais não encontravam limites morais. Todavia,

o anticomunismo, o antiliberalismo, o antidemocratismo, o autoritarismo, o nacionalismo, o corporativismo faziam parte de um patrimônio ideológico comum, onde se encontravam monárquicos e republicanos, integralistas, católicos sociais, nacionais-sindicalistas, nacionalistas de várias tendências... Daí o aparecimento e a eficácia da acção de Salazar (TORGAL, 2008: 496).

Salazar abarcou diversas vertentes políticas por meio de uma personalidade forte e uma ação determinada por estratégias que perpetuaram o regime por décadas. O corporativismo por sua vez, foi proclamado na Constituição do país em 1933, a qual afirmava ser Portugal uma “República unitária e corporativa” conforme Costa Pinto (2007: 24). Este se caracteriza de acordo com Manuel Lucena “um regime que, a todos os níveis, impede ou disciplina *institucionalmente* a luta de classes, e onde pelo contrário se instaura uma

colaboração institucional mais ou menos tensa” (LUCENA, 1976:126). Desta forma, se instauraria por meio do Estado um acordo entre categorias em que, tal como no funcionamento de um corpo, o trabalho seria feito com o objetivo único de sua organicidade, sem tensões. Este corporativismo, concretizado pela primeira vez no fascismo italiano, do qual Salazar era admirador (TORGAL, 2000), foi exaustivamente estudado, analisado sob vários ângulos e recebeu críticas no sentido de ter tido mais eficácia teórica que prática. Afirma Costa Pinto (2007:31) que “o corporativismo ficou incompleto no aparato político e institucional, mas constituiu, pelo menos, o modelo cultural oficial do ‘Estado Novo’. Uma concepção eminentemente ‘organicista’ dominou a visão que o regime tentou projetar de si próprio e do país”.

A criação por decreto-lei, em 1930, da União Nacional, como um “antipartido” destinado a agregar as forças civis que apoiavam o novo regime, desempenhou um papel importante no controle político da administração central e local, na unificação das diversas tendências políticas que apoiavam o regime, no fornecimento de quadros políticos (PINTO, 2007). Teve importante função na construção do Estado corporativista, e também para demonstrar a outras nações e também mais tarde na entrada de Portugal na ONU, um caráter de aparência democrática para Portugal, pois havia aí um “partido”, uma assembleia e eleições, elementos de uma democracia.

Para Salazar a Europa era mais que um continente, representava um patrimônio cultural, marcado pelo cristianismo, por valores éticos e jurídicos assinalados pela tradição, e que ultrapassavam as fronteiras territoriais europeias, constituindo a “ideia europeia”, que estava presente também no patrimônio africano e americano (TORGAL, 2000:319). Portanto, defender a Europa neste sentido era defender este patrimônio cultural português/europeu, não somente em território português, mas também na América, nomeadamente no Brasil e ainda nas colônias portuguesas na África. Todavia, esse pensamento não fez Portugal voltar-se para a Europa e suas políticas de unificação; Salazar irá, no entanto, defender a “ideia europeia”, seu patrimônio cultural e religioso no continente africano. Para Rita Ribeiro

pode dizer-se que até ao século XVI Portugal é profunda e antecipadamente europeu, condição que vai ser abruptamente alterada nos quatrocentos anos seguintes, desde a união dinástica com Espanha até à adesão à Comunidade Europeia, na década de 80 do século XX. Esses séculos foram marcados pela opressão do pensamento livre, pelo obscurantismo e pela rejeição das novas ideias que a todos os títulos revolucionavam a Europa (RIBEIRO, 2009:2).

A partir desta linha de pensamento político no qual o Estado Novo se apoiava Ribeiro (2009:3) aponta que “no cenário convulsivo dos anos de 1940 e 1950, quando a Europa e o mundo inventavam novos formatos de cooperação política e econômica, Salazar impõe uma linha programática para a política externa que é simultaneamente inflexível e ambivalente”. Segundo o pensamento da autora, apreende-se que a relação de Portugal com a Europa durante o Estado Novo ocorre à medida que há um vislumbre de conveniências para sua política interna e colonialista, porém se torna irredutível quando seus projetos não se coadunam com os planos de unificação da Europa. Torgal, ainda lembra que Portugal de Salazar se entendia “europeu” apenas numa perspectiva de “patrimônio espiritual”, mas estava muito mais voltado para o “Atlântico”. Aquela Europa demoliberal ele buscava transformar numa “nova Europa” por meio da “Revolução necessária”, dos Estados autoritários diferentes, orgânicos e corporativos (TORGAL, 2009:356).

4.3 AS NOVAS NOMENCLATURAS E A ENTRADA DE PORTUGAL NA ONU

A defesa da “vocação” colonizadora de Portugal era tomada por Salazar com determinação, e a sua entrada na ONU em 1955 não abriu mão deste empenho colonizador, somente opôs mudança nas denominações utilizadas para as suas possessões em África, que passaram a ser chamadas de províncias ultramarinas e não mais colônias. Portugal havia pleiteado um lugar na ONU em 1945, a seguir a sua criação, porém o período, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial se apresentava hostil para um país que havia tido relações estreitas com o franquismo e o nazismo. “Esta tentativa de adesão deve assim ser lida como mais um exemplo da estratégia de adaptação do regime ao novo sistema internacional do pós-guerra” é o que aponta David Castaño (2015:9).

O outro exemplo seria a entrada de Portugal na OTAN, que se daria por razões estratégicas da parte tanto de Portugal como dos países membros que realizaram o convite a Portugal em 1949. Esse convite tinha total relação com o território das ilhas dos Açores, que conferiam um valor estratégico para a Europa naquele contexto, sendo que o aceite de Salazar, apesar de não ser de simples explicação, seria mais de natureza ideológica e moral, poderia mesmo se afirmar, uma “cruzada” contra o comunismo, explica Nuno Teixeira (1995: 805). Sabe-se que, para Salazar, a oposição à entrada do comunismo na Europa era algo que precisava ser realizado de forma combativa, em várias frentes. Para além dessa questão, afirma ainda o autor que a aceitação de Portugal na OTAN, dará ao país certa legitimização internacional e como consequência interna, criará uma divisão na oposição ao regime que se

estenderá por toda a década de 1950. São posições e decisões de uma política pragmática por parte dos EUA, por conta da base dos Açores, e ideológica e diplomática por parte de Portugal. As questões são várias, porém, levanta-se o fato também de Portugal ter uma reduzida margem de manobra na política externa, conclui Teixeira, portanto a entrada na OTAN será uma forma de obter maior aceitação internacional. Diante disso, se infere que Portugal tinha muitas questões políticas a defender, porém suas condições de barganha nesse contexto político internacional não eram das mais favoráveis. A adesão de Portugal à OTAN dará início a relações com outro polo de referência, com o declínio da aliança com a Inglaterra e a emergência dos EUA. Será um momento feliz na política externa portuguesa que se manterá até a entrada de Portugal na ONU e o início das contestações a sua política colonial (TEIXEIRA, 1995:809).

Retomando o assunto da admissão de Portugal na Organização das Nações Unidas, é sabido que após dez anos de tentativas de adesão, impossibilitadas pelos vetos da URSS, Portugal passará a ser membro daquela organização em 1955. A adequação da terminologia relativa às colônias, em 1951, em que Portugal agora passaria a ter “províncias ultramarinas” e não mais colônias, foi realizada visando o seu assentimento entre os países da ONU. Isso não significou, porém mudanças nas práticas colonialistas de exploração dos povos nativos das colônias ou então “províncias” portuguesas na África. Não obstante as mudanças retóricas, “a adesão de Portugal à ONU (1955) abriu caminho ao cerco internacional ao colonialismo português” (CASTELO, 2013:514). A Carta das Nações Unidas estabelecia no artigo 73 que era obrigação dos países membros: assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra todo abuso (ONU, Carta das Nações Unidas, 1945). Portugal, no entanto, não se sentia atingido por essa obrigação e afirmava que não tinha territórios autônomos, mas que era sim um Estado espalhado por vários continentes, não um Estado com um império, conclui Castelo. Costa Pinto (2009:453), afirma que se buscava na ONU o consenso em torno da ideia de um Portugal com colônias, mas sem perceber-se colonialista e uma arquitetura teórica que justificasse a tradição do colonialismo lusitano ao longo do tempo, com uma estrutura histórica diferenciada daquela ocorrida em outros países colonialistas. Portanto, se procurará legitimar esta ideia de forma que este colonialismo histórico pudesse ser concebido como o melhor para Portugal e também para suas colônias, numa busca de convencimento por meio de propaganda que fizesse a população acreditar que a extensão de Portugal ia do Minho ao Timor.

A década de 1960 será envolvida por um clima de tensão entre os países membros da ONU e Portugal. Enquanto as guerras de independência já estavam ocorrendo em diversos territórios africanos (dezoito novos estados africanos accedem à independência), Portugal se mantinha intransigente na cedência de suas colônias. Quando se iniciam os conflitos pela independência em Angola em 1961, Salazar não aceitou negociações e armou-se fortemente para as guerras coloniais. Essa atitude não foi bem recebida naquela Organização e se iniciará, portanto, um período de litígio com a ONU onde “a relação de forças inverte-se, consolida-se uma maioria favorável à descolonização e mesmo os EUA e o Reino Unido modificam a sua política, deixando de votar com Portugal” (SILVA, 1995:7). Essas mudanças nas relações com a ONU irão trazer prejuízos à política interna portuguesa.

Em 1957 Salazar assim se pronunciava em relação aos povos de suas colônias: “Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas, como se queira, em relação às quais perfilhamos o dever de chamá-las à civilização [...]” (SALAZAR, 1957, apud TORGAL, 2000:326). Para Salazar, de acordo com o discurso, colonizar significava ser um guia daqueles povos e aos poucos levar a eles a civilização. Por outro lado, colonizar e manter as colônias sob o domínio português significava também, e muito mais, manter o Estado Novo (RAMPINELLI, 2004), manter o progresso de sua economia e a política justificada pelo sucesso na manutenção desse “império” ultramarino. Projeto político e econômico que se mostrava forte a ponto de manter tal “território ultramarino”, o qual atravessava continentes e se expandia “do Minho ao Timor” ligando por meio do sentimento de Nação todos os habitantes espalhados por territórios distantes e inimagináveis.

Expandir o sentimento de nação de um país das proporções de Portugal numa comunidade espalhada por países em três continentes exigia um aparato propagandístico e discursivo de convencimento da grandeza desse império. É possível entrever na definição que Benedict Anderson tem de nação, a ideia construída para o império colonial português, quando o autor afirma que

[...] a nação é uma comunidade política imaginada [...] porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros da mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem de sua comunhão (ANDERSON, 2008:32).

Esta ideia de nação como comunidade política imaginada se coaduna a construção do mundo colonial português do Estado Novo, uma ideia de nação bastante apropriada para os nascidos em Portugal peninsular, que sendo aqueles reconhecidos como cidadãos de fato pelo

regime de Salazar, eram também aqueles para os quais a propaganda era mais efetiva, no sentido de fazê-los sentirem-se como parte de um território que ia muito além das fronteiras de Portugal peninsular. Havia um maior alcance dos discursos do Presidente do Conselho de Ministros para a população, e onde também os meios de veiculação de sua imagem e da imagem do Império Colonial português tinham maior acesso. A imagem de comunhão seria mais real se fosse vivenciada e visualizada pelos habitantes de Portugal peninsular assim como para os colonos portugueses, uma vez que era importante que ambos se sentissem como habitantes vivendo dentro de um mesmo e único país, em que fronteiras não eram ultrapassadas. É “a ideia da nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável” (ROSAS, 2001: 1034).

Concepção de nação vital para a manutenção do império, pois a migração entre os territórios provocava também a movimentação da economia e ao mesmo tempo movimentava as ideias do Estado Novo, as normas daquele regime, as maneiras de agir, de pensar e de realizar trabalhos, de utilizar a língua portuguesa, elementos os quais reunidos nesse conjunto de práticas culturais e políticas construiria, no longínquo território colonial, outra nação portuguesa. Produzir um sentimento de comunidade, de uma comunidade imaginada a ponto de que o slogan de Salazar “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” fosse vivido sem reservas.

Havia um grande interesse de Portugal em participar dos acordos e pactos feitos após a Segunda Guerra entre os países europeus e os EUA, com intuito de realizar sua inserção internacional, dar ares de normalidade ao seu regime interna e externamente, contudo mantendo a sua soberania e protegendo as colônias africanas. Esses eram dois pontos defendidos intensamente nas negociações com as democracias da Europa e com os EUA. Já se havia percebido que o afastamento da Europa não era benéfico para a economia do país, portanto, aproximar-se da Europa e dos EUA traria vantagens para a economia e política portuguesa. Sobre este assunto Salazar afirmou que “a política exterior de Portugal devia conciliar as suas relações histórico-geográficas com a aproximação à Europa Ocidental e aos Estados Unidos, sem, contudo, abdicar do regime instituído” (PEREIRA, 2006: 237). A aproximação ocorreu, porém, os impasses e as contradições conceituais dessa proximidade se apresentaram em diversos momentos, conforme já abordado. Portugal conseguirá negociar por muitos anos sua permanência na ONU sem que haja interferência direta e eficaz nos domínios territoriais na África. Isso se deu principalmente pelo poder de negociação por conta da base de Lajes nos Açores, local estratégico de defesa militar tanto da Inglaterra como dos

EUA e pelo ferrenho ataque ao comunismo feito pelo regime de Portugal, mesmas bandeiras defendidas pelos países ocidentais no contexto da Guerra Fria.

Diante da vontade e necessidade de inserção internacional de Portugal, o Brasil será um importante aliado. Isso porque após a independência de Goa em 1961, apesar de Portugal só reconhecer-la em 1974, o cenário político do mundo colonial português começará a ruir e a ser fortemente questionado, pois tiveram início as guerras de independência também em Angola. Após a Segunda Guerra, afirma Williams Gonçalves

a disposição anunciada pelo governo norte-americano de atuar no sentido de promover o livre-comércio internacional, por entender ser esta importante condição de bom funcionamento da economia capitalista e indispensável condição para a paz mundial, ia de encontro ao pacto que garantia proteção e privilégios aos interesses metropolitanos em suas respectivas colônias (2010:266).

Essa nova conjuntura mundial, esse novo momento das relações do capital, implicava para Portugal numa renovação das relações diplomáticas com o Brasil. Afirma Gonçalves que o Brasil tinha fundamental importância para a estratégia de defesa do Império Ultramarino, pois era uma ex-colônia de grande expressão política na América Latina, e além de fundador da ONU, estava integrado ao contexto geopolítico do Atlântico Sul (2010: 268). É possível pensar que as aproximações que se darão entre os dois países terão como escopo essa necessidade do Estado Novo pela aliança com o Brasil por conta da estratégia de defesa do “império ultramarino”, objetivo que será perseguido até 1974, quando do fim do regime em Portugal.

4.4 TRATADOS E ACORDOS NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO

Alguns acordos assinados nas décadas de 1940 e 1950 foram aos poucos estreitando mais os laços luso-brasileiros, nomeadamente o Acordo Cultural Luso-Brasileiro (1941), o Acordo de Cooperação Intelectual (1948) e o Tratado de Amizade e Consulta (1953). Este último foi firmado ainda no segundo governo de Vargas, em 16 de novembro de 1953, e mais tarde será de grande importância nas relações políticas entre JK e o governo de Salazar. Vargas, no entanto, prezava por uma política externa contrária ao colonialismo - pelo fato de buscar manter a coerência com seu governo nacionalista e também pela preocupação com a competição dos produtos de baixo custo vindos das colônias (RAMPINELLI, 2004:28) -, mas mesmo defendendo a autodeterminação dos povos, este tratado foi firmado. Não obstante essa orientação política, de maneira realista, Vargas agia de forma a não “acirrar os ânimos e muito

menos radicalizar posições” (RAMPINELLI, 2004:28). Assim, era possível ser anticolonialista sem confrontar os países colonialistas. Diante desse possível impasse “a diplomacia portuguesa aproveitou a ambiguidade do Itamaraty em relação à *questão colonial* e a existência de importantes sectores lusófilos para influenciar a orientação da Administração brasileira a seu favor” (CARVALHO, 2009:21). Além disso, para que o Tratado fosse firmado, ocorreu um trabalho intenso de João Neves da Fontoura, embaixador do Brasil em Lisboa de 1943 a 1945, e ministro das Relações Exteriores de 1951 a 1953. Para José Honório Rodrigues, Fontoura foi o principal artífice do Tratado de Amizade e Consulta, desde quando foi para Lisboa com a ideia de que era importante acentuar o espírito da comunidade luso-brasileira, convencido de que a nossa política de aliança, quase consanguínea com Portugal em princípio nunca mudara (RODRIGUES, 1961:312).

Importante elucidar as prerrogativas deste Tratado a esta altura, pois ele será um elemento primordial nas relações futuras entre Brasil e Portugal, sob o qual Portugal terá algumas vantagens, diferentemente do Brasil, que pouco lucrará com ele. Observa-se no seu artigo primeiro e terceiro:

I - As Altas Partes Contratantes, tendo em mente reafirmar e consolidar a perfeita amizade que existe entre os dois povos irmãos, concordam em que, de futuro, se consultarão sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum. [...].

III - No campo comercial e financeiro, levadas em conta as circunstâncias do momento em cada um dos dois países, as Altas Partes Contratantes concederão todas as possíveis facilidades no sentido de atender os interesses particulares dos nacionais da outra Parte (BRASIL, 1953).

Sobre suas disposições, o historiador José H. Rodrigues em 1961, no livro *África e Brasil: outro horizonte* alega que

As concessões estabelecidas são mútuas apenas no papel, pois não há reciprocidade, já que não há praticamente brasileiros em Portugal. Eram privilégios sem reciprocidade [...].

O Tratado é uma vitória portuguesa, arrastando o Brasil para sua órbita, de acordo com as pretensões que citamos antes, visando a dispor de nosso apoio nas suas dificuldades internacionais. Por ele nos obrigamos a consultar Portugal – com suas dependências coloniais sobre matéria internacional, tirando-nos, assim, ou pelo menos dificultando, todo o nosso jogo diplomático (RODRIGUES, 1961:314).

Diante da análise do autor, é possível compreender o quão oportuno, e isso se comprovará nas décadas seguintes, será para Portugal esta aliança e pouco frutífera para o Brasil.

Este, que aparentemente demonstrava ser um Tratado sem grandes implicações políticas, será nas palavras de Álvaro Lins, embaixador do Brasil de 1956 a 1959, “rigorosamente um instrumento político” (SANTOS, 2011:87). E sobre ele afirmava Salazar: “Estamos fazendo da comunidade luso-brasileira um instrumento de política internacional de Portugal e Brasil [...] e implantando, num dos lados do quadrilátero Atlântico muitos dos nossos mais importantes interesses” (SALAZAR, 1959, apud SANTOS, 2011:79). O aprimoramento da comunidade luso-brasileira e uma aproximação simbólica entre lusos e brasileiros seria política e economicamente importante para Portugal, pois manteria a política do ultramar num clima de maior naturalidade diante do cenário internacional discordante em relação ao mundo colonial, já que estreitava de forma amigável as relações com um país democrático e membro da ONU, nomeadamente o Brasil. Essa união será para o Brasil duvidosa, pois “Nos seus termos estava estabelecido que todas as matérias internacionais de interesse comum seriam resolvidas após consultas prévias e que a sua aplicabilidade aos territórios coloniais era restrita” (CARVALHO, 2008:21). Portanto o Tratado de 1953 obrigava o Brasil a se consultar com Portugal em todas as matérias internacionais, e naquelas em que Portugal seria atingido em relação à questão colonial o Brasil seria constrangido a votar a favor, impedido assim, de assumir uma postura progressista, contrária à política colonialista portuguesa.

Mesmo defendendo a autodeterminação dos povos, quando se tratasse das colônias portuguesas o Brasil se constrangeria a encontrar motivos que justificassem a prática colonialista em Portugal. Além disso, o fato de o Tratado não trazer vantagens econômicas para o Brasil tornava-o ainda mais discutível, pois as exportações brasileiras para Portugal ocupavam posição muito inferior se comparada aos países mais pobres. Além disso, as colônias portuguesas possuíam “comércio quase nulo com o Brasil, já que Portugal, tão nosso aliado e amigo, prefere facilitar o intercâmbio com a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a Alemanha Ocidental” (RODRIGUES, 1961:317). José Honório Rodrigues, historiador e crítico ferrenho do Tratado de Amizade e Consulta, afirma que “ceder por amizade, por sangue, porque falamos a mesma língua, é coisa inconcebível em matéria internacional, onde [...] o interesse nacional é predominante” (RODRIGUES, 1961:317). Apesar de todas estas questões a aproximação com a África bem como com a América Latina tornava-se economicamente vantajosa para o Brasil, pois entrava num período de crescimento da economia e, portanto, “a diplomacia brasileira sentia-se apta a alargar seu campo de ação [...] inscrevendo o continente africano em suas prioridades” (CARVALHO, 2008:20). Mas a participação do Brasil mais eloquente no cenário internacional seguiu na contramão do

pensamento internacional em relação à luta contra o colonialismo, sobretudo dos países membros da ONU. Estar ao lado de Portugal, unido por meio de um Tratado tão cerrado, colocava o Brasil incondicionalmente a favor de sua política colonialista, mesmo que nos discursos haja declarações contrárias.

No entanto, o ato de falar a mesma língua será um elemento forte para reunir os lusófonos em torno de um mesmo intento, de uma mesma nação e de mesmos ideais e ideias de mundo, utilizados de forma contundente pelo Estado Novo português. Porém, a lusofonia, ou a fala da língua portuguesa não necessariamente reúne seus falantes em torno de um mesmo espírito de nação. O fato de a língua portuguesa ser também a língua do colonizador gerou resistências fortes em relação à cultura, aos costumes e aos projetos políticos que buscavam ser implementados pelo agente que propôs a ideia de unidade cultural e política aos falantes da língua lusa.

4.5 O LUSO-TROPICALISMO E O ESTADO NOVO

A configuração dos novos tempos pós-Segunda Guerra para Portugal serão marcados por uma forte pressão internacional anticolonialista na Europa, como já afirmado anteriormente. Enquanto países imperialistas abriam mão de suas colônias por conta desta pressão, Salazar irá buscar meios para justificar e legitimar a presença portuguesa na África, de forma a demonstrar que Portugal era diferente dos outros países colonizadores e para isso “obrigou-se a uma nova definição estatutária para a caracterização de suas colônias espalhadas pela África e pela Ásia”, afirma Costa Pinto (2009:450). Para isso se forjará conceitos e explicações que remontariam ao Portugal medieval para provar o quão os territórios africanos de língua portuguesa eram parte integrante da nação portuguesa. Diferentes intelectuais contribuíram para esse projeto, e um destes foi Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro de reconhecimento internacional, escolhido como voz autorizada para discorrer sobre a presença portuguesa no mundo. Sua obra *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933, já apresentava o homem português como aquele em que está

presente as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam (FREYRE, 2003:69).

Um português que já possuía em si a miscigenação, a plasticidade, portanto que estaria apto à vida nos trópicos. Freyre infere que a “adaptação lusitana aos trópicos vem sendo tão profunda que os próprios nativos das regiões quentes distinguem os Portugueses dos demais europeus. Sentem-se mais próximos deles” (FREYRE, 1960, apud PINTO, 2009:457).

A teoria freyriana será utilizada por Salazar para sustentar a originalidade do ato colonizador de Portugal, da sua naturalidade, do quanto a miscigenação com habitantes dos trópicos é algo que se faz com brandura, sem imposições, em que o ato “civilizacional” português se dá sem conflito e sem tensões. Assim, o chamado *luso-tropicalismo* será a partir de sua obra, o conceito explicativo usado pelo Estado Novo a partir da década de 1950, para afirmar que portugueses são parte fundante dos territórios no ultramar. Costa Pinto afirma que Salazar, desde 1933, ano que marca o início do Estado Novo, obrigou-se a novas práticas de gestão governamental para “recaracterizar o velho Império português” (2009:450). A tese da *democracia racial* apresentada por Gilberto Freyre, de que no Brasil a miscigenação havia sido algo positivo, geradora da igualdade entre brancos, índios e negros, muito devido ao caráter miscigenado também do português, seria um argumento muito proveitoso para o Estado Novo na defesa da manutenção de suas colônias. Ora, se o Brasil, como um país que foi colonizado por Portugal produziu a miscigenação e por conseguinte a *democracia racial*, não haveria motivos para impedir o trabalho colonizador de Portugal nas suas colônias, já que a ação colonizadora portuguesa não era como de outros países: exploratória e segregacionista.

Sobre esses elementos se sustentou o *luso-tropicalismo*, resume Costa Pinto (2009:458)

da confluência inter-racial, inaugurou-se no Brasil, conforme Gilberto Freyre, um novo processo civilizatório que se estenderia a todos os espaços de colonização portuguesa. [...] *Casa Grande e Senzala* sugere o português como herói colonizador, portador de um conjunto específico de práticas de colonização que o tornam único na experiência histórica das colonizações.

Restará a Portugal a parceria com o sociólogo Gilberto Freyre, que em 1951 será convidado a fazer uma incursão pelas colônias ultramarinas portuguesas, e a partir de suas viagens publicará relatos sobre o *luso-tropicalismo*, após tê-lo “visto com os próprios olhos” fora do Brasil. Em Angola, por exemplo, os opositores ao Estado Novo esperavam que Freyre, ao perceber a real situação em que se encontrava a população, a denunciasse em seus relatos, no entanto não foi o que ocorreu, mesmo por que propositalmente os locais de maior precariedade foram ocultados aos olhos do pesquisador brasileiro. Diante dos textos escritos por Freyre sobre tais viagens, refere Sarah Luna de Oliveira (2015:104) que

As críticas ao modelo colonial português eram incipientes e não havia qualquer menção aos casos de trabalho compulsório [...] ou de qualquer aspecto que pudesse depreciar a dominação portuguesa em suas províncias de além-mar. Naturalmente que os representantes do governo de Salazar designados a acompanhar Freyre em sua visita às províncias ultramarinas cuidaram em afastar da vista do sociólogo quaisquer impressões negativas que pudessem contrariar suas expectativas.

Havia o intuito por parte do governo de Salazar de que esta amizade com Freyre se estendesse também a uma aliança mais forte com o Brasil, neste momento delicado para a política externa portuguesa, e que Freyre de alguma forma pudesse interferir neste enlace. Diante deste quadro, lembra Oliveira que dois anos depois da viagem de Freyre será assinado entre Portugal e Brasil o Tratado de Amizade e Consulta (OLIVEIRA, 2015). É possível alegar que o Tratado foi assinado sobre um terreno já preparado pela afirmação do luso-tropicalismo.

A tese do luso-tropicalismo entrou em cena em um momento político propício para o Estado Novo português, em que havia a iminência das guerras coloniais. Isso porque “Na concepção luso-tropicalista, o mundo ‘criado’ pelos portugueses [...] constituir-se-ia em uma unidade de sentimentos e cultura, onde a miscigenação seria o símbolo de uma forte tendência à ‘democratização social’” (FREIXO, 2015:476). O português nessa concepção teria sido um “bom colonizador”, não como os franceses e ingleses, pois a miscigenação, marca da sua inserção nas colônias, portava junto consigo a “democratização social”. Esta ideia será o grande mote nas décadas seguintes ao início do Estado Novo, a qual procurará demonstrar o caráter único da população de todos os territórios portugueses, incluindo Portugal.

Se para Portugal essa relação traria vantagens no contexto de tensões internacionais e do anticolonialismo, para o Brasil as vantagens dessa inserção seriam outras. No panorama pós Segunda Guerra, devido a sua participação ao lado dos Aliados, o Brasil se vê no prenúncio de uma participação maior no sistema internacional e na promoção de sua industrialização (CARVALHO, 2008:20). Diante disto, aproximar-se de Portugal permitirá ao Brasil uma maior inclusão na Europa, o que era bastante almejado naquele momento. Conclui Santos (2001:304) que será de fundamental importância para a assinatura deste documento (Tratado de Amizade e Consulta) a articulação e pressão da colônia lusa no Brasil, que atingiu um alto grau de eficácia em suas ações por conta de uma competente organização de suas entidades - tais como a Associação Amigos de Portugal, a Federação das Associações Portuguesas do Brasil, o Real Gabinete Português de Leitura entre outros - que remonta ao início do século XX.

José Honório Rodrigues, em 1961 afirmava que havia no Brasil incontáveis grupos de interesses nas relações entre Brasil e Portugal, os quais exerciam forte pressão sobre estas relações. Lembra que entre centros, associações, clubes, casas e outros havia no Brasil o número de 105, sendo que desses, 30 estavam em São Paulo e 28 no Rio de Janeiro, exercendo uma grande atividade política, linha auxiliar da Embaixada a favor do seu país. Refere ainda que uma das melhores atividades da colônia se fez por meio do Clube de Regatas Vasco da Gama:

[...] o clube gloria as origens portuguesas da nação com o nome de um descobridor português [...], inculca, na consciência coletiva popular, a ideologia da herança cultural pelo simbolismo da competição e pela dramatização da vitória. [...] ela representa todo um conjunto de valores que convém a Portugal manter vivo no Brasil (RODRIGUES, 1961:316-317).

Portugal com a assinatura do Tratado de 1953 terá verdadeiramente uma grande vitória, já que por conta dele se manterá por mais tempo detentor dos territórios na África, pois a anuênciia do Brasil nas votações na ONU que favoreciam sua política colonial será fundamental. Rodrigues afirma em nota de rodapé que este é um estudo — o dos *lobbies* — que mereceria exame, pois até aquele momento não havia nada aprofundado sobre o tema. Nos últimos anos, o interesse pelo tema dos grupos de pressão se alargou e alguns pesquisadores passaram a tratar desse assunto com profundidade, dos quais um trabalho importante é a tese de Luiz Cláudio Machado dos Santos, trabalho que muito contribuiu para dirimir algumas dúvidas sobre essa questão.

4.6 O LOBBY E OS PORTUGUESES NO BRASIL

O *lobby*, de acordo com a definição de Santos, no caso da colônia portuguesa, seria um grupo de pressão, que agia de modo a favorecer os objetivos do governo luso, em especial a luta pela manutenção de seu império colonial (SANTOS, 2011). Nesta luta pelo império colonial, a atuação da colônia portuguesa no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo será muito valiosa. A temática colonial passava a ser vista pela população como a sobrevivência de Portugal. A tese do luso-tropicalismo, de Gilberto Freyre ocasionou uma

revalorização do papel do português [...] e de uma nova condição de prestígio econômico e social, a pressão, quer seja dos membros mais proeminentes da colônia ou [...] em favor de uma maior aproximação econômica, política e cultural entre o Brasil e Portugal é uma constante (SANTOS, 2011:48).

A aliança entre os dois países será reforçada com base nessa pressão e o peso desta aliança penderá vantajosamente para Portugal que tinha grande interesse no apoio brasileiro a sua política colonialista. Diante disso, atuar de modo a que a colônia portuguesa não só enviasse divisas para Portugal, mas emitisse opiniões em importantes meios de comunicação e formasse uma opinião favorável à política salazarista era de inegável importância, uma troca entre governo e colônia. Refere Santos (2011:51) que o empenho da diplomacia portuguesa em dar aos emigrantes uma posição privilegiada no Brasil tinha como objetivo prioritário

ampliar a adesão dos emigrados ao governo salazarista e fortalecer politicamente a colônia para utilizá-la como interlocutor privilegiado nas tratativas entre os dois governos e na formação de uma opinião pública brasileira favorável às teses portuguesas.

A diplomacia portuguesa utilizava-se de meios estratégicos para envolver a colônia nos seus interesses e fazer dela a grande interventora na política e mídia do Brasil em favor de Portugal. Os portugueses habitavam o Brasil, mas viviam por Portugal, não eram emigrantes que foram esquecidos pelo Estado português, mas ao invés, sua atuação seria instrumentalizada para fortalecer a aliança Brasil-Portugal, e pressionar as decisões que o governo brasileiro deveria tomar em momentos delicados da atuação portuguesa no ultramar. A propaganda do Estado Novo atravessava o Atlântico e chegava ao Brasil buscando orientar seus cidadãos conforme interesses que alegavam ser do povo português onde quer que estivessem. Por meio de eventos, de dias comemorativos, de formação de grupos que rememorassem os acontecimentos comuns aos dois países, atualmente separados, mas com uma história compartilhada, se construiria uma memória que teceria um forte enlace entre os dois, em que o problema de um se tornasse quase que naturalmente o problema dos dois, e as resoluções seriam feitas conjuntamente. Portugal nesse contexto teria muitos ganhos. Santos (2011:55) se refere à emigração do português como sendo um ato de engrandecimento da nação, um destino do povo português, sendo a pátria, para o emigrante, uma idealização que não se pode criticar.

Essa liberdade e esse incentivo à emigração por parte do governo de Salazar é algo intrigante, pois era uma atividade que do ponto de vista da geração de lucros era segura, porém havia que se temer o fato da população que deixava o país ser cooptada no Brasil, neste caso, pela influência de grupos portugueses de oposição ou mesmo de grupos brasileiros democráticos que fossem contrários à ditadura de Salazar, ou mesmo da imersão no clima de um país democrático, até 1964, poderia impelir os emigrantes a uma mudança nos rumos da

sua concepção sobre o Estado Novo em Portugal. Para não correr tal risco houve um trabalho eficiente de propaganda para manter esses emigrantes ligados ao espírito do Estado Novo, na defesa de seus projetos, sobretudo no que concernia à sua defesa no ultramar. Colocou-se em prática “uma postura proativa, agressiva” como afirma Santos em relação a Manuel Farrajota Rochetta, Embaixador de Portugal (1958-1961). Com essa postura

A tradicional política de cooptação que distribuía comendas, viagens, honrarias e vantagens de caráter financeiro a figuras proeminentes da colônia e da sociedade brasileira deveria ser ampliada, no intuito de atingir positivamente uma parcela da população local que passava a se interessar pelas questões internacionais e tinha na imprensa e no rádio seus canais de contato com o mundo (SANTOS, 2011:57).

Essa cooptação chegou a um nível bastante oneroso para Portugal, afirma o autor, quase insustentável, pois eram inúmeros os pedidos de jornalistas brasileiros para viajar a Lisboa realizar matérias que versassem sobre o Estado Novo, e que projetassem positivamente o regime, afirma ainda o autor. A imprensa exerceu nesse momento papel fundamental, pois possibilitava a chegada em locais distantes do mundo lusófono, informações, ideias, ações do regime português que contribuíam para fortalecer os laços que havia entre os portugueses, permitindo que através da língua comum se inculcassem as ideias que permeavam o Estado Novo, na ânsia de vê-las defendidas onde houvesse uma comunidade portuguesa de emigrados. Assim agiram diversos periódicos publicados no Brasil na década de 1960 que tinham esse intuito, fortalecer os laços de amizade entre Brasil e Portugal. Um dos periódicos foi a publicação da *Revista Luso-Brasileira*. Muito mais que uma defesa se buscava a influência destes grupos nos grandes centros em tomadas de decisões políticas do governo.

Portanto, essas comunidades, que foram transformadas em grupos de pressão, no chamado *lobby* português,

além de defender os pleitos específicos de colônia estrangeira, esse grupo de pressão agia de modo a favorecer os interesses do Estado português, angariando apoio em diversos círculos para as causas mais caras ao Estado luso, destacando-se então como a mais premente a luta pela manutenção de seu império colonial (SANTOS, 2011:64).

Uma das causas mais caras pode-se ainda acrescentar, será o combate aos grupos de oposição no Brasil, “que ganhavam adeptos e simpatizantes entre intelectuais e a imprensa no Brasil” (SANTOS, 2011:56). Afastar esses grupos de exilados portugueses dos meios de comunicação seria uma forma de tornar mais visíveis grupos de apoiadores do regime, que utilizariam também a mídia impressa para se projetarem e obterem certa visibilidade.

Por meio dessas elucidações tornavam-se bastante evidentes as conveniências para Portugal proporcionadas por meio do Tratado de Amizade e Consulta, no que diz respeito à maneira como a aliança com o Brasil seria benéfica para resolver os problemas que doravante surgirão, relativos a questões internacionais.

Perceber as implicações acarretadas pelo Tratado de Amizade e Consulta, formuladas ainda na década de 1950 e todos os antecedentes que a envolveram é fundamental para compreendermos as relações políticas que se darão nas décadas seguintes entre Brasil e Portugal. Essas relações foram intensamente estreitadas no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o qual além de dizer-se amigo era um grande admirador do político Oliveira Salazar. Williams Gonçalves, pesquisador das relações entre Brasil e Portugal no período de JK, a isso refere que o auge das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal foi durante o governo de Juscelino Kubitschek que “ao estabelecer amizade pessoal com o presidente do Conselho de Ministros António de Oliveira Salazar, estreitou ainda mais as relações com Portugal” (GONÇALVES, 2010:266).

Existiam grandes interesses de ambos os países para essa aproximação. Além dos interesses do lado lusitano já debatidos, para o lado brasileiro havia o intuito de romper com a condição periférica e o alijamento imposto ao então chamado Terceiro Mundo, que seria realizado através da política nacional-desenvolvimentista do governo JK, voltada para modernização e internacionalização. Assim, reforçar a aproximação com Portugal era oportuno, ao acenar perspectivas de acesso a Europa (RIBEIRO, 2003: 30), necessidade premente para o Brasil.

4.7 BRASIL SE APROXIMA DA EUROPA POR MEIO DE PORTUGAL

A aproximação da Europa por meio de Portugal percorreu um longo percurso antes de se tornar a melhor opção para o Brasil, já que parecia evidente que para atingir um considerável nível de modernização não seria Portugal salazarista a melhor opção como país. Para essa compreensão é preciso analisar brevemente o contexto político europeu nos anos anteriores. A ajuda econômica dos EUA aos países da América Latina se limitou após a Segunda Guerra somente aos países que passavam por situações de instabilidade econômica e onde havia o risco de os partidos comunistas alcançarem o poder (GONÇALVES, 2010:271). A ajuda não chegaria a todos, como ocorria com o Plano Marshall na Europa. A internacionalização do Brasil deveria ser feita, portanto, por outros caminhos. Diante disso, o fato de ter o Brasil um intelectual, nomeadamente Gilberto Freyre, contribuindo com Portugal

para sua imagem de colonizador portador de um novo conceito de colonização, com a tese do luso-tropicalismo, estreitará aos poucos as relações de Brasil e Portugal.

No entanto, não foi somente a atitude de Freyre que promoveu essa articulação. A proposta de reaproximação com Portugal³⁹ partiu do embaixador brasileiro João Neves da Fontoura, que se dará ainda em 1943. O afastamento havia ocorrido por conta da desconfiança do governo português sobre as negociações do Brasil com os EUA acerca da base das Lajes ocorrida em 1941 (GONÇALVES, 2010:275). Portanto, buscando reestabelecer estas relações Neves da Fontoura apresentou à apreciação do governo de Portugal um projeto de decreto intitulado “Estatuto dos portugueses no Brasil”, por meio do qual o governo brasileiro propunha-se a alterar a situação jurídica dos imigrantes portugueses⁴⁰. A proposta será feita, mas rejeitada por Portugal, e chegará a um impasse diante de inflexibilidade dos dois países de que a questão fosse resolvida mediante acordo bilateral.

Com o retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1950 e com a entrada do novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Vicente Rao, substituindo João Neves da Fontoura que a essa altura ocupava essa pasta, as negociações entre os dois países começam a ter um novo ritmo, mais flexível. Outro ponto importante, afirma Gonçalves, é o apoio de Vargas a permanência de Portugal na África, pois entendia que o litoral do Brasil estaria mais bem protegido enquanto Portugal se mantivesse na África e além disso, julgava que apoiar Portugal no contexto da Guerra Fria era mais prudente “[...] para não ser surpreendido com qualquer mudança que viesse a pôr em risco a segurança do Brasil” (GONÇALVES, 2010:277). Nessa lista de fatores, o luso-tropicalismo de Freyre foi importante, mas estaria na última posição dentre os motivos que levaram o Brasil a se aproximar tão seguramente de Portugal e não de outros países da Europa.

³⁹ Reaproximação após afastamento que se deu por conta de uma desconfiança do governo português sobre negociações do Brasil com os EUA acerca da base Lajes. Desconfiança do governo português quanto à veracidade da negativa brasileira sobre as supostas negociações que teria entabulado com os Estados Unidos para estudar a possibilidade de ocupação à força do arquipélago dos Açores em 1941, devido à resistência do governo português em permitir o uso do arquipélago pelos aliados (GONÇALVES, 2010: 275).

⁴⁰ “A iniciativa de João Neves da Fontoura visava, portanto, rever o preceito constitucional que impedia os imigrantes portugueses exercerem determinadas atividades profissionais no Brasil. Curiosamente, as autoridades portuguesas manifestaram-se francamente desfavoráveis ao encaminhamento proposto pelo embaixador brasileiro. Salazar e os demais membros do governo português desejavam que a questão fosse resolvida mediante acordo bilateral. Para eles, enquanto a questão continuasse sob controle unilateral das autoridades brasileiras, haveria sempre a possibilidade de reversão, sem que os interesses dos imigrantes portugueses fossem devidamente protegidos. Apesar da grande simpatia que nutria pelos portugueses, Fontoura recusou-se a dar tal tratamento à questão. Outras manobras diplomáticas foram ainda tentadas, mas a posição irredutível de Fontoura em admitir tratamento bilateral à questão esfriou a negociação. A independência da União Indiana e a manifestação dos indianos desejosos de integrar Goa ao seu Estado despertaram entre as autoridades portuguesas, no entanto, o desejo de retomar as negociações com o Brasil” (GONÇALVES, 2010:276).

Retomando a compreensão a propósito da amizade entre os dois países, podemos afirmar que ela se fortalecerá por meio, tanto da personalidade dos dois governantes, Juscelino e Salazar, quanto pela tese da afetividade histórica, pela qual se afirmava haver entre Portugal e Brasil um amor de pai e filho, amor de irmãos só separados fisicamente. Assim se expressava muito claramente sobre esse afeto João Neves da Fontoura em artigo no Jornal *Portugal Ilustrado*, em 1957: “[...] a política com Portugal não chega a ser uma política. É um ato de família. Ninguém faz política com os pais ou irmãos. Vive com eles, na intimidade do sangue e dos sentimentos” (FONTOURA, 1957, apud SANTOS, 2011:65). E assim esse sentimento foi cultivado e partilhado entre brasileiros e portugueses, sobretudo nesta segunda metade do século XX. David Nasser, escritor e jornalista brasileiro, conhecidamente apoiador do golpe militar no Brasil, e também do Estado Novo de Salazar, amante de Portugal, em seu livro *Portugal, meu avozinho*, publicado em 1965 escrevia: “Um brasileiro chega a Portugal e começa a rememorar tudo o que lhe contaram no passado. O turismo que lá se faz, quando se vai [...] de qualquer parte do Brasil, é um turismo de saudade alheia. Vontade de se ver de novo o que nunca se viu” (NASSER, 1965:14). Segundo suas palavras, Portugal estaria na memória do brasileiro sem ele nunca ter conhecido aquelas terras. Haveria aí uma ligação afetiva filial inexplicável. E num outro trecho, já numa referência à política afirma que “o Brasil na assembleia internacional jamais poderia votar contra Portugal – porque não se vota contra si mesmo” (NASSER, 1965:16). Ir contra os interesses de Portugal, seria ir contra o Brasil na opinião de Nasser. Não se levava em consideração quais eram os interesses. A afetividade histórica entre os dois países leva a pensar que aquela era uma relação que inevitavelmente cruzava o destino político destes países, o suficiente para que o alinhamento dos dois governos se desse de modo quase natural.

No entanto, as críticas feitas por brasileiros por conta desta aproximação eram muitas, porquanto o fato de uma democracia como o Brasil se unir à imagem de um ditador como Salazar não era bem vista pela opinião pública brasileira. Sobre essa oposição, apontam José Flávio Sombra Saraiva e Irene Vida Gala, que houve vozes dissonantes de setores da diplomacia e outros, defendendo uma política mais próxima do continente africano. Afirmavam que algumas lideranças políticas e intelectuais como “Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, Gilberto Amado, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Tristão de Athayde e Eduardo Portella, entre outros, defenderam claramente uma reabertura das comunicações com o continente africano” (SARAIVA; GALA, 2012:5). Configuraram-se deste modo como críticos da política externa relativa a Portugal empreendida por Kubischtek.

4.8 JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART E O DISTANCIAMENTO DO MUNDO LUSO

A entrada de Jânio Quadros na presidência do Brasil em 1961 trará rupturas na política que vinha sendo promovida entre os dois países. O conservadorismo histórico de Jânio Quadros se evidenciava na política interna, mas na política externa adotou proposições e práticas progressistas. Afirma Vizentini (2008:23) que isto vem provar que não existe uma relação linear entre política externa e interna. O discurso crítico aos EUA, a aproximação com Cuba e URSS e países do Leste Europeu, além do seu anticolonialismo, mostram uma política externa nada conservadora, contrariamente à política econômica interna de aliança com o FMI (VIZENTINI, 2008: 23-24).

Contrariamente, no entanto, mesmo na política externa, houve momentos em que o pragmatismo e o conservadorismo pautaram essas relações. Cito o fato em que, após o conhecimento da notícia de que Salazar vendia escravos para minas de ouro na África do Sul em abril de 1961, as comunicações oficiais se mantiveram neutras, “buscando uma relativização de princípios em nome da privilegiada relação com Portugal” (SANTOS, 2011:116). A postura do presidente do Brasil, portanto variava conforme a situação que se apresentava e em muitos momentos primando pela tolerância e pelo pragmatismo em relação ao governo português, e utilizando a justificativa do respeito ao Tratado de Amizade e Consulta assinado em 1953 para tomar determinadas atitudes que poderiam ferir os artigos lá colocados.

Dito isto, é inegável que em seu governo a política externa terá um novo direcionamento, marcada num primeiro momento pelo pensamento de Afonso Arinos, formulador da Política Externa Independente. Oriundo do liberal-conservadorismo mineiro, Arinos foi eleito senador pela UDN quando aceitou o convite de Quadros para assumir o Ministério das Relações Exteriores (GRAÇA, 2011:9). Após alegações de certa forma favoráveis ao governo cubano, refere Guilherme Graça (2011:9) que “Arinos soube imprimir ao Itamaraty uma renovada e vigorosa política externa, ao mesmo tempo em que enfrentou o radicalismo retrógrado do próprio partido e da instituição a qual servia”. Diversamente do encaminhamento que vinha sendo dado até o momento para a política externa, Arinos elegeria “o tríptico de valores que devem presidir ao planejamento da política internacional do nosso país: soberania, democracia, paz” (BRASIL, 1961), atitude polêmica diante de uma política subserviente e conservadora dos políticos do país àquela altura. Afonso Arinos estampou, mesmo que por um período muito curto, uma política externa para o Brasil que seria marcante

até 1964, e mais tarde seria retomada com nova roupagem no governo militar. Salgado (2009:3) refere que sobre a PEI

Jânio Quadros fala em nacionalismo, democracia, reajustamento da política e desenvolvimento econômico, com diversificação de parceiros com quem precisávamos nos relacionar. Esta foi uma perspectiva inovadora, cujos elementos são, primordialmente, a base da Política Externa Independente [...].

Estas seriam as diretrizes desta política, que terão reflexos também nas relações políticas e econômicas do Brasil com Portugal. Diferentemente do tratamento de JK direcionado ao colonialismo português, a questão colonial no governo de Jânio Quadros foi entendida no âmbito da PEI, afirma Salgado (2009:10). Em relação à questão colonial, outros pontos foram abarcados, como

o apoio aos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos, dentro da estrita obediência ao direito internacional; o suporte à emancipação dos territórios ainda não autônomos, sob qualquer designação jurídica; autonomia na formulação de projetos de desenvolvimento econômico e na implementação de ajuda internacional; a ampliação dos mercados externos para a produção brasileira, através da intensificação do comércio com todos os países da Ásia, África e América Latina, além da comunidade socialista (SALGADO, 2009:10).

Mais tarde já no governo de João Goulart, o sucessor de Arinos, será San Tiago Dantas (setembro de 1961 a julho de 1962) e depois Araújo Castro (agosto de 1963 a março de 1964). Ao analisarmos a elaboração da Política Externa Independente percebe-se que foi forjada em decorrência também da personalidade dos personagens à frente do Ministério das Relações Exteriores naquela ocasião. San Tiago Dantas advogado, jornalista, ensaísta literário e professor de Direito Civil, eleito deputado pelo PTB em 1958, “procurava dedicar-se a *res publica* e aos graves assuntos políticos existentes no país” como a ele se refere Graça (2011:3). A sua construção como homem público passava pela defesa do republicanismo e da democracia. Dantas foi integrante do conselho do Instituto de Estudos Sociais Brasileiros⁴¹ na década de 1950, portanto

⁴¹ O ISEB foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. O ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica de um projeto que ficou conhecido como "nacional-desenvolvimentista". ABREU, Alzira Alves de. **O ISEB e o desenvolvimentismo.** CPDOC Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>> Acesso em: 11 ago 2016.

A influência do pensamento nacional-desenvolvimentista elaborado a partir do ISEB forneceu a base conceitual para uma conscientização interna quanto ao estágio de subdesenvolvimento do país e sua necessária projeção para a política externa, o que será contornado pela exposição da PEI (GRAÇA, 2011:7).

A política externa nessa percepção deveria pautar o exercício político externo, e este deveria servir ao desenvolvimento econômico do país, daí entender-se como necessária a ampliação das negociações econômicas em direção a países do bloco socialista, numa visão mais pragmática que ideológica da política externa brasileira.

Ao assumir a pasta do MRE em agosto de 1963, João Augusto de Araújo Castro dará continuidade aos propósitos da PEI. Falava, em notório discurso, sobre os 3Ds, proferido na ONU, como sendo os pilares de sua atuação neste Ministério: desarmamento, desenvolvimento e descolonização (GRAÇA, 2011:16). A questão da descolonização se manterá na pauta, no entanto Castro “sabia das dificuldades de tentar transformar essa política do dia para a noite” (VARGAS, 2013:125), pois já vinham sendo feitas tentativas, mas muitas frustradas, “[...] em função da poderosa influência portuguesa sobre setores da elite brasileira e a simpatia da opinião pública brasileira por Portugal” (VARGAS, 2013:125). Já se abordou neste capítulo a questão da pressão da comunidade portuguesa diante da política externa do Brasil no respeitante ao colonialismo, e percebe-se que de fato, ela exercia grande influência. No entanto a PEI fez um esforço contínuo, sobretudo por meio de seus diplomatas, no sentido de construir um novo posicionamento do Brasil em relação à política portuguesa na África. No período em que vigoraram as diretrizes da PEI houve um distanciamento entre Brasil e Portugal, que em alguns momentos chegaram a ser conflitantes.

Pelos parâmetros da PEI o Brasil negociará com países do bloco capitalista, mas também do bloco socialista, numa proposta pragmática da política externa, postura que será vista com desconfiança pelos EUA. Em relação a Portugal as mudanças serão mais duras, pois a posição anticolonialista e a defesa da autodeterminação dos povos proposta no governo de Quadros contrariava frontalmente o Estado Novo português. As simpatias que antes eram visíveis entre JK e Oliveira Salazar, neste outro momento serão substituídas por um distanciamento crescente.

Uma das questões que se apresentavam preocupantes e conflitantes era o baixo preço do café angolano, concorrência que atingia os cafeicultores brasileiros. “Enquanto economia primária exportadora, Angola concorria com alguns produtos brasileiros, principalmente o café, do qual era um dos principais produtores mundiais” (CUNHA, 2002:144). O problema começava a se apresentar pelo fato de que o Brasil, pelo Tratado de Amizade e Consulta não

teria acesso ao ultramar, o que o impediria de negociar diretamente com as colônias, principalmente com o café de Angola. Diante disto, combater o colonialismo na África se ligava muito fortemente, além de outras questões, aos interesses econômicos ligados ao café no Brasil. O próprio Jânio abordou a questão do colonialismo em texto sobre a PEI afirmando que

[...] o soerguimento dos níveis econômicos dos povos africanos é de vital importância para a economia do Brasil. [...] A exploração dos africanos pelo capital europeu é prejudicial à economia brasileira, permitindo, como acontece, o estímulo a uma competição comercial baseada no trabalho mal pago dos negros (QUADROS, 1961:7).

A questão de Angola já preocupava empresários cafeicultores desde JK, que à época deu pouca prioridade aos seus interesses, os induzindo a tentar negociar diretamente com o governo português e fazer com que este abrisse as portas de Angola aos seus investimentos na cultura do café. Assim fizeram os cafeicultores, porém tiveram uma imediata resposta negativa (GONÇALVES, 2010:277). Também Quadros, ao tentar uma proposta de associação entre produtores de café brasileiros e portugueses, não obteve resposta positiva e isso aumentou a animosidade dos cafeicultores brasileiros contra a política ultramarina (MAGALHÃES, 1999:101). A manutenção de relações coloniais de Portugal com territórios africanos era bastante prejudicial para a economia brasileira, sobretudo no início da década de 1960, período em que o Brasil passava por uma crise aguda, por conta do

crescimento econômico acelerado ocorrido no governo JK, [o qual] trouxera algumas consequências indesejáveis e, em 1961, a crise econômica atingia níveis preocupantes. A depreciação dos preços dos produtos primários exportados pelo Brasil era expressiva, enquanto os EUA já não absorviam um grande volume de exportações brasileiras (VIZENTINI, 2008:19).

Dentre os produtos primários citados estava o café. Portanto pode-se assegurar, ainda que o apoio a descolonização africana não era somente ideológico e humanista, mas conforme Vizentini (2008:22) “possuía objetivos materiais bem definidos, pois a manutenção de vínculos entre as colônias [...] e suas metrópoles dificultava as exportações nacionais, além do que as jovens nações constituíam um mercado alternativo [...]. Não se pode prescindir da questão econômica específica do café nestes primeiros anos da PEI, a qual ao longo dos três anos seguintes, diria, adquiriu um caráter mais amplo após Arinos e Quadros.

Em uma análise bastante crítica às contradições do Tratado de Amizade e Consulta, José Honório Rodrigues afirmava que havia uma profunda falta de fundamento econômico da

propalada *comunidade*. Referia reiteradamente que quem iria obter vantagens com o Tratado de 1953 seria Portugal, tão somente. Aponta o autor que o nosso país ocupa quase o último lugar na exportação para Portugal, e que as províncias ultramarinas possuem comércio quase nulo com o Brasil e o “nosso associado em comunhão, o nosso grande amigo prefere, nas importações, comprar aos países da O.E.C.E.” (RODRIGUES, 1961:316-318). Enfim, afirma que em todos os setores a *comunidade luso-brasileira* é “uma balela”, é “inexistente e nula; é um desserviço ao Brasil, pois serve apenas a Portugal e não a nós” (RODRIGUES, 1961: 320). Assim, diante da percepção das relações luso-brasileiras, a negociação tão desejada com Angola relativamente à produção do café, era algo que não estava nos planos de Portugal.

Com a renúncia inesperada de Jânio Quadros e a entrada de João Goulart na presidência da República, será assegurada firmemente a continuidade à política anterior, porém alguns aspectos serão intensificados. A chancelaria brasileira será assumida em 1961 por San Tiago Dantas, o qual reforçará a posição brasileira de autodeterminação das colônias africanas. Sugeriu a certo momento, que se encaminhasse uma resolução para a questão do ultramar, fazendo-se uma consulta às populações africanas, na qual seria indagado sobre a vontade de pertencer à comunidade luso-brasileira. San Tiago Dantas, segundo Vizentini (2008:26), com proposições como esta fez com que a PEI passasse do discurso à ação.

É importante frisar que o posicionamento da política externa do Brasil em relação à África passou a ser alvo de atenção naquele momento, sobretudo porque nos governos anteriores, a posição do Brasil foi favorável à política colonialista portuguesa (RIBEIRO, 2005:29). Para esse foco se voltou também o holofote da mídia, e como grande aliado do colonialismo no Brasil estava o jornal *O Globo*, órgão de imprensa de família de origem portuguesa, os Marinho, além de outros como *Diário Carioca*, *Diário da Manhã* e *A Voz* (SANTOS, 2011:134). Deste modo, a imprensa e a colônia lusa no Brasil, juntamente com outros setores da sociedade brasileira, em conjunto, criaram estratégias para apresentar a política externa do governo de João Goulart, como causa dos problemas políticos que o Brasil enfrentava naquele momento. A colônia lusa no Brasil se mostrava influente, e a imprensa se unia a ela e a voz dos grupos conservadores do país para desestabilizar o governo de Jango.

O período que vai do final de 1961 ao golpe militar de 1964 marca o auge de um processo de crítica absolutamente desproporcional àquilo que timidamente declarava pretender fazer o Itamaraty no campo do processo de descolonização global. As partes interessadas, agrupamentos políticos conservadores brasileiros, colônia lusa no Brasil e a ditadura salazarista, agiram de forma coordenada e eficaz para que, com a avalanche de ataques, cada um obtivesse seu desejado quinhão. Nunca, na história brasileira, uma determinada orientação de política exterior serviu, como a Política Externa Independente, de “biombo”, atrás do qual aglutinaram-se forças

que, a partir da discussão de questões relativas ao tipo de inserção internacional a ser buscada como desejável para o país, catalisaram energias para uma ação que pretendia chegar muito além dos amplos salões do Itamaraty (SANTOS, 2011:133).

Esse longo excerto retirado da tese de Luiz Claudio dos Santos tece análise neste sentido, mostrando de forma muito elucidativa, a força de grupos políticos e associativos, que trabalharam com intuito de neutralizar a política externa brasileira em relação a Portugal, implementada na altura. Esse pensamento vigorou não obstante todas as incoerências do Brasil nas votações na ONU, não obstante tantas vezes se abster nas votações que pudessem ferir o Tratado de 1953, numa postura nitidamente acuada e conservadora. O autor coloca a ação deste grupo, a colônia lusa, como constituidora de um *lobby* associado às forças conservadoras brasileiras, então, antípodas do governo Goulart. Interessante perceber ainda que a força e influência deste *lobby* na opinião pública e em grupos de políticos no Brasil demonstrava também, conforme afirma Santos (2011:9), a “vontade do Estado salazarista de fazer valer os interesses específicos da colônia portuguesa” e aqui eu afirmaria também, dos interesses portugueses no ultramar, influência tal que pode ser percebida em meio a intensidade das relações internacionais entre os dois países.

4.9 O GOLPE MILITAR DE 1964 E A AMBÍGUA REAPROXIMAÇÃO COM PORTUGAL

O Golpe Militar em fins de março de 1964 ocorrerá para afastar as ameaças de políticas de esquerda no país, empreendidas pelo último governo de João Goulart, temor que atingia vários grupos no Brasil. General Humberto Castello Branco, o primeiro presidente militar após o golpe, representou um verdadeiro recuo no campo diplomático, abandonando o terceiro-mundismo, o multilateralismo e a dimensão mundial da Política Externa Independente, regredindo para uma aliança automática com os EUA, e para uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral, refere Vizentini (2008:41). Portugal vai encontrar nessa virada pró-colonialista do Brasil um alento e uma garantia para a manutenção de seus territórios coloniais. Castello Branco se refere à política anticolonial dizendo:

Nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal. Talvez a solução residisse na formação gradual de uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema. Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente (CASTELO BRANCO, 1966, apud MAGALHÃES, 2000:236).

O apoio discursivo ao anticolonialismo, defendido pelos governos anteriores, por conta da Política Externa Independente, mantém-se, mas a proposta da Comunidade Afro-Luso-Brasileira não é bem vista pelo governo português. Portugal por sua vez alegava que isto aos poucos iria permitir a autonomia dos povos africanos e para os políticos brasileiros, essa Comunidade não fazia sentido se os povos nela envolvidos não vivessem antecipadamente, em pé de igualdade com portugueses e brasileiros.

Portugal esperava do governo brasileiro uma atitude mais assertiva. O fato de o Brasil se colocar reticente diante da questão do ultramar, e em vários momentos com uma posição de abstenção na ONU, o que era para alguns historiadores uma atitude bastante cúmplice com Portugal, fez com que o governo português propusesse o alargamento das cláusulas do Tratado assinado em 1953 para todos os territórios portugueses, tanto no continente quanto na África, no intuito de reparar o erro que limitava o tratado somente a Brasil e Portugal peninsular. No entanto, essa mudança provocou oposição por parte da opinião pública no Brasil, que não via com bons olhos atrelar o Brasil à política colonialista de Salazar (MAGALHÃES, 2000:109).

A desaprovação à política de declarada amizade com Portugal e consequentemente o arrefecimento da defesa do anticolonialismo, não era percebida positivamente desde o governo de JK, e de sua conhecida aproximação com Portugal. Alceu de Amoroso Lima, conhecido por seu conservadorismo político na década de 1960 retomou a orientação liberal e diante da política externa brasileira proposta no governo militar relativamente à África, registrou reiteradas críticas. Em uma delas na sua coluna no *Jornal do Brasil* em 27 de agosto de 1965, escreve:

Devemos respeitar o direito que tem Portugal de se opôr à independência de suas colônias. Mas daí a ligarmos nosso destino político a esse colonialismo, que temos também o direito de considerar agonizante, vai um abismo que não devemos de modo algum transpor (ATHAYDE, 1965:01).

Já bastante debatido por Vizentini foi o papel da PEI na reação conservadora de 1964, e que tanto no plano interno como no externo, a PEI esteve no cerne deste contexto. Tratava-se de uma experiência inédita, que tirava a diplomacia brasileira de suas modestas perspectivas regionais e reativas, arrojando-a a uma dimensão mundial e a uma posturaativa (VIZENTINI, 2008:31). A PEI trouxe uma nova dimensão para a política externa brasileira, marcada anteriormente pela dependência aos EUA, e pelo cumprimento de suas diretrizes.

A citada *dimensão mundial e postura ativa*, a qual refere o autor, terá um preço para o país, mas os seus postulados não serão de todo abandonados, e muitos deles serão mais tarde, inclusive, retomados pelo governo militar sob a presidência de Geisel, com o chamado “pragmatismo responsável” (VIZENTINI, 2008:31). É possível afirmar que todas as mudanças empreendidas em oposição a PEI pela política de Castello Branco, tinham o intuito de apresentar, criar uma identidade para a ditadura militar que se instaurava no Brasil, e que buscava de todas as formas apagar as marcas da esquerda e de resquícios de pensamento comunista no país. E de fato, ocorreu uma ruptura em relação aos governos anteriores, ruptura esta que deu ao governo de Castello Branco uma identidade, sendo considerado pelo governo português como aquele que havia devolvido a normalidade às relações luso-brasileiras, dando-lhes um novo rumo e intensificando seu dinamismo (Relatório Político Mensal, 1967, apud SANTOS, 2011:171). Para o regime português essa mudança de posicionamento prometia um relacionamento mais próximo e mais convergente no que dizia respeito às políticas internacionais.

4.10 COSTA E SILVA E MÉDICI: NOVAS APROXIMAÇÕES

A linha da política externa de Costa e Silva (1967-1969) ao assumir a presidência não seguiria a mesma de Castello Branco, pois “a *Diplomacia da Prosperidade* do chanceler Magalhães Pinto, como política externa voltada para a autonomia e o desenvolvimento, assemelhava-se muito à PEI, embora sem fazer referência a reforma social” (VIZENTINI, 2008:45). Neste período alguns eventos serão importantes para a relação entre Brasil e Portugal como a aprovação em 1968 da Comemoração do Dia da Comunidade Luso-Brasileira todos os anos a cada dia 22 de abril e a recepção de Marcello Caetano no Brasil em julho de 1969.

Após os problemas de saúde de Salazar em agosto de 1968 até sua morte em 1970, será substituído em 1969, na presidência do Conselho de Ministros, por Marcello Caetano. Diante das suspensões pela saída do ditador e as incertezas da continuidade do regime, uma questão era certa: a de que para manter o regime, era preciso reforçar a presença portuguesa nas colônias ultramarinas. Tais incertezas faziam com que a aproximação com o Brasil naquele contexto se tornasse fundamental, pois seria uma maneira de fortalecer a amizade e o apoio para o problema das guerras coloniais, já intensas. É notório que a viagem de Caetano em terras brasileiras teve o intuito de manter o Brasil comprometido com a defesa do império ultramarino.

Na visita, Marcelo Caetano frisou a importância dos acordos assinados em 1966 durante a visita do chanceler brasileiro Juracy Magalhães à Portugal, nomeadamente o Acordo Comercial, o Acordo Básico de Cooperação Técnica, a Declaração sobre Cooperação Económica entre Portugal e Brasil (MAGALHÃES, 1999: 112) e também do Acordo Cultural entre Brasil e Portugal. Por meio deste último havia o comprometimento mútuo de promover a cultura da outra parte contratante no seu próprio país. Os artigos segundo e terceiro referem que:

Art.I - Cada Parte Contratante esforçar-se-á por promover no território da outra o conhecimento do seu patrimônio cultural, por meio de livros, periódicos e outras publicações, conferências, concertos exposições, exibições cinematográficas e teatrais e manifestações artísticas semelhantes, atividades desportivas, programas radiofônicos e de televisão e demais meios apropriados. [...]

Art.III - Cada Parte Contratante promoverá, através de instituições públicas ou privadas, especialmente institutos científicos, sociedades de escritores e artistas, câmaras e institutos de livros, o envio regular de suas publicações com destino a bibliotecas [...]. (BRASIL, 1966)

Num momento de vulnerabilidade para Portugal diante da situação na África, este acordo e os demais, depois dos entraves para Portugal da Política Externa Independente, será uma oportunidade de reaproximação com o governo brasileiro e uma forma de se criar princípios que comprometessem ambos os países a se esforçarem em divulgar e fortalecer a cultura do outro país em seu território. Portugal terá muito a lucrar com esse envolvimento, pois deste modo a comunidade portuguesa no Brasil, bem como os lusófilos brasileiros, serão fomentados por meio do enriquecimento da cultura lusa no Brasil, o que irá propiciar um maior apoio também às causas políticas portuguesas.

Ao assumir a presidência do Brasil, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), impôs uma inflexão para o problema colonial português no sentido de que agora iria prevalecer “o pragmatismo econômico sobre as orientações ideológicas”, isso por que o Brasil precisava de novos mercados e parceiros comerciais e também suprir a vulnerabilidade energética em relação ao petróleo (CARVALHO, 2008:27). A ocupação da pasta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil pelo embaixador Mário Gibson Barboza em 1969 terá um peso importante nas mudanças que virão. O pragmatismo econômico era o que direcionava seu pensamento no que dizia respeito ao relacionamento com os países africanos. Gibson Barboza, não via possibilidade em respeitar as lutas africanas e ao mesmo tempo os anseios portugueses “defendendo que os interesses brasileiros seriam prejudicados se o Itamaraty mantivesse a sua posição ambígua em relação ao colonialismo” (CARVALHO, 2008:27).

Havia um interesse econômico na África por parte do Brasil, que se mostrava mais promissor que a manutenção da amizade e do compromisso de consulta com Portugal, pelo acordo de 1953. No entanto, os negócios com as colônias portuguesas na África, sobretudo Angola, passava pela negociação com Portugal. Ora, Portugal não tinha interesse em abrir o comércio das suas colônias, de torná-lo competitivo, e isso ia de encontro ao desejo do Brasil de negociação com as colônias, para assim incrementar sua economia interna e externa. A vontade do Brasil em se abrir comercialmente para a África e de se colocar a favor da autodeterminação dos povos não foi suficiente para que esse posicionamento se mantivesse também nos votos nos órgãos internacionais. Sobre isso, Santos refere que a despeito de todas as expectativas o Brasil manteve seu apoio a Portugal nas reuniões internacionais durante o governo Médici “mesmo que paralelamente lançasse uma política africana mais agressiva e reservadamente informasse aos parceiros lusitanos seu crescente desconforto com a insistência de Lisboa em não negociar a autonomia de suas dependências africanas” (SANTOS, 2011:207).

O fato de o governo em Portugal não ter mais a liderança de Salazar, não esmoreceu a política portuguesa em relação à questão ultramarina, mas algumas rupturas ocorreram, que não ultrapassaram, porém as continuidades em relação ao governo anterior, nas palavras de Aires Oliveira (2004). Fernando Pimenta aponta que

Marcelo Caetano em 1968-1974 tentou transpor as suas ideias colonialistas para o plano da independência. Uma independência controlada por Lisboa e que teria por protagonistas as elites coloniais brancas. [...] afirmou explicitamente que a sua política de reforma do colonialismo português passava pela ‘autonomia progressiva do governo’ das colônias, pela participação crescente das populações coloniais nas estruturas políticas e administrativas dos respectivos Estados coloniais e pela atribuição do ‘governo próprio’ às colônias africanas (PIMENTA, 2008:64).

Ainda que tivesse o intuito de que houvesse uma “autonomia progressiva” das províncias, assim foi chamada essa ideia, o reforço da aliança com o Brasil seria fulcral para que a independência controlada ocorresse, e desta maneira também colaboraria para “persuadir a comunidade internacional da viabilidade dos ‘novos brasis’ que haveriam de surgir na África lusófona” (OLIVEIRA, 2004:303).

Havia, no entanto, um desencontro de interesses na relação dos dois países. As relações diplomáticas com Portugal enfrentarão problemas dali em diante, e Portugal iniciará um período de longas discussões políticas para manter o Brasil ao seu lado na defesa do império ultramarino. A política externa de Médici estaria a serviço do nacional-desenvolvimentismo, designada como *Diplomacia do Interesse Nacional* (CARVALHO,

2008:26). Diante disto, a aproximação econômica com a África seria decisiva para o crescimento econômico do Brasil, ampliando mercados e parceiros comerciais. As aproximações econômicas com as províncias, antes negadas ao Brasil por Portugal, agora, numa atitude de retomada de interesses, serão proporcionadas por propostas econômicas ao governo brasileiro nos territórios africanos relativas à exploração do petróleo, ao café e linha aérea. Propostas promissoras, mas que, no entanto, contradiziam a diretriz do governo Médici, que será a de “‘evitar todo e qualquer envolvimento político e militar no problema colonial lusitano’ assim como recusar ‘relações comerciais e culturais’ que pudessem ter uma ‘conotação de apoio à política portuguesa’ em África” (CARVALHO, 2008:28). Neste sentido Mario Gibson Barbosa contribuiu para a rejeição de propostas feitas ao governo brasileiro, num esforço de alertar o governo sobre as intenções portuguesas de ligar o Brasil ao seu “domínio sobre as ‘províncias ultramarinas’” (BARBOSA, 1992 apud SANTOS, 2011:213), ligação que não era benéfica para o Brasil num momento cada vez mais intenso de repúdio ao colonialismo pela opinião pública internacional.

O esforço do governo brasileiro a partir daquele momento seria no sentido de dialogar com Portugal para colocar um fim nas guerras coloniais e a negociação para independência. Entretanto o rompimento de Portugal com o colonialismo não ocorrerá de forma explícita e muito menos definitiva. A política externa do marcelismo estará completamente subordinada a “questão ultramarina”, afirma Pedro Aires Oliveira (2004:303). O Estado Novo tinha uma dependência vital das colônias do ultramar, em guerra há quase dez anos e, portanto, defendê-las, era cada vez mais crucial. As proposições brasileiras para que se encontrasse uma solução para o problema das guerras não foram em nenhum momento consideradas por Portugal.

Marcelo Caetano visitou o Brasil novamente em setembro de 1972, para dar continuidade à programação de comemoração dos 150 anos de independência do Brasil, que havia começado em abril com a chegada dos restos mortais de D. Pedro I em solo brasileiro. Naquela ocasião se reuniu com membros do governo brasileiro também para tentar uma solução sobre as negociações com o Brasil nas questões africanas, porém haverá

a impossibilidade [para o Brasil] de dar início a um novo padrão de relacionamento bilateral [que] decorre do impasse político interno a que o regime português chegara desde meados de 1972: incapaz de pôr termo à guerra colonial e empreender uma efectiva liberalização política e económica (CARVALHO, 2008:30).

Tal impossibilidade acarretará problemas para os negócios internacionais ao Brasil, pois o fato de estar ligado diplomaticamente ao Estado Novo português, causará reações

negativas nos negócios com países africanos que lutavam pela independência de Portugal e mesmo daqueles países africanos e do Oriente Médio que defendiam a sua independência. Apesar de o governo brasileiro tentar interferir para que houvesse uma inflexão na política portuguesa no ultramar, dava continuidade às relações culturais e políticas com Portugal, e nas conferências nos órgãos internacionais não era capaz de votar contra o país luso. Tal atitude, não era bem vista pelos países africanos, uma vez que demonstrava a falta de posicionamento de um país como o Brasil frente a uma situação insustentável promovida por Portugal. Já o Itamaraty, após algumas tentativas de negociação com o governo luso, passou a encarar essa questão como questão interna do governo português e que por isso não admitia intervenção externa.

Em meio às tentativas de negociação da questão ultramarina com o governo português, estarão em jogo os contratos relativos ao petróleo com países africanos. Em viagem comercial de Mario Gibson Barboza a países da África e nos encontros que manteve com chefes de governo e ministros destes países, ouviu repetidas vezes que o colonialismo português não seria mais tolerado e que o Brasil deveria se valer de suas relações com Portugal para interceder por uma solução para as violentas guerras na África. Por isso, a falta de atuação de Brasília neste campo se tornou um obstáculo, por exemplo, para as celebrações de contrato entre a *Nigerian National Oil Corporation* e a Petrobrás em 1972, aponta Carvalho (2008: 31).

Diante das tensões ligadas ao comércio do petróleo no mundo o Brasil se via cada vez mais pressionado a se posicionar firmemente diante do colonialismo português já que os negócios com o petróleo e o comércio com a África são bons para o desenvolvimento econômico brasileiro. Ocorreu no ano de 1973, a visita do chanceler da Costa do Marfim ao Brasil, e nesta ocasião “o Itamaraty firmou o primeiro comunicado conjunto em que reconhecia a adesão do governo ‘aos princípios de justiça do direito de autodeterminação e à independência, quando antes se falava apenas em autodeterminação’” (SANTOS, 2011:248). Mudança importante na nomenclatura, proposta pelo Brasil que expressava-se, junto a outras posições que foram aos poucos sendo tomadas, sobretudo na ONU, de abstenção nas votações ligadas ao colonialismo português. Em texto de Gibson Barboza, citado por Santos (2011) afirma

[...] determinei que nossa delegação na Assembleia Geral da ONU, ao serem votadas, em dezembro de 1973, duas resoluções condenatórias de Portugal, se ausentasse ostensivamente do plenário em um dos casos e se abstivesse no outro. Marcelo Caetano entendeu claramente o recado e queixou-se disso amargamente, em carta pessoal que me dirigiu (BARBOSA, 1992, apud SANTOS, 2011: 251)

Essa atitude não demonstrou um rompimento com o posicionamento português, atitude que de forma definitiva o Brasil não foi capaz de tomar durante todos aqueles anos, não obstante, provocou descontentamentos no governo português. A lentidão das tomadas de decisão de Portugal diante do problema do ultramar e da negação em seguir as sugestões propostas pela chancelaria brasileira demoveram o Itamaraty desta negociação. Alguns acontecimentos induziram a isso, como quando em 1970 Mário Gibson Barboza sondou o seu homólogo português sobre a possibilidade de mediar uma solução negociada para a questão colonial e obteve a resposta de que o Ultramar era uma questão de “soberania interna”, “insusceptível de ser discutida mesmo com um país irmão”; e em outra situação em 1973, quando o Governo Médici procurou interceder junto à Presidência do Conselho a favor de uma solução negociada para o Ultramar, e este aceitou pensar na questão, pois, percebia que o ônus da guerra era alto para Portugal, porém a resposta não veio, houve um silenciamento, e o que foi entendido pelo Itamaraty do silêncio era que o governo de Portugal havia fechado as portas a qualquer solução negociada para o problema Ultramarino (CARVALHO, 2008:23-24). Mesmo diante das negativas portuguesas sobre a mediação do Brasil, não houve de todo modo nenhum posicionamento mais contundente do governo brasileiro em relação à situação africana, mesmo que no âmbito discursivo sua posição fosse pela defesa da autodeterminação das províncias. Estas ações de intransigência para a resolução dos entraves na África fizeram com que o Brasil passasse a emitir sinais de desaprovação ao Estado Novo português, porém nunca de ruptura.

4.11 A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS, A QUESTÃO COLONIAL E O BRASIL

Pouco mais de um mês após a saída de Médici da presidência, ocorreu em 25 de abril de 1974 em Portugal a chamada Revolução dos Cravos, golpe militar que destitui o último governo do Estado Novo português, implantando a democracia no país. O novo presidente do Regime Militar no Brasil, Ernesto Geisel, foi o primeiro a reconhecer o novo governo português, no entanto os primeiros passos que percorria a revolução em Portugal, entre 1974 e 1976 provocou certo abrandamento entre o regime militar brasileiro e o português. A revolução em Portugal conduzia o país à esquerda do espectro político o que iria conflitar com as diretrizes do governo militar no Brasil. O fato de haver nos últimos anos o apoio por parte do Brasil às políticas lusas até aquele 1974, fazia com que o novo direcionamento que se dava ao país luso após o 25 de abril já não fosse bem recebido de nenhum dos lados do

Atlântico. Avalia Carvalho (2012: 4) que “as relações luso-brasileiras foram condicionadas pela polarização ideológica, à direita no Brasil e à esquerda em Portugal, dando azo a manifestações de agravo e a reticências recíprocas que as conduziram à quase paralisia”. No entanto, para além das questões ideológicas, o que provocou desavenças entre os dois países nos anos seguintes à queda do Estado Novo foi o encaminhamento dado à descolonização dos territórios africanos, tema fundamental para o Brasil, ao qual vinha se dedicando há alguns anos, no sentido de estreitar os laços econômicos com países africanos. Assim, essa transição política portuguesa trazia dilemas para o Brasil, pois

por um lado, a instabilidade política e a radicalização à esquerda em Portugal dificultavam o diálogo com a ditadura de direita brasileira. Por outro, a prioridade do Itamaraty era a de que o novo regime português reconhecesse prontamente o direito à autodeterminação das colónias e que, se possível, envolvesse o Brasil nas negociações em curso (CARVALHO, 2012:5).

O Brasil prezará pelo apoio aos países africanos nos seus processos de independência de Portugal, pois havia grandes interesses de que estes se tornassem promissores parceiros econômicos. O governo brasileiro possuía havia muitos anos interesses econômicos na autodeterminação e independência dos países africanos, portanto foi imediato seu reconhecimento da independência de Guiné-Bissau (1974) e Angola (1975). O reconhecimento da independência de Guiné-Bissau já no dia 18 de julho de 1974, primeiro país a fazê-lo antes mesmo de Portugal, bem como o apoio a admissão desse país como membro da ONU no dia 16 de julho do mesmo ano (SANTOS, 2011) foi um ato simbólico que promoverá uma importante aproximação política e econômica do Brasil com a Guiné e outros países do continente africano. O Brasil com este reconhecimento rompia com o Tratado de Amizade e Consulta de 1953, pois tal decisão foi tomada sem que fosse consultado o governo português para tema que estava diretamente relacionado a uma questão luso-brasileira, prerrogativa do Tratado.

Já a questão da descolonização africana em Portugal foi resolvida nos anos seguintes à Revolução dos Cravos pelo Movimento das Forças Armadas, não sem contradições internas. Sobre isso aponta neste trecho Antonio Guillen:

Com o golpe de 25 de abril assumiu o General Spínola, nomeado presidente da República pela Junta de Salvação Nacional. Spínola tinha uma posição diferenciada do MFA quanto à independência das colônias. Em assembleias de oficiais realizadas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique acabou por prevalecer a posição do MFA, com o reconhecimento imediato da independência e entrega do governo para os movimentos de libertação, que dirigiam as guerras contra o exército português (GUILLEN, 2007:28).

A política externa portuguesa após 1976 evoluirá em direção a Europa, mas o Brasil seria parte das suas prioridades, sobretudo por estar “intimamente relacionado com ‘laços especiais de fraternidade’, ‘afinidades históricas e culturais’ ou por uma ‘tradição de amizade, colaboração e profundas raízes culturais’” (FONSECA, 2010:51), portanto com o Brasil as relações se fortalecerão e permanecerão por conta desses laços.

Nas negociações para tentar pôr um término nas guerras coloniais, ou para tentar mediar um acordo de paz, o Itamaraty fez algumas investidas, no entanto, a chancelaria brasileira jamais logrou algum êxito em seus esforços não tão incisivos, importante dizer, pela descolonização africana. Santos (2011) refere que a notícia da Revolução do dia 25 de abril tomou o Itamaraty com certa surpresa, era como se o país se sentisse traído pelo regime português, por sua incapacidade de resistir tempo suficiente para que pudesse deixar de apoiá-lo. Isso pelo fato de que esse apoio ambíguo a Portugal, sendo a favor da autodeterminação das colônias e ao mesmo tempo mantendo fortes laços de amizade com Portugal e apoio as suas ações políticas na África, nunca havia sido apreciado por países ocidentais. Havia uma proposta de se fazer uma inflexão definitiva de atitude diante do colonialismo português com o novo presidente militar que assumia, Ernesto Geisel, o que foi eclipsado pelo inesperado 25 de abril (PENNA FILHO; LESSA, 2007:69). A partir desta data o país passou a apoiar incondicionalmente as guerras de independência. O Brasil carregará o peso de não ter contribuído efetivamente nos anos anteriores com a descolonização africana, pelo fato de que haverá uma resistência em aceitar a aproximação e apoio repentino do Brasil ao processo de independência por um dos territórios, nomeadamente Moçambique, diferentemente do contexto que se apresentava com as ex-colônias de Guiné-Bissau e Angola.

A atuação de Geisel no governo deu início uma nova orientação na política externa que será denominada *Pragmatismo Responsável*. Elaborada pelo novo Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, foi marcada pelos pilares do pragmatismo, responsabilidade e ecumenismo, recusando a todas as formas de hegemonia e defendendo a prática da interdependência entre os países; não haveria assim alinhamentos preferenciais, mas sim a preocupação com o interesse nacional (GOBO, 2007: 72).

As relações entre Brasil e Portugal ao longo das décadas de 1960 e 1970 se estabelecerão por meio de acordos, desacordos, muito mais por momentos de continuidades que de rupturas. As rupturas se darão, sobretudo com a PEI de Jânio Quadros, mas nunca adotando um verdadeiro rompimento com a política colonialista portuguesa. O Tratado de Amizade e Consulta, assinado em 1953 pautou a maioria das decisões brasileiras na ONU quando o assunto eram as colônias no ultramar, e tornou-se uma justificativa plausível para

abstenções nos momentos mais delicados das decisões do Brasil nas Assembleias, quando o tema era a descolonização dos países africanos.

A *Revista Luso Brasileira* frequentemente abordava questões referentes às colônias portuguesas na África e às guerras pela independência, como se vê na edição de janeiro de 1969, sob o título *Presença de Portugal*, na qual afirmava que “O Governo Luso anuncia que: vai ser intensificada a luta na Guiné contra os terroristas, aumenta assim o poderio militar” (*Luso-Brasileira*, nº 69, jan, 1969, p.17). Ao utilizar o termo *terrorista*, a revista incorporava em sua linha editorial o discurso oficial salazarista e se posicionava em relação aos conflitos. Os editores percebiam a luta pela independência na Guiné de modo a identificar a defesa do próprio território pelos africanos como essencialmente agressivos e ilegítimos. Ainda sobre a questão das guerras de independência, na edição do mês de novembro de 1968, Reis Ventura, escritor comprometido com o Estado Novo, na matéria intitulada *Angola 68: sete anos de Guerra*, advertia ao leitor que

[...] vós podeis ter [...] a consciência de que defendeis uma causa justa, de que lutais ao lado da justiça e da razão.

Angola já era carne e alma de Portugal, muito antes de existirem quase todos os Estados que atualmente nos atacam ou hostilizam na ONU. É uma realidade portuguesa mais antiga do que os Estados Unidos e todas as restantes nações do continente americano; [...].

Estais a defender gente que vive e não faz mal a ninguém; terras que são nossas pelo direito da descoberta e pelo direito do muito sangue, suor e lágrimas de Portugueses. Estais a defender o futuro de milhões de Portugueses de cor, que têm todo o direito de continuar a ser portugueses e não podemos abandonar ao ódio dos árabes, à voracidade dos asiáticos ou à crueldade dos russos.

E estais a defender uma nobre civilização, o ideal da fraternidade cristã e o conceito de convivência racial. (*Luso Brasileira*, nº 67, nov de 1968, p.15)

Este é um pequeno excerto retirado de uma matéria que ocupou página inteira da revista em texto que argumentava de forma contundente a favor da guerra empreendida em Angola na defesa do “império colonial”. Argumentação que remetia a símbolos do imaginário de povos brasileiros e portugueses como a “descoberta”, os “direitos dos homens de cor” ou a “fraternidade cristã”. A revista escolheu nitidamente uma posição política, que era a de estar ao lado do regime salazarista e, a partir desse posicionamento, construía suas narrativas. Por seus textos e imagens transpassavam a história e a “alma” portuguesas, pelos quais se procurava trazer as angústias do contexto político português para os leitores, particularmente os florianopolitanos. No entanto, não se deve esquecer que essa não era uma revista somente local. Produzida, editada e publicada na cidade de Florianópolis, era distribuída em várias cidades no mundo, dentre essas, cidades brasileiras, portuguesas, angolanas e cabo-verdianas.

Portanto, a diretriz determinada pelo SNI de realizar a propaganda de Portugal estava sendo cumprida com a divulgação das variadas matérias da revista também para o chamado “império português”. *Luso-Brasileira* a todo o momento noticiava temas que traziam à tona a história e a política atualizada do período, indo além de simplesmente informar, ao inserir os brasileiros e, principalmente, os portugueses aqui instalados, na política de construção da *portugalidade*, ou seja, o “modo de ser, e de exercitar a vida quotidianamente, à maneira portuguesa” (BOTELHO, 2008), construção da nação portuguesa fora das fronteiras do país. Propaganda esta destinada aos portugueses distantes, aos filhos de portugueses nascidos no Brasil, aos exilados, ou seja, aos opositores do regime fora de Portugal e aos brasileiros, como falantes da língua portuguesa e “frutos da herança portuguesa”.

5 SELO DO SNI PARA CIRCULAÇÃO DA REVISTA

5.1 O SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL E O SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO NO CONTEXTO DA DITADURA SALAZARISTA

Em seu primeiro número em maio de 1961, a *Revista Luso-Brasileira* trouxe uma informação na contra capa que podia não interessar em nada para um habitante/leitor nativo de Florianópolis, qual seja a de que a revista era publicada “[...] com a aprovação de Ramiro Valadão, do Secretariado Nacional Informação de Lisboa e do jornal ‘Diário Popular’” (*Luso-Brasileira*, nº1, 1961, maio, p.1). Tampouco para um português emigrado essa informação poderia parecer importante, já que muitos dos que emigravam não tinham real noção de que em Portugal havia um governo ditatorial ou que havia censura aos órgãos de informação. Cabe então abordar o órgão que tratava da informação e censura em Portugal e que estava ligado naquele momento a uma espécie de chancela oficial à revista *Luso-Brasileira*.

O controle da informação e o uso da propaganda no Portugal salazarista tornou-se mais efetivo a partir de 1933, no Estado Novo. Mas já a partir de 1931, afirma José Tengarrinha (2017:382) a relação do poder com a imprensa passou a ser encarada não apenas no sentido de evitar publicações que se acreditava poderem perturbar a ordem política e social, mas visava “‘construir’ uma opinião favorável ao regime”. Portanto, mais do que proteger o regime das publicações feitas pela imprensa, era preciso ter a imprensa ao seu lado e com ela a opinião pública. Tengarrinha (2017:383) continua a abordar essa etapa da relação entre a imprensa e a ditadura e afirma que Salazar, após assumir a chefia do governo em 1932, tinha compreensão da importância dos *media* na formação de uma consciência pública favorável ao regime, sendo a imprensa escrita a arma essencial do esforço de propaganda pela qual se podia alcançar a unidade nacional em torno do Estado Novo. Heloísa Paulo (1994:73) lembra que “a preocupação do Estado Novo com a opinião pública não foge a regra que marca os regimes pós-liberais dos anos de 1930”. Há de se perceber que a opinião pública neste regime vinha sendo colocada em um local privilegiado desde seus primeiros anos. Uma opinião pública concebida como “‘um bloco de opinião nacional’ ao serviço dos interesses dos governantes” (TENGARRINHA, 2017:383).

O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) foi criado pelo decreto lei nº 23. 054, de 25 de setembro de 1933, iniciando suas atividades em outubro do mesmo ano estando vinculado diretamente à Presidência do Conselho de Ministros (PAULO, 1994:73). À frente

deste organismo estava Antonio Ferro⁴² e sob a sua tutela “o SPN/SNI se torna o principal responsável por difundir uma perspectiva assumidamente propagandista e nacionalista empreendida pela política cultural do regime [...]” (MOURA, 2012:79). Ferro instituiu durante os anos que esteve à frente do Secretariado, entre 1933 a 1949, a chamada “Política do Espírito”, cujos aspectos principais podem ser descritos por esta passagem de seus pronunciamentos em 1934:

a Política do Espírito não é apenas [...] fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência, acarinhar os artistas e os pensadores, fazendo-os viver uma atmosfera em que lhes seja fácil criar. Política do Espírito é aquela que se opõe, fundamental e estruturalmente, à política da matéria. Política do Espírito, por exemplo, neste momento que atravessamos, não só em Portugal como no Mundo, é estabelecer e organizar o combate contra tudo o que suja o espírito, fazendo o necessário para evitar certas pinturas viciosas do vício que prejudicam a beleza, como certos crimes e taras ofendem a humanidade, a felicidade do homem. Defender a Política do Espírito é combater sistematicamente, obra da vida ou obra da arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo! (SNI, 1950, apud TORGAL, 1999: 406).

Por meio desta posição antimodernista por princípio, caberia ao SPN/SNI “um papel, que sem custo se pode considerar domesticador”, afirma Nuno Rosmaninho (2008:296). Para Ferro, o SPN destinava-se, entre outros objetivos, a produzir “para os outros e para nós, como resposta para tudo e caminho único, este grito supremo, que já não significa o nome de um homem, mas a síntese duma ideia redentora, a abreviatura de um sistema: Salazar!” (FERRO, 1948, apud PORTELA, 1987: 25). Antonio Ferro seria nestes termos o “inventor do salazarismo”.

O SPN terá ação em duas frentes, interna e externa, prossegue Heloisa Paulo, sendo que internamente possuía atribuições que iam desde a intermediação entre a imprensa e o Estado à organização de manifestações nacionais, enquanto que suas funções externas também eram de suma importância, com vistas ao apoio da opinião pública internacional para a afirmação do regime e, especial, para a manutenção do colonialismo. Quanto a esta dimensão, seria fundamental “elucidar a opinião internacional sobre a nossa acção civilizadora e, de modo especial, sobre a acção exercida nas colónias e o progresso do Império Ultramarino, promover a expansão, nos grandes centros, de todas as manifestações de arte e da literatura nacional” (Decreto nº23.054, 1933, apud PAULO, 1994:76). A importância dada

⁴² “Nascido em Lisboa em 1895, filho mais novo de uma família da pequena burguesia, Ferro viveu uma juventude artística, de pendor essencialmente literário, dividindo-se entre a poesia e a conferência, a novela e o conto, o teatro e o manifesto. [...] Ferro destacou-se ainda como jornalista, tendo trabalhado para alguns dos maiores jornais nacionais, como o Diário de Lisboa, o Diário de Notícias ou O Século. Sobressaiu como repórter internacional, tendo realizado um conjunto significativo de entrevistas a personalidades das ditaduras italiana, espanhola e turca” (RIBEIRO, 2017: 49-50).

à opinião pública internacional já se enunciava nos primeiros anos do Estado Novo, além da preocupação em transmitir a ideia de uma ação civilizadora do regime nas colônias e da promoção do seu progresso.

Recorda Heloísa Paulo que a partir do momento em que o cenário da II Guerra Mundial sofria uma “reviravolta ante o avanço aliado, havia uma hesitação em designar um órgão estatal como ‘de propaganda’, de aproximar a realidade interna do regime àquela que vai sendo contestada e destruída na Alemanha e na Itália” (PAULO, 1994:77). Assim, em 23 de fevereiro de 1944 foi criado, por meio do decreto lei nº 33 545, o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, em que “são integrados os serviços de Imprensa, de turismo, das exposições nacionais ou internacionais, de radiodifusão e censura. O Estado Novo, temendo os novos tempos, apresenta uma nova fachada para o seu velho aparelho de propaganda” (PAULO, 1994:77). A renomeação e reformulação do SPN serão realizadas com o intuito de adequá-lo aos novos tempos no âmbito da política internacional, no entanto as mudanças não alteraram o perfil controlador do órgão no que dizia respeito à informação, mas ao contrário o intensificaram. Afirma ainda Paulo (1994:78-79) que algumas mudanças ocorreram nas suas funções, como o registro e licença para jornalistas e agência noticiosas, a censura prévia, o controle da radiodifusão e, com o mesmo fim controlador, a criação do Conselho de Imprensa. E conclui:

o controle da informação adquire uma maior amplitude, sem que seja adoptado um discurso nitidamente repressor. O novo nome camufla, na verdade, um aparelho de propaganda bem mais repressivo e sofisticado que o modesto SPN (PAULO, 1994:79).

De acordo com as pesquisas feitas por João Pedro Cotrim (2010:16) a organização do SNI era muito mais complexa do que aquela do SPN, não ficando restrita à divisão somente entre “seção interna” e “seção externa”, passando a ser um organismo dividido em quatro grandes repartições — Administração Central, Informação, Cultura Popular, Turismo e dentro destas repartições havia outras subdivisões. O autor escreve ainda acerca das suas obrigações que, no campo da propaganda no estrangeiro, cabiam ao Secretariado

a colaboração com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro [...], supervisão de todos os serviços de imprensa oficiais fora do país; a realização de conferências e encorajamento do intercâmbio com intelectuais e jornalistas estrangeiros, com vista a moldar a opinião internacional, entre outros assuntos, sobre a política colonial; promoção cultural e artística de Portugal bem como do seu turismo (COTRIM, 2010:16-17).

O SNI seria órgão fundamental para o regime à medida que produzisse uma imagem da nação portuguesa e do Estado Novo como constituintes de um povo trabalhador, simples, ligado às tradições, à religiosidade, à pátria e à família. Era uma estética do país que o Secretariado estava responsável por transmitir, interna e externamente, além de “moldar a opinião internacional” sobre a ação civilizadora e legítima de Portugal nas colônias.

Salazar desejava e acreditava ser possível que a unidade nacional em torno do Estado Novo ocorresse por meio da Imprensa, tomada como principal instrumento desta estratégia. A Guerra Fria e a perseguição ao comunismo eram a justificativa adequada para Salazar perseguir seus opositores, acusando-os de defender um regime hostil e, assim, apertar ainda mais as malhas contra a censura, fato que agradaria também ao Ocidente, conclui Tengarrinha (2106:3). O comunismo foi, portanto, o “inimigo” utilizado pelo Chefe do Conselho de Ministros, o qual tanto se adequava às interdições internas quanto às aproximações com o Ocidente capitalista.

O fato de Portugal ter mantido a declaração de neutralidade e o não envolvimento na Segunda Guerra permitiu, após o seu término, a sobrevivência do regime, o que parecia muito àquela altura. Afirma Dora Gomes Pinto (2010:61) que a vitória dos Aliados era “a vitória das democracias, do Exército Vermelho, de um mundo novo democrático, ‘avançado’, política, econômica e socialmente quase nos antípodas dos valores e das realidades do regime português”. Após o final da Segunda Guerra e a vitória dos Aliados, portanto, havia a expectativa de que os regimes fascistas na Europa começassem a desaparecer (PINTO, 2010:63). Contudo, conforme a autora:

Oliveira Salazar e o Estado Novo se sentiram forçados a mudar, ainda que apenas pontos secundários e de forma superficial, mantendo assim o essencial e fazendo concessões a alguns pontos de vista ou reivindicações próprios do ambiente político e institucional do fim da guerra (PINTO, 2010:61).

Uma mudança que ocorreria como uma maquiagem, transformando os aspectos externos e mantendo intocável o conteúdo principal do regime, “quer no plano doutrinário, quer no plano da prática política”, conclui Pinto. Daí as mudanças no elenco governamental e nos nomes de órgãos do governo como o SPN. Afirma Tengarrinha (2016:187) que no quadro convulsionado do pós-guerra era preciso, acima de tudo, impedir a propagação de ataques aos grandes valores que formavam a identidade nacional: Pátria, Religião, Família. A Imprensa seria o principal instrumento transmissor destes valores.

Diante disso, a censura e o controle sobre a informação se intensificariam. Mas, para Tengarrinha (2016:187), toda a contenção que António Ferro impunha aos jornais e à expressão do pensamento tornara-se muito difícil de ser mantida. Assim, o êxito obtido entre os anos 1930 e meados dos anos 1950, quando alcançou atrair as camadas médias urbanas e também segmentos intelectuais, começou a sofrer reveses. As novas camadas e a intelectualidade, vítima de perseguições e restrições de toda ordem, inclusive com prisões, levantaram-se contra a ditadura.

No final de 1949, António Ferro deixou o SNI e foi nomeado Ministro Plenipotenciário de Portugal na Suíça (HENRIQUES, 1990, apud BRAGA, 2005: 56). Nos anos seguintes passam pela direção do Secretariado homens como José Manuel da Costa (sucede a Ferro em 1951), Eduardo Brazão, António Eça de Queiroz e César Moreira Baptista (BRAGA, 2005:57). José Manuel da Costa assumiu o SNI em março de 1951 com um discurso de um “significado político preciso: Ferro falhou. O SPN/SNI não foi sempre, como lhe competia, salazarista”, afirma Artur Portela (PORTELA, 1987:118). Teria surgido uma crise constituída ao redor da política personificada por Ferro, o que seriam os motivos para sua saída do SNI. José Manuel da Costa, por sua vez, será um Secretário Nacional da Informação estrito. Para Orlando César (2013:122) “cabia à propaganda o papel de integração dos portugueses no pensamento do regime” e a isso o SNI deveria se dedicar.

Eduardo Brazão será o próximo a ocupar o cargo de secretário Nacional da Informação iniciando a 06 de fevereiro de 1956. Essa escolha, afirma Portela (1987:120), foi indicação de Marcello Caetano, que era ministro da Presidência do Conselho, desejando possivelmente uma “primavera política”. Mas as ordens de Salazar serão reiteradas por Marcello Caetano a Eduardo Brazão que era “informar portugueses e estrangeiros, informar com verdade e com objetividade [...]. Tudo o resto é acessório” (SNI, 1958, apud PORTELA, 1987:121). O necessário na visão de Caetano era fazer com que “portugueses possam ter ao seu dispor os meios necessários para conhecerem os factos da vida social, os acontecimentos da administração e da política [...]” (SNI, 1958, apud PORTELA, 1987:122). Não tanto um SNI voltado a uma estética da nação, mas um SNI informativo.

No início de 1958, César Moreira Baptista assumiu o Secretariado Nacional de Informação. À época da publicação da *Luso-Brasileira* era quem estava à frente do SNI, posição que manteve de 1958 a 1968. Para Maria do Carmo Piçarra, “[...] César Moreira Baptista imprime mudanças mais profundas às estatais actualidades, sobretudo no que respeita à revalorização da ‘Política do Espírito’ e no enfoque maior dado à actualidade nas colónias”

(PIÇARRA, 2009: 167-168). Em 1961, como já foi aqui abordado, têm início as guerras coloniais na África. Este fato irá reorientar as ações políticas do regime e o SNI acompanhará esse propósito, qual seja, o de defender por meio da propaganda e da informação, as colônias portuguesas no chamado Ultramar.

Cito aqui os acontecimentos descritos por Fernando Correia e Carla Baptista que ocorreram em 1961, “ano terrível” para o regime, fundamentais para o entendimento desse período. Ligados a Portugal foram eles o

assalto ao paquete Santa Maria por um comando chefiado pelo capitão Henrique Galvão, em Janeiro; início da guerra colonial em Angola; tentativa falhada de golpe de Estado chefiada pelo ministro da Defesa, general Botelho Moniz; ocupação do chamado “Estado Português da Índia” pelas tropas da União Indiana em dezembro e tentativa revolucionária de assalto ao quartel de Beja na noite de passagem do ano. Foi ainda nesse ano letivo que se verificaram as revoltas estudantis de Lisboa e Coimbra, as quais culminaram na proibição das comemorações do Dia do Estudante, marcado para 24 de Março e na demissão do reitor da Universidade de Lisboa, Marcello Caetano (CORREIA; BAPTISTA, 2006:25).

Externamente alguns acontecimentos também atingiram as políticas do Estado Novo português, sendo que

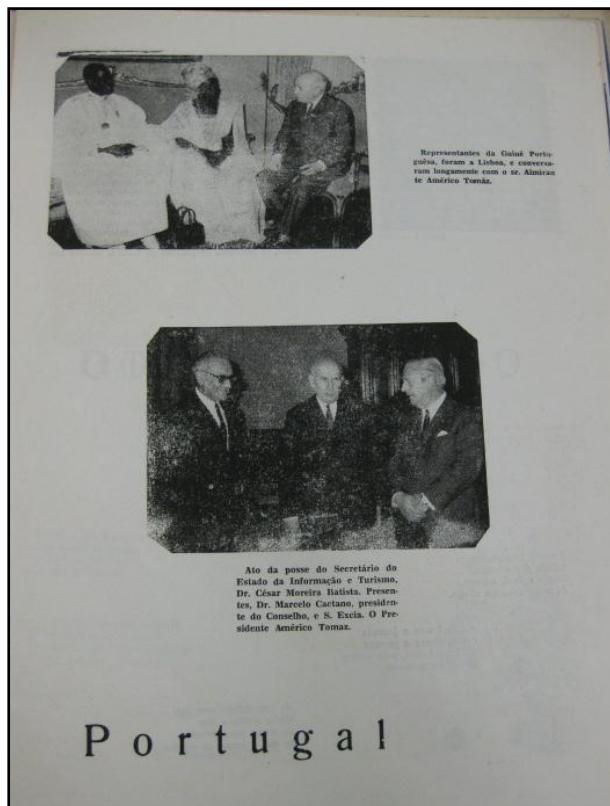
Externamente, o quadro na década de 1960 foi de progressiva descolonização e independência da maioria dos países africanos; a generalização da guerrilha nas três colónias portuguesas (Angola em 1961, Guiné, em 1963 e Moçambique em 1964); o isolamento externo do governo português na ONU; o movimento internacional contra a guerra do Vietnam; a guerrilha guevarista na América Latina; a revolução cultural na China; o Maio francês de 1968; o esmagamento da Primavera de Praga pelos tanques do Pacto de Varsóvia; a revolução nos costumes, nos padrões estéticos e nas práticas sociais (CORREIA; BAPTISTA, 2006:25).

Eventos e processos que atingiram muito decisivamente o regime e que foram sentidos nas ações políticas ligadas à informação do SNI. Afirma Piçarra que diante desse cenário a influência de César Moreira Baptista foi notada no aumento de notícias na área cultural, na novidade da inclusão de outras relativas à educação e ainda que as colônias e os seus habitantes tenham se tornado alvo de interesse (PIÇARRA, 2009: 168).

Luso-Brasileira, tendo surgido exatamente no ano que dava início a um período conturbado vivido por Portugal, o de 1961, traduziu nas suas matérias muitas das preocupações do regime no que dizia respeito à política colonial, assunto que será tratado mais adiante. A relação de Portugal com o Brasil e as comunidades portuguesas que no país viviam, com jornais e revistas aqui publicados, será bastante intensificada por meio de documentos, incentivos e contribuições para as comunidades portuguesas existentes no país.

Marcello Caetano assumiu a presidência do Conselho de Ministros em 1968, após Salazar tornar-se incapaz, e isso acarretou numa mudança do órgão ligado à informação. O SNI desapareceu e no seu lugar irá surgir a “estrutura mais complexa que o Estado Novo criou ao nível da promoção da imagem e do controlo da informação, a Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), instituída oficialmente a 10 de outubro de 1968 [...]” (SEABRA, 2016: 327). O SEIT funcionou de 1968 até 1974, tendo como secretário ainda César Moreira Baptista, que permaneceu até 1973 à frente do órgão, o qual será extinto logo a seguir a revolução dos Cravos. Ao SEIT competia “[...] a superintendência dos ‘serviços e atividades relativos à informação, ao turismo e à radiodifusão sonora e visual, teatro, cinema e outros espetáculos e formas de cultura popular’” (SEABRA, 2016: 327). Durante o período em que esteve funcionando o SEIT, *Luso-Brasileira* recebeu várias notícias e textos com a assinatura deste órgão. Já em dezembro de 1968, dois meses após a mudança do órgão, o periódico noticiou na seção *Presença de Portugal* (Figura 36) o “ato da posse do Secretário do Estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Batista. Presentes, Dr. Marcelo Caetano, presidente do Conselho, e S. Excia. o Presidente Américo Tomaz” (*Luso-Brasileira*, nº 68, dez. 1968, p.8), texto que acompanhava uma foto da solenidade. No número seguinte, mais uma vez esse assunto foi abordado sob título *Ultimo informe*, acima de uma foto com a legenda: “No salão nobre do Palácio Foz, o Secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista deu posse ao Diretor-Geral e Diretor dos Serviços de Informação, respectivamente Srs. Drs. Clemente Rogeiro e Alberto Represas” (*Luso-Brasileira*, nº 69, jan. 1969, p.18). As notícias são apresentadas sem que se faça o devido esclarecimento das mudanças ocorridas. Eram fatos que diziam respeito a tema do qual poucos leitores tinham conhecimento ou interesse, mas, por outro lado, noticiá-los evidenciava o nível do conhecimento acerca notícias de Portugal que os editores da revista possuíam e suas relações com esses órgãos.

Figura 36- Ato de posse de César Moreira Baptista no SEIT



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº 68, dez. 1968, p.8 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

Mesmo que a revista não tivesse mais a chancela do SNI/SEIT desde novembro de 1962 na contra capa, os contatos e trocas de notícias, fotos e informações com esse órgão continuaram ocorrendo, pois durante todo o período de sua publicação as matérias oficiais estiveram presentes na revista.

5.2 SPN/SNI E A PROPAGANDA DO SALAZARISMO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O jornal luso-brasileiro *Voz de Portugal* ilustrava o esforço de fortalecimento da comunidade luso-brasileira de forma nítida na primeira página da edição do dia 20 de janeiro de 1963 (Figura 37) com matéria que tratava da visita de Juscelino Kubitschek a Portugal: *Solene Reafirmação de Luso-Brasilidade*. Era o momento inadiável para reforçar a amizade luso-brasileira, e o fato de isso ser realizado por JK, grande aliado de Portugal nas políticas colonialistas e amigo de Salazar ganhava um peso grande, merecedor da primeira página do jornal. Suas palavras na mensagem para os portugueses que viviam no Brasil expressavam bem sua posição: “os votos que formulou são no sentido de que possamos estruturar os dois

países numa Comunidade em que se defenda a língua, a cultura e a civilização luso-brasileiras" (*Voz de Portugal*, 20 de janeiro de 1963, n. 2252, p.1).

Figura 37 - Solene reafirmação de Luso-Brasilidade



Fonte: Jornal *Voz de Portugal*, 20 de janeiro de 1963, n. 2252 (Hemeroteca Municipal de Lisboa)

Na continuação da visita a Portugal JK declara em outros momentos seu empenho em contribuir com o país para solucionar a situação ultramarina. No mesmo número, na matéria intitulada “União Brasil-Portugal é indispensável para preservar a civilização latina” (Figura 38), há a seguinte afirmação sobre o pronunciamento de Kubitscheck:

após ter sublinhado que é tempo de fazer avançar a Comunidade Luso-Brasileira, dando-lhe uma estrutura em bases mais sólidas e estreitas, declarou que, no que se refere aos problemas ultramarinos portugueses, está convencido de que Portugal saberá solucioná-los de harmonia com os seus interesses, acentuando que para isso deverá contar com o Brasil (*Voz de Portugal*, 20 de janeiro de 1963, n. 2252).

Figura 38- União Brasil-Portugal é indispensável para preservar a civilização latina



Fonte: Jornal *Voz de Portugal*, 20 de janeiro de 1963, n. 2252 (Hemeroteca Municipal de Lisboa)

O jornal *Voz de Portugal* foi criado por Crisóstomo Cruz em 1936, sendo o principal porta-voz oficial do regime no âmbito da colônia portuguesa no Brasil, postulando o desejo de ser uma “expressão totalitária da Pátria distante” e revelando, através do seu lema “Pela Pátria de Ontem, de Hoje e de Amanhã” alguns indícios dos ideais que pretendia difundir (MULLER, 2010:32). De acordo com Heloísa Paulo (1999: 430) o jornal garantia posições de influência “promoção e divulgação do salazarismo, quer pelos seus editoriais quer pelo incentivo à realização das mais diversas manifestações de apoio ao governo de Salazar” o que valeu a Crisóstomo Cruz, uma comenda do Estado Português.

Os comendadores eram “homens ricos e influentes, com grande visibilidade social, com forte ligação com o mundo oficial, já que eram portadores da ‘comenda’ concedida pelo governo de Lisboa” (OLIVEIRA, 2008:90). A relação com os portugueses emigrados era fundamental para manter a influência dos comendadores. Os emigrantes escrevia Manuel Sertório em 1978, eram

oriundos, na sua grande maioria, do campesinato e da pequena burguesia urbana, [...] engrossavam no Brasil o sector do salariado dos serviços, especialmente do

comércio, tendo como suprema ambição transformarem-se em pequenos patrões. Vivendo numa formação capitalista então em plena expansão e sem contacto direto com a classe operária brasileira, eram inteiramente dominados pela ideologia pequeno-burguesa. Incultos e ignorantes, tornavam-se, por isso, numa presa fácil do fascismo-patrioteirismo local, sob a égide dos [...] comendadores” (SERTÓRIO, 1978, apud CUNHA, 2014: 103).

Portanto, os comendadores tinham um certo predomínio na comunidade e por terem grande visibilidade passavam a ter condições de direcionar opiniões favoráveis ao regime português.

A rede que se criava no Brasil por meio de impressos e também de editores que promoviam os ideais salazaristas se fortalecia e criava uma ligação entre comunidade, ideias salazaristas e Portugal, enlace que contribuía para que as políticas do Estado Novo na perpetuação do colonialismo se evidenciassem como civilizadoras e necessárias para as colônias portuguesas na África. *Voz de Portugal* dedicava-se nesse escopo, e a ocasião da visita de JK a Portugal foi explorada pelo jornal em inúmeras páginas, com grandes fotos e matérias sobre a necessidade da união entre as duas nações. Faço referências ao jornal *Voz de Portugal* por considerar importante o conhecimento e a comparação dos periódicos que contém semelhanças publicados no mesmo período de *Luso-Brasileira* para assim ampliar a percepção acerca das temáticas tratadas por demais impressos luso-brasileiros e pró-salazaristas.

São vários os títulos das matérias do jornal sobre a relação política entre Brasil e Portugal que demonstram o posicionamento a favor do regime do Estado Novo no Brasil e do esforço em trabalhar pela unidade luso-brasileira: *JK faz Vibrar a Alma do Povo Português*; *Uma Aliança Indispensável*; *O Brasil interessa-se cada vez mais por Portugal*; *Brasil Ainda Preferido para Emigração*; *A Comunidade Portuguesa ajuda São Paulo a Crescer*. São títulos veiculados entre março e junho de 1963, em alguns números do jornal, em que havia uma grande preocupação em reforçar laços entre os dois países. Não irei me deter a cada um deles demoradamente, mas penso que a análise dos títulos nos ajuda a compreender a promoção da amizade luso-brasileira e o vigor do jornal em trabalhar nesse sentido.

É possível perceber no periódico um trabalho diário em defender o colonialismo português, a legitimidade do poder de Salazar e a necessidade da proteção do império colonial. Na edição do dia 4 de agosto de 1963 o então deputado federal Eurípedes Cardoso de Meneses⁴³ escreveu uma matéria para *Voz de Portugal* intitulada “Portugal não tem

⁴³ Dep. fed. DF 1955-1960; dep. fed. GB 1960-1975. [...] Pastor protestante convertido ao catolicismo, em 1935 tornou-se editor da revista *Anauê*, que era porta-voz da Ação Integralista Brasileira (AIB), [...]. Em outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pelo Distrito Federal na legenda do Partido Social Democrático (PSD),

colônias” (Figura 39), no qual defende com veemência o papel colonizador de Portugal. Tal matéria é a transcrição de seu discurso na Câmara dos Deputados em Brasília. Extensa matéria em que justifica o fato de Portugal ter territórios na África que não são colônias e compara-os aos territórios de indígenas no Brasil, questionando qual seria a posição brasileira caso quisessem se separar do Brasil. Ao final da matéria afirma:

Porque - é preciso dizer aos ventriloquos de Moscou na ONU -, Portugal não tem colônias! É preciso gritar aos ouvidos do colonialista Nikita Kruschev: - Portugal não tem colônias! É preciso repetir à quinta coluna soviética, aos traidores da Pátria infiltrados nesta Casa, no Poder Executivo e, sobretudo, no Itamarati: Portugal não tem colônias! [...]

Que não nos confundam os nossos irmãos portugueses com os nossos eventuais representantes oficiais na ONU: o Brasil autêntico, o Brasil brasileiro, em nome do qual eu falo, o Brasil, como disse em Santarém o Senador Juscelino Kubitschek, está e estará sempre, em todas as circunstâncias, ao lado de Portugal (*Voz de Portugal*, 4 agosto de 1963).

Interessante perceber e analisar a opinião de um deputado federal brasileiro compromissado na defesa dos interesses portugueses em África diante da Câmara de Deputados e por meio do jornal diante da colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Opinião expressada contundentemente para esta campanha, convencido que estava do papel da política salazarista no mundo. Era um trabalho de formação da opinião no meio político brasileiro em favor das políticas colonialistas portuguesas, a política do *lobby* brasileiro, na tentativa de mobilizar a opinião pública de acordo com os anseios políticos e econômicos portugueses na África.

assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. [...]. Reelegeu-se em outubro de 1958, agora na legenda da União Democrática Nacional (UDN), e em 1960, com a transferência da capital federal para Brasília e a criação do estado da Guanabara, passou a representar essa nova unidade da Federação. [...] Em outubro de 1962, sempre na legenda da UDN, obteve seu terceiro mandato na Câmara. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) [...]. Presidente da Confederação Católica Arquidiocesana, em sua campanha de reeleição à Câmara dos Deputados em 1966 foi apresentado pelo *Jornal do Brasil* como líder de projeção nos meios cristãos do Rio de Janeiro, com destacada atuação no combate ao comunismo. [...]. FGV - CPDOC. **Meneses, Euripedes Cardoso de**. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meneses-euripedes-cardoso-de>> Acesso em 21 mai 2018).

Figura 39 - “Portugal Não Tem Colônias”



Fonte: *Voz de Portugal* 4 de agosto de 1963 (Hemeroteca Municipal de Lisboa)

O jornal se apresentava como promotor e divulgador do salazarismo, como já afirmado, por isso assumia um caráter muito mais político, diferente da *Revista Luso-Brasileira* a qual era um periódico de variedades que, no entanto, abordava vastamente questões políticas. Pelo fato de ser um periódico luso-brasileiro, considero fundamental estabelecer essa relação para compreendermos o tipo de narrativa construída pelos seus redatores sobre a política e as imagens de Portugal, as quais convergem nos pontos que apontam para a defesa do mundo colonial, da ação colonizadora do Estado Novo, e da promoção da “multiracialidade” do chamado luso-tropicalismo.

Em relação a este último ponto, a edição do *Voz de Portugal* de 06 de outubro de 1963 (Figura 40) apresenta o tema sobre a questão racial da forma como era tratada nas colônias portuguesas na África, dando a entender que entre portugueses e africanos havia uma convivência harmônica e igualitária, uma democracia racial. Afirma Cláudia Castelo que

no contexto das guerras coloniais [...] a defesa da presença de Portugal em África não se faz tanto pelo recurso à teoria da missão providencial [missão cristã de Portugal na África], mas pela exaltação das sociedades multirraciais que estariam a despontar em Angola e Moçambique. O ‘modelo vivo’, tantas vezes evocado, é o Brasil, antiga colónia portuguesa. (CASTELO, 2011:135).

Portanto, a defesa do multirracialismo nas matérias de jornais luso-brasileiros contribuiria para difundir uma imagem de Portugal como promotor da democracia racial, da igualdade e bom convívio entre as raças. Aponta ainda Castelo: “cabia à comunidade

internacional reconhecer a decisiva contribuição lusa para a fraternidade entre os homens, isto é, para a consumação do ideal cristão na Terra" (CASTELO, 2011: 136).

Figura 40 - "Portugal na África não é feitor: é missionário"



Fonte: *Voz de Portugal*, 06 de outubro de 1963 (Hemeroteca Municipal de Lisboa)

A democracia racial a qual se alegava haver no chamado Ultramar é apontada em várias das matérias da terceira página do jornal e em demais matérias. Mas chamo a atenção para este número quando afirma: "Haverá que recordar sim, a sincera e secular atitude portuguesa de construir dentro das suas fronteiras metropolitanas e ultramarinas uma sociedade multirracial, igualitária, que respondesse cristãmente à diversidade humana dos seus povos. Valeria a pena comparar esta atitude com a de países vizinhos, amigáveis, desejosas e inclinadas, depois e, inclusive, ódio racial que se encontram em muitos homens do nosso tempo, no resto de muitos países do nosso mundo. 'É aí que se vê a primazia da sua obra, um critério social-nómico?' Ganhardamente e com firmeza rebate o doutor Oliveira Salazar de dizer ao mundo que a Ultramar por-

consequentemente, melhor era a sua posição sócio profissional e maiores eram os seus rendimentos, afirma Paulo de Carvalho (2011: 30). A discussão que evocava a multiracialidade e democracia racial se apresentava como uma campanha enganosa que visava manter os domínios portugueses na África com a sensibilização e apoio da comunidade luso-brasileira.

Chama atenção nas matérias de *Voz de Portugal* a participação de políticos, em sua maioria deputados, que escreviam no jornal e que participavam da vida política portuguesa apoiando as ações colonialistas na África na redação de textos laudatórios e também usufruindo de viagens realizadas a cidades africanas de colônias portuguesas. Alguns dos nomes de políticos mencionados em matérias: Eurípedes Cardoso de Menezes (UDN), Danton Jobim (PR), Altino Machado (PTB), Teófilo Ribeiro de Andrade (PDC), Ivan Luz (PRP). Os três últimos deputados federais viajaram a Angola e Moçambique em outubro de 1963, a convite oficial. Ainda em viagem oficial uma delegação de deputados paulistas visitaram cidades de colônias africanas: Conceição da Costa Neves (PSD), José Sidney Cunha, Osvaldo Martins, Murilo Sousa Reis (PTN-MTR), Contabili Romano⁴⁴ (PTB), Nicola Avallone (PDC), Leônidas Ferreira, Chaves do Amarante (PTN), Odilo Sequeira, Araripe Serpa, Roberto Cardoso Alves (PDC), Leônicio Ferraz (PR) e Francisco Franco (PR). A delegação era formada por deputados e também pelos diretores das “Folhas” de São Paulo. Conforme matéria do jornal que apresento a seguir (Figura 41):

⁴⁴ Costábile Romano, de acordo com pesquisa feita na web. Foi prefeito de Ribeirão Preto de 1955 a 1959 (FERREIRA, 2015: 56)

Figura 41 - Deputados paulistas em Angola e Moçambique



Fonte: *Voz de Portugal* outubro 1963 (Hemeroteca Municipal de Lisboa)

Consta da matéria que

a reportagem de *Voz de Portugal*, em contato com os membros da delegação parlamentar paulista, sentiu o interesse que todos têm em visitar o Ultramar português, de forma a transmitir ao povo brasileiro a verdade sobre Angola e Moçambique, por vezes deturpada intencionalmente. Prometeram, no regresso, dar-nos as suas impressões (*Voz de Portugal*, nov, 1963).

As viagens mencionadas faziam parte de uma prática do regime português para sensibilizar pessoas que tinham alguma projeção no Brasil para sua política.

Em lugar de atividades que se caracterizam por excesso de lirismo e até demagogia, adotem-se novos critérios e métodos novos de acção, obedecendo a um rigoroso senso de oportunidade e objectividade. [...] é fácil concluir que se deve continuar a facilitar as visitas dos brasileiros a Portugal, pois eles precisam conhecer o que se passa em todos os sectores da nossa vida material e espiritual, da qual fazem juízos falsos ou deturpados (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DO BRASIL, 1964: 11).

Esse trecho, que compõe um longo texto intitulado “Sugestões Federação das Associações Portuguesas do Brasil”, escrito pela Federação das Associações Portuguesas do Brasil, aborda a concepção que havia sobre o papel da comunidade lusa no Brasil e seus descendentes, bem como dos luso-brasileiros. Acreditavam que as ações da comunidade deveriam adotar o pragmatismo, sem idealizar as relações entre os dois países. Portanto, as visitas dos brasileiros a Portugal, e entende-se aqui também suas colônias, deveriam continuar ocorrendo para que “juízos falsos” fossem dissipados. Tais visitas, porém não deveriam ser realizadas por qualquer brasileiro.

Os que estão mais necessitados de saber o que somos e queremos, são obviamente, todos quantos tenham ou venham a ter influência na vida pública brasileira e mais possam decidir sobre os rumos do Brasil. São os Governadores e os Prefeitos; os Senadores e os Deputados; os ofícios de todas as armas, de maior evidência e destaque; os diretores e professores das Universidades de todo o Brasil; os homens públicos e as figuras que, no presente ou no futuro, possam exercer influência a nosso favor; são os professores de ensino secundário e primário, se quisermos realizar um trabalho de efeitos mais demorado; são os escritores e os estudantes, tão difíceis de tratar, mas tão indispensáveis à nossa causa; são, finalmente, os jornalistas, que representam o mais delicado e complexo dos problemas a enfrentar (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DO BRASIL, 1964: 12-13).

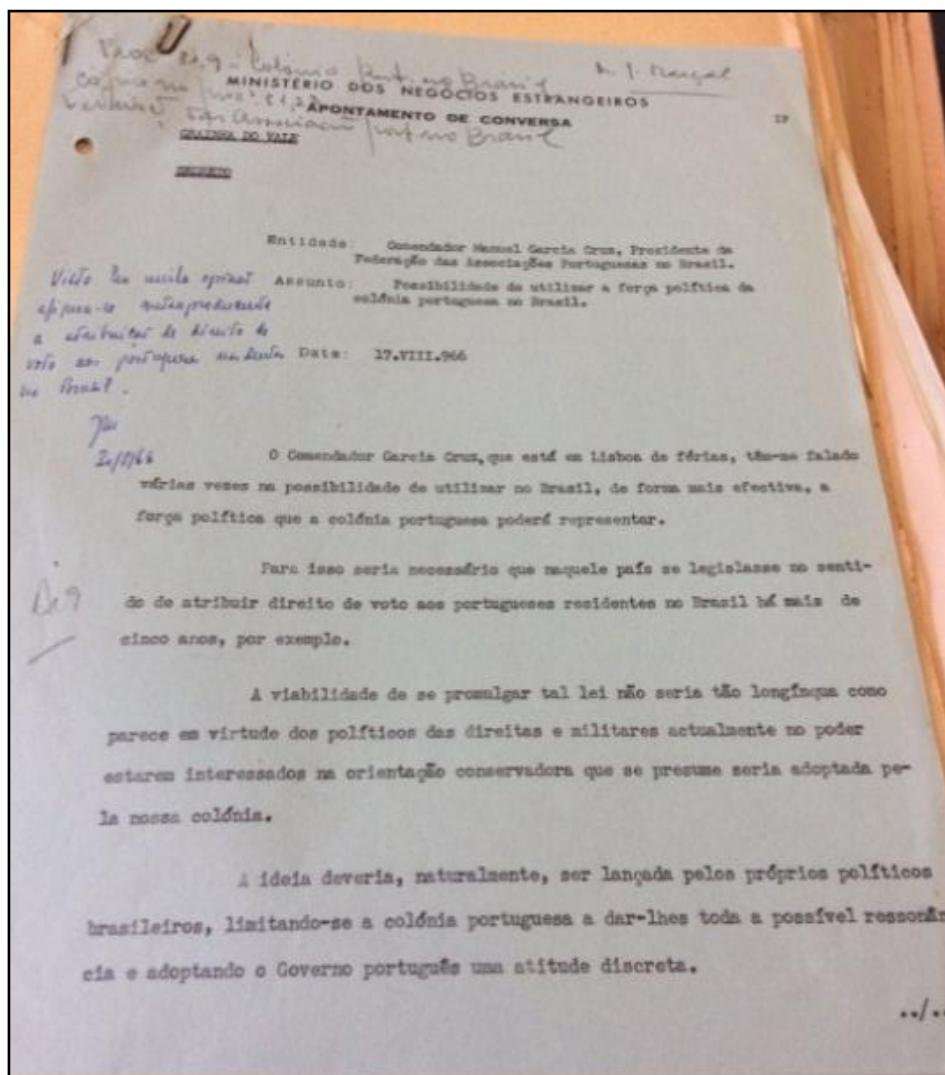
O trecho acima demonstra quão pragmática foi a escolha de pessoas que deveriam viajar para Portugal e também como se tratava naquele momento a relação de Portugal com a comunidade luso-brasileira. Havia grande interesse em que as viagens fossem realizadas por pessoas com projeção no meio social brasileiro e que tivessem um papel social que exercesse influência. Quando afirmava-se ainda neste mesmo relatório que “os escritores, os estudantes e, principalmente, os jornalistas, formam um grupo que, no Brasil, possui espantosa força” assumia-se que o trabalho destes poderia realizar ações profícias em diversas instâncias no Brasil, portanto era importante tê-los ao lado do regime de Salazar.

Apresenta-se claramente nas matérias do jornal *Voz de Portugal* a ligação entre políticos brasileiros, no caso deputados estaduais e federais e o governo de Portugal, seguindo a determinação da Federação das Associações Portuguesas do Brasil. O investimento do regime português em agenciar visitas de pessoas com certa influência no Brasil às cidades coloniais na África será intenso e estratégico. Ao mesmo tempo em que as visitas na cidade deveriam mostrar propositadamente somente às partes organizadas das cidades africanas, o retorno e a avaliação dessas viagens deveriam ser difundidas de forma que a colonização fosse mostrada ao leitor como algo positivo, geradora de progresso e de uma sociedade igualitária entre brancos e negros, “marcas” da colonização portuguesa.

O envolvimento de políticos na mobilização pelo robustecimento da comunidade luso-brasileira em cidades do Brasil, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, buscou enfatizar em campanhas políticas o voto de luso-brasileiros. Congregar luso-brasileiros e lusos em torno de nomes que defendessem os interesses portugueses no Brasil era tarefa que interessava sobremaneira ao regime de Salazar e como consequência o Brasil teria alguma vantagem nos negócios na África e em Portugal.

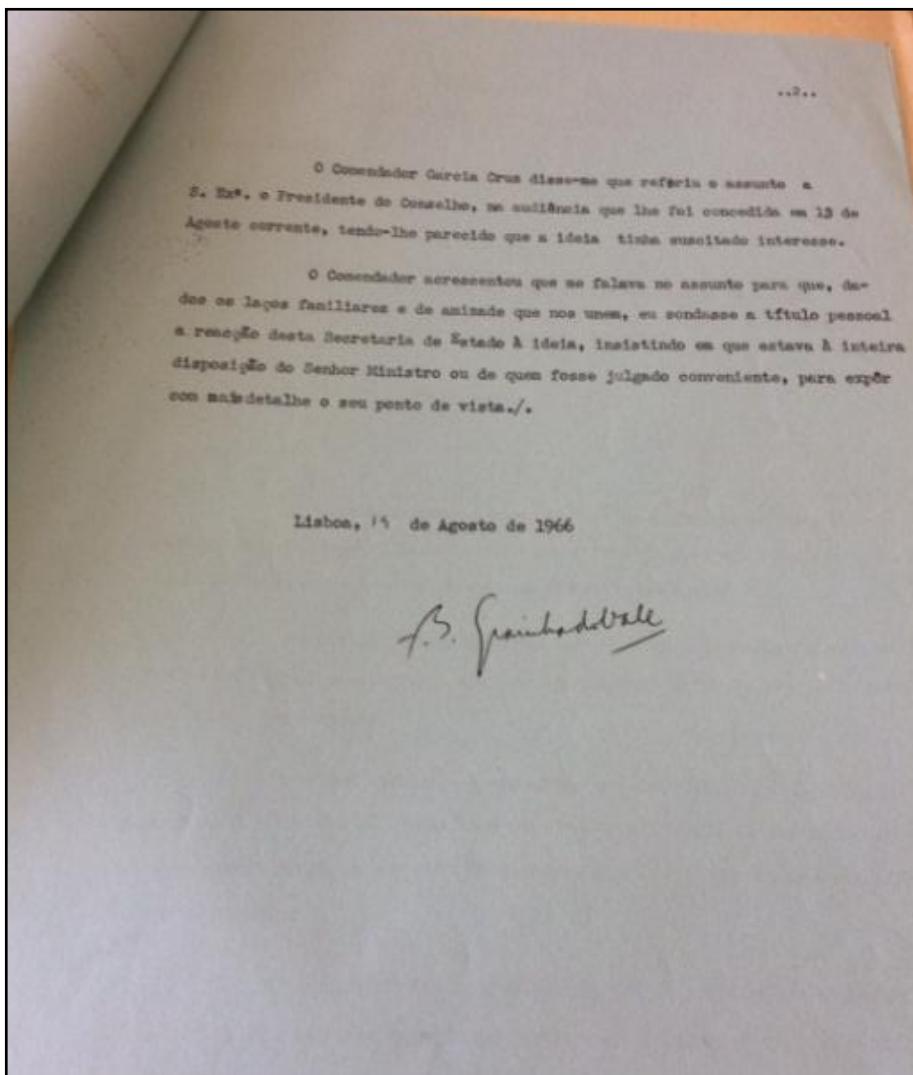
A questão do voto de portugueses no Brasil foi assunto do apontamento de conversa registrado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros feito por Grinha do Vale. A conversa datada de 17 de agosto de 1966 ocorreu entre o comendador Manuel Garcia Cruz, Presidente da Federação das Associações Portuguesas no Brasil e Grinha do Vale sobre a “possibilidade de utilizar a força política da colônia portuguesa no Brasil”. Na conversa Grinha do Vale afirmava que o comendador teria lhe falado sobre a possibilidade de utilizar de forma mais efetiva a força política da colônia portuguesa, e para isso seria necessário que se legislasse no sentido de atribuir direito de voto aos portugueses residentes no Brasil há mais de cinco anos. Lembra que essa possibilidade não seria tão remota, pois havia políticos de direita e militares no poder que estariam “interessados na orientação conservadora que se presume seria adoptada pela nossa colônia” (Apontamento de Conversa, 1966) (Figura 42 e 43). Acreditavam que deveria ser uma ideia lançada pelos próprios políticos brasileiros com uma atitude discreta do governo português nessa ação. É um documento bastante elucidativo da relação existente entre o regime de Salazar e a comunidade portuguesa e luso-brasileira, o qual demonstra que pouco havia de afetividade e muito de interesse político. A questão não era tanto a união da comunidade pelo fato de haver conexões históricas e afetivas com Portugal, mas muito mais o fato de que efetivamente esse grupo de portugueses no Brasil poderia ser útil pela sua força política ou para potencializar sua influência política para beneficiar as ações portuguesas no mundo. O documento veio assinalado como *secreto*, o que dá a entender que reportava um tema delicado e não trivial e que havia algo a ser ocultado do público.

Figura 42 - Apontamento de conversa 17 agosto 1966



Fonte: Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Figura 43 - Apontamento de conversa 17 agosto 1966

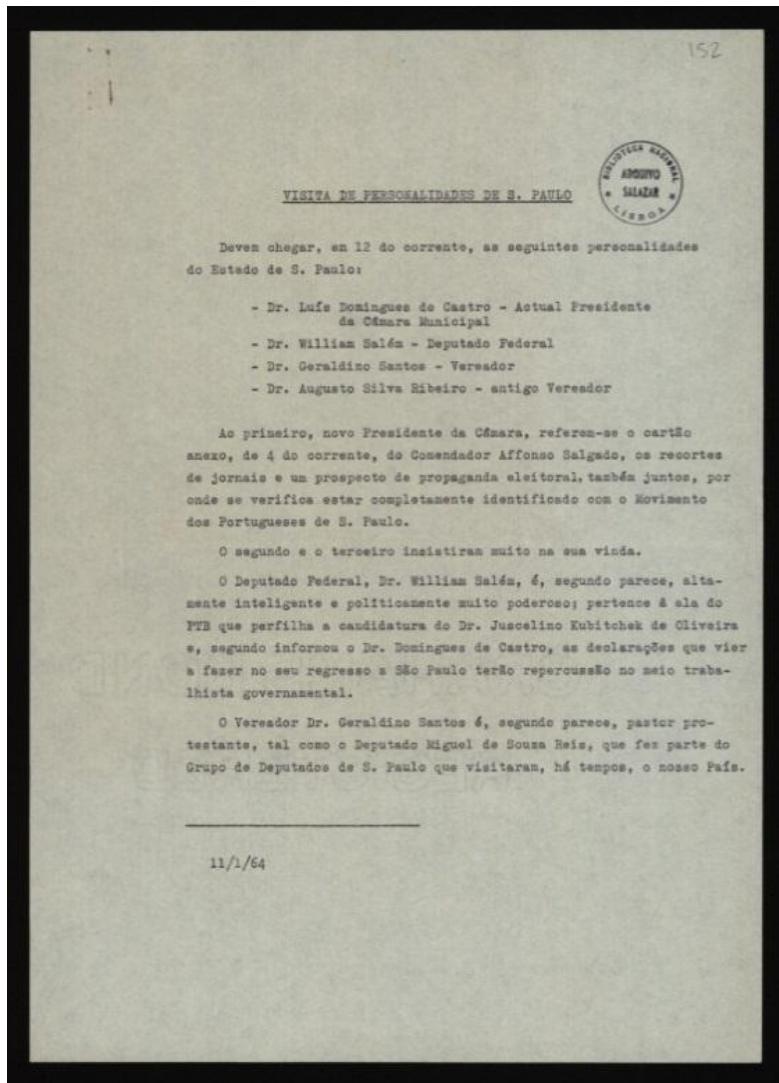


Fonte: Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre o tema da política e do envolvimento de políticos na defesa de pautas de Portugal, o panfleto (Figura 44) da campanha para vereador de Luís Domingues de Castro, sem data, mas que circulou provavelmente em finais de 1963 e início de 1964, aparece nos Arquivos Salazar na Torre do Tombo juntamente com carta de órgãos portugueses (Figura 45) informando ao seu governo da visita de personalidades brasileiras a Portugal. No texto explica-se que Luís Domingues de Castro está “completamente identificado com o Movimento dos Portugueses de São Paulo”. Portanto, justificava-se sua visita a Portugal por conta do seu comprometimento com o Estado Novo português. Castro era na época Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e vinculado ao PSD. Viajaram com ele mais três pessoas, também políticos: um deputado federal, um vereador e um ex-vereador. Ao comentar-se no texto sobre o deputado federal William Salém afirma-se que era altamente inteligente e

politicamente poderoso, pertencente ao PTB e perfilado à candidatura de JK, sendo que as declarações que fizesse quando de seu retorno ao Brasil teriam repercussão no governo. No texto sem assinatura, afirma-se que o segundo e o terceiro da lista dos que foram visitar Portugal naquela ocasião “insistiram muito na sua vinda”, informação que denota um interesse de políticos brasileiros em conhecer Portugal por conta dessa rede de relações luso-brasileiras que vinha se formando. A repercussão que as visitas teriam no Brasil, conforme enunciado no texto seriam a compensação de Portugal pelos “agrados” feitos a políticos brasileiros.

Figura 44 - Visita de personalidades de São Paulo



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Na figura 45, o panfleto de propaganda do vereador Castro exibe seus traços biográficos, além de motivos elencados por outros políticos para votar em Luís Domingues. Diante da pergunta: “Por que devemos votar no Dr. Luiz Domingues de Castro?”, cinco

respostas são elencadas com teor voltado somente para interesses da comunidade luso-brasileira em São Paulo. É possível concluir que o panfleto foi elaborado para ser direcionado a este grupo de pessoas. Cito alguns trechos das respostas:

Porque ele vai ser na Câmara, o mais vigilante e desinteressado defensor de Portugal, e do Tratado Luso-Brasileiro de Amizade. [...]

Porque é hoje, um profundo conhecedor do Ultramar Português, que foi pessoalmente estudar, concluindo ser inseparável da Metrópole, para o bem da Civilização.

Porque tem como ponto de honra do seu programa, “lutar pelos Direitos indiscutíveis de Portugal, como Nação Soberana e como República Pluri-Continental e Pluri-Racial” (PANFLETO)

É notável o investimento que foi feito sobre a candidatura de um vereador e na elaboração de um discurso voltado para questões que vão muito além da prática e função do vereador. Os seus escopos ultrapassam as suas funções locais direcionadas aos problemas da cidade de São Paulo e apontam para questões de relações internacionais ligadas ao colonialismo português. Suas propostas não indicavam projetos que fossem beneficiar a população luso-brasileira de São Paulo, mas sim, contribuir com a resolução dos problemas de Portugal no chamado Ultramar.

Figura 45 - Panfleto de propaganda eleitoral de Luís Domingues de Castro



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Para legitimar a escolha da candidatura de Domingues de Castro pelos luso-brasileiros, a Deputada Conceição da Costa Neves, já citada, e também Antônio Silvio Cunha Bueno⁴⁵

⁴⁵ “Antônio Sílvio Cunha Bueno nasceu no dia 8 de dezembro de 1918, em São Paulo (SP), filho de Joaquim Cunha Bueno Junior e de Dora Barbosa da Cunha Bueno. [...] Eleito em janeiro de 1947 deputado à Assembleia Constituinte de São Paulo na legenda do Partido Social Democrático (PSD), em outubro de 1950 elegeu-se deputado federal pelo mesmo partido. [...] Reeleito deputado federal em 1958 e 1962, na legislatura 1963-1967 presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre agitação subversiva na zona rural. Participou também das articulações de apoio ao golpe militar de 31 de março de 1964, tendo sido um dos organizadores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que se distinguiu por ser o principal movimento civil de massa contra o governo do presidente João Goulart” (Cunha Bueno, CPDOC) Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/cunha_bueno> Acesso em 10 junho 2017.

deixaram seus comentários acerca do papel de Castro junto à comunidade luso-brasileira. Costa Neves afirmou: “Luiz Domingues de Castro é a mais feliz escolha que os eleitores paulistanos, sobretudo os luso-brasileiros, poderiam fazer! Eu votarei nele!” (PANFLETO, s/d). Costa Bueno tinha um envolvimento considerável com Portugal. Em julho de 1967 participou como delegado da Câmara dos Deputados de São Paulo do II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa, ocorrido em Moçambique. Escreveu em setembro do mesmo ano um relatório endereçado ao Deputado Raymundo Padilha, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e ao Deputado Unírio Machado, Presidente da Comissão de Economia, abordando os aspectos econômicos das relações entre Brasil e Portugal, incluindo as suas colônias. Pontuou a questão do petróleo de maneira incisiva, descrevendo todas as vantagens para o Brasil de comercializar petróleo português proveniente de Angola. No longo relatório mostrou ainda vantagens no que diz respeito a minas de cobre, assinaturas de acordos de comércio, transporte aéreo e instalação de consulados nas colônias entre outras coisas. Já finalizando afirmava que

Estamos convencidos, Senhores Deputados, do firme propósito do Governo de Portugal em oferecer integral apoio às iniciativas e ideias ventiladas neste relatório. Esta convicção deflui das conversações mantidas com o Professor Oliveira Salazar, [...] e com todos os setores governamentais do país amigo (RELATÓRIO CUNHA BUENO, 1967:9).

Nessas relações os dois lados procuraram usufruir benefícios econômicos por meio das relações políticas e culturais estreitadas. Era a configuração de uma história transnacional em que podemos compreender por meio de uma microanálise que as relações entre os dois países se apresentavam de forma tal que ações, mesmo que simples, ultrapassavam fronteiras e ganhavam dimensões sociais relevantes. No ano seguinte Cunha Bueno discursou em nome da Câmara dos Deputados no dia 24 de junho no Congresso Nacional Brasileiro, quando se comemorava o quinto centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral. Um personagem que, diante do esforço de fortalecimento das relações luso-brasileiras, seria dotado de grande peso.

Esses contatos se configuravam em redes de sociabilidades entre portugueses e brasileiros que permitiam uma maior aproximação entre os países e governos. Por meio dessas micro relações as negociações entre Brasil e Portugal no âmbito internacional saíam fortalecidas. O imaginário de brasileiros e portugueses a respeito da política portuguesa se constituía a partir desses pequenos depoimentos, materiais e recursos implementados pelos apoiadores do regime no Brasil. São referências sobre o mundo português que contribuíam

para formar nos leitores que estavam distantes de Portugal uma imagem do país que corroborava com imagens anteriores, de infância e que mantinham um imaginário positivo da nação de origem.

Os impressos apoiadores da ditadura do Estado Novo português no Brasil se utilizavam de palavras que reportavam ao leitor a existência da relação com Portugal eternizada pelo sentimento ora filial, ora maternal. Termos com uma conotação de unidade e fraternidade natural. Ao evocar num pequeno texto os Jogos Luso-Brasileiros, o jornal *Voz de Portugal* (21 set 1963) utilizou-se de uma matéria sensibilizadora da amizade luso-brasileira. “[...] As vitórias esportivas que se conquistem neste encontro de irmãos, representarão apenas o valor inestimável de nossa amizade inquebrantável que dia a dia mais se estreitam e cimentam”. Pelos termos *encontro de irmãos* e *uma amizade inquebrantável*, portanto, proclamava-se que somos separados geograficamente, porém aproximados pelo sentimento fraternal. E continua “[...] notável ensejo à unificação dos altos sentimentos cristãos das duas raças gêmeas [...]. Mais uma vitória fraternal dos luso-brasileiros, neste reencontro feliz em terras de Vera Cruz [...]”. A religiosidade cristã dos dois povos era frequente na exortação de palavras referidas a portugueses e brasileiros, e seria mais um dos elementos que uniam os dois países. Sobre os duelos que seriam travados nos jogos afirmava-se:

Não estará em jogo apenas o valor atlético de cada esportista; isso, será de somenos importância, no cômputo final das classificações, mas tão somente o significado proeminente desse encontro, numa época em que outros irmãos se degladiam, se destroem, se vilipendiam com palavras e atitudes anticristãs e anti-humanas. É o reencontro sempre renovado de irmãos que vivem de olhos postos nos ensinamentos do Salvador, no progresso, na paz universal e no bem-estar social (*Voz de Portugal*, 21 set 1963).

Vários trechos evidenciavam o caráter político da segunda edição dos Jogos Luso-Brasileiros. O fato de querer demonstrar com aquele evento o significado do encontro, quando muitos irmãos se digladiavam, e aqui é de imaginar que se referia às guerras coloniais, demonstrava seu caráter político-ideológico. Ao mesmo tempo também une premissas cristãs com questões políticas ligadas às guerras por independência das colônias africanas, que em certa medida não levavam em consideração a *paz universal*.

Na mesma página, em outra matéria intitulada *Portugal e a causa da Justiça*, assinada por “De um observador”, consta um texto abordando a viagem do deputado Levy Neves, representante do PSP da Assembleia Legislativa, da Guanabara a Angola e Portugal. No texto afirmava-se sobre sua viagem que

[...] ao contrário de muitos que só crêem nas informações fornecidas pelos terroristas angolanos, sediados em Leopoldville, foi a Angola e lá teve oportunidade de entrar em contato com a realidade portuguesa, sentir de perto o que pensa a população e observar como trabalha uma sociedade plurirracial e cristã (*Voz de Portugal*, 21 set 1963).

No trecho, o autor critica aqueles que acreditam nas informações dos que chama de terroristas, os que lutavam nos movimentos de independência. O deputado teria investigado *in loco* o que acontecia em Angola, considerando ser o caminho seguro para compreender a atuação portuguesa na África. A ideia de “ver com os próprios olhos” era compreensível pelo fato de que só poderia informar com autoridade aquele que tivesse conhecido de perto a situação. No entanto, compreender a situação na África ia muito além de uma visita por alguns locais e em conversar com alguns habitantes, por locais monitorados pela metrópole. Na matéria, citam-se as palavras de Levy Neves sobre sua impressão da viagem:

Sou daqueles que no Brasil formam inteiramente ao lado de Portugal. Consideramos Angola terra portuguesa. Consideramos Moçambique, os Açores e toda essa região portuguesa do Ultramar um prolongamento da Nação portuguesa, onde deve tremular sempre, através dos séculos, o pavilhão português. E a terminar declarou que, depois de visitar a Metrópole e, principalmente, Angola, volta com convicção “de que defender Portugal neste momento é estar ao lado da boa causa, da causa justa e humana e, acima de tudo, do direito e da justiça” (*Voz de Portugal*, 21 set 1963).

Direito, justiça, causa justa e humana são os termos que o deputado utilizou para defender a posição portuguesa na guerra nas colônias. Enquanto que em Portugal já ocorriam movimentos contrários às guerras, pois havia muitas famílias que não viam seus filhos retornarem, e ainda diante de um movimento de países europeus de libertação de colônias, Levy Neves bem como outros deputados se colocavam ao lado de Portugal nesse conflito. Era uma posição difícil de ser defendida internacionalmente, mas que, no entanto ganhava força em meio a um grupo forte de políticos brasileiros, escritores, intelectuais e da comunidade luso-brasileira, reforçada e ancorada por meio de impressos e publicações.

Era recorrente nas páginas do jornal *Voz de Portugal* a inferência a brasileiros, sobretudo políticos, que visitavam Portugal e suas colônias africanas para fazer o reconhecimento local da realidade lá vivida. A matéria intitulada *Portugal: Exemplo Civismo*, escrita pelo Coronel Sylvestre Travassos Soares, era orientada no mesmo sentido dos demais, num constante reforço da linha política do jornal que não abria espaço para vozes contrárias. Soares entre outras coisas afirmava que

Lamentavelmente, nem todos compreendem a maneira humana e digna com que são tratados nas Províncias portuguesas os que nela vivem e trabalham, e por isso se deixam impressionar pelos ‘vermelhos’ na ânsia incontida de levar o povo ao sacrifício a que estão sujeitos os habitantes da parte Oriental da Alemanha, sob o jugo soviético, onde irmãos se correspondem apenas pelos olhos lacrimosos e vigiados por baionetas (*Voz de Portugal*, 25 ago 1963).

Na narrativa a ideia insistente do anticomunismo afronta o leitor com um repertório articulado, apontando para circunstâncias negativas da vida em países comunistas. Na continuação do relato apontava que

Juscelino Kubitscheck, Raymundo Padilha, Eurípedes Cardoso de Menezes, Levi Neves, Carlos Lacerda, os íntegros jornalistas Alves Pinheiro, Pizarro Loureiro e a conceituada escritora Margarida Lopes de Almeida, têm com franqueza e lealdade, como vivem e são tratados os que habitam em Angola e Moçambique.

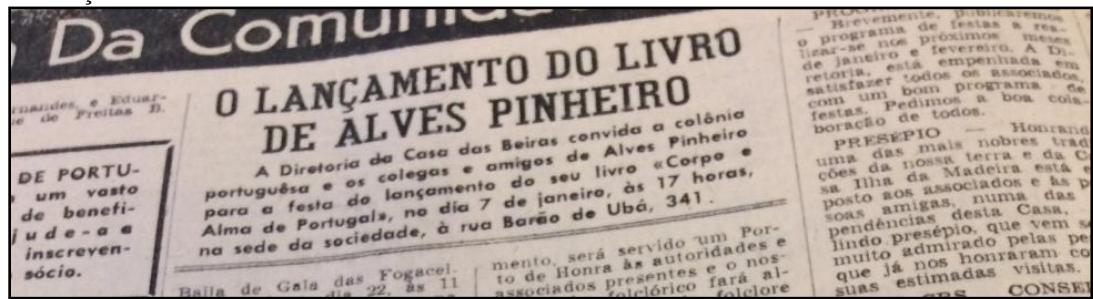
Fortificando essas informações, tão logo chegou há pouco de Portugal, o deputado General Danilo Nunes, a pedido dos próprios portugueses aqui radicados, fez duas palestras, sendo uma na Casa do Porto e outra na Associação Comercial, palestras que constituíram uma visão exata da vida portuguesa porque, descendo a detalhes sobre o que viu e assistiu, chegou à conclusão de que nenhum estrangeiro conseguirá destruir a amizade e a compreensão existente entre os portugueses [e] os habitantes de suas Províncias porque, vivendo em paz e tendo os mesmos direitos, pretos e brancos se entrosam e se mais tarde chegarem a uma separação ela será levada a efeito por eles próprios e não por interferência de nenhum outro povo [...] pois, quer nos hospitais, quer nas escolas todos são tratados igualmente, não pretendendo portanto desvincular-se de Portugal, sendo assim inconsistente os argumentos da ONU, no tocante às questões portuguesas (*Voz de Portugal*, 25 ago 1963).

Citar nomes importantes da cena política brasileira que tinham ligação com Portugal salazarista era uma forma de legitimar o discurso em defesa do quadro de guerra que havia se instaurado nas colônias africanas naqueles últimos anos e de todo o quadro colonizador português. E sobre esse quadro o testemunho ocular do deputado parecia se sobressair a qualquer outro depoimento sobre a situação africana. A defesa de que os contatos raciais nas colônias seriam igualitários e harmônicos e que era preciso respeitar a vontade do próprio povo africano no tocante a manter ou não o vínculo com Portugal contrariava o posicionamento da ONU.

O fato de noticiar que houve pedidos de portugueses no Brasil para ouvir as palestras do deputado Danilo Nunes demonstrava a conexão havida entre setores da chamada comunidade de portugueses, determinados políticos e imprensa no Rio de Janeiro. É o que se percebe ao averiguarmos os nomes citados na matéria de jornal da referência anterior, os quais apontam para influentes políticos brasileiros à época. Listo e comento os menos conhecidos: Raimundo Padilha, deputado federal à época ligado à UDN, foi também

governador do Rio de Janeiro entre 1971 e 1975; Alves Pinheiro⁴⁶, jornalista do jornal *O Globo*, assinava a coluna “Portugal de Hoje”; Margarida Lopes de Almeida (Rio de Janeiro), escultora, professora e declamadora; Pizarro Loureiro, jornalista editor do semanário *Voz de Portugal*. Alves Pinheiro, a propósito do lançamento do seu livro no início de 1961 (Figura 46), teve nota no jornal *Mundo Português* intitulada “Corpo e Alma de Portugal”:

Figura 46 - O lançamento do livro de Alves Pinheiro



Fonte: *Mundo Português* s/d (Hemeroteca Municipal de Lisboa)

Havia uma rede bastante engajada de intelectuais preocupados em projetar uma imagem do regime português que revelasse os aspectos forjados do seu pretenso trabalho civilizador e cristianizador nas colônias. A base de sustentação do Estado Novo, ou seja, as colônias, seria legitimada por meio de um discurso que apelasse para elementos inquestionáveis no Ocidente naquele momento, nomeadamente civilização e cristianismo. Isso é perceptível em diferentes matérias do jornal *Voz de Portugal*, como a que trouxe o título “Portugal na África não é feitor: é missionário” (*Voz de Portugal*, 6 out. 1963), em que apresenta uma mensagem de Portugal como benfeitor e não explorador, distanciando-o da ideia de um país colonialista. Pizarro Loureiro na matéria “Comunidade Luso-Brasileira e projeção do Brasil no Mundo”, expõe a crença de que se JK estivesse na presidência os acontecimentos em Angola e Goa teriam tomado outro rumo.

A Comunidade Luso-Brasileira não pode ter o seu destino ligado ao êxito ou à desventura de um homem, mas a uma política estruturada em interesses e razões que a tornem indestrutível e, mais do que isso, atuante, presente, interpolada nas linhas mestras da condução do destino do Brasil.

⁴⁶ “Jornalista de *O Globo* desde a década de 1930, Alves Pinheiro desenvolveu uma peculiar ligação com Portugal. Tendo embarcado para terras lusitanas em 1960, de lá escreveria diversas crônicas para o matutino da família Marinho, reunidas posteriormente no livro *Corpo e alma de Portugal*, em 1961. Também escreveu para *O Globo* a partir de Angola, ainda então uma colônia portuguesa. Em suas viagens, acabou por tornar-se amigo de António de Oliveira Salazar, e elogiou inúmeras vezes o ditador português e sua política colonial em sua coluna de *O Globo*. SILVA, Zélia Lopes da. (Org.) **A escrita historiográfica, seus protocolos e fontes**. Assis: UNESP - Campus de Assis, 2014. p.92. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/cedap/aescritahistoriografica/files/assets/basic-html/page4.html>> Acesso em 23 abr. 2016.

A Comunidade Luso-Brasileira está, quer queiram quer não, intimamente ligada ao futuro da Nação Brasileira (*Voz de Portugal*, 20 jan. 1963).

A crença na importância e vigor da comunidade luso-brasileira para orientar a política brasileira parecia concreta, e legitimava-se pelo discurso de pessoas autorizadas a emitir comentários e expor opiniões sobre aqueles contextos, a partir do seu lugar de fala, neste caso a imprensa e a proximidade com Portugal. Adiante, o texto aborda uma questão de cunho econômico pouco aludida em outros momentos, sobre a necessidade de consolidar a comunidade luso-brasileira:

[...] ficaremos presos à destinação da América Latina, seremos uma civilização, nunca mundial, renunciando a uma futura e provável liderança nos negócios internacionais de amanhã. Nossa presença no mundo está, portanto, condicionada às nossas raízes lusíadas, pela língua, pelo sangue, pela formação (*Voz de Portugal*, 20 jan. 1963).

Demonstra-se mais uma vez a importância atribuída à comunidade luso-brasileira no desenvolvimento do Brasil e sobretudo na sua abertura comercial para além da América Latina. Portugal conforme palavras de Pizarro seria a condicionante para a presença do Brasil no mundo, por conta de todo o passado em comum que teria com esse país. Esse passado de língua e “sangue” aparecia nos discursos de luso-brasileiros como condição pela qual não seria possível aos brasileiros afastarem-se de Portugal. Os dois países teriam um encontro de interesses mútuos, de maneira que se cruzavam as fronteiras e se individualizavam os objetivos por meio da presença de pessoas nos dois lados do Atlântico, cumprindo com o objetivo de fazer circular discursos, mensagens e pedidos dos dois países. Jacques Revel (2010:442) lembra que “[...] o Estado moderno não é mais aquela mecânica imperiosa e unificadora: ele precisa aceitar negociações com o mundo social para poder ser reconhecido [...]”. Para a presente discussão é possível compreender que a sobrevivência do Estado Novo dependia, entre outras providências em nível internacional, particularmente no âmbito da Guerra Fria, das negociações pessoais, dos textos laudatórios nos impressos e da visita de políticos brasileiros e de outras nacionalidades nas suas colônias, um conjunto de estratégias que serviriam para a sustentação de uma ditadura longeva e aparentemente sólida, mas que deveria assegurar essa micro rede de atores sociais e, como afirma Revel, aceitar negociações com o mundo social para ser reconhecido. Nesta análise é relevante partir de um exame que utilize a variação das escalas de observação (REVEL, 2010), para perceber tanto os processos que partem de um olhar para processos em nível micro como as análises estruturais e globais. “[...] variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho

no visor, e sim modificar sua forma e sua trama” (REVEL, 2010: 438), uma mirada que ocorre utilizando não somente *zoons* variados, mas variados tons e filtros,

Observando os textos do jornal *Voz de Portugal* é possível perceber a relevância que se atribuía ao testemunho ocular de políticos que viajavam às colônias portuguesas. A quantidade de vereadores, deputados, senadores e jornalistas que viajavam às cidades africanas para tomar conhecimento da vivência da população das colônias é considerável. Não bastava somente ler as notícias vindas de Portugal sobre o chamado Ultramar: o regime português providenciava um aparato para determinados viajantes brasileiros poderem ter uma visão pessoal da realidade. Aquela era, no entanto uma realidade aproximada e construída. E se insistia sobre este tema em inúmeras matérias. Num extenso conjunto de entrevistas com alguns políticos com título “Lisboa: falam à *Voz* vários políticos paulistas que vão visitar o Ultramar”, o vereador de São Paulo Marcos Málaga afirmava: “estamos ambos raciocinando na mesma língua e defendendo o mesmo princípio: - a lusitanidade - que é tão português como brasileiro”. A crença da lusitanidade, era um mote apresentado para impulsionar brasileiros na defesa do império português. No decorrer da conversa Lapa faz algumas perguntas com um sentido bastante orientado para o entrevistado. Reproduzo um trecho a seguir:

- Temos certeza de que o vosso conhecimento direito do problema ultramarino português, em muito poderá contribuir, não apenas para um autêntico esclarecimento da opinião pública brasileira, mas também para uma melhor compreensão de certas assembleias internacionais, nomeadamente a ONU.

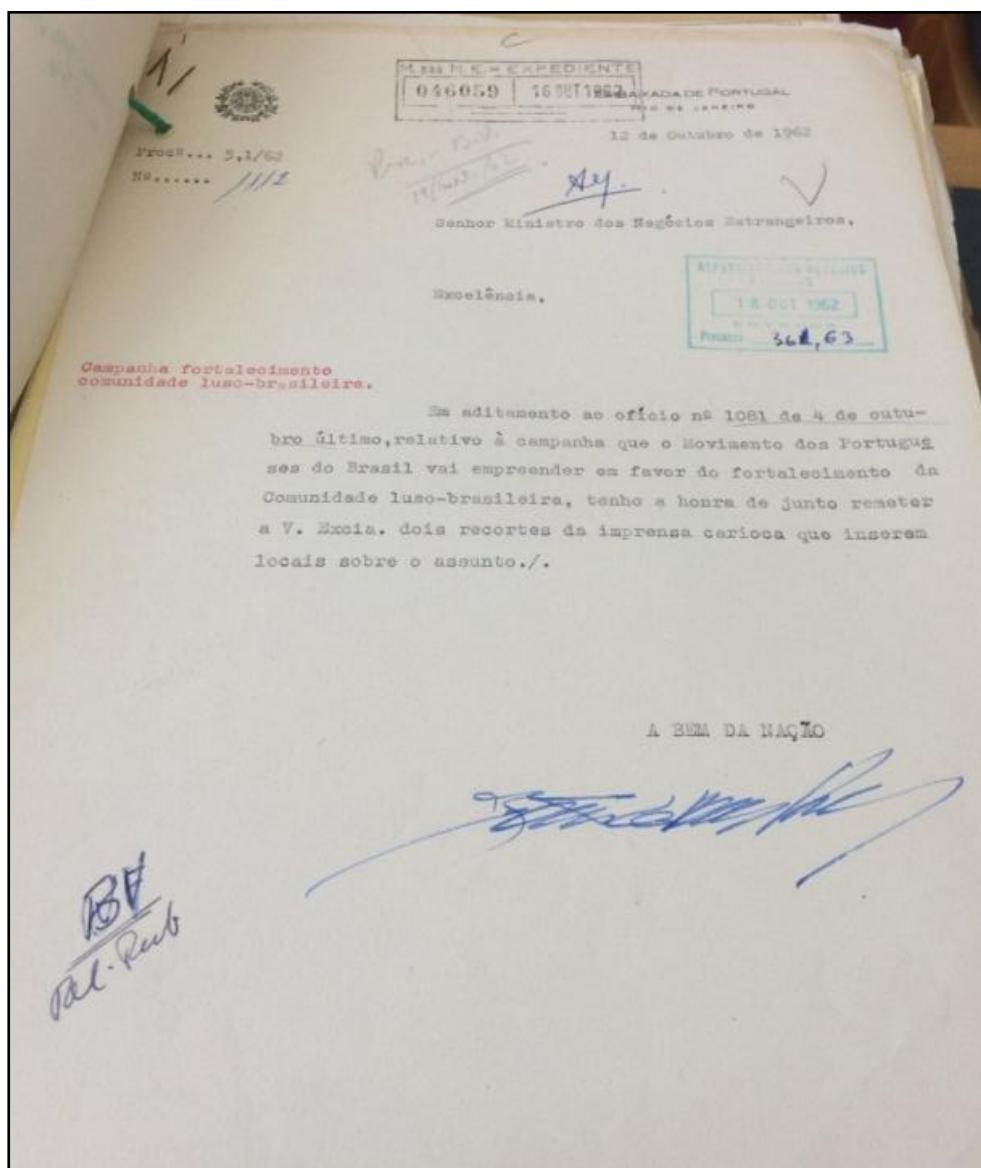
- Estou ciente, afirma-nos o Dr. Marcos Málaga, que sim. O Brasil verdadeiro continente na América do Sul e dada a sua posição de grande potência em pleno progresso, tem indiscutível peso internacional, pelo que é absolutamente compreensível o desejo do Governo Português, de que, pelos próprios olhos dos brasileiros, seja observada a atual situação tanto em Angola como em Moçambique, a fim de com o seu testemunho, poderem contribuir para uma visão realista da posição ultramarina portuguesa, da parte de certos setores internacionais que teimam em querer impor a independência a essas Províncias e não colônias de Portugal de Além Mar (*Voz de Portugal*, 23 fev 1964).

É interessante notar que o fato de o Brasil estar numa posição de grande potência resultou na aproximação de Portugal que via como vantajoso este movimento. O reforço dessa amizade e desses laços passava por tal interesse, no entanto isto não estava explícito *a priori* no desenrolar das relações luso-brasileiras, muitas vezes perpassadas tão somente por razões ligadas aos laços históricos e afetivos.

Da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1962 uma mensagem foi expedida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em anexo a recortes da

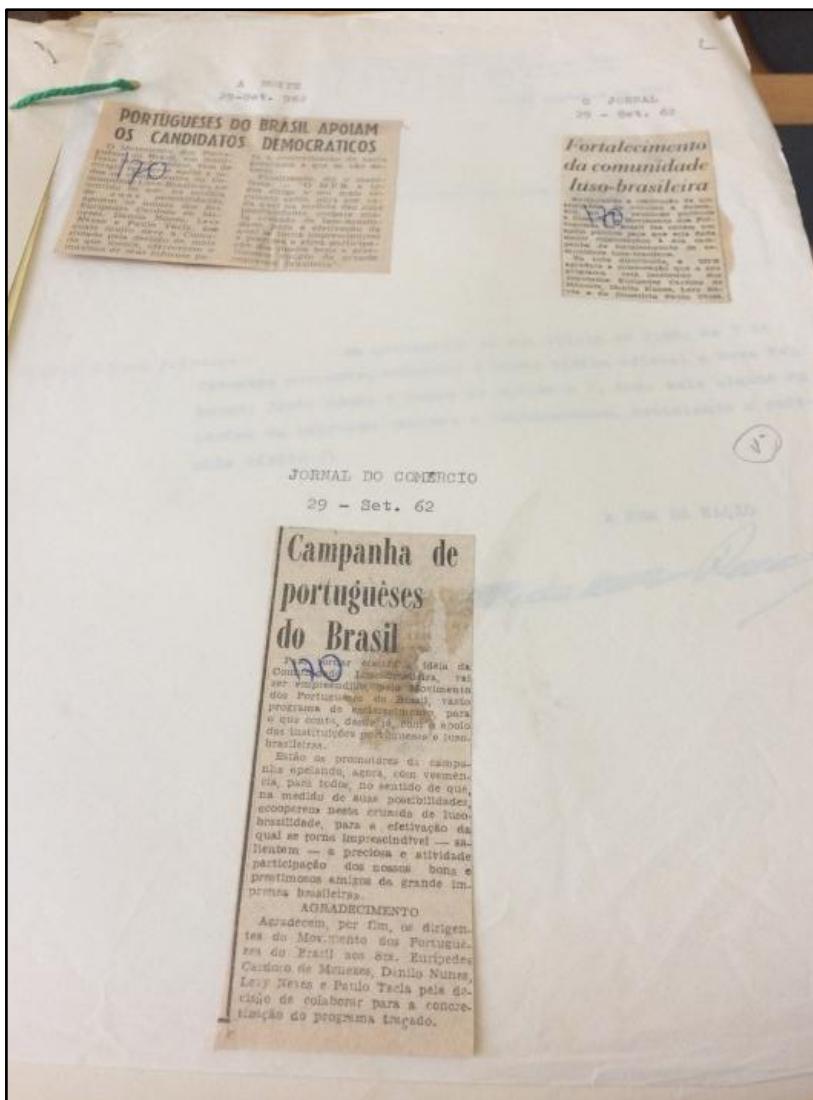
imprensa carioca, no que chamo atenção para os títulos, sobre a campanha que o Movimento dos Portugueses do Brasil empreendia em favor do fortalecimento da comunidade luso-brasileira (Figura 47 e 48). Sobre esse movimento e sobre a campanha não foi possível obter muitos dados. No entanto, é relevante a comunicação que se deu em nível institucional acerca de uma campanha circunstancial e a importância que a ela se atribuiu por pessoas ligadas a órgãos do governo.

Figura 47 - Campanha Fortalecimento da Comunidade luso-brasileira



Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Figura 48 - Campanha Fortalecimento da Comunidade luso-brasileira (Continuação)



Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Note-se que a assinatura *A Bem da Nação* no documento (Figura 47) era a marca oficial dos ofícios, cartas e mensagens que transitavam durante o regime. Francisco Martinho afirma que essa expressão, utilizada em toda a documentação oficial, podia ser entendida tanto como defesa do povo quanto do Estado. Para Portugal a junção da ideia de Estado e Nação era já algo “natural”, “haja vista a vitória de uma perspectiva unitária (um único povo) desde a Reconquista [...]” (MARTINHO, 2002: 22-23). Uma vez que nação e estado são pensados unitariamente, o apanágio *A Bem da Nação* informava que as ações que defendiam a nação defendiam o estado.

Uma das notas de jornais enviadas em anexo à citada carta pautando a comunidade luso-brasileira foi publicada em 29 de setembro de 1962 e tinha o seguinte teor:

Anunciando a realização de um seminário de outubro a dezembro, no (?) reunindo políticos e literatos, o Movimento dos Portugueses do Brasil fez ontem um apelo público para que seja dada maior colaboração à sua campanha de fortalecimento da comunidade luso-brasileira.

Na nota distribuída, o MPB agradece a colaboração que o seu programa está recebendo dos deputados Eurípedes Cardoso de Menezes, Danilo Nunes, Levy Neves e do jornalista Paulo Tacla (*O Jornal*, 29 set 1962).

Dos nomes citados, vários deles foram mencionados anteriormente, confirmando a constituição de uma rede de comunicação e de conexões entre políticos, intelectuais e jornalistas nas questões luso-brasileiras. Aqui explicitamente se vê uma ação denominada “campanha” voltada para o fortalecimento da comunidade. No jornal *A Noite* uma matéria de mesmo assunto foi publicada no mesmo dia 29 de setembro de 1962, apelando para o apoio à “cruzada de luso-brasiliade, para a efetivação da qual se torna imprescindível - salientam - e preciosa a ativa participação dos nossos bons e prestativos amigos da grande imprensa brasileira” (*A Noite*, 29 set 1962). Neste mesmo dia o *Jornal do Comércio* repetiu a nota com poucas alterações. Havia o intuito de realizar uma pequena “cruzada” na imprensa, com uma mesma mensagem sendo publicada no mesmo dia em três jornais de grande circulação. Um ano depois, na visita do embaixador de Portugal ao Brasil, em uma ocasião visitou a Federação das Associações Portuguesas. No discurso de Aventino Fernandes da Silva Lage, Presidente da Federação por ocasião dessa visita, publicado no *Voz de Portugal*, afirmou:

Nós, os portugueses do Brasil tão conscientes e responsáveis quanto aos portugueses metropolitanos levando-lhes talvez a vantagem de poder apreciar os problemas mais friamente no espaço e no tempo pela distância a que deles nos encontramos, estamos, como aliás, sempre estivemos, sempre prontos a colaborar integralmente e dedicadamente em tudo que possa trazer honra, prestígio e bem estar ao nosso País.

A vinda de Vossa Excelência à Federação das Associações Portuguesas garante-nos que o nosso governo nos comprehende e avalia no seu justo valor a nossa patriótica e desinteressada ação. E isso nos torna reconhecidos e largamente compensados pelos sacrifícios suportados a bem da Pátria, predispondo-nos a aceitar todos os que ainda possam vir (*Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, 22 out. 1963)

Esse trecho indica que se pretendia que houvesse um dever dos portugueses no Brasil de defender a política do regime português. O pronome “nossa” aparece no texto, em referência a Portugal como se ainda lá estivessem, colocando-se numa postura de cidadãos em terras portuguesas. É o “emigrante cidadão”, que praticava sua cidadania, reconhecida como tal a partir do momento em que ela corroborava com os ideais do Estado Novo. Esse emigrante é alvo de inúmeras mensagens por meio dos impressos, das associações, panfletos, embaixadas e bibliografias específicas que procuram mantê-los conectados ao mundo luso, para que não se perdesse os vínculos com a origem portuguesa, com a política do Estado

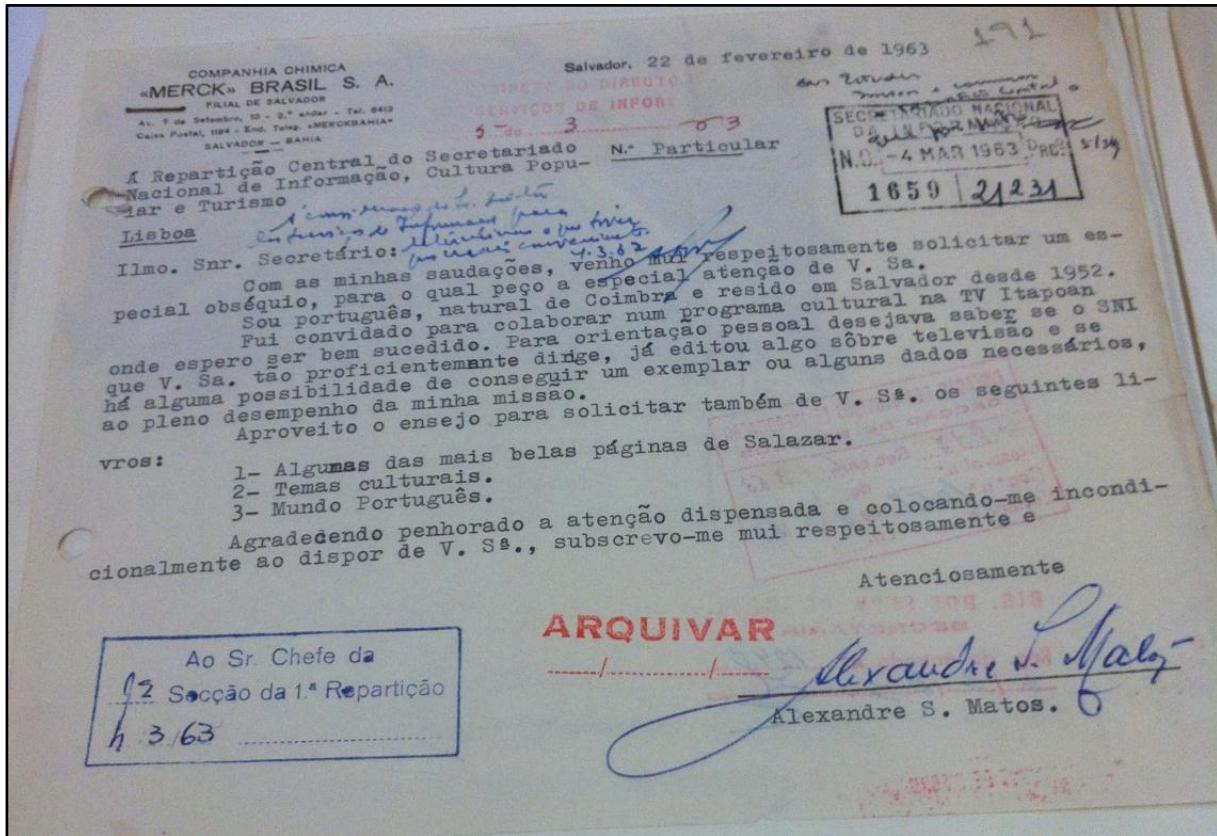
Novo e todo o seu ideário, com seus heróis, costumes, história. Eram elementos que faziam com que portugueses que viviam em terras brasileiras continuassem a “missão” de ser uma extensão da nação/estado português no Brasil.

Em carta datada de 22 de fevereiro de 1963, Alexandre S. Matos, português de Coimbra que vivia em Salvador desde 1952, escreveu à Repartição Central do SNI solicitando materiais sobre televisão e alguns livros, pois havia sido convidado a colaborar num programa cultural na TV Itapoan (Figura 49). Entre os livros solicitados, estavam: *Algumas das mais belas páginas de Salazar, Temas Culturais e Mundo Português*. Em certo ponto da carta afirmava: “[...] se há alguma possibilidade de conseguir um exemplar ou alguns dados necessários ao pleno desempenho da *minha missão* (grifo meu) [...]” (SNI, 22 fev 1963). Antes de continuar a tratar desta carta cito um trecho de José Rebelo sobre imigrantes portugueses no Brasil:

[...] para além de empresários, de dirigentes políticos, de personalidades da vida social e cultural, de jornalistas, outros sujeitos menos credenciados no espaço público, em particular imigrantes, lançam-se em iniciativas editoriais. Visivelmente afectos ao regime em vigor no seu país de origem, assumem a respectiva defesa como se de um dever moral se tratasse. Não admira, pois, que deles brotem os mais arrebatados elogios ao modelo político português e ao seu fundador (REBELO, 1998:257).

Ao referir-se à sua atividade como “minha missão”, Alexandre Matos reportava-se à experiência de vários outros portugueses no Brasil que exerciam atividades editoriais. Isso incluía pessoas como o editor da *Revista Luso-Brasileira*, que da mesma forma utilizava fartamente o termo “missão”. Como lembra Rebelo, seria um dever moral tomar tais atividades como uma atribuição carregada de responsabilidades e poderes para com o regime. Muitos dos imigrantes sentiam-se com essa incumbência de “fazer algo” pela nação de origem, mesmo estando distantes. Esse apelo missionário é instigado por diversos meios, uma vez que quem emigrava continuava sob o olhar do regime português. O imigrante, ao fazer parte de uma rede de comunicação por meio da qual recebia um conjunto de impressos e o acesso a outros portugueses pelo engajamento em associações e eventos diversos, perpetuava a conexão com Portugal e, acreditava o regime, seria um elemento de reforço da política externa.

Figura 49 - Carta de Alexandre S. Matos ao SNI



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

São mensagens, símbolos, eventos e narrativas que investiam na ideia de nação, criada pelo próprio mundo português, com ideais forjados pelo Estado Novo, um imaginário que sustentava a retórica do regime no âmbito internacional. Cabe pensar a nação neste contexto como uma “comunidade política imaginada” conforme a definição dada por Benedict Anderson. A todo momento a ideia de nação no Estado Novo português partia de uma concepção bastante abstrata da extensão que o regime queria dar a Portugal, sendo necessário utilizar diversos elementos para remeter a imagem do Império português. Anderson ao tratar do conceito observa que ela é *imaginada* porque os membros de qualquer nação, pequena ou grande, jamais conhecerão todos os seus conterrâneos, que serão, todavia imaginados na extensão das fronteiras, no entanto os imaginam como uma *comunidade* “independentemente da desigualdade e da exploração que possa existir dentro dela, [...] é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008:34). Ao se tratar do Estado Novo em Portugal o papel da comunidade imaginada, passava a ser uma ideia construída por meio de diversos símbolos e narrativas que perpassava as políticas do regime, no sentido de tornar a imagem da nação/império além fronteira uma realidade concreta para todos os

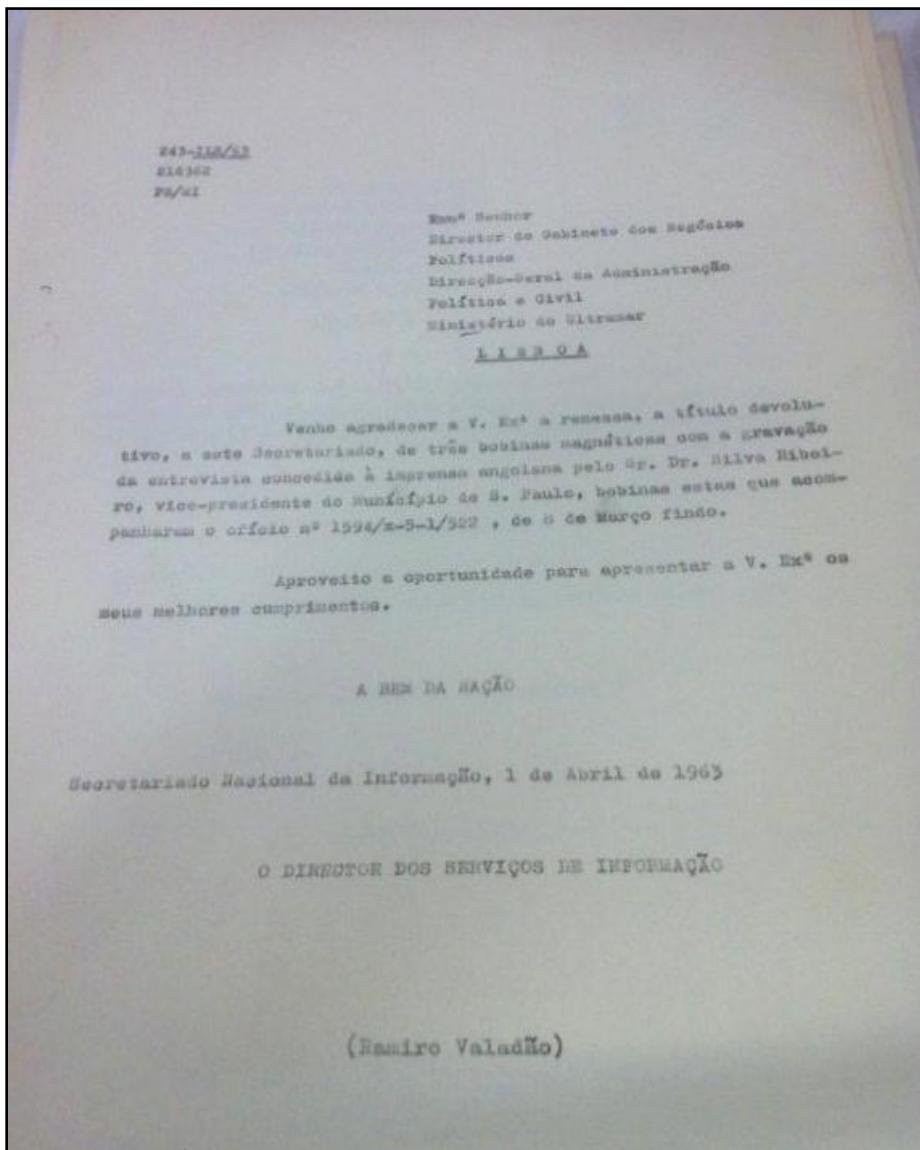
habitantes. Sobre símbolos afirma Levi-Strauss (2003:29) que “eles podem ser mais reais do que aquilo que simbolizam”, excerto que pode ser empregado adequadamente ao cenário em que viviam os portugueses emigrados para o Brasil, pois a conotação real que se atribui aos símbolos e a todo o imaginário acerca de Portugal peninsular e ultramarino e do Estado Novo apresentava-se capaz de gerar adesões sociais que garantissem o empenho na preservação do regime de Salazar no além-mar.

É expressivo o número de documentos expedidos pelo SNI a órgãos e pessoas públicas no Brasil que por alguma razão tiveram contato com Portugal direta ou indiretamente. Numa destas cartas (Figura 50) Ramiro Valadão, Diretor dos Serviços de Informação, devolve e agradece ao Diretor do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar três bobinas magnéticas com a gravação de entrevista concedida à imprensa angolana por José Augusto da Silva Ribeiro⁴⁷, vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, em 1963. Neste ano ele havia sido convidado pelo Governo de Portugal para uma visita oficial a Angola e Moçambique onde concedeu a entrevista. Seguindo a mesma prática já ocorrida com outros políticos, o regime de Salazar fez inúmeros esforços em construir *laços* e, mais que isso, tecer redes de comunicação, interesses e benesses que o auxiliassem na promoção de uma opinião pública luso-brasileira em favor das políticas portuguesas do Estado Novo.

Em outro documento (Figura 51), Ramiro Valadão, em carta endereçada ao Presidente do Conselho da Administração dos Transportes Aéreos Portugueses — TAP, enviou “as contas respeitantes à visita” a Portugal realizada pelo Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de São Paulo, além de três vereadores e familiares, “a convite dessa companhia” (SNI, 1963). Estes gastos significavam investimentos do regime na promoção de uma imagem positiva que seriam recuperados com a repercussão obtida por meio de órgãos de imprensa.

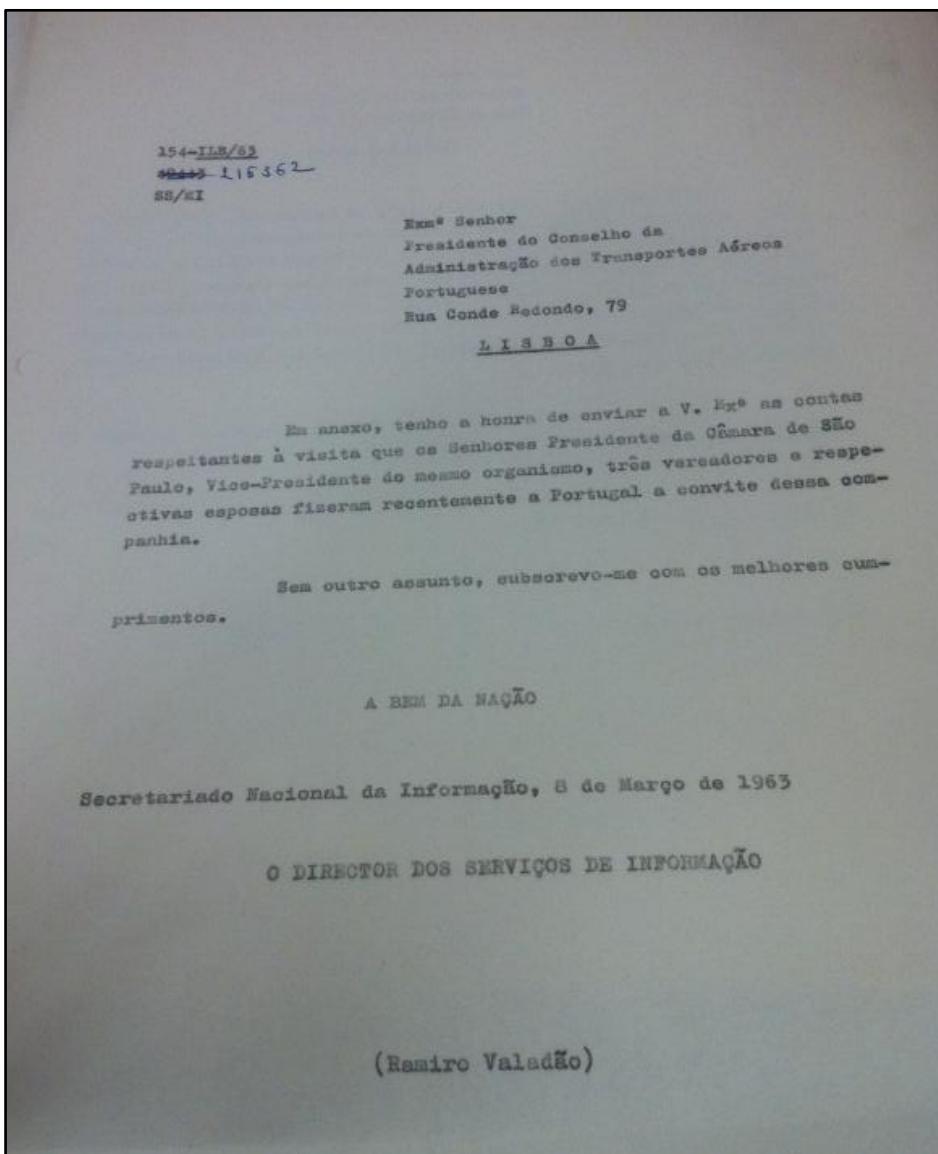
⁴⁷ Vereador na Câmara Municipal de São Paulo nas 3s e 4s Legislaturas 1.958/59 e 1.960/63, sendo líder na Câmara Municipal do Prefeito Prestes Maia; Vice-Presidente da Câmara Municipal e Relator da Comissão de Justiça. Mais sobre José Augusto Silva Ribeiro ver: Câmara Municipal de São Paulo. **Projeto de Lei PL 01-0867/1995**. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0867-1995.pdf>> Acesso em 21 ago 2017.

Figura 50 - Carta de agradecimento por bobinas recebidas



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Figura 51 - Correspondências do SNI sobre visita de políticos brasileiros a Portugal



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Há que se pensar que para os políticos a aceitação de convites para viagens a Portugal e colônias portuguesas na África não representava apenas um interesse político e talvez turístico, mas também significava um posicionamento de caráter ideológico, com ganhos simbólicos representados pelo reforço de uma suposta aliança histórica luso-brasileira. Lembra Rodrigo Patto Sá Motta, quando aborda o tema das culturas políticas, que “a atuação política dos homens não decorre apenas da apreensão racional de interesses e/ou da aceitação de ideias e projetos sistemáticos e coerentes, mas por determinação também de fatores culturais” (MOTTA, 2013: 17). Os fatores culturais, portanto, perpassam os aspectos sentimentais, linguísticos, familiares, enfim um conjunto de elementos que os ligavam a

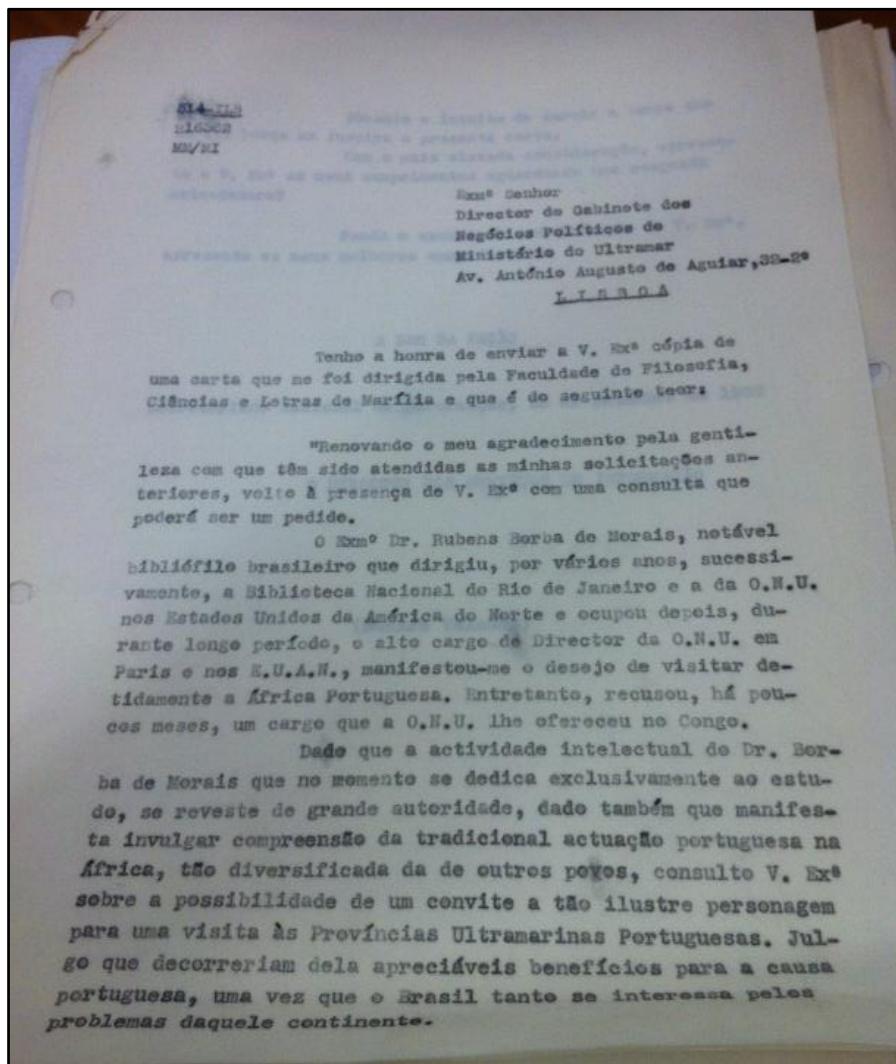
Portugal, de maneira especial naquele momento. São afinidades políticas, mas também culturais e afetivas essas que se estabeleceram entre os dois países “irmãos”.

Ramiro Valadão, que foi Diretor dos Serviços de Informação do Secretariado Nacional da Informação nas décadas de 1950 e 1960,⁴⁸ era quem expedia as cartas, recebia e repassava aos órgãos específicos. Em 25 de setembro de 1962 enviou carta (Figura 52 e 53) ao Diretor do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, informando que recebeu do Brasil uma correspondência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, a qual solicitava convite a um bibliófilo brasileiro reconhecido chamado Rubens Borba de Moraes⁴⁹ para uma visita às Províncias Ultramarinas. Emite um juízo bastante positivo a respeito da atuação política e ideológica do estudioso em questão, lembrando que daquela viagem decorreriam “apreciáveis benefícios para a causa portuguesa, uma vez que o Brasil tanto se interessa pelos problemas daquele continente” (SNI, 1962). Para o agente do regime salazarista, Borba de Moraes era um intelectual com considerável importância e que manifestava “invulgar compreensão da tradicional actuação portuguesa na África” (SNI, 1962). Diante dessa e de outras iniciativas semelhantes, é possível perceber as conexões e a construção de redes de sociabilidades fundamentais para Portugal, que contava com tais estratégias para prosseguir com seu projeto colonialista na África.

⁴⁸ Mais informações sobre ele disponíveis em: PORTUGAL. Parlamento. **Ramiro Machado Valadão**. Legislaturas: VII. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/v/valadao_ramiro_machado.pdf> Acesso em 17 fev 2018.

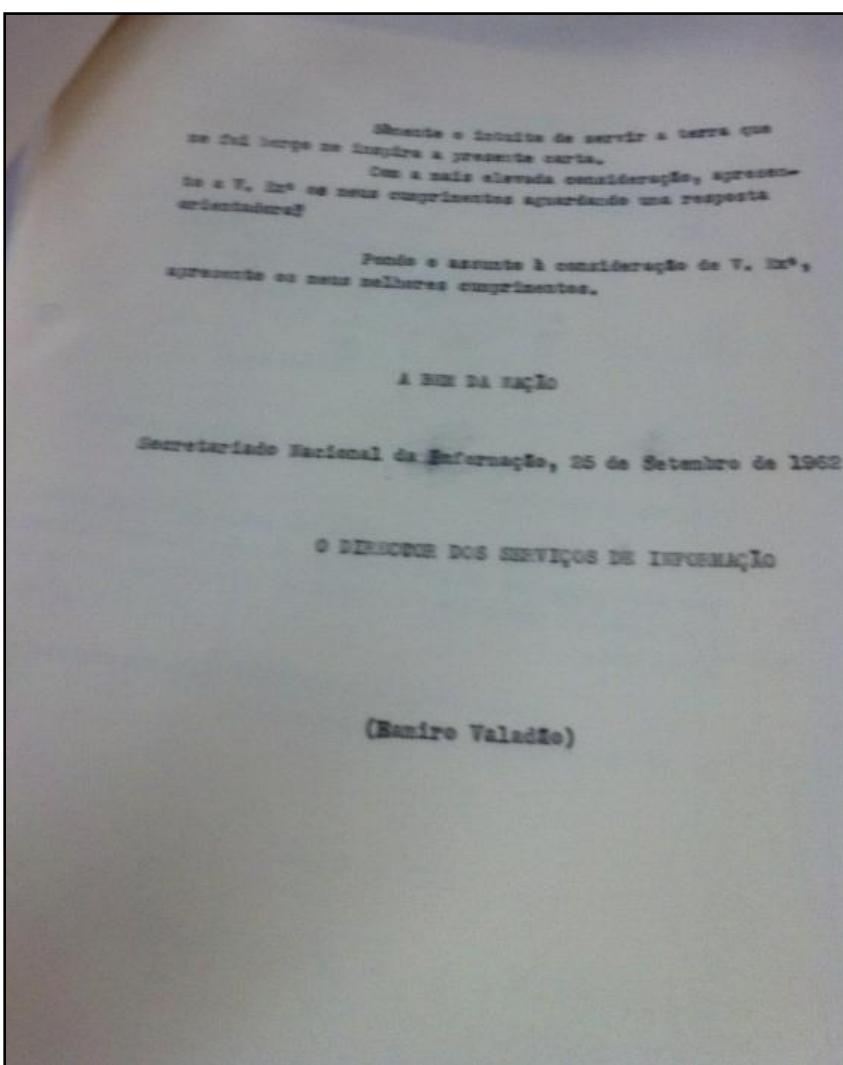
⁴⁹ Nascido em Araraquara (SP), Rubens Borba de Moraes foi bibliotecário, bibliógrafo, bibliófilo, autor, historiador, administrador, professor universitário e pesquisador. Em 1922, foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna. Ao lado de Mário de Andrade e outros intelectuais, fundou as revistas literárias *Klaxon* e *Terra Roxa*, na década de 1920. [...] Entre 1945 e 1947, Borba de Moraes dirigiu a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Entre 1949 e 1955, foi diretor do Centro de Informações das Nações Unidas, em Paris (França). De 1955 a 1960, foi diretor da Biblioteca das Nações Unidas, em Nova York – durante esse período publicou a primeira edição da *Bibliographia Brasiliana*. CASTRO, Fábio de. **Fonte de raridade**. Pesquisando a História [Blog]. Disponível em: <<https://uranohistoria.blogspot.com/2011/02/>> Acesso em 20 set. 2016.

Figura 52 - Correspondência de Ramiro Valadão



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Figura 53 - Correspondência de Ramiro Valadão (continuação)



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Ainda tratando da atuação de Portugal na África, a sensibilização da comunidade luso-brasileira a esta questão é notável em alguns episódios. Em 28 de dezembro de 1967 uma carta foi emitida pelo Secretário do Presidente do Conselho, informando sobre mensagem dirigida pelos portugueses de Recife a Salazar. Foi entregue no Consulado da capital de Pernambuco por uma comissão de senhoras que angariaram donativos de portugueses residentes na cidade com destino aos “soldados portugueses que lutam em África pela soberania portuguesa” (Arquivo Salazar, 1967). Em diversos locais do Brasil, além de majoritariamente em São Paulo e Rio de Janeiro, havia comunidades de portugueses e luso-brasileiros que demonstravam alguma ligação com Portugal e todo o mundo lusitano. As guerras coloniais na África portuguesa constituíam assunto conhecido para muitos dos lusos que viviam no Brasil, basta pensar nos impressos luso-brasileiros publicados no país e o grande número de matérias veiculadas na defesa do espaço colonial português, na legitimação

do papel colonizador ou “civilizador” de Portugal na África em jornais como *Voz de Portugal* e *Mundo Português*, e também da *Revista Luso-Brasileira*, para citar alguns. O Secretariado Nacional de Informação cumpria assim o papel de “colaborar com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro [...], supervisão de todos os serviços de imprensa oficiais fora do país”. Nessa colaboração, que era feita por meio do envio de materiais, notícias, entrevistas e correspondências, construía-se pouco a pouco um imaginário ligado aos valores portugueses que direcionava para um espírito colaborativo os variados grupos de portugueses no Brasil no que dizia respeito aos valores que o Estado Novo queria sustentar a *bem da nação* portuguesa.

A participação de intelectuais brasileiros no amparo da política portuguesa era comum naquele momento. Plínio Salgado teve uma participação importante nesse sentido. Em 1939 foi preso pelo Governo de Getúlio Vargas e enviado para um exílio de seis anos em Portugal. Leandro Pereira Gonçalves, em livro que aborda a vida de Salgado entre Portugal e Brasil, afirma que “a sua ação em Portugal decorreu no sentido de formar e propagar um ideal. Uma ideia necessária para a manutenção do seu nome no cenário político brasileiro (e lusitano)” (PEREIRA, 2017: 170). “Deus, pátria e família” era emblema defendido tanto por Plínio Salgado como por Salazar, o que permitiu ao líder integralista brasileiro sua mobilidade no regime português. Afirma ainda Pereira (2017:174) que havia um favorecimento natural para ele em terras lusitanas, o que lhe possibilitou um discurso homogêneo que favoreceu a construção de um ambiente favorável que em pouco tempo fez com que saísse do ostracismo e alcançasse um patamar de importância na classe letrada lusitana.

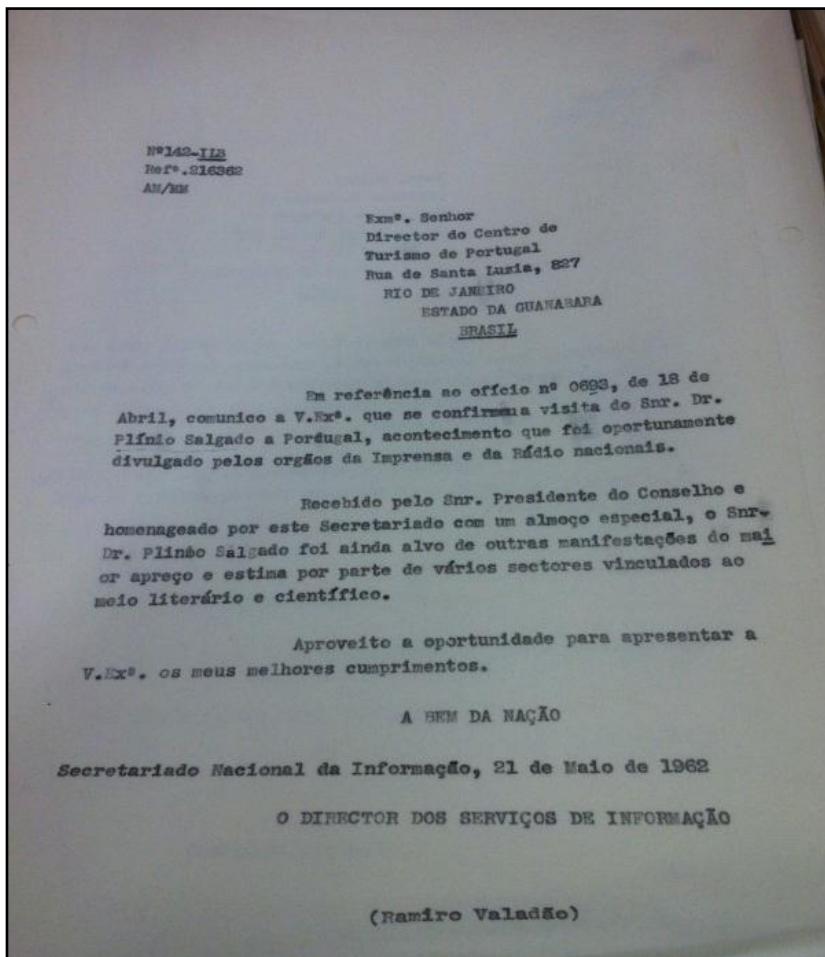
Em maio de 1962 uma correspondência de Ramiro Valadão endereçada ao Diretor do Centro de Turismo de Portugal no Rio de Janeiro (Figura 54) confirmou a visita de Plínio Salgado a Portugal

[...] acontecimento que foi oportunamente divulgado pelos órgãos da Imprensa e da Rádio nacionais.

Recebido pelo Sr. Presidente do Conselho e homenageado por este Secretariado com um almoço especial, o Sr. Dr. Plinio Salgado foi ainda alvo de outras manifestações do maior apreço e estima por parte de vários sectores vinculados ao meio literário e científico (SNI, 1962)

Eram trocas que se faziam a partir das relações que ocorriam tanto no centro do regime como nas suas margens, trocas pelas quais havia benefícios mútuos ao longo do tempo.

Figura 54 - Correspondência sobre visita de Plínio Salgado a Portugal



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Para Plínio Salgado a aproximação entre os dois países por meio da comunidade luso-brasileira era vista como a saída para o avanço mundial da Guerra Fria, afirma Pereira. A percepção sobre a utilidade e força da comunidade luso-brasileira era algo que vinha sendo construído por meio de inúmeros meios em que se incluem diversas mídias, mas também escolas, família, clubes de futebol e folclóricos, discursos políticos que tratavam de evidenciar o caráter vital e historicamente inegável da legitimidade da comunidade luso-brasileira. As mensagens eram repassadas por meio desses variados vetores. Para Serge Bernstein, esses meios de transmissão são importantes porque são capazes de integrar uma cultura política. Para o autor, favorecem a “composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais resultante que uma mensagem unívoca” (BERSTEIN, 1998: 356-357). Tais mensagens configuravam a adesão a uma cultura política que tinha no Estado Novo português uma concretude e no Brasil era praticada no interior das comunidades

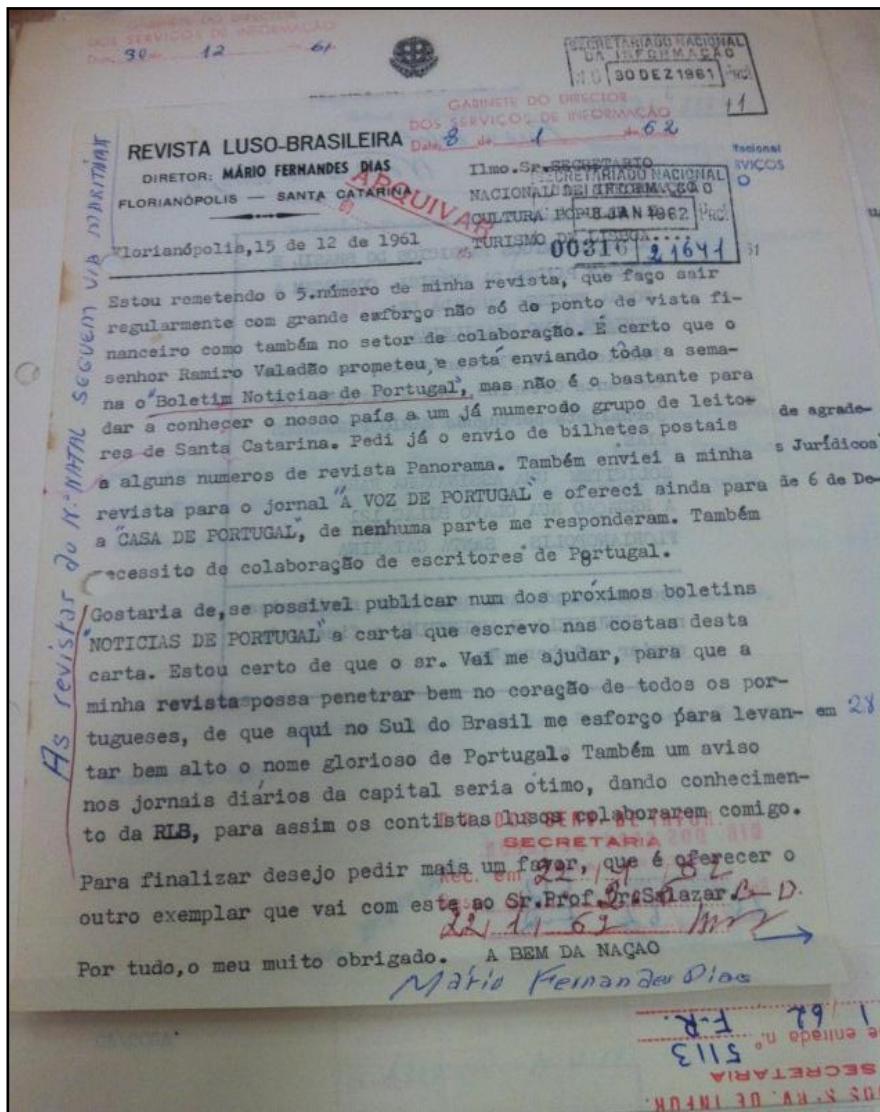
luso-brasileiras, favorecida pelo compartilhar de uma memória social que imaginava uma lusitanidade transatlântica.

5.3 A REVISTA LUSO-BRASILEIRA, A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS E A LIGAÇÃO COM O SNI

Alguns meses após o início da publicação da *Revista Luso-Brasileira* em Florianópolis, Mário Fernandes Dias enviou uma carta endereçada ao Secretário Nacional de Informação em Portugal (Figura 55 e 56) agradecendo o material que tinha recebido de Ramiro Valadão para utilizar como conteúdo na revista, nomeadamente o *Boletim Notícias de Portugal*. Além disso, também pedia para que se publicasse nos boletins *Notícias de Portugal* um texto que enviava em anexo. O texto consistia num pedido para que os portugueses conhecessem e assinassem a revista.

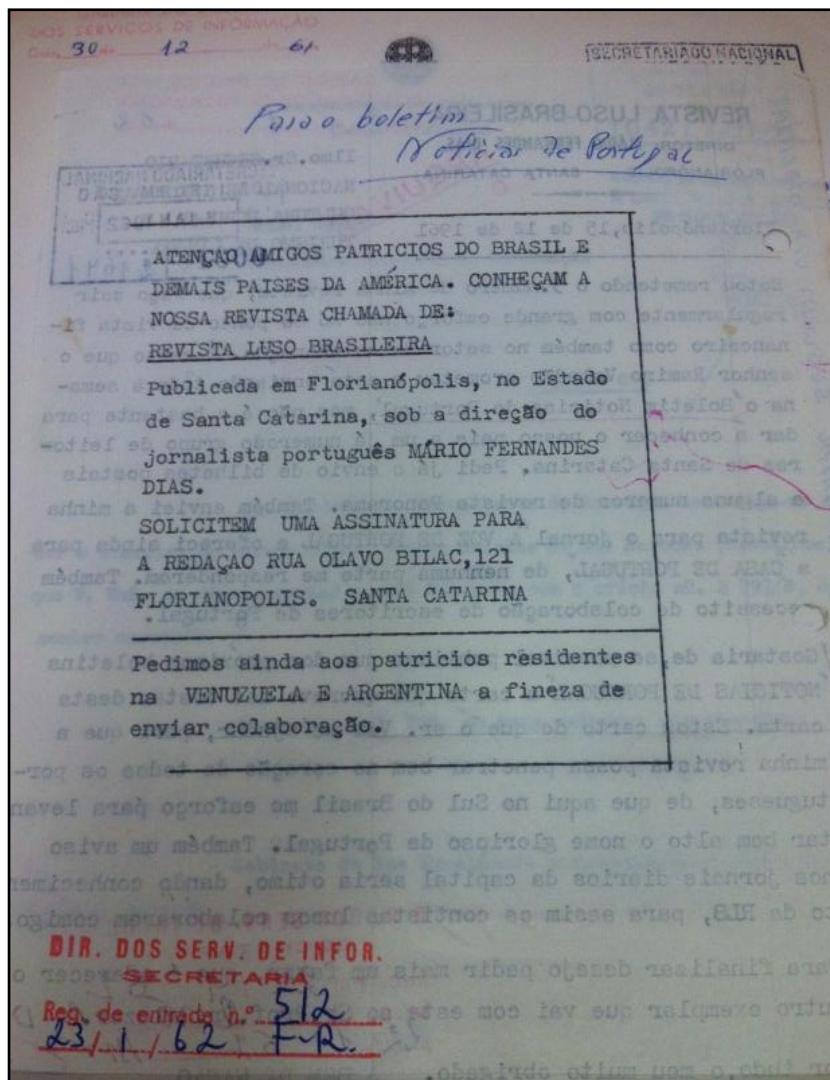
A carta possibilita compreender em parte algumas ligações entre a publicação e o SNI. Em anexo estava o 5º número da revista e Mario Dias aproveitava para informar que estava sendo publicada com grande esforço no aspecto financeiro e também em relação à colaboração de matérias. Afirmava que já havia enviado números da revista ao jornal *A Voz de Portugal* e à Casa de Portugal, mas não obtivera resposta. Percebe-se um tom queixoso na carta enviada por Mário Dias. No seu pedido lembrava que essa contribuição iria ajudá-lo para que a revista pudesse “penetrar bem no coração de todos os portugueses, de que aqui no Sul do Brasil me esforço para levantar bem alto o nome glorioso de Portugal” (SNI, Carta Mário Dias, 1961). A carta demonstrava o esforço de Mário Dias na publicação e a vontade que tinha de promover o nome de Portugal, atividade que procurava realizar mesmo sem ter a ajuda financeira necessária e nem a ajuda no que respeitava à colaboração de conteúdo. Era o início do trabalho do periódico e Mário Dias estava preocupado em torná-lo conhecido tanto em Portugal como no Brasil. Ele pretendia que, ao se tornar conhecida, a *Luso-Brasileira* atraísse contistas lusos colaboradores. Ao terminar a carta solicitava que oferecessem um exemplar da revista ao ditador Salazar. Após o panegírico *A Bem da Nação* apôs sua assinatura.

Figura 55 - Carta de Mário Fernandes Dias ao SNI (Frente e verso)



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Figura 56 - Carta de Mário Fernandes Dias ao SNI (continuação)



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

O texto no verso da carta (Figura 56) em que solicitava a publicação no boletim *Notícias de Portugal* tinha o seguinte teor:

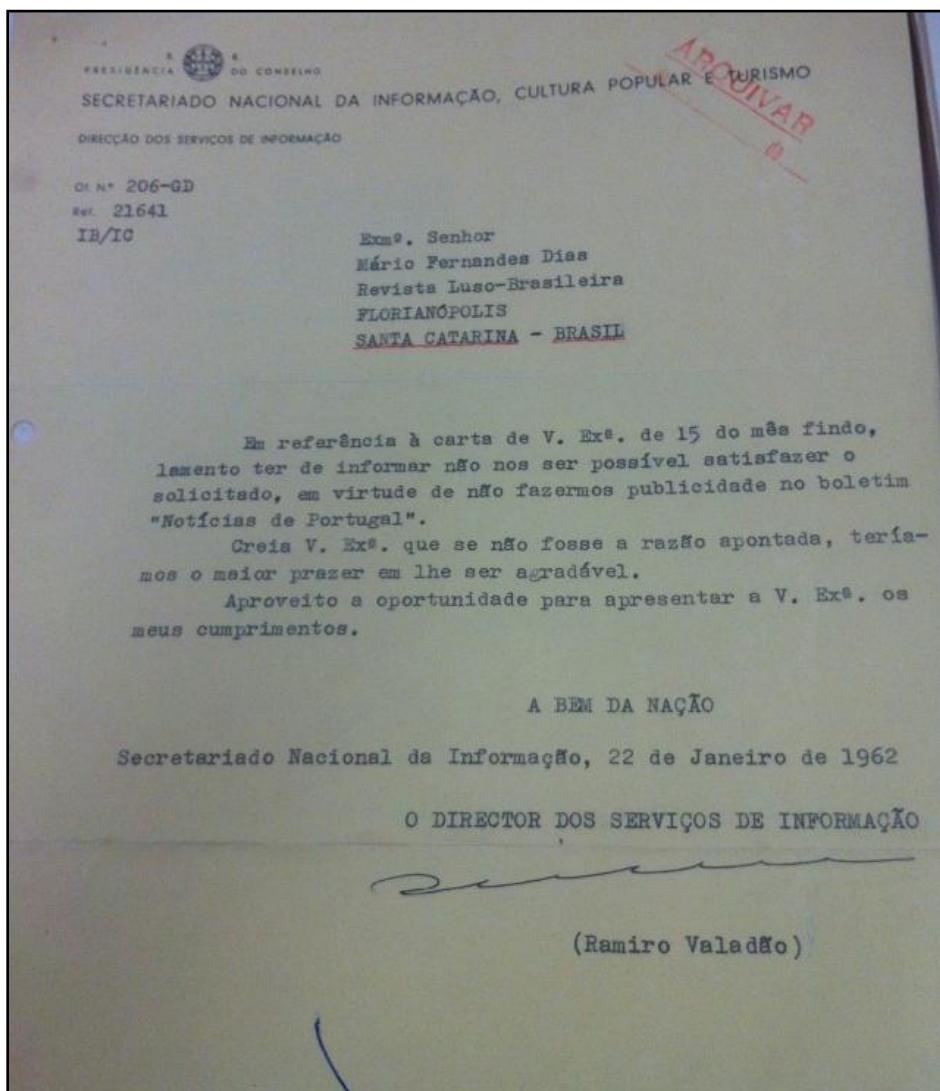
Atenção amigos patrícios do Brasil e demais países da América. Conheçam a nossa revista chamada de: Revista Luso-Brasileira publicada em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, sob a direção do jornalista português Mário Fernandes Dias. Solicitem uma assinatura para a redação Rua Olavo Bilac, 121 Florianópolis. Santa Catarina.

Pedimos ainda aos patrícios residentes na Venezuela⁵⁰ e Argentina a fineza de enviar colaboração (SNI, Carta, 15 dez 1961).

⁵⁰ “[...] entre 1947 e 1957 que podemos falar de um verdadeiro *boom* de imigrantes. Há registo de que durante este período entraram na Venezuela perto de 800 mil imigrantes. Duas razões são apontadas: as difíceis condições de vida na Europa do pós-guerra e a política, uma vez mais favorável à imigração europeia, do novo Governo do general Marcos Pérez Jimenes, que governou o país entre 1952 e 1958. Entre os anos 1940 e 1960 muitos portugueses refugiaram-se também na Venezuela por motivos políticos. Segundo dados oficiais do INE, entre 1940 e 1969 viviam na Venezuela cerca de 21.731 portugueses” (GOMES, 2009:84).

Havia uma comunidade de portugueses considerável tanto na Venezuela como na Argentina, o que justificava o interesse de Mário Dias em ter acesso a esses leitores. A carta obteve resposta do Secretariado Nacional de Informação no dia 22 de janeiro de 1962. Na correspondência (Figura 57), Ramiro Valadão informou ao editor da *Luso-Brasileira* que não podiam atender ao pedido solicitado “em virtude de não fazermos publicidade no boletim ‘Notícias de Portugal’”.

Figura 57 - Carta de Ramiro Valadão para Mário Fernandes Dias

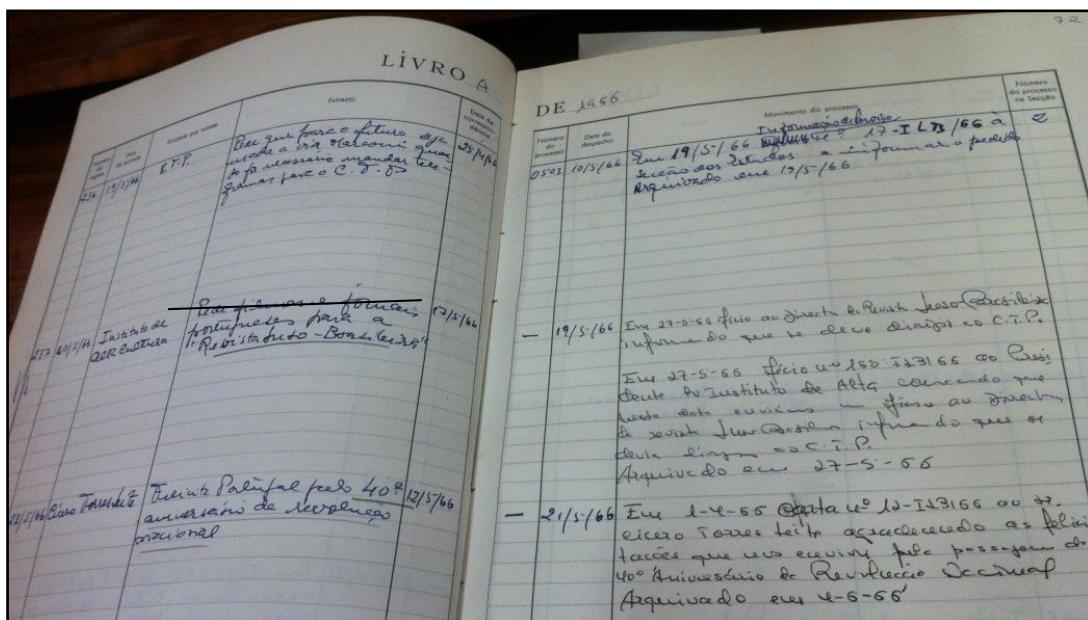


Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

A resposta negativa do Secretariado Nacional de Informação para a *Luso-Brasileira* não impediu, porém de que a revista tenha tido continuidade e nem que se mantivesse na defesa dos ideais salazaristas na publicação. Alguns anos depois, em 17 de maio de 1966, o diretor de *Luso-Brasileira* solicitou ao Instituto de Alta Cultura filmes e jornais portugueses

para a revista. A resposta veio em 27 de maio do mesmo ano informando ao diretor da revista que direcionasse a solicitação à Confederação de Turismo de Portugal (CTP). Novamente em 3 de junho de 1966 o diretor da *Luso-Brasileira* solicitou material (Figura 58) e a 29 de junho em ofício o Instituto Luso-Brasileiro informou a Mário Fernandes Dias que o material seguiu através do CTP. Esses registros foram feitos em livro em que eram inseridas solicitações diversas ao SNI. Um desses pedidos que tem ligação com Santa Catarina foi feito pela União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC) que, em 24 de maio de 1966, enviou ofício solicitando jornais e revistas sobre Moçambique e a Guiné Portuguesa. Percebe-se que as relações com Portugal de Salazar se estabeleceram com grupos políticos e étnicos diferentes, também em Santa Catarina. A circularidade de ideias, informações e notícias entre Brasil e Portugal por meio da imprensa e dos órgãos oficiais de ambos os países constituiu-se numa maneira de fortalecer o engajamento social nas políticas adotadas pelo regime, reafirmando a marca do ideário salazarista no Brasil entre os emigrantes portugueses, seus descendentes e os luso-brasileiros.

Figura 58 - Solicitação de materiais para a *Revista Luso-Brasileira*, 1966.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Em texto/relatório intitulado “Relações Culturais Luso-Brasileiras”, sem data, encontrado nos Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa e escrito pela Conselheira Cultural junto da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Maria de Lourdes

Belchior Pontes⁵¹, no qual esta narra o trabalho que realizou no setor ao longo de quase três anos, podemos perceber algumas atividades realizadas pela Embaixada de Portugal voltadas às relações culturais luso-brasileiras em várias cidades do Brasil. As ações referidas no relatório foram realizadas no sentido de fazer com que as relações culturais luso-brasileiras dessem os “frutos” esperados para ambos os países. Entendia que as atividades deveriam ter prosseguimento, pois, do contrário, em suas palavras, “serão como árvore sem raízes que não poderá dar fruto”. Uma parte do texto (Figura 59) apresenta a lista de pareceres, informações e apontamentos das atividades, que são inúmeras. Cito aqui alguns: equivalência de estudos e revalidação de diplomas, criação do Liceu Lusíada em Santos, concertos musicais, vinda ao Brasil de companhia de teatro, bienais luso-brasileiras de arte moderna, entre várias outras entre os anos de 1964 e 1965. Entre as atividades previstas para o ano de 1965 (Figura 59) consta *Revista Luso-Brasileira* e visita a Curitiba, Florianópolis, Assis e Londrina (de 25 de abril a 6 de maio de 1965).

Quando aponta a lista de conferências, mesas redondas ou seminários realizados por ela em 1965, refere que em 29 de abril ocorreria uma conferência “Aproximação cultural - os problemas da língua comum” em Florianópolis, sem local específico informado (Figura 60). Ainda sobre essa viagem foi expedida uma carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros informando da visita de Maria de Lourdes Belchior Pontes às cidades antes referidas e anexados os relatórios sobre as mesmas. No texto que redigiu sobre a visita em Florianópolis relatou que na cidade havia interesses pela cultura portuguesa e também uma decepção pela ausência de Portugal na vida cultural de Santa Catarina. Citou o professor Oswaldo Rodrigues Cabral⁵² e Jaldyr Bhering Faustino da Silva⁵³ como professores presentes na visita que

⁵¹ “Entre 1963 e 1966, desempenhou funções de Conselheiro Cultural na Embaixada de Portugal no Brasil, país que percorreu largamente, efetuando conferências e orientando debates sobre questões da sua especialidade; entre 1966 e 1970, regressada a Portugal, foi Conselheira para a Direção do Instituto de Alta Cultura, tendo, em 1969, concorrido a vaga de Professora Catedrática na Universidade do Porto onde, durante um ano, assegurou a cadeira de Literatura Portuguesa I, na Faculdade de Letras, assim iniciando uma colaboração que se ampliaría com o apoio ao Centro Inter - Universitário de História da Espiritualidade ali sediado”. RODRIGUES, Maria Idalina Resina. **Maria de Lourdes Belchior**. Camões - Instituto da Cooperação e da Língua Portugal. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/maria-de-lourdes-belchior.html#.Wy3PqapKit9>>. Acesso em 4 mar. 2018.

⁵² Oswaldo Rodrigues Cabral nasceu em Laguna no dia 11 de outubro de 1903 e faleceu 17 de fevereiro de 1978. Médico pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (1929), foi diretor do Hospital Municipal de Joinville, Deputado Estadual (1947/54), presidente da Assembleia (1954), docente livre da Faculdade de Direito de Santa Catarina (1952), professor da Faculdade Catarinense de Filosofia, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Instituto(s) Histórico(s) de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraná, da Associação Peruana de Folclore, da(s) Academia(s) de Letras de Santa Catarina, Piauí e Paraná, da Comissão Catarinense de Folclore e de outras entidades culturais nacionais e estrangeiras, recebeu diversos títulos honoríficos. Oswaldo Rodrigues Cabral publicou vários livros na área de sua especialização e, na área de Folclore, é autor de *A medicina teológica e as benzeduras* (1950), *Vocabulário do consultório médico* (1951), *A medicina caseira* (1952), *A respeito dos corações e dos a pão-por-Deus* (1949),

“manifestaram desejo de possuírem material de estudo, de origem portuguesa”. No seu relato Maria de Lourdes informava sobre pedidos de cartazes de Portugal e fotografias para a Faculdade de Filosofia, da coleção Henriqueira sobre a História dos Descobrimentos e de ofertas de livros. A seção de Antropologia e Linguística desejaria que “um professor português voltasse a trabalhar na Universidade, no próximo ano lectivo”. Percebe-se que para além da *Revista Luso-Brasileira*, havia outros contatos entre Brasil e Portugal na cidade por meio de grupos e pessoas, sobretudo ligadas aos meios acadêmicos. As diversas atividades realizadas pela Embaixada de Portugal no Brasil tratavam de reforçar uma determinada “visão de mundo”, conforme afirma Berstein, por meio da qual uma cultura política permeasse o meio luso-brasileiro, concretizando as relações culturais luso-brasileiras. A agente do regime português conclui da seguinte maneira:

Pelos contatos estabelecidos, pode deduzir-se que a permeabilidade da Universidade de Florianópolis é grande às manifestações da Cultura Portuguesa e que, se forem criadas estruturas adequadas, poderão dinamizar-se ali as relações culturais luso-brasileiras (RELAÇÕES CULTURAIS LUSO-BRASILEIRAS, s/d, p. 6).

Os santos nas lendas marítimas catarinenses (1950), Os açorianos (1951), Antigos folguedos infantis de Santa Catarina (1982) e Contribuição ao estudo dos folguedos populares de Santa Catarina (1953). Jornal de Laguna (2015) **Gente de nossa terra** - Oswaldo Rodrigues Cabral. Disponível em: <<http://jornaldelaguna.com.br/oswaldo-rodrigues-cabral/>> Acesso em: 10 ago. 2016.

⁵³ Jaldyr Bhering Faustino da Silva (Rio de Janeiro, 24 de maio de 1914 — Florianópolis, 8 de julho de 1994) foi um militar, advogado, professor e historiador brasileiro. Disponível em: <https://www.wikiwand.com/pt/Jaldyr_Bhering_Faustino_da_Silva> Acesso em 16 jun 2018.

Figura 59 - Relações Culturais Luso-Brasileiras

		IV
16/9	- Registro e revalidação de diplomas portugueses no Brasil	
21/9	- Bolsas de estudo (Adenda)	
/10	- Actividades e realizações (Relatórios)	
16/10	- Matrícula de brasileiros em Universidades portuguesas	
19/10	- O Centro Brasileiro de Estudos Portugueses da Universidade de Brasília e outros Centros ou Institutos de Estudos Portugueses no Brasil	
26/10	- Plano de Actividades e realizações para 1966/1967	
27/10	- Concertos do maestro Joly Braga Santos, Sérgio Varela Cid, Vasco Barbosa e Helena M. Sá e Costa	
/10	- Adenda ao plano de actividades e realizações para 1966/1967	
/11	- A criação de Leitorados de Cultura Portuguesa no Brasil	
9/11	- O patrocínio da Fundação C. Gulbenkian para diversas actividades	
10/11	- Recitais dos Jograis de São Paulo no Pavilhão de Portugal	
9/11	- O Centro de Investigações das Ferrugens do Cafeiro	
	- Revista Luso-Brasileira de Florianópolis	
/11	- Centros de Estudos Portugueses	
18/11	- Visita a Curitiba, Florianópolis, Assis e Londrina (de 25 de Abril a 6 de Maio de 1965) - Relatório	
	- Visita a Salvador, Recife, Caruarú, João Pessoa, Portalegre e Crato (de 6 a 24 de Março de 1965) relatório	
	- Visita a Belo Horizonte, S. Luis do Maranhão, Belém e Manaus (de 23 de Setembro a 10 de Outubro) relatório	
16/12	- Alteração dos Estatutos do Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro	
9/12	- Elementos para colaboração dos Serviços Culturais nas actividades do Pavilhão de Portugal	

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Figura 60 - Relações Culturais Luso-Brasileiras (continuação)

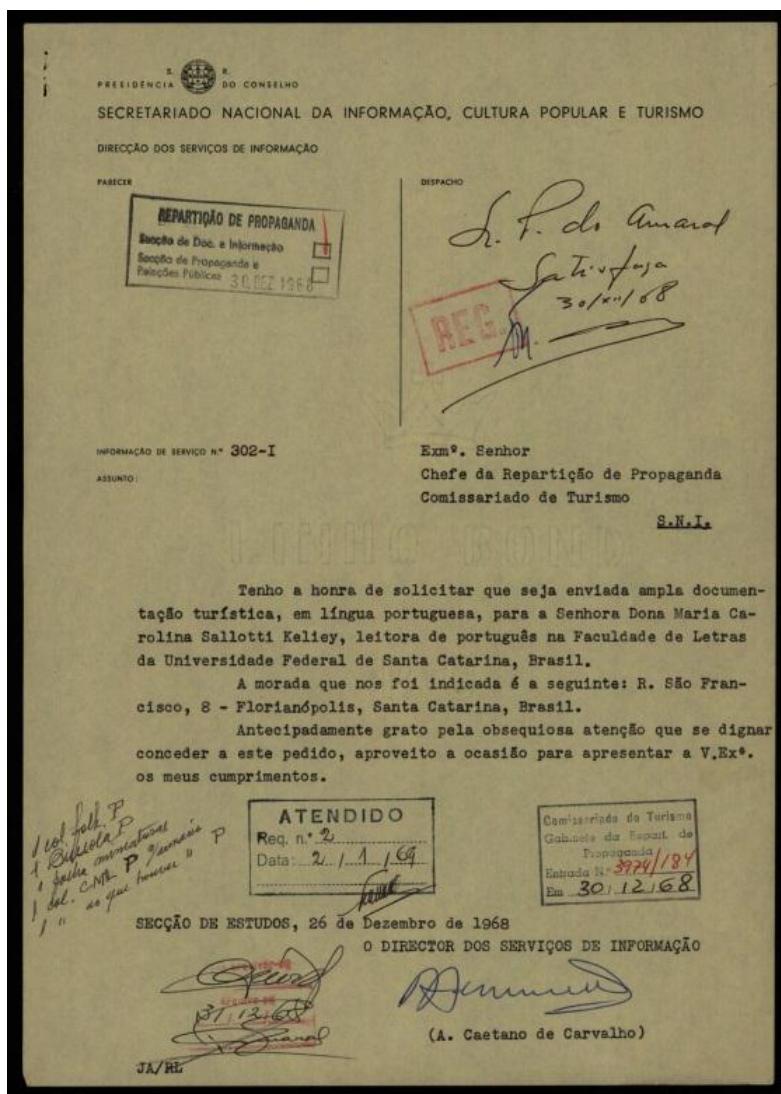
<u>EXPOSIÇÕES PATROCINADAS OU PROMOVIDAS</u>		
Pinturas de Manuel Cargaleiro	-	Brasília - 15/21 de Junho /1964
Gravadores portugueses contemporâneos	-	Rio de Janeiro /1964
Gravadores portugueses contemporâneos	-	Salvador /1965

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros

A participação de professores e membros de universidades tornava-se fundamental no trabalho de influência da comunidade luso-brasileira, por isso a importância de manter esses nomes ligados ao regime e à sua rede de contatos. Essa preferência foi evidenciada em documento de título “Sugestões da Federação das Associações Portuguesas do Brasil”, quando afirma que era importante fazer entender as posições do regime português aquelas pessoas no Brasil que mais tivessem influência na vida pública, entre os quais, diretores e professores das Universidades (Arquivo Salazar, 1964).

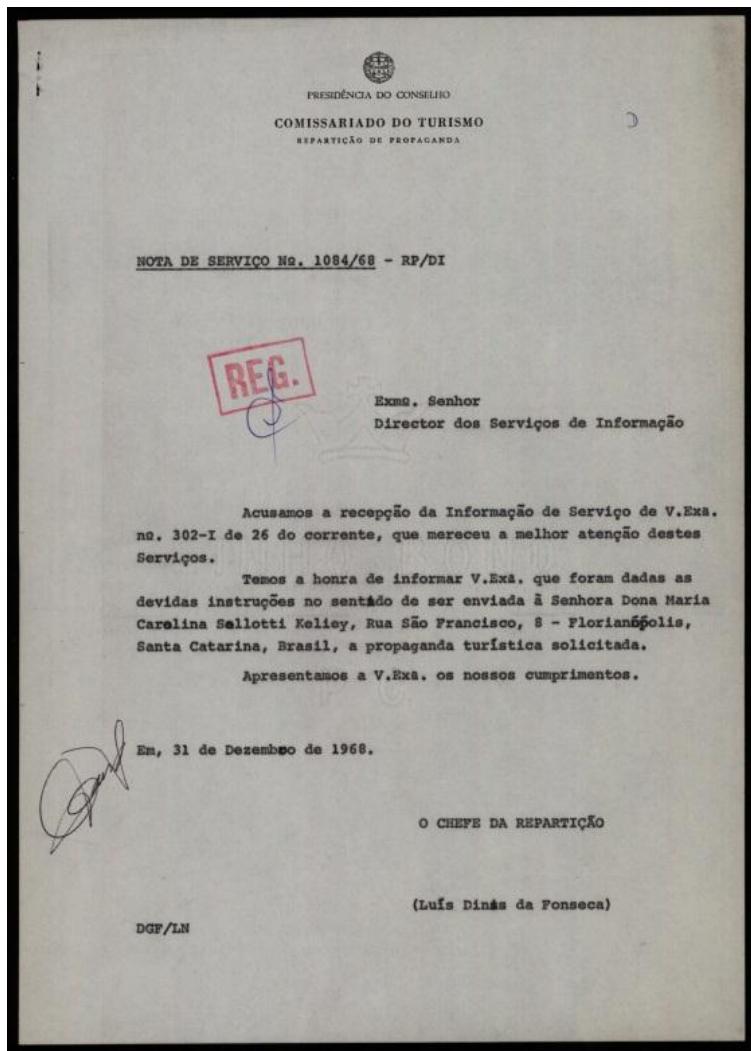
Neste sentido foram estabelecidos contatos e trocas de materiais com a professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, Maria Carolina Gadotti Kehrig, professora formada pela escola Normal Catarinense, “uma das figuras de destaque da UFSC, uma das pioneiras da Faculdade de Filosofia e Letras, um dos pilares de fundação da Universidade Federal de Santa Catarina” (Blog Semana Antonieta de Barros, 2012). Em 1964 Maria Carolina presidia a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) e ajudou naquele ano a organizar a Marcha da Família com Deus de Florianópolis (VARGAS, 2016:13), “que colocou milhares de pessoas nas ruas de Florianópolis em 17 de abril, sob discursos de vivas à liberdade e do fim do perigo comunista” (SARTOTI, 2017:67). Em correspondência (Figura 61) trocada entre o Diretor dos Serviços de Informação e o chefe da Repartição de Propaganda (SNI), em dezembro de 1968, foram solicitadas que fossem enviadas para a professora, no seu endereço em Florianópolis, “ampla documentação turística, em língua portuguesa” e na resposta (Figura 62) afirmava-se que a carta foi recebida e “que mereceu a melhor atenção destes Serviços”. A postura política da professora Kehrig coadunava-se com o ideário político do regime de Salazar, portanto, sua participação e vontade de colaborar na construção da comunidade luso-brasileira ao fazer propaganda turística de Portugal correspondia aos interesses dos agentes do regime, ainda mais sendo esta uma professora universitária.

Figura 61 - Carta solicitando material para Maria Carolina Gadotti Kehrig 1



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Figura 62 - Carta solicitando material para Maria Carolina Gadotti Kehrig 2



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

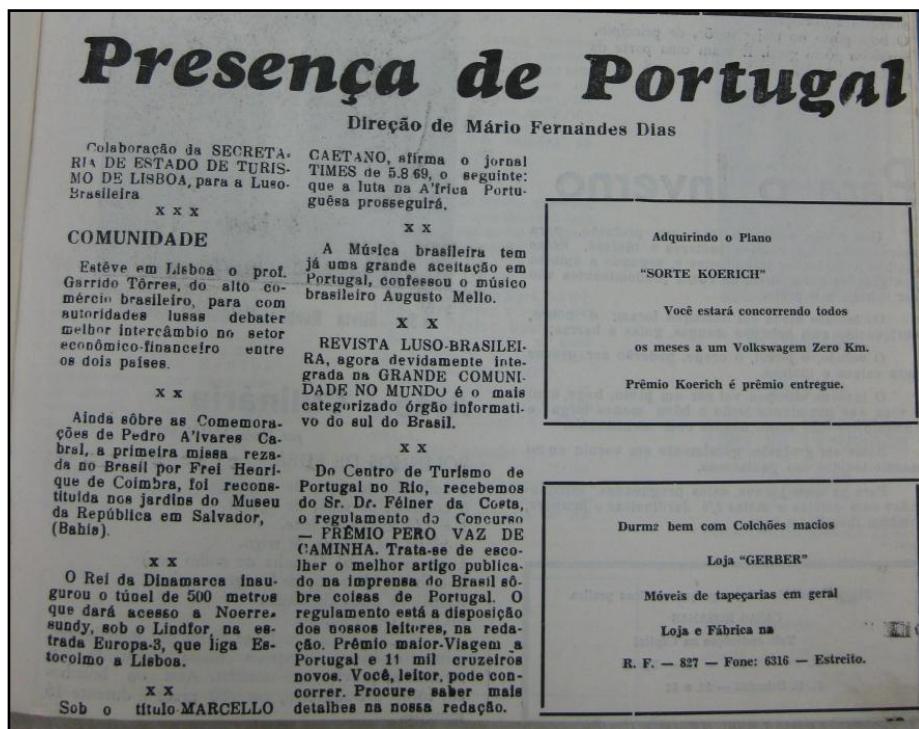
É preciso fazer uma observação em relação ao documento apresentado, pois o nome referido foi escrito de forma incorreta: Maria Carolina Sallotti Kelley, mas após algumas pesquisas e questionamentos percebeu-se que se tratava de Maria Carolina Galotti Kehrig. Ocorre que havia grupos e pessoas espalhados pela cidade que não tinham necessariamente conexões entre si, mas que possuíam certa projeção na cidade em meios diversos. O contato que havia com alguns professores universitários era algo que vinha ocorrendo na cidade e que tinha certa efetividade, por conta da legitimidade intelectual e influência que possuíam. Havia jornalistas simpatizantes aos projetos de Portugal salazarista que, na medida em que se identificavam com aquele passado em comum, com seus personagens e heróis, igualmente se identificavam com as políticas do regime. Aquele mundo rural, trabalhador, simples, bucólico, que a política do Estado Novo se empenhava em transmitir encontrava receptividade e apoio. Portanto, a simplicidade dos elementos culturais utilizados nas várias matérias da

Luso-Brasileira reportava a um ideário que se apresentava como inofensivo, “civilizador”, protetor da família, da moral e da nação.

Também os estudantes recebiam uma atenção especial do regime português, o que já foi mencionado anteriormente a partir de trecho retirado do texto da Federação das Associações Portuguesas do Brasil. São “[...] os estudantes, tão difíceis de tratar, mas tão indispensáveis à nossa causa”. Uma das estratégias para este público era a oferta de bolsas de estudo em Portugal. Os editais eram divulgados com certa frequência na *Revista Luso-Brasileira*, como foi feito na edição de junho de 1969 (Figura 63) na sessão *Presença de Portugal*: “Ainda através de nossa redação foram distribuídas Bolsas de Estudo para universitários brasileiros estudarem em Portugal. Foi uma gentileza da Embaixada de Portugal” (*Luso-Brasileira*, nº 73, jun. 1969, p.5). Era uma maneira de aproximar os estudantes universitários do mundo português, mostrar a visão de Portugal acerca do colonialismo na África e com isso permitir que essa visão de mundo se difundisse.

Mesmo que não houvesse o selo do SNI nas notícias, matérias e informações da revista, infere-se que os textos mobilizados na publicação acerca de temas pontuais da vida política e cultural de Portugal estavam estreitamente ligados à informação oficial do regime e, portanto, ligados também ao órgão que tratava das questões de informação, turismo, cultura e divulgação de Portugal no exterior. Estas temáticas aparecem com frequência nas sessões da revista, por vezes apontando claramente que foram colaborações do SNI ou SEIT ou mostrando ser uma informação que implicitamente teria origem oficial. Na mesma sessão acima citada, em que se vê escrito no topo “Colaboração da Secretaria de Estado de Turismo de Lisboa, para a Luso-Brasileira”, há na sequência uma série de notícias que interessavam a comunidade luso-brasileira.

Figura 63 - Presença de Portugal



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº 73, jun. 1969, p.5 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

Chama a atenção a última nota do Centro de Turismo de Portugal no Rio de Janeiro, divulgando o regulamento do Prêmio Pero Vaz de Caminha que escolheria o melhor artigo publicado na imprensa brasileira sobre assuntos portugueses. O regulamento podia ser visto na redação da revista e os leitores poderiam concorrer. Esse concurso foi divulgado em diversos jornais brasileiros e iria premiar textos de jornalistas sobre Portugal. A seguir apresento o recorte de dois jornais de grande circulação, um do Rio de Janeiro (Figura 64) e outro do Rio Grande do Sul (Figura 65). Foi ainda divulgado no *Correio Braziliense* (DF), *Jornal do Brasil* (RJ) e *Diário de Pernambuco* (PE), isso para percebermos que a circulação de notícias ligadas ao mundo luso perpassava as grandes capitais do país e impressos conhecidos. Este concurso estava sendo realizado pelo Centro de Turismo de Portugal no Brasil em colaboração com a Secretaria de Estado da Informação e Turismo de Portugal e pela Ordem dos Velhos Jornalistas do Brasil. Seria realizado anualmente a partir de 1969. Os prêmios eram valorosos: uma viagem de ida e volta a Portugal com hospedagem paga, dez mil escudos, um diploma e uma medalha. Além do 2º lugar receber 5 mil escudos e o 3º lugar 2.500 escudos. Os primeiros lugares foram ocupados, em 1970 por João Alves das Neves, em 1971 por Glauco Carneiro, e em 1973 por Viana Moog, todos escritores conhecidos e com

alguma expressão no mundo jornalístico. Projeção importante para os objetivos do regime em angariar atenção e adesões.

Figura 64 - Regulamento Prêmio Vaz de Caminha 1

***Em 1969, será conferido o novo
“Prêmio Pero Vaz de Caminha”***

Reuniu-se no Centro de Turismo de Portugal no Brasil, presidido pelo Dr. Jorge Feijer da Costa, o Júri designado para atribuição do Prêmio Pero Vaz de Caminha, relativo ao ano de 1968, constituído dos Srs. Boor Beifort de Oliveira, Octávio Victor do Espírito Santo, Francisco Alves Pinheiro e Leonardo Jorge Pessae Lopes.

Decidiu o Júri reformar o Regulamento daquele Prêmio para o próximo ano, ao qual será dada a devida publicidade.

Quanto ao Prêmio referente a 1968, considerando que os artigos de real valor apresentados não se enquadram nas disposições do Regulamento ainda vigente, o Júri deliberou que o primeiro Prêmio não fosse concedido mas, ao desejo de premiar o indiscutível merecimento de alguns trabalhos apresentados, resolveu atribuir o segundo e o terceiro Prêmios e duas Menções Honrosas aos seguintes artigos:

Segundo Prêmio — «O granito na arquitetura popular de Portugal», de autoria do arquiteto Benedito Lima de Toledo.

Terceiro Prêmio — «Três séculos de pintura portuguesa» de autoria de Walmir Ayala. Dezembro de 1968;

Menções Honrosas:

- a) «Portugal na carta de Caminha», de autoria de Hélio Damante.
- b) «Pero Vaz de Caminha, poeta e repórter», de autoria de João Alves das Neves.

REGULAMENTO

1969

Pero Vaz de Caminha, ao receber a notícia do achamento da terra, «em tal maneira grandiosa, avistada por Pedro Álvares Cabral a 22 de abril de 1500, adquiriu o incontestável direito de ser por todos considerado o primeiro jornalista brasileiro. Foi por esse motivo que o Centro de Turismo de Portugal no Brasil, em colaboração com a Secretaria de Estado da

sobre Portugal ou assuntos portugueses, apresentado, em primeira publicação, na imprensa brasileira;

II — Poderão concorrer ao Prêmio os indivíduos de nacionalidade brasileira, bem como os de qualquer outra nacionalidade, desde que radicados no Brasil há mais de 10 anos;

III — Os candidatos deverão entregar, no Centro de Turismo de Portugal no Brasil (Rua Santa Luzia, 227 — Rio de Janeiro), até o dia 31 de janeiro, cinco exemplares de jornais ou revistas onde tenham publicado, no decorrer do ano anterior, os artigos com que desejem concorrer;

IV — Os artigos concorrentes ao Prêmio serão julgados por um Júri que, presidido pelo Diretor do Centro de Turismo de Portugal no Brasil, ou seu representante, com voto de desempate, terá a seguinte constituição:

- 1 — Presidente, ou seu representante, da Confederação Brasileira das Associações de Imprensa;
- 2 — Presidente, ou seu representante, da Ordem dos Velhos Jornalistas;
- 3 — Um jornalista da imprensa brasileira;
- 4 — Um jornalista da imprensa portuguesa.

V — A apreciação dos trabalhos e sua classificação;

VI — Até o dia 1 de maio de cada ano, serão proclamados os resultados, não havendo recurso das decisões tomadas pelo Júri;

VII — Serão atribuídos, em cada ano, três prêmios e trés menções honrosas, a saber:

Primeiro Prêmio:

- a) Uma viagem de ida e volta a Portugal, com a respectiva hospedagem;
- b) A quantia de Esc: 10.000\$00 (dez mil escudos);
- c) Um diploma;
- d) Uma medalha de «vermeil».

Segundo Prêmio

- a) A quantia de Esc: 5.000\$00 (cinco mil escudos);
- b) Um diploma;
- c) Uma medalha de prata.

Terceiro Prêmio

- a) A quantia de Esc: 2.500\$00 (dois mil e quinhentos escudos);
- b) Um diploma;
- c) Uma medalha de bronze;

Menções Honrosas

- a) Um diploma;
- b) Uma medalha de bronze.

VIII — O Centro de Turismo de Portugal no Brasil reserva-se o direito de fazer publicar os trabalhos premiados, em edição própria; os autores, ao concorrerem, aceitam implicitamente esta condição e autorizam a publicação dos seus artigos, sem nada pleitearem em troca, agora ou futuramente;

Fonte: *O Jornal* - RJ - 7 dezembro de 1969 (BN Hemeroteca Digital)

Figura 65 - Regulamento Prêmio Vaz de Caminha 2

Lançado na ARI prêmio "Pero Vaz de Caminha"

Portugal já tem no Brasil seu prêmio jornalístico e o intitula "Prêmio Pero Vaz de Caminha". Seu lançamento para o Rio Grande do Sul ocorreu sábado, no Salão Nobre da Associação Riograndense de Imprensa, quando lá compareceu o cônsul de Portugal, sr. João de Matos Proença para fazê-lo. O certame é permanente e o cônsul Proença disse que seu Consulado fornecerá todas as informações e os elementos desejados pelos jornalistas. Ao agradecer a visita do cônsul, o jornalista Alberto André, presidente da ARI destacou o seu trabalho, em prol de boas relações da representação consular com a imprensa, e o cumprimentou pelo seu desígnio para a Embaixada de Portugal em Santiago do Chile, para onde viajou domingo, a fim de ocupar, durante dois meses, o cargo de Encarregado de Negócios.

É o seguinte o texto do documento lido e deixado pelo cônsul português na Secretaria da Casa do Jornalista:

PRÊMIO PERO VAZ DE CAMINHA

"Pero Vaz de Caminha, ao escrever a notícia do achamento da terra "em tal maneira graciosa" onde Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500, se dirigiu ganhou direito a ser considerado o primeiro jornalista brasileiro. Este o motivo por que foi escolhido o seu nome para o Prêmio que, com as seguintes bases, o Centro de Turismo de Portugal no Brasil, em colaboração com o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, de Portugal, e a Ordem dos Velhos Jornalistas, do Brasil, institui:

I
O PRÊMIO PERO VAZ DE CAMINHA tem por fim galardoar o melhor artigo inédito sobre Portugal que, anualmente, for publicado na imprensa brasileira.

II
Ao mesmo poderão concorrer, exclusivamente, indivíduos de nacionalidade brasileira ou estrangeiros radicados no Brasil há mais de 10 anos.

III
Os candidatos ao Prêmio deverão entregar no Centro de Turismo de Portugal no Brasil, até o dia, 31 de dezembro de cada ano, cinco exemplares do jornal ou revista onde venha publicado, dentro desse ano, o artigo com que desejam concorrer.

IV
Além o dia 1º de maio de cada ano, serão proclamados os resultados do concurso relativo aos artigos apresentados no ano anterior, os quais serão escolhidos pelo respectivo juri, não havendo recurso da sua decisão.

V
O juri será presidido pelo Diretor do Centro de Turismo de Portugal, ou seu delegado, e terá a seguinte composição:
Presidente ou delegado da Confederação Brasileira de Imprensa; presidente ou delegado da Ordem dos Velhos Jornalistas; 1 jornalista da imprensa brasileira; 1 jornalista da imprensa portuguesa no Brasil.

VI
Serão atribuídos três prêmios:
1.º Prêmio — Uma viagem de ida e volta a Portugal, com a respectiva hospedagem, e uma medalha de "vermeil" e diploma, além da quantia de 10.000 escudos.
2.º Prêmio — Medalha de prata e diploma e a quantia de 5.000 escudos.
3.º Prêmio — Medalha de bronze e diploma e a quantia de 2.500 escudos.

VII
O Centro de Turismo de Portugal no Brasil reserva-se o direito de publicar — em edição própria — os "rabalhos premiados, pelo que os concorrentes se obrigam a apresentar, antes da distribuição dos prêmios, a necessária autorização escrita".

Fonte: *Diário de Notícias - RS* - 10 dezembro de 1968 (BN Hemeroteca Digital)

Os órgãos de informação de Portugal SNI/SEIT e seus representantes no Brasil se empenhavam em reafirmar a relação política e cultural entre portugueses e brasileiros por meio de eventos, mas não somente, também por meio de notícias, impressos, discursos, contribuição de materiais e realização de contatos diversos com pessoas no Brasil com certa importância social para a comunidade luso-brasileira. Tais concursos ocorriam para que se fortalecessem as interações culturais entre os dois países. Eram recorrentes estas estratégias e tinham o intento de fortalecer as ligações culturais e também afetivas entre os habitantes dos dois países, principalmente no que aludia as relações entre lusos e brasileiros.

6 LOCAL, NACIONAL, TRANSNACIONAL: A EXPRESSÃO DA REVISTA NOS NOVOS TEMPOS DO REGIME SOB MARCELO CAETANO

6.1 PENSANDO AS CONEXÕES ENTRE FLORIANÓPOLIS E PORTUGAL

Ao começar a circular pelas bancas, casas e bibliotecas de Florianópolis, mesmo que timidamente, a *Revista Luso-Brasileira*, sob a contínua direção de Mário Fernandes Dias e Terezinha Cascaes, permitiu aos seus leitores e leitoras, portugueses ou brasileiros, o conhecimento de um universo bastante distante e desconhecido para muitos. Ler aqueles contos de autores desconhecidos e notícias de jornalistas distantes, além de fotos e notícias de cidades portuguesas muitas delas impensadas, descortinava um Portugal que na sua contemporaneidade não mais fazia parte das leituras e percepções de brasileiros na ilha de Santa Catarina.

O contexto da ditadura salazarista não era familiar para brasileiros em Florianópolis. Possivelmente em cidades maiores como o Rio de Janeiro e São Paulo, onde as colônias de portugueses migrantes eram em número considerável, esse fosse um assunto familiar aos ouvidos da população nas décadas de 1960 e 1970. Contudo, em Florianópolis, onde os interesses dos nativos da ilha passavam então por temas mais específicos dos problemas que envolviam a cidade, como os projetos desenvolvimentistas, o turismo que começava a dar seus passos e a urbanização e modernização da cidade, a política que vigorava em Portugal e a amizade luso-brasileira não faziam parte do leque de questões que pairava as preocupações do florianopolitano. Havia, sim, um grupo de portugueses que havia emigrado desse Portugal contemporâneo para a Ilha no intuito de construir uma vida melhor, onde esta não se resumisse apenas em “não passar fome”, como havia afirmado seu Antonio, português de Miranda do Douro emigrado em Florianópolis. Esse grupo de portugueses via no país dito “irmão” uma possibilidade de melhoria nas condições de vida. Essa mudança, para muitos dos lusos que na cidade chegaram não significou um rompimento com o regime que havia em Portugal, mas uma possibilidade que era oferecida pelo próprio regime, e, além disso, um compromisso em manter vivos seus ideais no país de destino. Portanto, muitos dos emigrados para o Brasil naquelas décadas vieram, na concepção do regime, imbuídos de uma missão: manter viva a ideia de nação portuguesa, a ideia de defender os ideais do Estado Novo e o nome de Salazar e do seu significado na história portuguesa nas últimas décadas. Percepção construída nos últimos anos, promovida por um bem elaborado sistema de propaganda e informação do Estado Novo dentro e fora do país. Heloísa Paulo, já citada neste trabalho,

assinala que a vinculação de Portugal aos emigrados constituía uma das possibilidades de apoio e garantia da defesa e continuidade do Estado Novo. Lembra ainda que os mecanismos oficiais e oficiosos utilizados buscavam a manutenção do contato entre o emigrante e o país, levando as “comunidades portuguesas no exterior a aderir e defender os pressupostos do salazarismo” (PAULO, 1998: 296). Construiu-se um complexo aparato que mantinha a ligação entre o regime, o emigrante e as comunidades de emigrados, o que buscava garantir a preservação da imagem da nação portuguesa por meio da atuação do emigrado no Brasil.

Esse sistema mobilizava vários elementos, desde panfletos, jornais, revistas e livros até cinema, teatro e cantores a serviço do Estado Novo. No Brasil tal conjunto de meios constituiu boa parte da engrenagem para o envolvimento de portugueses e brasileiros na defesa do regime. Tais meios puderam contribuir para um movimento e circulação de ideias e conceitos que partiram do âmbito local para outro que ultrapassava as fronteiras nacionais, possibilitando que ideias bastante localizadas e que diziam respeito a uma nação em especial, ou a um regime político em especial, sensibilizasse grupos de pessoas em outro país, recebendo deles seu apoio. Todavia essas ideias não tinham mão única, pois faziam um movimento de circulação em que as trocas efetivadas por meio de impressos variados no movimento de ir e vir promovia um intenso fluxo de informações e mensagens que possibilitavam um conhecimento recíproco que ocorria entre nações.

O olhar que produz a perspectiva da história transnacional no objeto deste trabalho contribui para perceber os fluxos que ocorreram nessa história entre Brasil e Portugal, em que as trocas por meio dos impressos são peças fundamentais na estratégia do Estado Novo para manter-se conectado com as comunidades portuguesas e luso-brasileiras espalhadas no Brasil. Esse olhar “convida o historiador a pensar no problema para além das fronteiras nacionais com o intuito de explorar as interconexões existentes entre nacionais de diferentes países”, lembra José Ítalo de Oliveira e Silva (2016:109). Portanto, não é o caso de perceber influências de uma nação sobre a outra ou de elencar uma nação que seja o polo de onde se emite os elementos de protagonismos dessa história, mas sim compreender que são histórias nacionais que se interconectam, que neste contexto específico tem necessidades políticas e econômicas distintas e que diante delas lidam com o outro país de maneira estratégica.

Cabe perceber que as nações se formam por meio de inúmeras trocas transnacionais e que, portanto o protagonismo neste caso não parte de uma nação europeia direcionada ao Brasil ou a países africanos, mas é produzido por meio das conexões e cruzamentos que se dão entre si. Uma história transnacional “enfatiza questões para as quais o país não é a principal arena de interação ou conflito” (WEINSTEIN, 2013: 10). Assim, almeja “superar os

estudos ‘monoscópicos de modo a complexificar a historiografia voltada para a questão nacional’, afirma Lowande (2018:81). Por meio do manejo desta abordagem, a compreensão dos problemas travados entre Portugal e Brasil no período aqui tratado podem ser tomados não somente como um problema de imigração ou de relações internacionais, mas como constituição de redes sociais complexas que se formam a partir destas macro relações e que interagem à medida que ocorrem interações em micro-escalas. Nesse intercâmbio, seus objetos constituem “os movimentos de capital, pessoas e práticas, as redes, as crenças e as instituições que transcendem o espaço nacional”, lembra Renata Gereissati de Almeida (2018:7). São importantes percepções que contribuem para a compreensão de períodos da história que não excluem aquelas de viés nacional, mas permitem mostrar “a permeabilidade das fronteiras, procurando apontar que as relações não podem ser pensadas como ruas de mão única reforçando apenas uma assimetria, mas sim devem ser construídas de forma relacional” conclui Almeida (2018:7).

No processo de elaboração da *Luso-Brasileira* esses cruzamentos ocorriam de diversas maneiras. Ao mesmo tempo em que o Brasil surgia como um país elencado por grande parte dos emigrantes como favorito na escolha do destino, e que Portugal era beneficiado com a presença de grupos de portugueses no Brasil, também sucessivos governos no Brasil viram positivamente a relação política estreita com o país luso, sendo esta uma possibilidade de entrada na Europa. Essas são algumas das razões percebidas por meio de uma escala de análise abrangente que passa pelo nível das relações políticas e econômicas. No entanto, há também interconexões que se desenrolam em uma escala reduzida, partindo do contato entre os habitantes dos dois países que se encontram e trocam vivências, das leituras improváveis por meio de uma revista que trazia na sua narrativa personagens, locais e histórias de Portugal, concebidas por muitos dos leitores brasileiros como algo totalmente novo. Os portugueses também se encontravam em contato com uma experiência nova, tanto no aspecto territorial como no aspecto social. A mudança de país e de realidade política infere novas percepções de mundo juntamente com novos contatos. Mas, uma coisa tendia a permanecer nesse conjunto de mudanças: a imagem que o emigrado terá de Portugal. O interesse do regime pelo emigrante faria com que ele mantivesse uma conexão e uma recordação constante de Portugal, com o compromisso de prezar pelos interesses de seu país de origem no Brasil.

O local no qual se inseriu o emigrante se constituiu em fronteira, como “o lugar a partir do qual *algo começa a se fazer presente*” (BHABHA,1998:24), qual seja, um movimento contraditório de ideias, o ser português fora do espaço nacional, a construção da cidadania portuguesa no além-mar. São os “entre-lugares”, conforme propõe Bhabha

(1998:24), como espaços “que fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade [...]”. As fronteiras que compõem os “entre-lugares” permitem que novos signos de identidade se formem, novas percepções da nação distante e a elaboração de estratégias de sobrevivência nesse espaço. Florianópolis como espaço do entrecruzamento e circulação de ideias e pessoas, de intercâmbios entre Brasil e Portugal que se expressavam nas relações entre nativos e emigrados e também por meio da *Revista Luso-Brasileira*.

Vários elementos, portanto, contribuíram para a preservação do sentimento de *portugalidade* entre o emigrante português, sendo a produção de periódicos um dos mais relevantes. Jornais e revistas que cumprirão o papel de reunir portugueses e luso-brasileiros em torno dos problemas políticos da ditadura do Estado Novo, da vida cultural do regime, dos nomes importantes de Portugal, do problema colonial. *Luso-Brasileira*, com o desejo de criar um *laço de amizade* entre Brasil e Portugal, brasileiros e portugueses exerceu a função de atuar no sentido definido pelo regime salazarista de preservação da *portugalidade*. Constituiu-se num espaço de comunicação e propaganda do mundo português, certamente mais discreto que outros periódicos por se tratar de uma revista mensal/bimensal e ainda por ter um projeto gráfico bastante simples, mas não obstante, soube perdurar por quase duas décadas nos espaços de leitura da cidade.

Para alguns dos portugueses que vieram para Florianópolis, a revista e a associação que havia entre os portugueses era o que os mantinha unidos em torno das lembranças do país de origem que os remetia ao imaginário português. Não se pode afirmar que a revista significou uma ligação indissolúvel com o regime. Foi, no entanto, um instrumento que promoveu a evocação de um imaginário entre os emigrantes que os transportava afetivamente ao mundo luso e os recordava da sua missão de cidadania. *Missão de cidadania* entendida pelo Estado Novo como compromisso com o ideário do regime, pois o emigrante que se voltasse contra o projeto da ditadura deixaria de ser cidadão. A ideia de nação elaborada pelo regime estava subordinada ao estado. Portanto, pensar a nação como “comunidade política imaginada” (ANDERSON, 2008) significava pensá-la integrada ao Estado como algo único. A percepção da nação portuguesa partilhada pelo Estado Novo passava por imaginá-la em continentes distantes e culturas diversas, no entanto, configurando o mesmo Estado. Era um exercício, para o cidadão comum português de situar-se num “grande império”, o qual compreendia o espaço imaginado “do Minho ao Timor”, compartilhando o mesmo sentimento de *portugalidade* com aqueles não nascidos em Portugal continental. Em todo o território colonial, no entanto, a ideia da *portugalidade* era a que predominava, o mundo colonial

deveria guiar-se por um conceito centrado no “ser português” (SOUSA, 2017). A expressão “do Minho ao Timor” demonstrava a unicidade do “império português” e o uso estratégico da palavra *portugalidade* na Assembleia Nacional a partir de 1951 ia “no sentido de combater os movimentos independentistas que emergiam nas antigas colónias, defendendo a pertença desses territórios a Portugal”, afirma Vitor Sousa (2017: 294).

A nação portuguesa, afirma Omar Thomaz, está dissociada da noção de território, era percebida como uma nação “desterritorializada”, ou seja, que está muito mais ligada à língua comum que ao território, e que buscava construir a ideia de uma nação que vai além do território, formando um império. Entende-se por “nação desterritorializada” a ideia da existência de uma comunidade de sentido que englobaria não apenas o Portugal europeu e os arquipélagos de Madeira e Açores, mas também os territórios coloniais na África e Ásia (Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli e Macau), e as próprias comunidades de migrantes portugueses espalhadas pelo mundo (THOMAZ, 2001:2). Mesmo que a percepção de uma “nação desterritorializada” seja mais apropriada para os territórios coloniais, penso que, como afirma o autor, ela também se adequa aos migrantes portugueses pelo mundo, a partir da percepção da existência de uma comunidade de sentido que se tece em torno destes migrantes, pois se estabelece um conjunto de elementos culturais, linguísticos e históricos que por meio da imprensa, criaram relações de sentido em meio às comunidades lusas que dão conta de construir esse enlace entre os portugueses fora de Portugal. Uma comunidade de sentido que procura reunir por meio de símbolos e ideias os portugueses emigrados, procurando dar significado à distância, à emigração, um sentido na ausência em função dos objetivos político-coloniais do Estado Novo. Essa reflexão nos remete a Baczkó quando afirma que para se exercer um poder simbólico se duplica e reforça a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos, garantindo a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio (BACZKO, 1985).

6.2 O TURISMO COMO PROJETO DE DIVULGAÇÃO DA *PORUTGALIDADE*

A partir de meados do século XX o turismo passou a ser considerado uma área econômica relevante em Portugal, diferentemente de como havia sido delineado por António Ferro, o qual pretendia uma estabilidade, ordem e durabilidade através da preservação do mundo rural, afirma Eduardo Gonçalves (2012:101). Este novo ciclo do turismo português que adentra a década de 1960, continua o autor, terá um grande crescimento, o qual irá atenuar o *déficit* da balança comercial, a seguir ao contributo histórico das remessas dos

imigrantes (GONÇALVES, 2012:101). A atividade turística será crucial para a economia do país, diante também das perdas econômicas produzidas pelas guerras coloniais a partir de 1961. Em 1968, por conta da valorização do turismo em Portugal, foi criada a Direção Geral de Turismo, juntamente com o Instituto Nacional de Formação Turística. Neste mesmo ano, após o acidente que imobilizou Salazar, passou a ocupar a direção do Estado Novo português Marcello Caetano. Sob o comando de Caetano, o regime implementará no país uma política reformista, pretendendo “levar a efeito uma política de desenvolvimento em matéria social, de economia e de educação, ao mesmo tempo que procurava dar uma nova ideia à opinião pública [...]” (TORGAL, 2009: 619). No entanto o problema da questão colonial não foi alterado no período em que esteve no governo, prolongando-se até a queda do Estado Novo.

Não foi somente em termos econômicos, no entanto, que advirão as vantagens com a atividade turística em Portugal. Filipa Cabrita (2010:128) acerca do papel do turismo nos estados totalitários afirma que este “[...] era o veículo capaz de esclarecer a imagem nacional e potenciá-la para fins de estado”. Essa *imagem nacional* era a da *portugalidade* que o Estado Novo almejava projetar para além das fronteiras da nação. E prossegue a autora: “se, por um lado, levava a imagem do país para o exterior, por outro, essa mesma imagem podia ser absorvida como um projecto de definição nacional” (2010:128). Mesmo num contexto em que o turismo em Portugal passaria a contar como elemento fundamental para a economia, e não apenas como propaganda do regime, essa ainda seria uma forte marca do sentido da atividade turística do Estado Novo, já que muito daquele espírito de António Ferro foi mantido na ação e intenção turística. O aparato turístico na década de 1960 teve uma forte marca da mensagem que o Estado Novo queria difundir por meio das imagens do país transportadas nos anúncios turísticos, nas mensagens escritas escolhidas para que o mundo conhecesse a tradição do mundo português, nos seus símbolos e história. Desta maneira era a atração pelos espaços da tradição, das belezas naturais atraídas por uma vontade de conhecimento de um público ansioso por visitar o pitoresco que a *portugalidade* foi sendo exposta por meio da atividade turística.

Em janeiro de 1965 no Boletim do Centro de Turismo de Portugal no Brasil, informativo que veiculava notícias e dados sobre locais turísticos de Portugal entre outras informações, o sumário apresentava diversos temas atraentes para os eventuais turistas tais como “Roteiro das terras portuguesas; Carruagens do Museu dos Coches; obra Ultramarina de Portugal”. Umas das matérias intitulada *Grande Exposição sobre Portugal* descrevia a exposição que ocorria em Copacabana com cerca de 200 fotografias de motivos portugueses e produtos e objetos de fabricação nacional. O Centro de Turismo foi criado em 1959, e era um

organismo dependente da Presidência do Conselho. Acerca da sua função alude o Decreto-Lei nº 39475 que competia ao órgão “evidenciar e divulgar, em países estrangeiros, a propaganda dos produtos de origem e artísticos de Portugal que constituam motivo de atração turística” (Boletim do CTPB, 1972). Em entrevista, Noel de Arriaga, diretor do Centro de Turismo, por meio da interpretação de uma tabela com os números crescentes de turistas que visitaram Portugal de 1956 a 1971, afirmou que o trabalho do Centro de Turismo havia contribuído para este fim “com a sua propaganda quanto possível intensiva, através da sua sede, no Rio de Janeiro, e da sua delegação, criada, em 1969, na cidade de São Paulo” (Boletim do CTPB, maio de 1972). A propaganda, portanto, era um elemento indispensável na difusão da *portugalidade* e de Portugal. Essa difusão não seria mais realizada somente direcionada aos portugueses no Brasil, mas também aos brasileiros “para que os brasileiros passem, eles, a conhecer melhor o Portugal de hoje, sem esquecer o Portugal de sempre” (Boletim do CTPB, maio de 1972). A tabela a seguir (Figura 66) mostra o número de turistas brasileiros que entraram em Portugal entre 1963 e 1970, evidenciando a eficácia do trabalho realizado pelos diversos meios de difusão de Portugal como destino turístico para brasileiros.

Esta tabela, obtida no arquivo digital do Instituto Nacional de Estatística de Portugal com origem na Direção Geral do Turismo, demonstra em números a entrada de estrangeiros nas fronteiras portuguesas entre os anos de 1963 e 1969 apresentando os países em ordem alfabética. A Espanha foi o país que teve o maior número de entradas em todos os anos. A entrada de brasileiros a partir de 1963 ocorreu num crescimento a cada ano e teve maior número de entradas no ano de 1969 com 56.826 turistas.

Figura 66 - Entrada de estrangeiros em Portugal

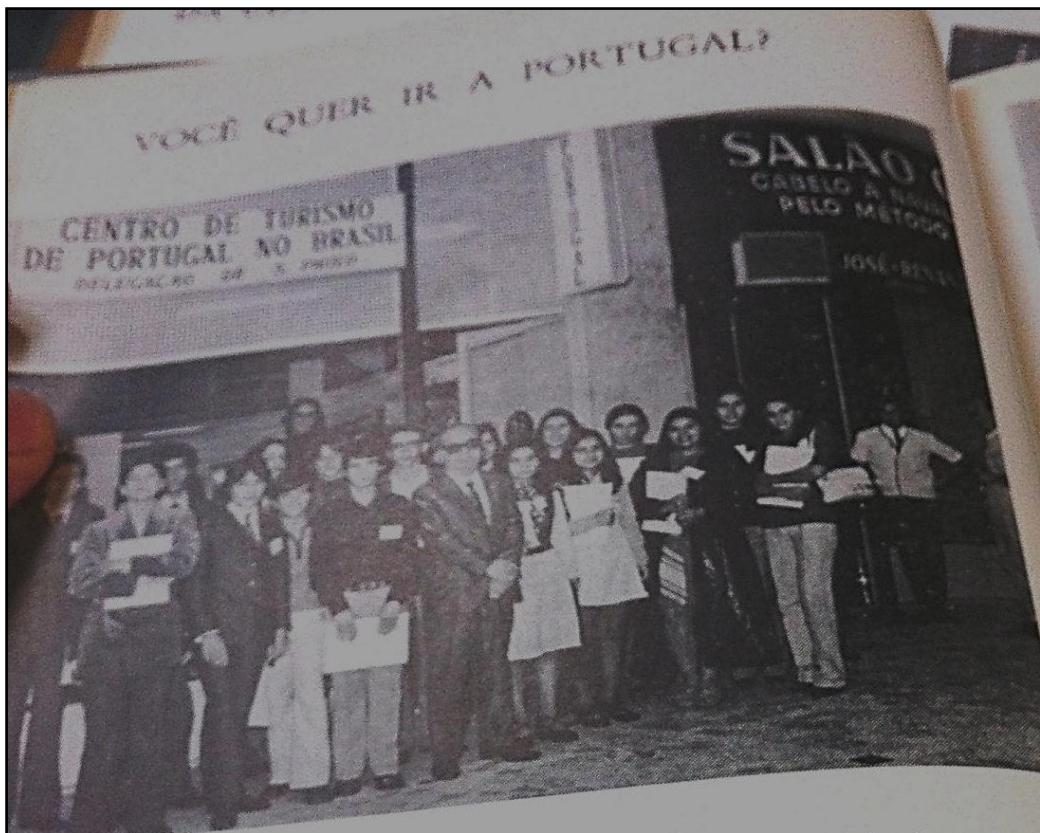
Entradas de estrangeiros nas fronteiras - Entrées d'étrangers aux frontières							
1. — Entradas de estrangeiros, segundo o país de nacionalidade Entrées d'étrangers, d'après le pays de nationalité							
Países - Pays	Anos - Années	1963 (a)	1964	1965	1966	1967	1968
1	2	3	4	5	6	7	8
TOTAL	514 069	1 007 671	1 509 796	1 929 498	2 516 707	2 510 668	2 785 368
Alemanha (Rep. Fed.)	29 638	42 633	59 253	79 764	82 700	88 610	113 185
Argentina	3 619	20 433	24 735	25 319	27 033	27 043	35 782
Bélgica	9 690	12 272	19 710	24 516	25 363	23 832	32 245
Brasil	14 960	20 887	24 467	48 187	44 144	49 802	56 826
Canadá	7 738	11 944	16 724	20 500	22 024	31 136	38 575
Espanha	132 805	298 987	591 900	836 053	1 399 747	1 344 782	1 374 158
Estados Unidos da América	87 074	144 982	184 954	224 572	234 216	236 897	304 097
França	88 263	131 409	178 338	184 689	166 761	140 135	168 135
Holanda	13 710	17 143	20 775	26 826	25 429	29 528	40 552
Itália	11 858	42 702	48 472	54 674	73 490	79 307	88 899
Reino Unido	61 443	169 607	219 881	253 615	255 198	289 442	339 474
Suecia	6 627	7 169	10 011	13 710	18 821	15 372	20 201
Suíça	8 895	12 906	16 166	24 377	22 417	23 638	32 772
Outros países - Autres pays . . .	37 749	74 597	94 410	112 696	119 364	131 144	140 467

(a) — Não inclui o trânsito marítimo - Non compris le transit maritime
Origem: Direcção-Geral do Turismo, com a colaboração da Direcção-Geral de Segurança - Source: "Direcção-Geral do Turismo", avec la collaboration de la "Direcção-Geral da Segurança".

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal

A fim de tornar Portugal conhecido para brasileiros se criou um concurso de viagem o qual teve sua primeira edição em 1971. Concursos, já aqui nomeados, eram práticas recorrentes para o regime português com o intuito de unir e reunir a comunidade luso-brasileira, ou somente de reforçar seus vínculos. O concurso em questão foi intitulado “Você quer ir a Portugal?” (Figura 67) e teve a iniciativa da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT) de Portugal e do Centro de Turismo de Portugal no Brasil (CTPB). Foram classificados vinte estudantes do Estado de São Paulo que receberam como prêmio uma viagem a Portugal pela TAP com uma programação no país previamente planejada. A imagem seguinte apresenta o grupo de estudantes que venceu o concurso reunidos para a foto no Centro de Turismo. Havia a intenção de que o concurso prosseguisse nos anos seguintes e se estendesse a outros estados do país. Era um trabalho pontual para a promoção do conhecimento sobre Portugal e que paulatinamente direcionava o contato e o gosto de brasileiros pelo país luso juntamente com vários outros recursos midiáticos de propaganda. A publicidade da TAP no Boletim do CTPB fazia o apelo à tradição e costumes portugueses e assim, amparada na *portugalidade* procurava atrair turistas a Portugal.

Figura 67 - Turismo Cultura e Informação (Jan, 1973)



Fonte: Boletim do CTPB, janeiro de 1973 - Biblioteca Nacional de Portugal

Ao afirmar no anúncio “Pela TAP você chega a Lisboa. Por Lisboa você entra na Europa. O encontro com suas origens... o fado... o vinho... a hospitalidade portuguesa. A Lisboa com muito amor...”, e ao fundo a Torre de Belém (Figura 68) aponta-se símbolos portugueses que ligavam o país a estes emblemas que remetiam ao Portugal da tradição, do mundo campesino e da vida simples. O apelo às origens e à possibilidade em adentrar a Europa colocavam Portugal como destino importante para brasileiros. Juntamente a esses atrativos se expunha a imagem de um país moderno, onde a viagem ocorreria por meio de transporte aéreo de ponta, com serviços de alto nível.

Figura 68 - Portugal - Cultura, turismo e informação



Fonte: Boletim do CTPB s/d - Biblioteca Nacional de Portugal

A partir desse anúncio, é possível afirmar que já não se trata de “um turismo idealista, mas de um turismo de massas”, como afirma Suzana Lobo (2012:994), e um turismo percebido no sentido de multidão e também fonte de divisas, afirma Lobo, citando Keil do Amaral (1962). Portugal tirou proveito da expansão do turismo na Europa no pós-guerra para colher rendimentos que, sobretudo na década de 1960, serão muito fundamentais, pois representaram as receitas “deste fluxo migratório uma importante fatia no saldo da dívida externa do país” (LOBO, 2012:994). Marcello Caetano promoverá neste contexto uma abertura ao investimento exterior no final da década de sessenta, conclui a autora. Mesmo que o Estado Novo enxergasse na atividade turística a partir da década de 1960 quase tão somente uma atividade econômica lucrativa, por meio dela ainda Portugal mostrava-se ao mundo como o Portugal grande, aquele “do Minho ao Timor”, o Portugal que se queria moderno, mas também aquele que preservava as tradições, a arquitetura, os costumes, enfim a *portugalidade*.

Portugal, no entanto, era ainda o país do Estado Novo, de uma ditadura violenta, colonialista, que não havia abdicado de uma guerra colonial atroz, enquanto o turismo e a propaganda de mar e sol transparecia a imagem de um país sereno e civilizado. Em 1972 realizou-se em Lisboa o VI Congresso Internacional de Agências de Viagem, para o qual podiam inscrever-se delegados de associações de viagem de todo o mundo e representantes de qualquer agência de viagem ou empresa turística. O boletim de turismo do CTPB de maio/junho de 1972 transcreveu a mensagem do secretário de Estado da Informação e Turismo, César Moreira Baptista aos participantes do evento. Afirma entre outras coisas que havia em Portugal

instalações turísticas modernas e de alta qualidade, a par de infra-estruturas técnicas em constantes desenvolvimento, permitem comodamente descobrir valores monumentais e paisagísticos e ainda encontrar o merecido repouso ao longo de mais de 850 km de praias de areia dourada (PORTUGAL: Turismo, cultura e informação, mai/jun, 1972).

Mensagem que mostrava com ênfase a modernidade e o desenvolvimento de Portugal no que se relacionava ao turismo ao mesmo tempo em que havia valores paisagísticos e simbólicos. Tais boletins exploravam em longos textos aspectos da modernização do país, demonstrando com dados numéricos o esforço de desenvolvimento do país em diversas áreas. Quando abordou o tema do vinho, com o título “O vinho nosso de cada dia...”, apresentou aumento na produção e na qualidade ao longo dos anos e o que o governo havia feito para isso. Em outra matéria, com o título “Investigação científica em Portugal”, apresentava o investimento que tinha sido feito nesse sentido. Discorreu ainda sobre as colônias em matéria sob o título “Angola desenvolvimento acelerado na indústria extractiva” em que apontava a colônia de Angola como parte naturalmente integrada a economia e território português.

Acerca das relações luso-brasileiras destacou o acordo recém assinado denominado Acordo Turístico entre Portugal e Brasil. Sobre este apontava que

Considerando as aprofundadas vinculações históricas, culturais, e espirituais que unem os dois países, animados do propósito de contribuir para o desenvolvimento da comunidade luso-brasileira [...] firmaram o seguinte Acordo sobre Intercâmbio Turístico entre Portugal e o Brasil (PORTUGAL: Turismo, cultura e informação, abr. 1973).

E sobre alguns de seus artigos:

Artigo I - As Partes Contratantes, através dos seus organismos oficiais do turismo, adoptarão medidas que efectivem a concessão de facilidades recíprocas para o incremento do intercâmbio turístico entre os dois países. [...]

Artigo V - As Partes Contratantes examinarão a possibilidade de adoptar programas de promoção turística integrada, baseada em pesquisas de mercado e em outros métodos de aferição do potencial turístico não explorado.

Artigo VI - Cada uma das Partes Contratantes colocará a disposição da outra bolsas de estudo, em número a ser estabelecido ulteriormente, para estágios de aperfeiçoamento técnico, em sectores de interesse prioritário para o desenvolvimento turístico dos dois países (PORTUGAL: Turismo, cultura e informação, abr. 1973).

O Acordo visava ações que aproximassem a comunidade luso-brasileira via turismo além de incrementá-lo nos dois países por meio de ações de intercâmbio de atividades que atraíssem turistas para ambos os países.

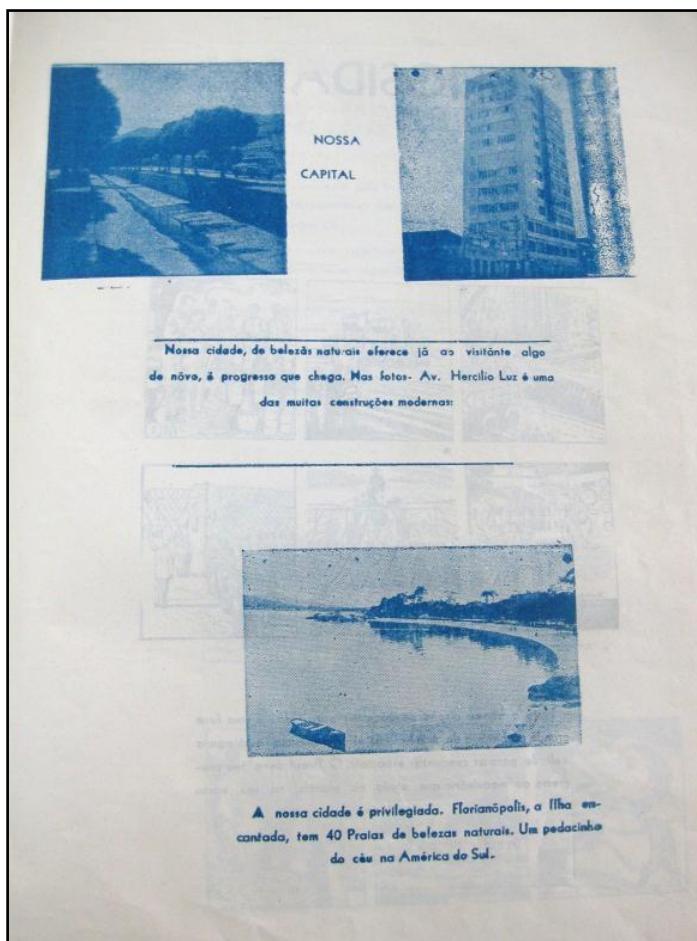
A *Revista Luso-Brasileira* nessa nova etapa da vida turística de Portugal e também de Florianópolis se interessará em mobilizar matérias, fotos e notícias que explorassem ações no setor turístico em Portugal e também no Brasil, sobretudo na cidade de Florianópolis. Ações que expusessem melhorias na estrutura das cidades portuguesas e da ilha de Santa Catarina, divulgando seu caráter moderno, modernizado e turístico.

6.3 TURISMO E MODERNIZAÇÃO DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

A modernização da capital de Santa Catarina no início dos anos de 1970 e a ideia construída de que o futuro havia chegado naquele início de década (LOHN, 2002) começava a transparecer nas páginas da *Luso-Brasileira*. Na edição de março de 1970 ilustravam uma página da revista grandes fotos que apresentavam alguns locais da cidade (Figura 69). Dois pequenos textos informavam que:

- Nossa cidade, de belezas naturais oferece já ao visitante algo de novo, é progresso que chega. Nas fotos Av. Hercílio Luz é uma das muitas construções modernas.
- A nossa cidade é privilegiada. Florianópolis, a Ilha encantada, tem 40 praias de belezas naturais. Um pedacinho do céu na América do Sul (*Luso-Brasileira*, nº81, mar. 1970, p.10).

Figura 69 - Imagens da Capital março de 1970



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº81, mar. 1970, p.10 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Grandes edifícios, largas avenidas e praias aprazíveis eram sinais da modernização que alcançava a cidade. Por outro lado o processo de “modernização econômica do país gerou enormes iniquidades no âmbito local” (AVRITZER, 2003:6). O crescimento populacional em Florianópolis entre 1960 e 1980 passou de 98.520 habitantes para 299.422 habitantes⁵⁴. Este aumento da população, no entanto, não foi acompanhado de melhorias sociais, pois será possível perceber a partir desse período uma intensificação do processo de favelização da capital. A verticalização do centro da cidade passou a se tornar o projeto de grandes investidores e “os capitais comerciais passam a ser investidos no comércio de imóveis, seguros e capitalização imobiliária e Florianópolis se transformou numa cidade de serviços” afirma Renata Pozzo (2016:149).

A modernização percorria os dois lados do Atlântico, portanto, ao mesmo tempo em que Florianópolis procurava trilhar esse caminho, Portugal sob Marcello Caetano procurou

⁵⁴ BRASIL, IBGE Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6> Acesso em: 16 ago 2018.

abrir o país para investimentos internacionais para obter maiores ganhos por meio do turismo, além de outros setores. Ainda em março de 1970 a *Luso-Brasileira* veiculou uma foto com uma notícia que dava exemplo da efetivação da modernização portuguesa com a inauguração do cabo submarino entre Portugal e os Estados Unidos (Figura 70). Na legenda o texto: “Em Lisboa, no Palácio Foz, foi inaugurado o Cabo Submarino entre Portugal e USA, ligando a América com toda a Europa” (*Luso-Brasileira*, nº82, abr. 1970, p.6).

Figura 70 - Inauguração do Cabo Submarino em Lisboa

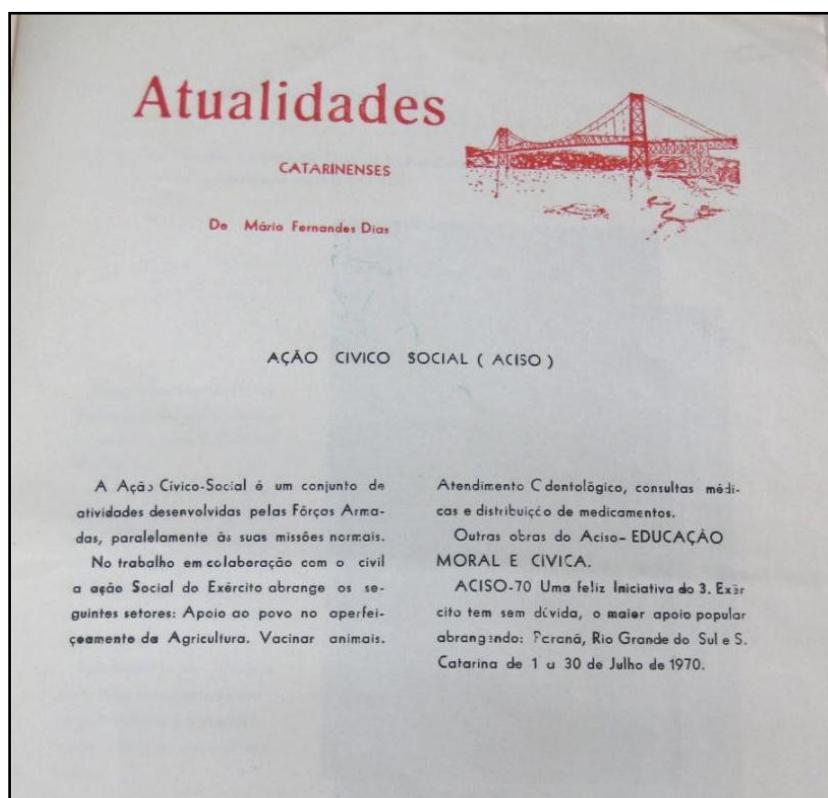


Fonte: *Luso-Brasileira*, nº82, abr. 1970, p.6 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Tratava-se de um avanço tecnológico sobre o qual era importante noticiar, no intuito de mostrar Portugal como um país que avançava aos moldes de países democráticos. A revista seguirá uma linha bastante voltada nessa direção a partir da década de 1970, oferecendo ao público leitor uma narrativa da modernização dos países que representava. Ao mesmo tempo em que comemorava em junho de 1970 a vitória do Brasil na Copa do mundo, quando estampava na capa “O trio de ouro dos campeões do mundo, Jair, Tostão e Rivelino”, lembrava ao leitor, nos anos do auge da violência na Ditadura Militar brasileira sobre a Ação Cívico-Social (ACISO). Atividade com caráter político das “disputas ideológicas no contexto da Guerra Fria e da luta anticomunista” (GUIMARÃES, 2015: 2), uma estratégia para conter ascensão dos grupos de esquerda ocupando antecipadamente os locais onde poderiam se impor. A *Luso-Brasileira* na edição de junho dedicou uma página para lembrar ao leitor as ações que se realizariam pela ACISO entre 1 e 30 de julho em Florianópolis (Figura 71). A

forma como a matéria foi apresentada na revista atestava e reafirmava o posicionamento da publicação em relação à ditadura militar no Brasil.

Figura 71 - Ação Cívico Social (ACISO)



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº84, jun. 1970, p.13 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

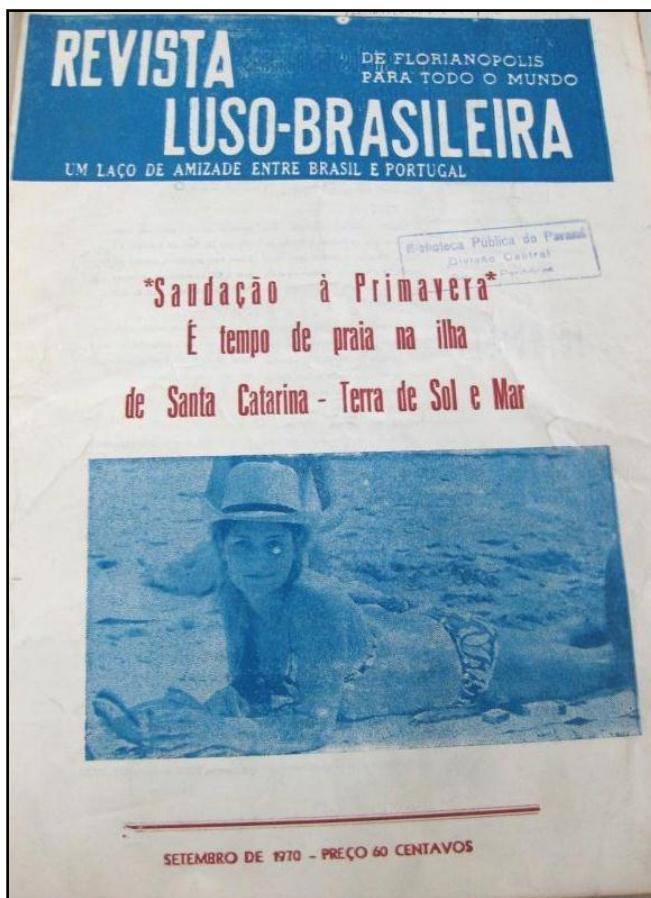
Esta ação do governo foi noticiada ainda uma vez pela revista naquele ano, e desta vez os termos utilizados mostravam ainda mais intensa adesão ao programa político-social da ditadura militar. Quando afirmava, que “o glorioso Exército Brasileiro” provia “assistência médica e sanitária aos necessitados”, pontificava tratar-se de “um ato cívico digno de registro” (*Luso-Brasileira*, nº85, jul. 1970, p.3). Percebe-se uma convergência bastante evidente da revista ao regime militar brasileiro, não apenas de caráter genérico, com respeito ao governo do país, mas com estrito alinhamento ideológico.

Outro episódio foi o evento em que anunciava a entrega da Medalha Lauro Muller do Ministério das Relações Exteriores ao engenheiro Alfredo Vaz Pinto, presidente do Conselho de Administração da TAP e a “25 tripulantes brasileiros que completaram 5 anos de serviços naquela empresa” (*Luso-Brasileira*, nº85, jul. 1970, p.6). A revista buscava evidenciar as relações luso-brasileiras ligadas a elementos de modernização. No que dizia respeito ao turismo, as viagens aéreas contariam como elemento primeiro de incentivo ao turismo em

ambos os países. Portanto, tratar das novas linhas da TAP e da qualidade de seu serviço, era primordial diante desse cenário de alinhamento político e de estreitamento das relações entre os governos. Ao noticiar que “o Presidente da Varig viajou a Lisboa para estabelecer ligações aéreas entre o Brasil e Angola” (*Luso-Brasileira*, nº85, jul. 1970, p.15) apontava para uma preocupação com as linhas aéreas que se fariam entre Brasil e, neste caso uma colônia portuguesa, então em plena luta armada pela independência. Foram diversos elementos importantes que remeteram ao turismo, seu desenvolvimento e os atrativos das cidades para a atividade turística.

A Ponte Hercílio Luz era um cartão postal para a Ilha de Santa Catarina que constantemente aparecia nas páginas dos periódicos que propagavam a cidade como destino turístico. A *Luso-Brasileira* igualmente a colocou em destaque em uma de suas capas, contornando sua foto com a chamada “A majestosa Ponte Hercílio Luz - O Cartão Postal de Florianópolis terra de Sol e mar” (*Luso-Brasileira*, nº86, ago. 1970, p.15). Eram as visões da cidade que a colocavam no novo rumo de uma cidade moderna, voltada para um futuro moderno e com os elementos propícios ao lazer e ao turismo. Uma narrativa que evocava uma aproximação entre Florianópolis, com suas características naturais, e cidades portuguesas, tanto do Portugal continental quanto das colônias africanas. A imagem a seguir (Figura 72) em setembro de 1970 apresentava a cidade pronta para o verão. Praias, Sol e banho de mar eram elementos que estavam conectados numa combinação adequada a atrair o público para o turismo na cidade.

Figura 72 - Primavera na Ilha de Santa Catarina



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº87, set. 1970, p.1 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

No mundo da música foi assunto aquele ano no periódico a conhecida cantora de fado Amália Rodrigues As referências ao fado na revista e a ela não foram muitas, mas surgiram num momento importante para a música brasileira que foi o da ocorrência do Festival Internacional da Canção. O festival, na modalidade internacional, teve início em 1966 e reuniu a fase nacional e a internacional com canções interpretadas por artistas convidados, informa Zuza Homem de Mello (2003). Cabe considerar procedente o que chama a atenção Anaïs Fléchet sobre o festival no âmbito da ditadura militar, quando afirma que pode ser considerado como uma oportunidade de protesto e “resistência cultural” em âmbito nacional, numa ação contra a ditadura militar. Já no nível internacional, “pode ser analisado como um verdadeiro sucesso diplomático do Itamaraty e, por extensão, do regime civil-militar” (FLÉCHET, 2011: 259). E, assim, pode ser percebido pelo tom que a revista dá na matéria referente ao festival e a presença da fadista.

A imagem que o Estado Novo construía acerca de Portugal ligava-se ao imaginário da tradição, do mundo rural. O fado é uma “expressão da cultura portuguesa com mais de 150

anos” tem suas origens no século XIX, no entanto não existe uma localização geográfica e temporal exata para a sua origem. Sabe-se que era cantado então em espaços populares, e a partir de 1820 é claro o seu aparecimento em Lisboa, lembra Inês Rodrigues (2016:10-11). Suas origens, portanto, mostram-no ligado a cidade de Lisboa, ou seja, ao espaço urbano.

Afirma Barbara Bunić que após a Segunda Guerra, a vitória dos Aliados e sua política e mensagem liberal, o regime português precisaria de uma contra mensagem e é nesse momento que o fado passou a ser entendido como um elemento popular que contribuiria com o regime. O Estado Novo então “passou a incorporar o fado na sua estratégia propagandística com uma forte mensagem nacionalista e populista, conhecida como política dos três “F” – Fado, Futebol e Fátima” (BUNIC, 2017: 40). Uma estratégia de identificação do regime a expressões culturais populares, numa defesa do nacionalismo. O fato de o fado ser considerado marginal e urbano, porém popular atraiu a ação domesticadora do regime - já na década de 1920 - e mais tarde, nos anos de 1950 fez com que Salazar percebesse que deveria se aliar a ele e não tanto condená-lo, lembra Liliana Rodrigues da Costa (2012:23). Amália Rodrigues foi o principal expoente do fado em Portugal e afirma ainda Costa que a fadista teve um inegável contributo ao fado, levando-o a todo o público, divulgando Portugal no mundo e que “apesar de ter sido conotada com o regime Salazarista, não passava [...] de uma vítima da sua época, do sistema político que estava inserido” (COSTA. 2012:23).

Luso-Brasileira, na seção *Vida Artística*, na qual abordava fatos de cantores e artistas brasileiros, trouxe a informação que “Amália Rodrigues volta ao Brasil, para fazer parte do Júri no Festival da Canção [...]. Amália Rodrigues, além de grande cantora, entende muito de música, garantia absoluta para o Festival Internacional da Canção a ter lugar em breve no Rio de Janeiro” (*Luso-Brasileira*, nº87, set. 1970, p.7). Em decorrência de outros compromissos a fadista não compareceu ao evento, o que foi informado em matéria na edição de novembro de 1970 na *Luso-Brasileira*, além do anúncio dos vencedores de primeiro e segundo lugar no festival. Mesmo não comparecendo, o empenho para participação de Amália Rodrigues, sendo nome tão emblemático naquele momento em Portugal, desejava expor ao mundo por meio do festival a relação amigável entre Brasil e Portugal em ocasiões com feição tão particular para o país. Era recorrente na revista amostras dessa amizade e ainda da relação do Brasil com as colônias portuguesas, ao mesmo tempo em que transparecia a amizade luso-brasileira aparecia um Portugal extenso que ia do Minho ao Timor.

Abordando ainda a temática relacionada à musica a vindia de Morgado Maurício à cidade de Florianópolis mais uma vez, é anunciada com grande destaque no periódico em novembro de 1970 (Figura 73). Com o título “O mais expressivo cantor português volta a

Florianópolis" (*Luso-Brasileira*, nº89, nov. 1970, p.5) a matéria informava o leitor das suas apresentações no Chile, Uruguai, Argentina e sul do Brasil da sua participação no Teatro de Operetas ao lado de Amália Rodrigues entre outros cantores. A importância de demonstrar suas atuações internacionais e o peso artístico de seu nome no espaço florianopolitano com seu desejo de participação do mundo moderno demonstrava o empenho da revista nesse novo empreendimento da cidade. O cantor já havia se apresentado em colônias portuguesas a serviço do Estado Novo em outros momentos, nomeadamente Angola e Guiné Portuguesa.

Figura 73 - Morgado Maurício em Florianópolis



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº89, nov. 1970, p.5 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

Sempre que surgia nas matérias da revista, Angola era como parte integrada a Portugal. Em pequena nota a revista informava que naquele ano de 1970 estava em Angola "o jornalista brasileiro dr. Carlos Cascudo para escrever uma série de reportagens para a imprensa brasileira. Uma boa oportunidade para o leitor brasileiro conhecer a obra civilizadora de Portugal no século XX" (*Luso-Brasileira*, nº87, set. 1970, p.16). Essa nota, sob direção de Mário Dias e também da Secretaria da Informação de Lisboa apontava para o

esforço muito frequente da revista em demonstrar à comunidade luso-brasileira a “obra civilizadora” que Portugal realizava na África. Tal propaganda como já foi possível perceber em outros pontos deste trabalho, era mais eficaz com a visita observatório dos próprios brasileiros nas colônias. Portanto, atestar a “civilização” de Portugal na África era atestar a modernização que Portugal buscava demonstrar ao mundo.

Também de Angola vinha a notícia sobre a inauguração em Brasília do primeiro cine espacial idealizado por um português que havia vivido em Angola até 1962. A ideia do cinema “nasceu em Nova Lisboa e foi justamente embelezar a nova capital do Brasil. Com carinho o português Emílio Pinto ofereceu ao povo bom de Brasília a mais moderna sala de cinema da América do Sul” (*Luso-Brasileira*, nº91, jan. 1971, p.14). Emílio Guedes Pinto “criou em 1963, seu projeto da sala em 360 graus. Um sistema de projeção, numa sala de forma circular, que permitia uma visão igual e perfeita de qualquer ponto da sala” (JESUS; SILVA, 2013:23). Foi uma inovação no mundo do cinema e a primeira sala do mundo foi inaugurada em Brasília em 21 de abril de 1970. A revista mostrava Portugal sendo protagonista no campo do cinema. Eram elementos de um mundo modernizado que transitavam no espaço/mundo luso-brasileiro e apontavam para os avanços tecnológicos alcançados pelos dois regimes.

Na edição de maio de 1971 a *Revista Luso-Brasileira* comemorava 10 anos de publicação. Nesse número a notícia do concurso de Miss Portugal (Figura 74) daquele ano foi destaque em uma de suas páginas. Com o título “Parada de Beleza - Miss Portugal 1971” se anunciava a vitória do título a Maria Celmira. O texto informava que “foi no Cassino Estoril a eleição da Miss Portugal-1971. Em ambiente de grande entusiasmo foi proclamada vencedora Maria Celmira de 19 anos” (*Luso-Brasileira*, nº 95, maio 1971, p.8). As participantes eram provenientes de todas as colônias portuguesas e a vencedora era angolana. O concurso Miss Portugal ocorria desde 1959, mas só em 1971 incluiu participantes das colônias. Dessa forma “o concurso recriou o mapa imaginário do império português e proporcionou uma das derradeiras encenações do denominado ‘mundo português’” (CARDÃO, 2013:531). A notícia projetava para o leitor a imagem de um Portugal conectado e que ia muito além de suas fronteiras originais, criando a noção para o português emigrado de que era cidadão de uma nação grandiosa e plural. O concurso contribuiu, de acordo com Cardão (2013), para “disseminar a ideia de um ‘Portugal maior’, unido na aparente dispersão do seu território”. Era fundamental a apreensão de elementos que criassem esse vínculo entre os portugueses dispersos pelo mundo. O fato de uma angolana vencer o concurso e se tornar miss Portugal certificava a ideia do Portugal grande, da unidade e pluralidade do chamado Ultramar, de um

Portugal “único” do “Minho ao Timor”. A notícia da vitória de habitante de uma colônia portuguesa ocorreu também em 1972, em que foi eleita Íris Maria, habitante da colônia de Moçambique. Em notícia publicada pela *Luso-Brasileira* se lê que “em Lisboa, as representantes das Províncias Ultramarinas ao Concurso Miss Portugal - 1972, foram recebidas pelo Secretário do Estado e Informação e Turismo, dr. Moreira Baptista” (*Luso-Brasileira*, nº 105, mar. 1972, p.17). Recepção que demonstrava a importância da representação das colônias no concurso de miss, afirmando ao mundo a unidade territorial portuguesa.

Figura 74 - Concurso Miss Portugal 1971



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº 95, maio 1971, p.8 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Imagens que circulavam e conectavam luso-brasileiros em torno de uma ideia que se pretendia difundir a partir de notícias que num primeiro momento não se relacionavam diretamente com a política do regime, mas que impeliam o leitor a adentrar numa rede de conexões a ponto de compreender o “mundo português”. O assunto concursos de beleza esteve bastante presente àquele ano na revista, com notícias sobre concurso para Miss Florianópolis, Miss Juventude, Miss Santa Catarina, Rainha do Turismo e Rainha das Praias de SC. A valorização do turismo na cidade a partir da década de 1970 colocava a beleza da mulher catarinense como elemento atrativo para sua visibilidade. Portanto, os concursos de

beleza eram uma forma de selecionar um modelo ideal de beleza catarinense, apontando códigos de beleza para as mulheres da cidade e torná-las um produto turístico, juntamente com as praias e o sol. Ao lado das imagens dos concursos de miss que ocorriam pelo Estado as fotos de mulheres comuns estampavam outras capas e páginas da revista, bem como as de famílias conhecidas de Florianópolis.

Seguindo esta linha de imagens e temas, a edição de dezembro de 1971 de *Luso-Brasileira* lançou na capa daquele mês (Figura 75), como vinha sendo feito nas últimas edições, uma mulher de maiô sentada na praia com a legenda “Sol e mulher bonita nas praias de Florianópolis a mais bela ilha do Brasil” (*Luso-Brasileira*, nº102, dez. 1971, p.1). O editor do periódico parecia ter adotado como campanha turística a projeção da beleza feminina, ligada ao conjunto de praia e sol. A beleza da ilha e a beleza das mulheres nativas foram tomadas como um dispositivo importante para a atração de turistas.

Figura 75 - “Sol e mulher bonita nas praias de Florianópolis a mais bela ilha do Brasil”



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº102, dez. 1971, p.1 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

É interessante perceber a mudança de postura da revista diante do contexto de modernização da cidade, relacionando em inúmeros momentos no seu conteúdo e, sobretudo nas suas capas, a imagem das mulheres à beleza natural da Ilha, aos seus atrativos como cidade turística. Se antes suas capas remetiam às questões políticas ligadas a Portugal, Brasil ou a Florianópolis, a partir de 1970 tornou-se comum veicular fotos das mulheres florianopolitanas nas praias, fotos das misses e de estudantes da cidade. Em anos anteriores fotos de mulheres da capital eram veiculadas em capas da revista, no entanto, além de ser em número menor, a beleza feminina não aparecia relacionada ao turismo na cidade, ou juntamente com termos relacionados às atrações naturais da cidade. Esta estratégia passou a ser seguida a partir de 1970 pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), criada em 1966, que em seu material publicitário, produzido ao longo da década de 1970, possuía três fortes ícones que seriam as belezas naturais da cidade do Rio de Janeiro; o carnaval, expressão quase que única da cultura popular brasileira; e, por último, a mulher brasileira, representada de maneira faceira, com um belo corpo à mostra e com forte conotação sexual, afirmam Cleber Oliveira e Ana Salviato-Silva (2011:5). A abordagem da revista direcionada ao turismo, mais especificamente à imagem feminina, aproxima-se do ícone de exposição das mulheres com roupas de banho e parte do corpo à mostra. Não foi possível encontrar ligação da Embratur com a publicação, é possível, no entanto, perceber que a revista acompanhava as tendências nacionais ligadas ao turismo naquele momento. Essas imagens, no entanto, contrastavam com o modelo que o Estado Novo impingia às mulheres portuguesas, “educada e preparada para abdicar da sua vida pessoal e da sua sexualidade em prol do marido, dos filhos, da família e do bem-estar da sociedade portuguesa” (FORMIGA et alli 2016:3524). A imagem da mulher brasileira com seus estereótipos aos poucos passa a ser naturalizada por meio da imprensa em Portugal, tema para ser desenvolvido em outros trabalhos.

O carnaval surgiu igualmente nos temas da revista estando relacionado ao turismo, ligado a um tipo de slogan que vinha sendo bastante utilizado no periódico que era “terra de sol e mar”, quando se referia à Ilha de Santa Catarina. Em janeiro de 1972 a notícia de página inteira avisava “É Carnaval na Ilha de Santa Catarina Terra de Sol e Mar”, anunciando que “Florianópolis orgulha-se de ter o 3º Carnaval do Brasil. [...] Em destaque o Baile Municipal, no moderno Clube Doze de Agosto. [...] Também as Escolas de Samba, fazem o Carnaval de Florianópolis, o mais alegre do Brasil” (*Luso-Brasileira*, nº103, jan. 1972, p.7). Apontar o carnaval da Ilha como o 3º do Brasil era também uma maneira de mostrá-lo como um atrativo turístico na “terra de sol e mar”. Afirma Cristiana Tramonte (2003:88) que “A participação econômica do Poder Público nos desfiles como um dever social emerge claramente nesta

época; as possibilidades dos desfiles como investimento financeiro no setor turístico começam a esboçar-se no início dos anos 70". No ano seguinte, à época do carnaval as festas de clubes novamente surgiam nas páginas de *Luso-Brasileira* informando que "na grande Florianópolis os clubes recebem Eles e Elas e gozam o Carnaval na ilha de Sol e Mar" (*Luso-Brasileira*, nº116, fev. 1973, p.8). O Carnaval de rua que passava a ser uma das atrações do carnaval em Florianópolis prometia uma grande festa para quem quisesse se divertir. Sobre isso a revista afirmava que "com bom tempo, e a vinda de turistas a capital se divertiu nas ruas" (*Luso-Brasileira*, nº103, jan. 1972, p.12). Mais um elemento como destaque para transformar a cidade num local apropriado para receber turistas no verão.

A modernização ligada ao turismo e a novos códigos de conduta voltados para o turismo cobriu diversas matérias do periódico do português Mário Fernandes Dias e de Terezinha Cascaes. Demonstrações em que Brasil e Portugal participavam de avanços tecnológicos e das condutas esperadas para um mundo moderno apareciam na revista de inúmeras formas. Ao anunciar que "Portugal é o nome dado ao maior avião do mundo", buscava-se mostrar as facilidades de ir e vir de Portugal com meios rápidos, seguros e modernos. O avião "Jumbo será o maior jato do mundo da TAP, para 370 passageiros, embora sua capacidade seja de 490. O primeiro Boeing 747 terá o nome Portugal" (*Luso-Brasileira*, nº103, jan. 1972, p.12). A política de modernização e abertura do país para o turismo como um importante meio econômico e lucrativo para Portugal exigia melhorias no sentido de preparar os espaços do país para o turismo e também os meios utilizados para chegar a ele. Nesse sentido igualmente as estradas eram alvo de modernização e consequente propaganda. A revista informava que "para facilitar o caminho mais curto, Portugal tem as melhores estradas da Europa. A grandiosa Ponte Salazar de 10.012,88m de piso, e 70m de altura e usadas 72 mil ton. de aço" (*Luso-Brasileira*, nº103, jan. 1972, p.15).

Em 1972 foi possível notar uma mudança nas capas da publicação, as quais não veiculavam mais somente as mulheres nativas com sua beleza europeia, mas passou-se a elencar o tema da educação como destaque em suas capas. Foi o ano em que se comemorou no país os 150 anos da Independência do Brasil. A propaganda e as comemorações ofuscavam em parte a violenta repressão do regime. A festa realizada para comemorar o sesquicentenário da Independência foi a "maior festa cívica nacional realizada sob a ditadura" afirma Cordeiro (2011:01). Entre as matérias das comemorações do sesquicentenário os textos sobre educação também preencheram as páginas do periódico. Assim, em fevereiro de 1972 a revista chamou atenção para a educação brasileira e afirmou com as legendas junto da foto de uma biblioteca: "1972 - O Brasil na década de educação" e "Em nossas bibliotecas, os estudantes consultam

os melhores livros, é tempo de estudar para o engrandecimento da pátria” (*Luso-Brasileira*, nº104, fev. 1972, p.1). O entendimento que se tinha era que a modernização e o progresso, passavam pela educação. Sabe-se, porém que a educação estava limitada pelas atrocidades e desmandos de um governo ditatorial que anunciaava um “milagre econômico” o qual, no entanto não chegava às camadas populares, mas tão somente contribuía para a concentração de renda e o aumento da desigualdade social. E a revista num tom em certa medida didático dava conselhos de leitura, sugerindo obras da literatura portuguesa como “Os Lusíadas” advertindo o leitor: “leia na Biblioteca de sua cidade a obra imortal da Literatura Portuguesa de Luís Vaz de Camões” (*Luso-Brasileira*, nº105, mar. 1972, p.19).

A literatura de “Os Lusíadas” recebeu um significado muito particular no Estado Novo português, não sendo obrigatoriamente aquele que Luís de Camões dera à sua obra, de “condenação ao autoritarismo, a ambição desmedida, a subjugação de outros povos aos nossos [...]” afirma Joana Isabel Costa Ferreira (2006:42). Esta obra teve uma nova interpretação no Estado Novo sendo usada na linha de propaganda nacionalista do regime na exaltação da descoberta do caminho marítimo para as Índias e também de um povo que conquistou territórios e expandiu Portugal, lembra a autora. O dia 10 de junho, dia de Camões no Estado Novo era o “dia da raça, que celebra a raça do povo de Portugal. Um dia que tinha a intenção de celebrar a nação, o império e o orgulho de ser português” (FERREIRA, 2006:43). Era um dia comemorado pela comunidade luso-brasileira no qual se recordava a vocação do “ser português”, sua origem como povo e a legitimidade do colonialismo.

A dimensão da figura de Camões para a história portuguesa perpassou várias instâncias da cultura. Assim, chegava a Florianópolis por meio da revista um concurso para “jovens portugueses residentes no Brasil, em comemoração do centenário de Luiz de Camões”. Foi uma atividade realizada pela Mocidade Portuguesa Feminina do Ministério da Educação Nacional de Portugal que enviou correspondência para a redação da *Luso-Brasileira*: “Os trabalhos podem ser literários ou ilustração plástica. Outros informes em nossa redação”, afirmava-se ainda na nota publicada pela revista. Esta mobilização, para a qual ocorreram outras atividades, se deu por conta do 4º centenário dos Lusíadas que ocorria naquele ano.

Tal como o incentivo a leitura de Camões, começou a circular na revista a sessão “Das Artes e das Letras”, em que se abordava obras de diversos autores, no intuito de incentivar os leitores ao hábito da leitura, de leituras específicas. Anunciar o que o Brasil vinha fazendo no tocante a educação também fazia parte das matérias da revista, como quando ao anunciar notícias do país remeteu o leitor a III Conferência Mundial da Educação em Tóquio, em que o

MEC iria revelar “os métodos do Mobral, tendo assim ocasião de mostrar aos participantes como funciona o MEC Brasileiro” (*Luso-Brasileira*, nº106, abr. 1972, p.14). Educação que ligada ao progresso, promoveria um país modernizado, sem que as questões de desigualdade e de uma educação que formasse cidadãos críticos fossem contempladas. Também de Portugal notícias sobre educação foram veiculadas na revista. Para discorrer sobre “O Progresso Escolar em Portugal” a revista abordou em página completa o fato em que o “Engenheiro Santos e Castro, em nome do Município de Lisboa, faz entrega ao Ministro da Educação, três escolas primárias, para o contentamento de centenas de alunos” (*Luso-Brasileira*, nº113, nov. 1972, p.7). Progresso e educação tornavam-se conceitos que se uniam para mostrar as evidências de um país que se modernizava.

Num tipo de editorial escrito por Mário Fernandes Dias, ainda na edição de fevereiro de 1972, ele iniciava o texto com o título “Há treze anos passados”, abordando o início do projeto da *Revista Luso-Brasileira* com sua chegada à cidade. Numa espécie de retrospectiva desse período lembrou-se de sua chegada à capital catarinense em fevereiro de 1959 e como “a cidade parecia querer sair do tradicionalismo”, lamentando que era a penúltima cidade do Brasil em desenvolvimento, mas que “se preparava para abraçar o progresso”. Nesse contexto surgiu a *Luso-Brasileira* “que vem acompanhando até hoje o desenvolvimento da capital”. As construções não acompanhavam o crescimento populacional da cidade afirma Dias. Ao falar sobre o turismo afirmava que “pouco ou nada se faz, está pobre de ideias”. Mas diante dos diversos problemas completou: “com o asfalto nas estradas, o progresso não tarda, e a nossa capital já não é a mesma dos idos de 1959” (*Luso-Brasileira*, nº104, fev. 1972, p.4). Esse relato fazia o leitor perceber que se buscava o progresso na cidade e que muito já havia sido transformado naqueles treze anos. O progresso parecia estar chegando velozmente e as mudanças eram já inevitáveis. No entanto, o turismo não caminhava a passos tão largos. Apesar disso, a revista se empenhava em mostrar as belezas naturais da capital como atrativo turístico para os seus leitores.

A noção de modernismo e progresso vinha unida a de desenvolvimento da tecnologia que aos poucos ia surgindo nos dois países. Quando Marcello Caetano falou no programa *Conversa em Família* da TV portuguesa, a *Luso-Brasileira* veiculou esse episódio em matéria destacada com foto e texto. Ao mesmo tempo em que mostrava os avanços do país na TV, ou seja, mostrava que o país já ocupava mídias modernas, a sua mensagem era direcionada às guerras coloniais a mostrar que “a construção pacífica da sociedade multirracial portuguesa é a única via que leva a resultados construtivos - com vantagem para a África e para o mundo” (*Luso-Brasileira*, nº109, jul. 1972, p.19). No entanto, é sabido que o pacifismo não foi a

postura adotada por Portugal em relação aos conflitos nas colônias. A mensagem da exigência de “construção pacífica” era direcionada somente aos povos africanos das colônias.

Nas matérias sobre a televisão, sobre programas televisivos da TV Tupi e da TV Globo, artistas brasileiros começaram a aparecer com mais evidência na revista a partir de 1970 (Figura 76). Tais matérias tomaram o espaço daquelas que na década anterior anunciam a programação das rádios de Florianópolis. A televisão no Brasil teve um impulso no seu desenvolvimento com a ditadura militar que criou vários órgãos estatais que lidavam com a produção cultural formulando leis e decretos, congelando taxas dos serviços de telecomunicação isentando de taxas de importação a compra de equipamento e construindo uma estrutura nacional de telecomunicações em redes e ao fazer uma política de crédito facilitado, afirma Plínio Leal (2009:28). Portanto, com tais políticas de crédito a televisão passou a adentrar com mais força o espaço doméstico dos brasileiros. Além disso, ocorreu também, de acordo com Leal, políticas de crédito direto ao consumidor, o que facilitou a aquisição de aparelhos de TV, aumentando o número de aparelhos nas casas brasileiras. Na *Luso-Brasileira* essa mudança foi bastante evidente, pois a década de 1970 inaugurou na revista novas matérias que mostravam a programação das TVs brasileiras, falava da vida privada dos artistas e também dos seus personagens em novelas e filmes. A revista acompanhava as mudanças na telecomunicação do período o que era pronunciado nas suas matérias. Anúncios de venda de TV disponíveis nas lojas da cidade eram com frequência veiculados pela revista, que mostrava as políticas de crédito do regime militar sendo utilizadas pelos estabelecimentos locais.

Figura 76 - A televisão na Luso-Brasileira



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº118, Abr. 1973, p.16 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Havia um conjunto de anúncios veiculados na publicação referentes à modernização que perpassava as notícias os quais diziam respeito aos dois países. Ao noticiar fatos sobre o cinema nacional e internacional, fatos sobre avanços da medicina, sobre infraestrutura e as novidades sobre o mundo espacial a revista demonstrava a adesão a uma nova postura e conduta sobre o mundo naquele momento. Conduta que tencionava acompanhar os anseios das elites e do poder público de Florianópolis no sentido de transformar a capital de acordo com os novos rumos econômicos do Estado e do país. Já vinha sendo confirmada essa intenção desde meados dos anos 1960 quando a publicação avalizava os projetos do Governo do Estado para a educação, política e infraestrutura no Estado. As propagandas do governo do Estado de SC sempre tiveram amplo espaço em *Luso-Brasileira*, com matérias sobre programas do governo, reuniões administrativas e a implantação da Celesc. São alguns exemplos que comprovam que havia um bom entendimento da revista com setores do governo

e que ela lucrava com esses contatos. E foi a partir do início dos anos de 1970 que o turismo começou a ganhar mais espaço com associação entre as belezas naturais e a modernização.

Em vários anúncios da Celesc feitos pelo governo Ivo Silveira acompanhava uma mensagem que abordava as facilidades da vida moderna proporcionada pela energia elétrica. A associação entre a ideia de progresso e a Celesc era a tônica daqueles anúncios. A beleza feminina também foi alvo de um destes anúncios, conforme imagem com o título “Celesc deixa você mais bonita” (*Luso-Brasileira*, nº80, fev. 1970, p.20) exibida na última página do periódico (Figura 77).

Figura 77 - Anúncios da Celesc



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº80, fev. 1970, p.20 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

De igual modo as imagens de Portugal como destino turístico também tinham espaço reservado na publicação. As associações das imagens estavam inúmeras vezes ligadas ao português como descobridor e navegador. Exemplos destas imagens aparecem na capa de novembro de 1972 (Figura 78) ao mostrar a foto do Castelo de Porto de Mós em Portugal,

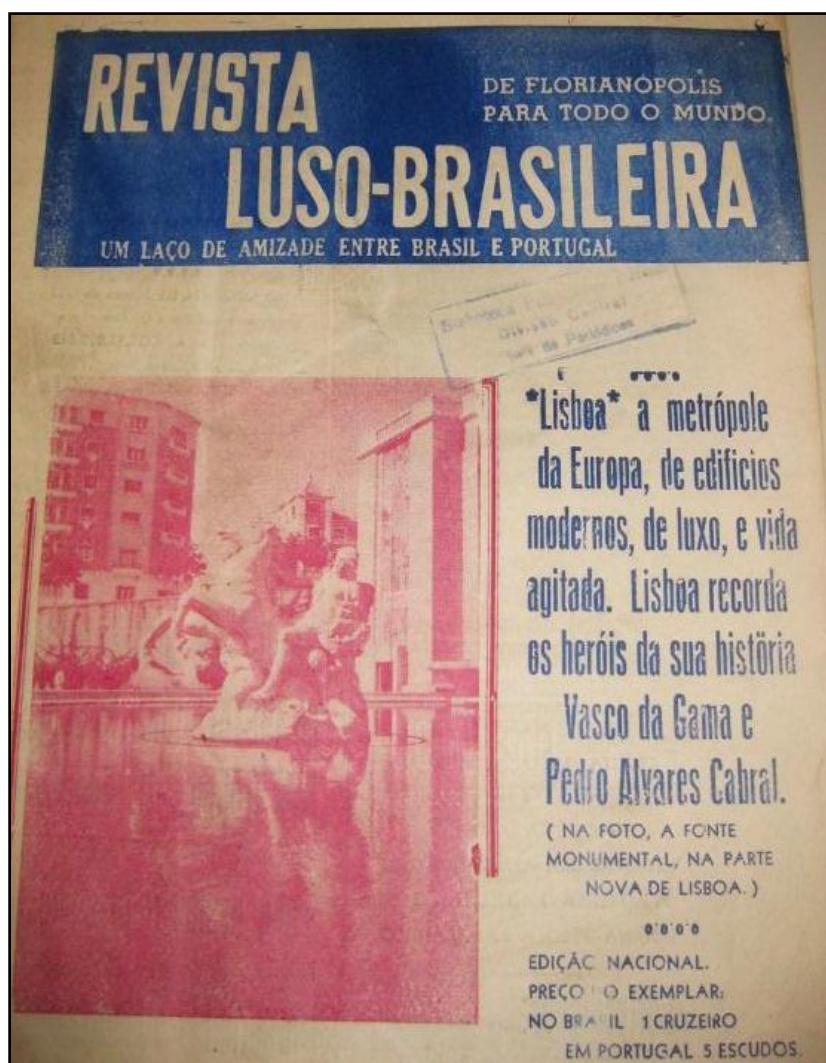
afirmando que “lembra as abadias onde rezaram e trabalharam os primeiros Monges Brancos Portugueses, mestres dos navegadores para a descoberta de Novos Mundos” (*Luso-Brasileira*, nº113, nov. 1972, p.1) e na capa de janeiro de 1973 (Figura 79) com o mesmo conteúdo, quando mostrava Lisboa como metrópole da Europa com “os heróis da sua história Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral” (*Luso-Brasileira*, nº115, jan. 1973, p.1). Esta ligação de Portugal como desbravador remetia nestas imagens a uma vocação natural do português como navegador, descobridor e também como colonizador, como aquele que tinha uma tendência natural para lidar com nativos de outros continentes, uma vocação para a boa convivência com diversos povos. É a ideia do luso-tropicalismo que vinha sendo consolidada por diversos meios para a comunidade luso-brasileira.

Figura 78 - Castelo de Porto de Mós - Portugal



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº113, nov. 1972, p.1 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Figura 79 - Lisboa a metrópole da Europa



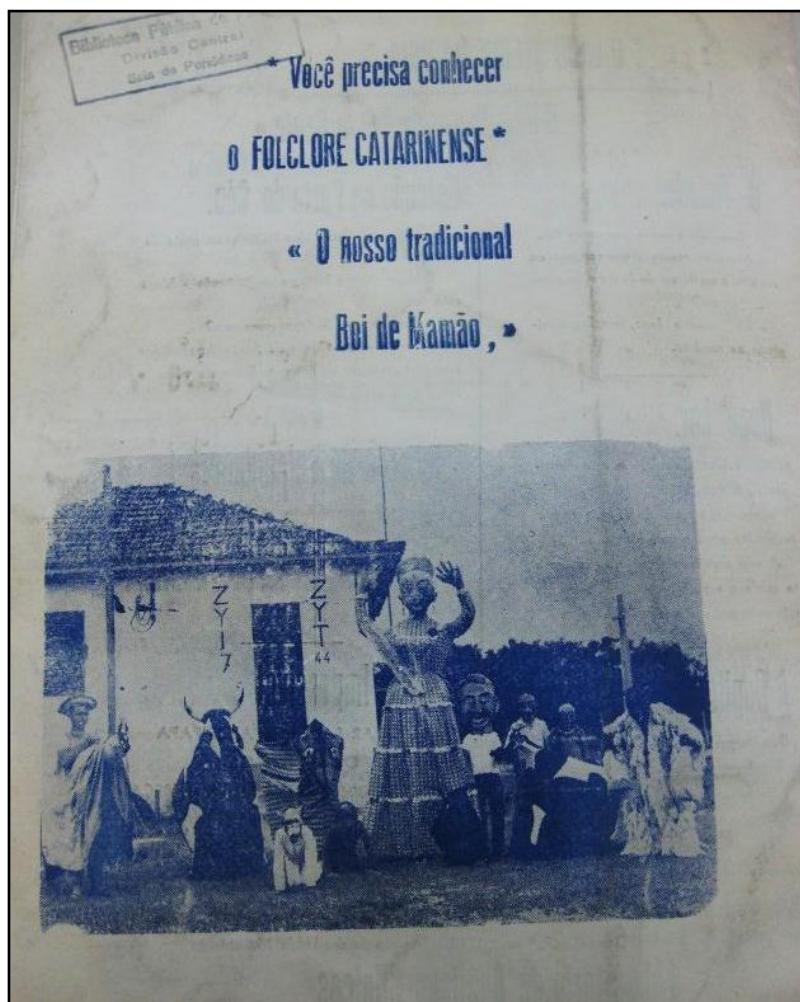
Fonte: *Luso-Brasileira*, nº115, jan.. 1973, p.1 (Biblioteca Pública do Estado do Paraná)

Era possível conhecer muitas das qualidades turísticas das cidades portuguesas por meio das imagens mobilizadas pela *Luso-Brasileira*. O leitor do periódico poderia encontrar nestas imagens convite a visitar os monumentos e as belezas naturais de Portugal. Em foto da Praça Marquês de Pombal em Lisboa a mensagem que se referia a ela afirmava que era “moderna, majestosa, Lisboa causa deslumbramento aos seus visitantes. Todos os irmãos brasileiros devem conhecer a mui nobre e leal cidade dos seus sonhos - LISBOA” (*Luso-Brasileira*, nº119, maio 1973, p.4). A chamada aos “irmãos brasileiros” para conhecer a “nobre e leal” cidade, demonstrava o desejo sempre presente na revista de criar e fortalecer os “laços de amizade” entre os dois povos.

Ao investir sobre o turismo na capital catarinense, o folclore aparecia como elemento fundamental a ser explorado. Deste modo a dança do boi de mamão foi exibida como uma imagem do folclore catarinense para o turista. Ao afirmar com grandes letras, em página

inteira “Você precisa conhecer o folclore catarinense ‘o nosso tradicional Boi de Mamão’” (*Luso-Brasileira*, nº115, jan. 1973, p.20) a revista com um tom imperativo valorizava e destacava esta expressão folclórica (Figura 80). Veicular essas imagens no periódico era uma maneira de tornar paulatinamente conhecidos estes aspectos da cultura catarinense, e de uma cultura que tinha suas origens em Portugal, o que atribuía a esta um caráter luso-brasileiro importante naquele contexto.

Figura 80 - Boi de Mamão



Fonte: *Luso-Brasileira*, nº115, jan. 1973, p.20 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

Os êxitos econômicos no Brasil e em Portugal contavam como aspectos relevantes para a modernização destes países. Número a número notas e matérias diversificadas sobre economia eram veiculadas na revista, as quais apontavam Portugal e Brasil avançando no desenvolvimento econômico. Em fevereiro de 1973, na segunda página a notícia de que estão “Brasil e China em alto Comércio: Além da China Popular, o Brasil colocou seus produtos em todo o Leste europeu e vai crescer no conceito das nações. A exportar: Algodão, Cacau,

Açúcar, Milho e Sintéticos” e acerca do comércio internacional em Portugal, informava que “Pela primeira vez na história do Comércio Luso Britânico, as vendas na área do escudo para o Reino Unido excederam as compras” (*Luso-Brasileira*, nº116, fev. 1973, p.2). Duas notas que assinalavam as mudanças apresentadas nos dois países na modernização do comércio internacional. A exploração de diamantes em Angola foi assunto na revista quando afirmou-se que “Cerca de 1.052.000 quilates de diamantes no valor de 697 milhões de escudos foram exportados por Angola, tendo um aumento anual de 7188 escudos” (*Luso-Brasileira*, nº116, fev. 1973, p.19). Junto a esta, mais notícias sobre a produção de caju no Nordeste do Brasil e a plantação da uva no Paraná buscavam comprovar o desenvolvimento econômico no país.

O foco na modernização e no turismo ocorreu com frequência em todos os números da publicação, entre matérias sobre economia, política, cultura e lazer era possível encontrar temas voltados ao turismo e a elementos que demonstrassem o desenvolvimento de Brasil e Portugal e sua abertura para o mundo. Na edição de maio de 1973, ano em que *Luso-Brasileira* comemorava 12 anos de publicação se comemorava o Dia do Turista, dia que “Portugal de norte a sul festejou o Dia do Turista” (*Luso-Brasileira*, nº119, maio 1973, p.16). Pela primeira vez a revista dava importância a essa data e não por acaso isso ocorreu num momento de investimento do país no turismo.

Dentre várias capas em sequência com imagens de cidades de Portugal e seus monumentos, num convite ao turismo a capa de julho de 1973 trouxe uma mensagem bastante emblemática do momento que vivia o Brasil. Diante da foto de dois meninos (imagem que já havia sido utilizada com diferente propósito) a mensagem apontava: “Meninos ainda, eles já fazem parte da cidade grande. São gente miúda de Florianópolis, integrantes de um Brasil novo e próspero” (*Luso-Brasileira*, nº121, jun. 1973, p.1). A revista, como uma mídia que apoiava a ditadura militar que vigorava no país desde 1964, usava o discurso do novo e da prosperidade como emblemas e corroborava os planos daquele regime. Sua colaboração já havia sido declarada em diversos momentos nas variadas matérias em *Luso-Brasileira*. Ao mesmo tempo em que relacionava Florianópolis à cidade grande, uma forma de mostrar seu desenvolvimento e modernização, retratava o Brasil da ditadura como novo e próspero.

Novos códigos de conduta identificáveis com a modernização da nova cidade que surgia foram veiculados pela revista por meio de matérias que divulgavam novos hábitos para os habitantes da capital. Terezinha Cascaes Dias, na seção *Da Mulher e do Lar*, apresentou a matéria *Nossa Cidade e Nossa Gente...* No texto falava sobre o Teatro Álvaro de Carvalho e sobre o teatro brasileiro incentivando no leitor novos hábitos de lazer e cultura que estavam disponíveis na cidade como “recitais de canto e piano, e comédias de agrado geral [...]. O

acontecimento de destaque neste mês de agosto foi o Baile Branco do Centenário Clube Doze de Agosto. Mais de 90 jovens da Sociedade Florianopolitana, tiveram o seu primeiro baile público” (*Luso-Brasileira*, nº122, ago. 1973, p.3). Eram as práticas de lazer da elite florianopolitana que iam sendo apresentadas como modelos para a cidade que se queria moderna e de progresso. Inúmeras novas práticas de lazer foram veiculadas pela *Luso-Brasileira* como, por exemplo, o campismo, o incentivo ao cinema, ao teatro, a literatura, e também a apreciação da moda que vinha da Europa. O leitor ia conhecendo por meio da publicação elementos do mundo moderno, com os avanços tecnológicos, científicos, medicinais e também os do campo da educação que eram praticados no resto do mundo. Buscava-se demonstrar uma abertura para as transformações econômicas das duas ditaduras na tentativa de retirar delas o peso do autoritarismo.

Foi comum nas capas inicial e final nos números de 1973 imagens das cidades de Portugal e no conteúdo da legenda uma referência ao significado do local para os descobrimentos, a relação com personagens importantes da história das navegações portuguesas. Na capa final de novembro de 1973 pode-se observar a imagem do Mosteiro da Batalha e a mensagem “Mosteiro da Batalha em Portugal, o Claustro Real, morada dos Monarcas Lusitanos, de onde partiu o impulso do Brasil para a grandeza que no nosso tempo alcança e o torna num dos países maiores do Mundo” (*Luso-Brasileira*, nº125, nov. 1973, p.20). Na eloquente mensagem a valorização da grandeza do Brasil é usada para valorizar também os atos dos portugueses na campanha dos descobrimentos. A grandeza do Brasil como sinal do ato heroico de Portugal e dos portugueses. Essa ideia era fundamental num momento em que Portugal precisava mostrar sua importância como país colonizador diante dos conflitos que ocorriam há mais de 10 anos nas colônias africanas. Fazia isso ao mesmo tempo em que divulgava suas imagens para o mundo e o valor histórico e turístico de seus edifícios. O anúncio das eleições legislativas na ditadura do Estado Novo, com a vitória do partido do regime, a Ação Nacional Popular, foi uma maneira de afirmar que “Angola dentro do civismo que lhe é habitual, com sua parte ativa nas eleições, deu alta contagem de votos, razão das suas convicções de completa integridade da Nação Portuguesa” (*Luso-Brasileira*, nº126, dez. 1973, p.12). Era notório que essas eleições mesmo tendo partidos de oposição concorrendo eram fraudadas, sendo que a oposição desistiu antes do ato eleitoral “alegando ausência de condições mínimas de seriedade para a realização do mesmo” (FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES). No entanto, essa notícia passava a ideia de democracia, de popularidade da ditadura de Marcello Caetano e que Angola estava de acordo com a continuidade daquele governo, o que deslegitimava os movimentos de independência.

Na primeira edição da *Luso-Brasileira* logo após a queda do regime do Estado Novo, no mês seguinte à Revolução dos Cravos, a publicação expôs algumas fotos com imagens das pessoas na rua no dia 1º. de Maio em comemoração ao Dia do Trabalhador e ainda fotos do dia 25 de abril, da reunião de componentes da Junta de Salvação Nacional e da posse do Presidente da República Antonio de Spínola. Sobre esse acontecimento histórico em Portugal o editorial da revista em junho de 1974 afirmava que

O mais importante, no caso para o povo, é a sua transformação social. Assim deve ser feito, sem violência e sem sangue, dando ao Mundo o exemplo admirável de um povo que escolhe os caminhos da liberdade e resolve seus problemas dentro da ordem e do respeito mútuo (*Luso-Brasileira*, nº132, jun. 1974, p.5).

O editor Mário Fernandes Dias, que fora grande defensor do regime de Salazar, naquele momento adotava a proposta do novo governo sem hesitar. Nas matérias seguintes ao 25 de Abril de 1974 a normalidade no discurso e sua aparente neutralidade são perceptíveis. De um discurso de condenação aos atos de “terrorismo” nas colônias portuguesas passou a tratar a chegada do novo governo democrático como acontecimento comum para um povo pacífico que busca transformação. Não havia mais, em certo sentido um compromisso com o Estado Novo, mas somente o compromisso moral do editor em realizar sua *missão* como *cidadão*, por diversas vezes explicitado em frases, notas e matérias da publicação. Seu interesse em divulgar a vida de Portugal para luso-brasileiros se mantinha, e a motivação pessoal em trabalhar com este tipo de publicação, portanto ia além somente de uma motivação política impulsionada pela defesa do regime do Estado Novo em Portugal.

A partir da mudança do regime, Mário Dias passou a divulgar inúmeras fotos e notícias do novo governo que havia se estabelecido em Portugal. Ao mesmo tempo em que respeitava a censura no Brasil em relação aos encaminhamentos do governo socialista no além-mar para evitar algum tipo de sanção por parte dos órgãos de censura brasileiros. Portanto os textos sobre turismo, avanços econômicos do país, praia e verão em Florianópolis e coluna social se mantinham no intuito de colocar Florianópolis e demais cidades do Estado no circuito turístico do país. Tais notícias alcançariam cidades brasileiras como também Portugal e suas “províncias ultramarinas” como se pode constatar na longa matéria de saudação a Antonio Carlos Konder Reis em junho de 1974, quando foi escolhido como novo governador de Santa Catarina: “para os nossos leitores em Portugal e suas províncias Ultramarinas a biografia do próximo governante de Santa Catarina” (*Luso-Brasileira*, nº132, jun. 1974, p.8). Essa informação demonstra que ainda em 1974 ocorria o envio de números do

periódico para as colônias portuguesas, conferindo a ela o caráter transnacional. A circularidade das informações entre espaços diversos foi uma característica importante do periódico sendo um distintivo da publicação em relação às demais naquele momento. Era já um fator que conferia um aspecto de modernização à revista fazendo dela um impresso que reunia política, ideologia, variedades com um caráter utilitário, já que investia na informação de portugueses e luso-brasileiros em Florianópolis, Santa Catarina, no Brasil além dos portugueses no chamado Ultramar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da escrita deste trabalho algumas questões se tornaram mais evidentes e outras permaneceram ainda sem resposta. Perceber a trajetória de um imigrante na então modesta cidade de Florianópolis e sua publicação de evidente cunho político foi um trabalho que exigiu incursões por temas e contextos que iam aos poucos se descontinando na investigação e que eram muitas vezes desconhecidos. No entanto, mais que conhecer a trajetória do português Mário Fernandes Dias, adentrei no universo da revista que publicou com sua esposa Terezinha Cascaes, e que evidenciava, por si só muito do que ele pensava. Compreender o autor por meio da sua produção, dos seus escritos e escolhas seria uma das possibilidades para a compreensão de tantas interações sociais. No entanto, o caminho que tornou viável a urdidura de uma narrativa que interpretasse historicamente as trajetórias aqui estudadas envolveu a necessidade de centrar o foco da análise e das questões desta tese no universo político em que estava inserida a própria revista, tomando a publicação como um objeto e um problema.

A história de Portugal contemporâneo resultou de uma catástrofe recente, qual seja a do trauma social gerado pela imposição do regime ditatorial de Oliveira Salazar. Esse passado conflituoso para alguns e redentor para outros se fazia presente entre emigrados portugueses no Brasil que se diferenciavam por uma postura de reverência ao passado salazarista ou de resistência. Um passado presente que a todo momento insistia em emergir e recordar aos portugueses as anunciadas e supostas benesses do seu Estado Novo, ao passo em que limitava os “horizontes de expectativas” possíveis. Ao falar sobre mudanças e estruturas de longa duração Koselleck (2000:22) afirma que “não só acontecimentos súbitos e singulares produzem mudanças; as estruturas de maior duração - que possibilitam as mudanças - parecem estáticas, mas também mudam”. O Estado Novo desde o início até a data da publicação da revista transcorreu num período de tempo em que as relações políticas no interior do regime não permaneceram estáticas. As mudanças que ocorreram ao longo do período exigiram novos posicionamentos políticos oficiais que produziram encaminhamentos a nível externo e interno. Muitos destes posicionamentos que evidenciavam mudanças foram percebidos nas matérias da *Luso-Brasileira*.

Por meio dos números da revista e de diversos documentos analisados ao longo da pesquisa, tais como cartas, documentos expedidos pelo Estado Novo português, por meio de diversos órgãos como SNI, MNE, SEIT, Sociedade de Geografia de Lisboa, periódicos e anúncios, foi possível investigar a revista e seu papel junto a um regime ditatorial que

procurou manter portugueses emigrantes no Brasil conectados às suas ideias e ao imaginário da *portugalidade*, sendo assim capazes de salvaguardar o edifício autoritário do Estado Novo. Esta salvaguarda passava, sobretudo, por difundir e defender o papel de Portugal na manutenção das suas colônias na África. A amizade luso-brasileira, ideia e projeto tão desejado, sobretudo por Portugal, era algo da qual a nação lusa não podia abrir mão, de maneira especial a partir do início das guerras coloniais em 1961, quando a situação do Estado Novo começava a se fragilizar no contexto internacional.

Nos dezoito anos de publicação, em especial do ano de 1961 a 1974, durante a vigência do Estado Novo, a revista serviu como um componente que trouxe Portugal aos emigrantes portugueses em algumas cidades do Brasil e colônias portuguesas. Contribuiu para que portugueses distantes de Portugal pudessem manter-se vinculados ao seu país e a todo o imaginário da *portugalidade* para assim fazerem parte daquele universo no Brasil e “honrar” um pretenso compromisso para com o regime. Tal como a *Revista Luso-Brasileira* outros impressos pró-Estado Novo circularam no Brasil com o intuito de reunir portugueses emigrados em torno das ideias do Estado Novo, estimular o imaginário do ser português, engajar defensores do colonialismo português na África e propagar as ideias do regime para as comunidades luso-brasileiras. A revista mobilizava diversos elementos ligados ao ideário do regime, por vezes apenas indiretamente ligados com questões políticas, evocavam um conjunto de referências ao mundo português, seus personagens, suas tradições, seus locais emblemáticos. O investimento em imagens específicas sobre símbolos portugueses na publicação era uma forma de criar as ligações entre o regime e os emigrados.

O vínculo com o regime recoberto de imagens que se pretendiam isentas dificilmente deixa de ser percebido à análise atenta e acurada das matérias, nas quais salta à vista a intervenção de órgãos de informação portugueses, além de uma gama de escritores apoiadores do Estado Novo. Alguns autores eram citados em detrimento de outros que eram reconhecidamente opositores do regime. Além de matérias laudatórias às tradições e heróis nacionais portugueses, naquilo que dizia respeito ao Brasil não deixou de haver a obediência à ditadura militar, a homenagem a cada novo presidente nomeado, o elogio às atividades promovidas pela ditadura. No que dizia respeito ao colonialismo português, a percepção deste como uma obra civilizadora dos povos africanos e a condenação das guerras coloniais, identificando os movimentos de independência como terroristas.

São matérias, temas e termos que demonstram as inclinações da publicação e o impulso político do editor português em estreitar seu compromisso com o Estado Novo por meio do impresso. Apesar de circular ininterruptamente por dezoito anos, a *Revista Luso-*

Brasileira jamais alcançou êxito editorial ou comercial. Daí que a manutenção de sua existência pelo *cidadão-emigrante* Mário Fernandes Dias, seu editor, indique muito mais um papel político e compromissos assumidos para com o regime português. O cunho político conservador e de apoio à ditadura do Estado Novo era notado nas suas diversas capas, matérias e títulos, e demonstrava compromisso político com o regime e com a comunidade portuguesa leitora da revista.

Diante do problema colonial português, a partir do início das guerras coloniais em 1961, a necessidade das comunidades portuguesas e das comunidades luso-brasileiras de fazerem valer influências e relações políticas junto a setores sociais e governantes foi potencializada pelo regime português. Os periódicos passaram a ser fundamentais como *lobby* português no Brasil: diante da frágil situação portuguesa na África havia a necessidade de assegurar e pautar as decisões brasileiras em fóruns internacionais, particularmente junto à ONU. De fato, entre abstenções e decisões favoráveis à permanência de Portugal na África, a representação brasileira agia em favor de Portugal e contribuía com certo peso para a continuidade do colonialismo português.

O Brasil, por conta da ligação histórica com Portugal e da necessidade de se aproximar da Europa comercialmente por meio da nação lusa manteve-se ao lado português na contenda do colonialismo. Nesse sentido, a teoria do luso-tropicalismo proposta por Gilberto Freyre tornou-se fundamental, pois insistia na peculiaridade da obra colonizadora portuguesa nos trópicos e, logo, na legitimidade da continuidade de Portugal nos territórios africanos. Com frequência a ideia de que a presença de Portugal nas colônias africanas era portadora de civilização e benefícios para aquelas regiões, surgia em *Luso-Brasileira* num discurso que visava informar leitores portugueses e brasileiros das ações do regime português em África e da importância em apoiá-las.

Luso-Brasileira esteve nos dezoito anos de circulação voltada a esse escopo, de apoiar e proteger o Estado Novo português e suas políticas colonialistas, utilizando para isso inúmeras matérias, imagens, frases notáveis, testemunhos e notícias que permitissem ao leitor conhecer e certificar-se da necessidade daquela política externa e interna. Além disso, procurou também mostrar seu pertencimento ao mundo luso-brasileiro imiscuindo-se nas discussões sobre as políticas urbanas em Florianópolis e naquelas que diziam respeito ao contexto brasileiro, num declarado apoio aos governos da ditadura militar em capas e matérias veiculadas. Percebe-se a intersecção entre o mundo do texto e o do leitor, conforme palavras de Ricoeur, dado que os produtores da revista eram também integrantes da comunidade de leitores que acessava os temas e pautas do conjunto da imprensa em Florianópolis e, assim, à

medida que identificavam as estruturas de uma narrativa social, intervinham no vivido. Recriar o vivido muitas vezes passava por reafirmar as narrativas sociais predominantes e assegurar a manutenção de representações sociais estáveis.

A preocupação da revista em relação ao turismo português e florianopolitano foi percebida em finais da década de 1960 e início da década de 1970 com inúmeras capas, matérias e imagens de cidades portuguesas e catarinenses no intuito de possibilitar a circulação de ideias e propagandear tais locais turísticos para os leitores da revista. O turismo como fator de promoção da *portugalidade* e das *belezas* anunciadas do que era ser português de um lado e da propaganda da cidade de Florianópolis, suas belezas naturais e de suas mulheres com traços europeus de outro, foi um aspecto bastante explorado na revista e que serviu de maneira elucidativa como elemento promotor da modernidade como projeto político e cultural planejado tanto em Florianópolis especificamente como por Portugal.

A investigação conduziu para a pretensão de dialogar com uma perspectiva transnacional de reflexão histórica, ou seja, considera as fronteiras nacionais, mas também atenta para seus deslocamentos que acompanham os próprios movimentos humanos sejam aqueles migratórios ou ainda a circulação de ideias e representações por meio da imprensa, percebendo as conexões entre os países em questão. Pretendeu-se com essa perspectiva extrapolar as fronteiras nacionais “com o intuito de explorar as interconexões existentes entre nacionais de diferentes países” (SILVA, 2016:109). Portanto, compreender as imbricamentos, as relações que se dão entre os dois países por meio do periódico e não somente as influências da ex-metrópole sobre o Brasil. Mais do que perceber influências, foi necessário um trabalho de apreensão no interior da própria estrutura narrativa da revista e de outros periódicos das conexões que impulsionavam a circulação de ideias que interferiam com maior ou menor intensidade nos processos políticos de Brasil e Portugal. Por meio deste entendimento é possível afirmar que os leitores de tais narrativas produzidas pelo Estado Novo e também dos periódicos luso-brasileiros efetuaram operações de apropriação e adesão às políticas encetadas nas relações entre os países. Ao mesmo tempo em que o periódico promovia a reunião dos emigrados, procurando criar aí uma comunidade, buscava também coligá-los por meio de uma sensibilidade com apelo afetivo-nacional nas ideias do Estado Novo e do projeto *civilizador* do colonialismo. A congregação de pessoas engendrava um tipo de intimação com o ideário propagado e, assim, consolidava a comunidade em apoio ao Estado Novo em Portugal.

A história das relações políticas entre Brasil e Portugal nas décadas de 1960 e 1970 é por si só uma história de intercâmbios, de migrações, de trocas, interferências e influências em todos os âmbitos, abordando grandes questões governamentais da política externa até

pequenos intercâmbios que passavam pela publicação de uma revista luso-brasileira em uma pequena capital no Sul do Brasil. Em meio a essas múltiplas conexões foi preciso ter atenção em perceber nas minúcias da circularidade de informações, imagens, personagens, poesias e matérias ao se transportarem por locais diversos em espaços transnacionais a transferência de parte do mundo local e parte do mundo português na vigência da ditadura do Estado Novo. Esse ir e vir de mensagens produzia um relativo intercâmbio de ideias no mundo luso-afro-brasileiro, mais importante pelo sua potencialidade que pela sua dimensão.

Portugal usufruiu dessas trocas e intercâmbios num tempo em que era nada mais do que uma pálida lembrança de um império que se esforçava para manter uma relevância internacional que se perdera no tempo. O prolongamento do seu “império colonial” se manteve por conta da busca por manter “amizades” como a que a muito custo reclamava para com o Brasil e das múltiplas relações ocorridas em consequência destes “laços”. O Brasil por sua vez se beneficiou com essa aproximação que possibilitou contatos para relações comerciais com países africanos e europeus e uma aproximação cultural com migrantes portugueses. No entanto, o fato de ter insistido em manter-se ao lado de Portugal na questão colonial no cenário das guerras de independência prejudicou de algum modo as relações com as colônias africanas.

Este objeto de investigação suscita ainda debates e outras questões que ainda estão por ser descortinadas. Acredito, no entanto que compreender o significado e a importância da *Revista Luso-Brasileira* em seu espaço de circulação, na cidade de Florianópolis, possibilitou pensar as peculiaridades da atividade imigratória de portugueses em finais da década de 1950, suas motivações, anseios e o quanto estavam envolvidos por um projeto político que se mostrou inviável, mas que demandava compromissos para com uma causa nacional e um imaginário que sustentou ações colonialistas e sofrimentos humanos ainda a serem avaliados em diferentes continentes. Um compromisso sustentado no discurso do imaginário da *portugalidade* e tudo o que representava, expresso em revistas, discursos, imagens e um conjunto de elementos que fortaleciam as conexões de portugueses no Brasil com sua nacionalidade, entre portugueses e brasileiros, entre Brasil e Portugal a fim de promover o estreitamento dos “laços de amizade entre Brasil e Portugal”. *Laços* fracos de uma associação que passava mais ao nível dos desejos de ambos os governos que ao nível de relações sociais palpáveis. *Laços* que não se perpetuaram no tempo ao ponto de se consolidar uma amizade entre os dois países, mas tão somente a memória de uma ligação distante.

REFERÊNCIAS

ABREU, Miriele. **Maria Della Costa em Portugal**: Desafio à Censura. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Lisboa, Universidade de Lisboa, 2012.

ABREU, Alzira Alves de. **O ISEB e o desenvolvimentismo**. CPDOC. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>> Acesso em: 11 ago 2016.

ALMEIDA, Adovanes Thadeu Silva de. **O Regime Militar em Festa**: a Comemoração do Sesquicentenário da Independência Brasileira (1972) 2009. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pósgraduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Social.

ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de. A Relevância das Abordagens Transnacionais e da Micro-história nos Estudos Migratórios. **Anais do XIV Encontro Estadual de História - ANPUH-RS**, 2018, p. 1-14.

ALMÉRI, Tatiana Martins. **Posicionamento da Instituição Maçônica no Processo político Ditatorial Brasileiro (1964)**: da visão liberal ao conservadorismo. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia), São Paulo, PUC-SP, 2007.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a Expansão do Nacionalismo. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALVES, Dário Moreira de Castro. Apresentação. In.: CERVO, Amado Luiz; Calvet de Magalhães, José. **Depois das Caravelas**: As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000. Brasília: EdUnb, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TORRE DO TOMBO. Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nac. Informação e Turismo/Secretaria Est. Turismo. Disponível em: <<http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1493>> Acesso em: 25 out 2015.

ATHAYDE, Tristão de. “Recolonização inconfessada”. **Jornal do Brasil** [Rio de Janeiro, RJ] 27 agosto 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=56959&Pesq=trist%C3%A3o%20de%20athayde> Acesso em: 18 ago. 2016

AVRITZER, Leonardo. **Limites e potencialidades da expansão democrática no Brasil**. Ciclo de seminários - Fórum Social Brasileiro. Belo Horizonte: Ibase, 2003, p.1-28. Disponível em: <http://ibase.br/userimages/leonardo_avritzer_port.pdf> Acesso em 21 ago. 2018.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et alli. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Marialva. Senhores da memória. In: **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 18, n. 2 (1995).

_____. **História Cultural da Imprensa:** Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Maud X, 2010.

BARRETO, Antonio. Mudança social em Portugal, 1960-2000. **Working papers.** Out. 2002. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em:
<http://www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudan%C3%A7a%20Social%20em%20Portugal%20Ant%C3%B3nio%20Barreto.pdf>.

BARRETO, Isabel de Souza Lima Junqueira. **Migrantes da Descolonização:** Portugueses e Luso-Angolanos no Brasil (1974-1977). 2014. Tese (Doutorado em História) Niteroi, UFF, 2014.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX & SIRINELLI (Org.). **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BLOG DA RUA NOVE. **Reis Ventura e a Literatura Colonial Portuguesa.** Disponível em:<<http://blogdaruanove.blogs.sapo.pt/183294.html>> Acesso em 17 mar 2018.

BRAGA, Ricardo Fernandes. **Propaganda e Representação de um País nas Margens da Guerra.** O Jornal Português (1938-1951). 2005. Dissertação (Mestrado em Letras), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

BRASIL. Afonso Arinos de Melo Franco. **Discurso de posse.** Ministro das Relações Exteriores - 01 de Fevereiro de 1961. Disponível em:
http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=141%3As-an-tiago-dantas&catid=55%3Aministros&Itemid=92 Acesso em 2 ago 2018.

_____. IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010. Brasil.** Disponível em:<<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>> Acesso em: 16 ago 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal.** Brasília, 1966. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1966/b_27/> Acesso em 21 ago 2016.

_____. Presidência da República. **Decreto nº70.391, de 12 de Abril de 1972.** Brasília, 1972.

BOTELHO, Abel de Lacerda. **A Portugalidade e os Lusiadas – Parte 2.** (Comunicação apresentada à Secção Luís de Camões da Sociedade de Geografia de Lisboa a 18 de Abril de 2008). Disponível em: <<https://portugalidade.pt/a-portugalidade-e-os-lusiadas-parte-2/>> Acesso em 8 maio 2018.

BUNIĆ, Barbara. **O fado – um fenómeno da cultura portuguesa.** 2017. TCC (Graduação em Língua e Literatura Portuguesa) Zagreb, Universidade de Zagreb, 2017.

CABRITA, Filipa. Turismo para a construção de uma paisagem cultural: sedução, símbolo, autenticidade. **Revista de Cultura Arquitectonica.** Março de 2010. Disponível em:<<https://digitalis->

dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37221/3/Turismo%20para%20a%20construcao%20de%20uma%20paisagem%20cultural.pdf Acesso em 15 jul. 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e peronismo, Papirus: Campinas, 1998.

CARDÃO, Marcos. O charme discreto dos concursos de beleza e o luso-tropicalismo na década de 1970. **Análise Social**, 2013, 208, XLVIII (3.º). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_208_a02.pdf> Acesso em 9 jan. 2018.

CARVALHO, Paulo de. Angola: Estrutura Social da Sociedade Colonial. **Revista Angolana de Sociologia**, julho, 2011, p. 57-69. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/ras/1185>> Acesso em 18 jul 2016.

CARVALHO, Thiago de Almeida. **Do Lirismo ao Pragmatismo:** A Dimensão Multilateral das Relações Luso-Brasileiras (1974-1976). Lisboa: MNE, Instituto Diplomático, 2008. [On Line].

_____. Transição e descolonização. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1976). **Ler História**, 2012, p. 127-141. Disponível em: <<http://lerhistoria.revues.org/398>>. Acesso em: 10 jul 2016.

CASTAÑO, David. Portugal e a ONU: a primeira aproximação. **Relações Internacionais** [online], Lisboa, 2015, n.47, pp. 9-038. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri47/n47a02.pdf> Acesso em 10 abr 2016.

CASTELO, Claudia. **O modo português de estar no mundo.** Porto: Biblioteca das Ciências do Homem , 2011.

_____. “Novos Brasis” em África desenvolvimento e colonialismo português tardio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, 2014, vol. 30, nº 53, p.507-532. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752014000200009>> Acesso em ago. 2015.

CASTRO, Fábio de. **Fonte de raridade.** Pesquisando a História [Blog]. Disponível em: <<https://uranohistoria.blogspot.com/2011/02/>> Acesso em 20 set. 2016.

CÉSAR, Orlando. A ordem informativa do salazarismo e o agir jornalístico do notícias da Amadora. **Media&Jornalismo**, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, p. 119-134. Disponível em: <<http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/rv23-8.pdf>> Acesso em 13 jun. 2016.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHORÃO, Luís Bigotte. **Crise Política e Política do Direito:** O Caso da Ditadura Militar. 2007. Dissertação (Doutorado em Letras) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

COELHO, José Maria dos Santos. **Adriano Moreira e o Império Português.** 2015.Tese (Doutorado em Letras). Beira, Universidade da Beira Interior, 2015

CORDEIRO, Janaina Martins. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida? **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em:
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300478234_ARQUIVO_ANPUH2011.pdf Acesso em 11 nov. 2017.

CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla. Anos 60: um período de viragem no jornalismo português. **Media & Jornalismo**, (9) 2006, pp. 23-39. Disponível em:
<http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n9-02-Correia-Baptista.pdf> Acesso em 25 jul. 2018.

COSTA, Liliana Rodrigues da. **Fado – Matriz para uma (nova) Política Cultural Externa**. 2012. Uma Estratégia Cultural ao serviço de Portugal. Tese (Mestrado em Relações Internacionais). Lisboa, Universidade de Lisboa, 2012.

COTRIM, João Pedro Caeiro da Silva Bernardo. **Tradutores e Propagandistas**: Da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação. 2010. Dissertação (Mestrado em Tradução). Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.

COVA, Anne; PINTO, Antonio Costa. O Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope**: revista de história e ciências sociais, 1997, n. 17, p. 71-94. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2656445.pdf> Acesso em 10 abr. 2018.

CUNHA, Adrião Pereira da. Humberto Delgado e o seu exílio no Brasil. **História. Revista da FLUP**. Porto, 2014, IV Série, vol. 4, pp 93-109. Disponível em:
<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1205/1031> Acesso em 11 jun 2016.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. As Relações Econômicas Brasil – Angola (1975-1988). **Caderno CRH**, Salvador, 2002, n. 36, p. 137-164. Disponível em:
<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18632/12006> Acesso em 30 ago 2016.

DICIONÁRIO POLÍTICO. MARXIST INTERNET ARCHIVE. Soares, Mário Alberto Nobre Lopes. Disponível em:
https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/soares_mario.htm Acesso em 18 abr 2018.

FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO. Flama e O Século Ilustrado, análise de Outubro 1968- História do Jornalismo. s/d.

FERREIRA, Ana Sofia. As eleições no Estado Novo: As eleições presidenciais de 1949 e 1958. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, 2006, III Série, vol. 7, pp. 197-212. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3412.pdf> Acesso em 10 mar. 2018.

FERREIRA, Cristina; SILVA, Evander Ruthieri Saturno da. O Retorno do Imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas O Cruzeiro e Manchete no Sesquicentenário da Independência (1972). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, 2014, v. 6, n.11, p. 355-385. Disponível em:

<<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306112014355/3077>>
Acesso em 12 dez 2017.

FERREIRA, Joana Isabel Costa. A metamorfose da Censura em Liberdade de Expressão. 2006. Utrecht University (Master thesis), 2006.

FERREIRA, Maria Isabel de Jesus Dias. Comemorações em Aveiro no Estado Novo: 1940 – 1962. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudo Portugueses). Aveiro, Universidade de Aveiro, 2006.

FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, 2013, v. 11, n. 1, p. 57-71. Disponível em:
<<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/2296/2070>> Acesso em 20 abr. 2018.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, jan/jun 2012, vol. 28, nº 47, p.43-59. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>> Acesso em 12 set. 2018.

FLÉCHET, Anaïs. **Por uma História Transnacional dos Festivais de Música Popular.** Música, Contracultura e Transferências Culturais nas Décadas de 1960 e 1970. Patrimônio e Memória. jun. 2011, v.7, n.1, p. 257-271. Disponível em:
<<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/205/205>> Acesso em 18 maio 2018.

FONSECA, Carmen Sofia. Intenções versus desempenho: o Brasil na política externa portuguesa (1976-2007). **Revista Brasileira de Política Internacional**. 2010, 53 (2): 49-69. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/03.pdf>> Acesso em 13 dez. 2017.

FORMIGA, Simone; ALVELOS, Heitor; COELHO, Luiz Antonio; “Toda Boa, Toda Boa, Ela É Toda Boa”: Sobre o Estereótipo Midiático da Mulher Brasileira no Imaginário Português”, p. 3522-3534. **Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design [Blucher Design Proceedings, v. 9, n. 2]**. São Paulo: Blucher, 2016.

FREIXO, Adriano de. Ecos do Luso-Tropicalismo: A Presença do Pensamento de Gilberto Freyre no Discurso da Lusofonia. **Textos&Debates**, Boa Vista, 2015, n.27, v.2., p. 471-484. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/textosdebates/article/view/3220>> Acesso em 12 out 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48º ed. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC. Meneses, Eurípedes Cardoso de. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meneses-euripedes-cardoso-de>> Acesso em 21 mai 2018).

_____. **Cunha Bueno.** Disponível em
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/cunha_bueno> Acesso em 10 junho 2017.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Realização de eleições para a Assembleia Nacional, conquistando a ANP todos os mandatos, tendo a Oposição desistido antes do acto eleitoral. (28 de Outubro de 1973). Disponível em:

<<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=037142>> Acesso em 3 ago. 2018.

GALVANESE, Marina Simões. A Junta da Emigração: Os discursos sobre a emigração e os emigrantes no Estado Novo do Pós-Guerra (1947-1970). 2013. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

GEOPEDRADOS [Internet]. O pintor, escritor e poeta Reis Ventura nasceu há 105 anos. Disponível em: <<http://geopedrados.blogspot.com.br/2015/03/o-pintor-escritor-e-poeta-reis-ventura.html>>. Acesso em 20 out. 2016.

GOBO, Karla Lisandra. Década de 1970: a Política Externa e o papel do Itamaraty. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Gomes. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, Nancy. Os portugueses na Venezuela. Relações Internacionais. 2009, 24. p. 83-92. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n24/n24a10.pdf>> Acesso em 11 fev. 2018.

GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro. Turismo de Massas em Portugal: da Destradicionalização à Desestruturação. Barataria - Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales, 2012, nº 14, pp. 99-105, Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.20932/barataria.v0i14.104>> Acesso em 10 fev. 2018.

GONÇALVES, Williams da Silva e MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Militares na Política Externa a Brasileira 1964-1984. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1993, vol. 6, n.12. p. 211·246. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1964/1103>> Acesso em 15 out 2017.

_____. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. **Revista Tensões Mundiais.** 2010. v. 5, n. 8. Disponível em:
<<http://tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/92/131>> Acesso em 21 mar. 2016.

GRANDE LOJA. Grande Loja de Santa Catarina. Disponível em:
<<https://mrglsc.org.br/grande-loja/>> Acesso em 20 abr 2018.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, 2001, março, p. 175-195. Disponível em:
<http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi02/topoi2a7.pdf> Acesso em 15 fev 2016.

GUIA GEOGRÁFICO - HISTÓRIA DO BRASIL. Pedro Calmon (1902-1985). Disponível em: <<http://www.historia-brasil.com/bibliografia/pedro-calmon.htm>> Acesso em 10 maio 2018.

GUILLEN, Antonio Ricardo Martins. **A descolonização da África e o lusotropicalismo –** repercussões no Brasil e em Portugal. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Assistindo a população, combatendo o comunismo: as Ações Cívico-Sociais no contexto da ditadura militar brasileira. **Anais do XXVIII Simpódio Nacional de História - Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios.** Florianópolis/SC, julho de 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434415319_ARQUIVO_TextoANPUH2015.ACISO.pdf> Acesso em: 18 ago 2018.

GRAÇA, Guilherme Mello. O Legado do Pensamento de San Tiago Dantas e de Araújo Castro para a Política Externa Brasileira. **Anais do III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”**, (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). pp. 1-22. Disponível em: <<http://www.unesp.br/santiagodantassp>>. Acesso em 11 ago 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HOBSBAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

JESUS, Mariana Guedes Pinto Soares de; SILVA, Renata Santos da. **Cinespacial: Espetáculo em Três Telas**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social), São José dos Campos, Universidade do Vale do Paraíba, 2013.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Telejornalismo e Cidadania: Análise do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), 2009. Bauru, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2009.

LEITÃO, José. **Estudo Sobre Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP**. [S.l.: s.n.], Disponível em: <<https://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/cidCirc/Binder1.pdf>> Acesso em 14 ago 2016.

LEVI-STRAUSS, Claude. "Introdução à obra de Marcel Mauss". In. **Sociologia E Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. Sociologie et anthropologie, 1950.

LOBO, Susana. *Sun, Sand, Sea & Bikini*. Arquitectura e turismo: Portugal anos 60. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2010, n.91, p. 91-106. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/4170>> Acesso em 25 jun. 2018.

LOHN, Reinaldo L. **Pontes para o Futuro**: relações de poder e cultura urbana – Florianópolis, 1950 a 1970. 2002. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2002.

LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **Uma História Transnacional da Modernidade**: Produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e

cultura e do patrimônio etnográfico e artístico. 2018. Tese (Doutorado em História). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

_____. **A Revista do Brasil (1916-1944)**: notas de pesquisa. Assis: Ed. UNESP, 2011.

LUCENA, Manuel de. **A evolução do sistema corporativo português**. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

LUIS, Camila Cristina Ribeiro. **Brasil Rumo ao Mar, Janus ao Leme**: A Política Externa Brasileira no Atlântico Sul. São Paulo, 2018. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2018.

MACIEL, Cármen Liliana Ferreira. **A Construção da Comunidade Lusófona a Partir do Antigo Centro**. Micro-Comunidades e Práticas da Lusofonia. 2010. Dissertação (Doutoramento em Sociologia), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

MAGALHÃES, Jose Calvet de. **Breve História das Relações Diplomáticas entre Brasil e Portugal**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MARTINS, Daniela Maria Barreto. A tessitura intersubjetiva dos entre-lugares: o que pode um grupo? **XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. Marcelo Caetano e o Pensamento Político Português Entre a Nostalgia e a Modernidade. **Anais – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0391.pdf>> Acesso em 22 jul. 2016.

MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado**: Revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MEDEIROS, Nuno. Editores e Estado Novo: o lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros. **Análise Social**, 2008, vol. XLIII (4.º), p.795-815. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1228400187K9rAL4ds1Pv08SB5.pdf>> Acesso em 10 set. 2016.

MEDEIROS, Ricardo; SEVERO, Antunes. **Caros Ouvintes - Os 60 Anos do Rádio em Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 2005.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. **Revista USP**, março/maio 2000, São Paulo,

n.45, p. 48-61. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30108/31993>> Acesso em 20 ago. 2015.

MELLO, Zuza Homem de. **A Era dos Festivais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar**: Biografia Definitiva. São Paulo: Leya, 2011.

MENEZES, Elisabete Sofia Nabais de Oliveira de Freitas e. **Teoria e realidade**: Da teoria da política externa à realidade das relações internacionais. 2016. Tese (Doutorado em História) ISCTE-IUL, Lisboa, 2015.

MENEZES, Roberto Rodrigues de. Ao correr do teclado. **Capitão Vilmar Teodoro**. [Blog] Disponível em: <<http://roberto-menezes.blogspot.com.br/2010/08/capitao-vilmar-teodoro.html>> Acesso em 17 jan 2018.

MICALI, Danilo Luiz Carlos. **Vila dos Confins, de Mário Palmério**: romance de denúncia política. [S.l.:s.n.]. Disponível em:

<https://www.uniube.br/mariopalmerio/literatura/danilo_micali.pdf> Acesso em 5 set. 2016.

MOTA, Mariana Villares Pires Cerqueira da. **Brasil, Portugal e a CPLP**: Possível estratégias internacionais no século XXI. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord). **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MOURA, Fabiana Silveira. **Modernismo, política e poder**: seguindo as pistas deixadas pela leitura da Atlântico Revista Luso-Brasileira. 2012. Tese (doutorado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MÜLLER, Fernanda Suely. Brasil e Portugal em revista: a imprensa periódica na fronteira entre cultura e política. **Amerika**, 3|2010. Disponível em:
<<http://journals.openedition.org/amerika/1408>>. Acesso em 18 maio 2018.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira: os Ensinamentos desde a Crise dos Anos 30. Brasília: UNB. **Economia Contemporânea**. Jun. de 1997, nº 1 jan.–. Disponível em:
<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf> Acesso em 12 jan 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (CPDOC/FGV). Portugal e Brasil: uma relação tão delicada. In: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. **Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História**. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1377/1246>> Acesso em 9 ago. 2016.

OLIVEIRA, Luiz Armando Dantas de. **Salazarismo Sob o Olhar Imigrante**: Identidade, memória e representações de um grupo de imigrantes portugueses residentes em Niterói. Dissertação (Mestrado em História) Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Sarah Luna de. Contribuições de Gilberto Freyre para a construção de uma política externa brasileira em defesa do colonialismo português (1950-1960). **Reb. de Estudios Brasileños**, 2015, Volumen 2 - Número 2. pp. 101-112. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5037311>> Acesso em 11 out 2016.

OLIVEIRA, Pedro Aires. “A Política Externa”. In: ROSAS, F. e OLIVEIRA, P. A. (coord.). **A Transição Falhada – O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)**, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

OLIVEIRA, Cleber Roberval Salvador; SALVIATO-SILVA, Ana Cristina. **Análise de Conteúdo da Imagem do Brasil obtida através da Divulgação Oficial da Embratur**. VIII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2011. p.1-14. Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/adm/adm_2939.pdf> Acesso em 20 set. 2018.

O PORTAL DA HISTÓRIA. **Acto Colonial**. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto_colonial.html> Acesso em 17 jan. 2019.

PADILHA, Raimundo. **Raimundo Delmiriano Padilha**. FGV - CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raimundo-delmiriano-padilha>> Acesso em 21 de jan. 2018.

PAULO, Heloísa. **O Estado Novo e a Emigração: Alternativas e Propostas**. MÁTHESIS. 7/1998, 291-326. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23832/1/mathesis7_artigo14.pdf?ln=pt-pt> Acesso em 23 ago. 2018.

_____. O Emigrante e a Leitura a Colônia Portuguesa do Brasil e as suas Publicações. **Revista de Historia das Ideias**. Vol. 20 (1999). Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41830/1/O_emigrante_e_a_leitura.pdf> Acesso em 11set 2018.

_____. “**Aqui também é Portugal**”: A colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do Ultramar Português, possibilidades para Angola**: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). 2009. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro, UFF, 2009.

PENNA FILHO, Pio e LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: As Origens da Política Africana do Brasil. **Estudos Históricos**. 2007, Rio de Janeiro, nº 39, Janeiro-Junho, p. 57-81. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2561>> Acesso em 12 ago. 2018.

PEREIRA, Bernardo Futscher. **A Diplomacia de Salazar (1932 -1949)**. 2.ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2012.

PEREIRA, Pedro Cantinho. Portugal e o Início da Construção Europeia (1947–1953). **Revista Nação e Defesa**. 2006. Outono-Inverno n.º 115 - 3.ª Série pp. 235-255. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/62685432.pdf>> Acesso em 7 jul. 2018.

PIMENTA, Fernando Tavares. O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). **História**. 2014 (São Paulo) v.33, n.2, p. 250-272, jul./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742014000200250&lng=pt&tlang=pt> Acesso em 20 abr. 2018.

_____. Nacionalismo Euro-Africano em Angola uma Nova Lusitânia? In.: TORGAL, Luís Reis et. al. **Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África**. Coimbra: 2008. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/32144/1/4%20fernando%20tavares%20pimenta.pdf?ln=pt-pt>> Acesso em 23 jan. 2018.

PINHO, Felipa. **Transformações na emigração brasileira para Portugal**: De profissionais a Trabalhadores. Lisboa: Alto Comissariado para as migrações, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo : Contexto, 2008.

PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes e PINTO, Antonio Costa (Org.) **O corporativismo em Português: Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a *intelligentsia* salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974). **História**, 2009, São Paulo, 28 (1). Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/16.pdf>> Acesso em 3 jul 2016.

PORTELA, Artur. **Salazarismo e artes plásticas**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Divisão de Publicações, 1987.

PORUGAL. Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. **Relatório da Emigração**, 2013. Disponível em: <<https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Destaques/DLFE-264.pdf>> Acesso em 10 mar. 2018.

_____. Parlamento. **Ramiro Machado Valadão**. Legislaturas: VII. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/v/valadao_ramiro_machado.pdf>

POZZO, Renata Rogowski. Momentos da Modernidade no Centro Tradicional de Florianópolis: a Dimensão Contra-Hegemônica do Espaço Contemporâneo. **Urbana: Rev. Eletrônica do Centro. Interdiscip. de Estudos sobre a cidade**. Campinas (SP), 2016, v.8, n.1 [12] p.137-162. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642579/pdf>> Acesso em 17 ago. 2018.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando A História Comparada da América Latina. **Revista de História**. 2005, 153, 11-33. Disponível em:

<http://www.unifesp.br/campus/gua/lapha/images/Material_apoio/RepensandoaHistriaComparaadadaAmricaLatinaMariaLigiaCoelhoPrado.pdf> Acesso em 20 ago 2015.

PIÇARRA, Maria do Carmo. Portugal olhado pelo cinema como centro imaginário de um Império: Campo/Contracampo. **Observatorio (OBS) Journal**, 10 (2009), 164-178.
Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/303/280>> Acesso em 12 jul. 2018.

PINTO, Dora Marisa Gomes. **Ensaio sobre a Evolução Política do Estado Novo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2010.

QUEIRÓS, António José. As relações luso-espanholas: do final da Primeira República ao Tratado de Amesterdão (1926 -1997). 2009. 23 p. **CEPESE** - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Disponível em:
<<http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/populacao-e-sociedade/revista-populacao-e-sociedade-no-17/as-relacoes-luso-espanholas-do-final-da-primeira-republica-ao-tratado-de-amesterdao-1926-1997>> Acesso em 15 out. 2015.

RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda**: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

REBELO, José. Formas de Legitimização do Poder no Salazarismo. Lisboa: Livros e Leituras, 1998.

REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
REVEL, Jacques. Micro -história, macro -história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, set./dez. 2010, v. 15 n. 45, p. 434-590. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>> Acesso em 10 maio 2018.

RIBEIRO, Carla Patrícia Silva. Um intelectual orgânico no Estado Novo de Salazar: as ideias e os projetos de luso-brasilidade de António Ferro. **Intellèctus**, 2017, Ano XVI, n. 2.
Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/31651/22542>> Acesso em 15 ago 2018.

_____. O turismo e a projeção da vida nacional por António Ferro: o papel dos concursos. **Revista População e Sociedade**, Porto, Dezembro 2015, vol.24, p. 93-113.
Disponível em:
<<http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/8918/1/Populac%CC%A7a%CC%83o%20e%20Sociedade%20-%202024.pdf>> Acesso em 10 jan. 2018.

RIBEIRO, Fernando Rosa. **Histórias Conectadas**: Uma Proposta Teórica e Metodológica a Partir da Índia Universidade Estadual de Campinas, 2006.

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece... In.: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui

Moreira (org.) **A Missão Portuguesa**: rotas entrecruzadas. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

RIBEIRO, Rita. "Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias". **Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto**, 2009, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/55619317.pdf>> Acesso em 12 abr. 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2002, v. 22, nº 44, pp. 463-488. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14008.pdf>> Acesso em 19 set. 2016.

RODRIGUES, Inês Sofia Fonseca. **O Fado e a valorização turística dos bairros lisboetas**: estudo de caso no bairro de Alfama. 2016. Dissertação (Mestrado em Turismo e Comunicação) Lisboa, Universidade de Lisboa, 2016.

RODRIGUES, Maria Idalina Resina. **Maria de Lourdes Belchior**. Camões - Instituto da Cooperação e da Língua Portugal. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/maria-de-lourdes-belchior.html#.Wy3PqapKit9>> Acesso em 4 mar. 2018.

RODRIGUES, Weslei Estradiote. **"Meu Portugal é a aldeia"**: etnografia de uma dinâmica de circulação migratória e práticas transnacionais. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) São Paulo, USP, 2014.

ROSA, Joana Catarina Vieira da. **Expresso**: Um projeto de renovação no fim do Marcelismo. 2014. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, 2014.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, 2001, vol. XXXV (157), 1031-1054. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>> Acesso em 10 jan 2018.

_____. O Estado Novo nos anos 30, In. **História de Portugal** (dir. José Mattoso), vol. VII, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p. 281-283.

_____. O Salazarismo e o Homem Novo. Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 20 e 40. In: TORGAL, Luís Reis e PAULO, Heloísa (Org.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações - Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ROSMANINHO, Nuno. António Ferro e a Propaganda Nacional Antimoderna. In. Torgal, Luís Reis e Paulo, Heloísa (Org.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações - Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RUAS COM HISTÓRIA [Blog]. Quem foi quem na toponímia de Borba. Disponível em: <<https://ruascomhistoria.wordpress.com/page/21/>> Acesso em 10 set 2015.

SÁ, Tiago Moreira de. Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal. 2007. Lisboa, ISCTE, 2007. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/679>> Acesso em 7 set. 2016.

SALGADO, Carolina de Oliveira. As relações diplomáticas entre Brasil e Portugal na questão dos territórios coloniais portugueses na África (1961 – 1964). **Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”**, 2009. Disponível em: <<http://www.unesp.br/santiagodantassp>>. Acesso em 12 mai 2016.

SAMARA, Maria Alice Dias de Albergaria. As Repúblicas da República. História, Cultura Política e Republicanismo. 2010. Dissertação (Doutorado em História). Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

SÃO PAULO. Câmara Municipal de São Paulo. **Projeto de Lei PL 01-0867/1995.** Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0867-1995.pdf>> Acesso em 21 ago 2017.

SARAIVA, José Gomes; GALA, Irene Vida. **O Brasil e a África no Atlântico Sul:** uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul. [S.l.:s.n.]. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>>. Acesso em: 18 ago 2016.

SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. **As Relações Brasil-Portugal:** do Tratado de Amizade e Consulta ao Processo de descolonização Lusa na África (1953-1975). 2011. Tese (Doutorado em História) Brasília, UNB, 2011.

SANTOS, Ivete Sobral dos. **A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração no Estado Novo.** 2014. Tese (Doutorado em História Contemporânea), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

SARTOTI, Rodrigo Alessandro. **Juristas e Ditadura:** Uma história política da Faculdade de Direito da UFSC durante a ditadura militar (1964-1968). 2017. Dissertação (Mestrado em Direito), Florianópolis, UFSC, 2017.

SEABRA, Jorge. **O Cinema no Discurso do Poder.** Dicionário Legislação Cinematográfica Portuguesa (1896-1974). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. University Press, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ZMPMDQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acessos em 11 dez. 2017.

SECRETO, Maria Verónica. Histórias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro no século XIX. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, 2014, v. 34, nº 68, p. 83-99. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882014000200005&lng=pt&tlang=pt> Acesso em 20 maio 2018.

SEMINÁRIO ANTONIETA DE BARROS. Homenagem Póstuma à Professora Maria Carolina Galotti Kehrig. 24 de nov. 2012. Disponível em:
<http://semanaantonieta.blogspot.com/2012/11/homenagem-postuma-professora-carolina.html> Acesso em 13 mar. 2018.

SERPA, Elio Cantalício. Brasil e Portugal nas revistas portuguêsas: língua, literatura e história. In: RAMOS, Ma. Bernardete (Org). et al. **O beijo através do atlântico: O lugar do Brasil no panlusitanismo**. Chapecó: Argos, 2001.

SILVA, A. E. Duarte. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Análise Social**, 1995, vol. xxx (130), (1.º), 5-50. Disponível em:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23CC9.pdf> Acesso em 10 ago. 2015.

SILVA, João Ítalo de Oliveira e. A experiência Coolie na América Latina (Cuba, Peru e México) e as possibilidades de uma história transnacional. **Temporalidades – Revista de História**, (maio/agosto 2016), edição 21, V. 8, N. 2. Disponível em:
<https://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/198461502107/2578> Acesso em 20 ago. 2018.

SILVA, Silas Leite da. A “Diplomacia da Prosperidade”. In: **Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930 - 1986)**. Cadernos do IPRI. n. 2. Brasília: IPRI Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/cadernos-do-ipri-num-02.pdf> Acesso em 21 abr. 2015.

SILVA, Sonia Meneses. **A operação midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o golpe de 1964. 2011. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. 2011.

SILVA, Zélia Lopes da. (Org.). **A escrita historiográfica, seus protocolos e fontes**. Assis: UNESP - Campus de Assis, 2014. Disponível em:
<http://www2.assis.unesp.br/cedap/aescritahistoriografica/files/assets/basic-html/page4.html> Acesso em 23 abr. 2016.

SIMPSON, Duncan. A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, 2012, v.18, n.1, p. 89-110. Disponível em:
<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/1990/1435> Acesso em 7 jan. 2018.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SOARES, Iaponan. **Nota Prévia para a História do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina**. Disponível em:
http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2014/12/pdf_09f3e06a24_0028796.pdf Acesso em 5 abr. 2016.

SOUZA, Vítor de; MARTINS, Moisés de Lemos. Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia. **Revista do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade**, 2012, p. 159-177. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1343/1276> Acesso em 27 jun. 2018.

SOUSA, Vitor. O Estado Novo, a cunhagem da palavra ‘portugalidade’ e as tentativas da sua reabilitação na atualidade. **Estudos em Comunicação**. 2017, nº 25, vol. 1, 287-312.
Disponível em: <<http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/291/158>> Acesso em 9 fev. 2018.

_____. **Da 'portugalidade' à lusofonia**. 2015. Tese (Doutorado em História). Universidade do Minho -Instituto de Ciências Sociais. 2015.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Portugal e a NATO: 1949-1989. **Análise Social**, 1995, vol. XXX (133), (4.º), p. 803-818. Disponível em:
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388450G2oYX3ex3Dn37ML8.pdf>> Acesso em 25 fev. 2018.

TENGARRINHA, José. O Estado Novo em Portugal, o controle da imprensa e a Guerra Colonial. Entrevista. **Revista Brasileira de História da Mídia**. 2016, v.5, n.1, p. 185-194.
Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4542/2678>> Acesso em 13 fev. 2018.

_____. Breves considerações sobre o Estado Novo de Salazar e os *Media*. In. GARCIA, José Luis et alii. **Salazar, o Estado Novo e os media**. Lisboa: Edições 70, 2017.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “O Bom Povo Português”: Usos e Costumes D’Aquiém e D’Além-Mar. **MANA** 7. 2001, (1): 55-87, 2001. p. 55-87. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/mana/v7n1/a04v07n1.pdf>> Acesso em 29 set. 2015.

TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Fascismo, Salazarismo e Europa. In.: TENGARRINHA, José. (org.) **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

_____. "Literatura Oficial" no Estado Novo - Os Prémios Literários do SPN/SNI. **Revista de Historia das Ideias**. 1999, Vol. 20. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41829/1/Literatura_oficial_no_Estado_Novo.pdf> Acesso em 17 jul. 2015.

_____. **Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural**. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TRAMONTE, Cristiana. Muito além do desfile carnavalesco: escolas de samba e turismo educativo no Brasil **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. 2003, Vol. 1, nº 1, p. 85-96. Disponível em: <<http://pasosonline.org/Publicados/1103/PS080103.pdf>> Acesso em 21 jul. 2018.

TRANSAMAZÔNICA. **História da Rodovia**. Disponível em:
<<http://transamazonica.blogspot.com/2008/09/histria-da-rodovia.html>>. Acesso em 20 abr 2018.

VARGAS, João Augusto Costa. **Um mundo que também é nosso:** o pensamento e a trajetória diplomática de Araújo Castro. Brasília: FUNAG, 2013.

VARGAS, Mateus Bandeira. **Dossiê UFSC:** As ações da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina. 2016. TCC (Graduação em Jornalismo) Florianópolis, UFSC 2016.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil:** de Vargas a Lula. 3^a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, jan./jun. 2013, n.14, p. 9-36. Disponível em: <<http://revista.anphlac.org.br/index.php/revista>> Acesso em 25 jul. 2018.

WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. (2018, September 14). U.S. News & World Report. In. **Wikipedia, The Free Encyclopedia.** Disponível em: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=U.S._News_%26_World_Report&oldid=859454159> Acesso em 2 nov. 2018.

WIKIWAND. **Jaldyr Bhering Faustino da Silva.** Disponível em: <https://www.wikiwand.com/pt/Jaldyr_Bhering_Faustino_da_Silva> Acesso em 16 jun 2018.

FONTES

Fontes bibliográficas

NASSER, David. **Portugal, meu avozinho.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

PAULA, Eurípedes Simões de. **II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguêsa.** (Moçambique, 14-21 de julho de 1967). 1967. (ANAIS)

QUADROS, Jânio. “A Nova Política Externa do Brasil”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 16, dezembro de 1961. [On Line]

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África:** outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

Fontes hemerográficas

REVISTA LUSO-BRASILEIRA - NÚMEROS: 1 a 128 (1961 - 1975) (BPSC e BPPR)

REVISTA O CRUZEIRO, nº 26, jun, 1974, p.76.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Vol. 294, abril-junho de 1972

JORNAL VOZ DE PORTUGAL, 20 de jan. 1963 (Hemeroteca Municipal de Lisboa)

VOZ DE PORTUGAL, 21 set. 1963

VOZ DE PORTUGAL, 25 ago. 1963

VOZ DE PORTUGAL, 6 out. 1963

VOZ DE PORTUGAL, 20 jan. 1963

VOZ DE PORTUGAL, 23 fev 1964
VOZ DE PORTUGAL, 22 out. 1963
 JORNAL *MUNDO PORTUGUÊS* (Hemeroteca Municipal de Lisboa)
 JORNAL *O JORNAL* - RJ - 7 dez. 1969 (Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional)
O JORNAL - RJ - 29 set 1962
 JORNAL *DIÁRIO DE NOTÍCIAS* - RS - 10 dez. 1968 (Hemeroteca Digital - BN)
 JORNAL *CORREIO BRAZILIENSE*, Brasília, 9 de mar. 1967.
 JORNAL *CORREIO LAGEANO* - 14 out 1961 (Hemeroteca Digital - BPSC)
 JORNAL *ESTADO DE SANTA CATARINA* (Hemeroteca Digital - BPSC)
 JORNAL *A NOITE*, 29 set 1962 (Biblioteca do MNE)
JORNAL DO BRASIL, 27 de ago. 1965 (Hemeroteca Digital - BN)
BOLETIM DO CTPB, janeiro de 1973 (Biblioteca Nacional - Portugal)
BOLETIM DO CTPB, s/d (Biblioteca Nacional - Portugal)
PORTUGAL: Turismo, cultura e informação, mai/jun, 1972 (Biblioteca Nacional - Portugal)
 JORNAL *O SÉCULO ILUSTRADO*, 1950 (Hemeroteca Municipal de Lisboa)
 JORNAL *DO MARANHÃO* – Semanário de Orientação Cristã. São Luis, 11 jun.1967, n. 3699).

Fontes Oficiais (Relatórios, Cartas, Correspondências, Requerimentos)

Apontamento de conversa 17 agosto 1966 - Biblioteca do MNE
 Campanha Fortalecimento da Comunidade luso-brasileira - Biblioteca do MNE
 Carta de Alexandre S. Matos ao SNI - ANTT
 Carta de Mário Fernandes Dias ao SNI- ANTT
 Carta de Ramiro Valadão para Mário Fernandes Dias - ANTT
 Carta solicitando material para Maria Carolina Gadotti Kehrig - ANTT
 Correspondências do SNI sobre visita de políticos brasileiros a Portugal - ANTT
 Correspondência de Ramiro Valadão - ANTT
 Correspondência sobre visita de Plínio Salgado a Portugal - ANTT
 Entrada de estrangeiros em Portugal - INE
 Panfleto de propaganda eleitoral de Luís Domingues de Castro - ANTT
 Relatório Cunha Bueno - 1967 - MNE
 Relações Culturais Luso-Brasileiras - MNE
 Solicitação de materiais para a *Revista Luso-Brasileira*, 1966 - ANTT
 Visita de personalidades de São Paulo - ANTT

Fonte eletrônica

Página web - *Family Search* - Disponível em:
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939X-HS9M-Z?i=61&cc=1932363> Acesso em 20 ago 2017.

ANEXO

TABELA COM OS NÚMEROS DA REVISTA LUSO-BRASILEIRA DISPONÍVEIS EM ARQUIVOS

	n.	Meses	Ano	SNI	Correspondentes	Gráfica	Preço 1	Preço 6 /Preço 12	Preço em escudos
Revisa ta Luso- Brasi leira	1	Maio	1961	Sim	Nada consta	Oficinas: Impressora Modelo	Cr\$ 30,00	Cr\$100,00/ Cr\$200,00	N/C
RLB	2	Junho-julho	1961	Sim	Nada consta	Oficinas: Impressora Modelo	Cr\$ 20,00		N/C
RLB	3	Agosto	1961	Sim	Nada consta	Oficinas: Impressora Modelo	Cr\$ 20,00	Cr\$200,00	N/C
RLB	4	Set/Out	1961	Sim	Nada consta	Oficinas: Impressora Modelo	Cr\$ 20,00	Cr\$200,00	N/C
RLB	5	Dez.	1961	Sim	Nada consta	Oficinas: Impressora Modelo	Cr\$20,00	Cr\$300,00	N/C
RLB	6	Abril	1962	Sim	Nada consta	Impressa na Tipografia Catarinense	Cr\$30,00	Cr\$300,00	N/C
RLB	7	Maio	1962	Sim	Nada consta	Impressa na Tipografia Catarinense	Cr\$30,00	Cr\$300,00	N/C
RLB	8	Junho/julho	1962	Sim	Nada consta	Oficinas: Impressora Modelo	Cr\$30,00	Cr\$300,00	N/C
RLB	9	Set/out	1962	Sim	Nada consta	Nada consta	Cr\$30,00	Cr\$300,00	N/C
RLB	10	Nov.	1962	Sim	Nada consta	Nada consta	Cr\$30,00	Cr\$300,00	N/C
RLB	11	Dez	1962	Sim	Nada consta	Nada consta	Cr\$40,00	Cr\$500,00	N/C
RLB	12	Fev/Mar	1963	Não	Correspondentes em Portugal, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do Brasil	Nada consta	Cr\$40,00	Cr\$500,00	N/C
RLB	13	Abril	1963	Não	Correspondentes em Portugal, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do Brasil	Nada consta	Cr\$50,00		N/C
RLB	14	Maio	1963	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Livraria Catarinense	Cr\$50,00		N/C
RLB	15	Junho	1963	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Livraria Catarinense	Cr\$50,00	Cr\$500,00	N/C
RLB	16	Julho	1963	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Livraria Catarinense	Cr\$50,00	Cr\$500,00	N/C
RLB	17	Set.	1963	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Livraria Catarinense	Cr\$50,00	Cr\$500,00	N/C
RLB	18	Nov.	1963	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Livraria Catarinense	Cr\$50,00	Cr\$500,00	N/C

RLB	19	Dez.	1963	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Gráfica Catarinense de Alperstedt e Cia Ltda	Cr\$80,00	Cr\$900,00	N/C
RLB	21	Abril	1964	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Gráfica Catarinense de Alperstedt e Cia Ltda	Cr\$80,00	Cr\$900,00	N/C
RLB	22	Junho	1964	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Gráfica Catarinense de Alperstedt e Cia Ltda	Cr\$100,00	Cr\$1000,00	N/C
RLB	23	Julho	1964	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Gráfica Catarinense de Alperstedt e Cia Ltda	Cr\$100,00	Cr\$1000,00	N/C
RLB	24	Agosto	1964	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Gráfica Catarinense de Alperstedt e Cia Ltda	Cr\$100,00	Cr\$1000,00	N/C
RLB	25	Setembro	1964	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta			N/C
RLB	26	Outubro	1964	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Gráfica Catarinense de Alperstedt e Cia Ltda	Cr\$100,00	Cr\$1000,00	N/C
RLB	27	Novembro	1964	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR				N/C
RLB	28	Dezembro	1964	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Gráfica Catarinense de Alperstedt e Cia Ltda	Cr\$100,00	Cr\$1000,00	N/C
RLB	30	Fevereiro	1965	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impressa na Gráfica Catarinense de Alperstedt e Cia Ltda	Cr\$120,00	Cr\$1000,00	N/C
RLB	32	Maio	1965	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$120,00	Cr\$1500,00	N/C
RLB	33	Junho	1965	Uma publicação independente	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$120,00	Cr\$1500,00	N/C
RLB	34	Julho	1965	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$120,00	Cr\$1500,00	N/C
RLB	35	Agosto	1965	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$120,00	Cr\$1500,00	N/C
RLB	37	Outubro	1965	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$120,00	Cr\$1500,00	N/C
RLB	38	Novembro	1965	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$150,00	Cr\$1500,00	N/C
RLB	39	Dezembro	1965	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$150,00	Cr\$1500,00	N/C
RLB	40	Janeiro	1966	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$150,00	Cr\$1500,00	N/C
RLB	41	Fevereiro	1966	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$1500,00	Cr\$1500,00	N/C
RLB	42	Março	1966	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$150,00	Cr\$1500,00	N/C
RLB	43	Abril	1966	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$200,00	Cr\$2000,00	N/C
RLB	44	Maio	1966	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$200,00	Cr\$2000,00	N/C

RLB	45	Junho	1966	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$200,00	Cr\$2000,00	N/C
RLB	46	Agosto	1966	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$200,00	Cr\$2000,00	N/C
RLB	47	Outubro	1966	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$200,00	Cr\$2000,00	N/C
RLB	48	Novembro	1966	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$200,00	Cr\$2000,00	N/C
RLB	50	Janeiro	1967	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$200,00	Cr\$2000,00	N/C
RLB	51	Fevereiro	1967	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	Cr\$200,00	Cr\$2000,00	N/C
RLB	52	Abril	1967	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,20	NCr\$2,00	N/C
RLB	53	Maio	1967	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta			N/C
RLB	54	Julho	1967	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,20	NCr\$2,00	N/C
RLB	55	Agosto	1967	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,20	NCr\$2,00	N/C
RLB	56	Setembro	1967	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,20	NCr\$2,00	N/C
RLB	57	Outubro	1967	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,20	NCr\$2,00	N/C
RLB	58	Novembro	1967	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta			N/C
RLB	59	Dezembro	1967	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	60	Janeiro	1968	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	61	Fevereiro	1968	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	62	Março	1968	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	64	Maio	1968	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	65	Junho	1968	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	66	Agosto	1968	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	67	Novembro	1968	Circulação Mundial	Nada consta	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	68	Dezembro	1968	Circulação Mundial	Nada consta	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C

RLB	69	Janeiro	1969	Circulação Mundial	Nada consta	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	70	Fevereiro	1969	Nada consta	Correspondente em Lisboa José Sanches	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	71	Março	1969	Circulação Mundial	Correspondente da Luso-Brasileira José Sanches	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	72	Maio	1969	Nada consta	Correspondente em Lisboa José Sanches	Nada consta	NCr\$0,30	NCr\$3,00	N/C
RLB	73	Junho	1969	Nada consta	Correspondentes em Portugal, Angola, Cabo Verde, Ilha da Madeira e diversos estados do BR	Impresso Oficinas Jornal "O Município" - Brusque - SC	NCr\$0,50	NCr\$5,00	N/C
RLB	74	Setembro	1969	Nada consta	Nada consta	Composição e Impressão Gráfica Luso-Brasileira	NCr\$0,50	NCr\$5,00	N/C
RLB	75	Outubro	1969	Nada consta	Nada consta	Propriedade da Gráfica Luso-Brasileira	NCr\$0,50	NCr\$5,00	N/C
RLB	76	Novembro	1969	Publicação de circulação mundial	Nada consta	Propriedade da Gráfica Luso-Brasileira	NCr\$0,50	NCr\$5,00	N/C
RLB	77	Dezembro	1969	Publicação de circulação mundial	Nada consta	Propriedade da Gráfica Luso-Brasileira	NCr\$0,50	NCr\$5,00	N/C
RLB	78	Dezembro	1969	Publicação de circulação mundial	Nada consta	Propriedade da Gráfica Luso-Brasileira	NCr\$0,50	NCr\$5,00	N/C
RLB	79	Janeiro	1970	Publicação de circulação mundial	Nada consta	Propriedade da Gráfica Luso-Brasileira	NCr\$0,50	NCr\$5,00	N/C
RLB	80	Fevereiro	1970	Publicação de circulação mundial	Distribuição em Portugal pela Livraria Bertrand - Preço para Portugal, Continental e Ultramarino: preço	Propriedade da Gráfica Luso-Brasileira	NCr\$0,50	NCr\$5,00	5 escudos
RLB	81	Março	1970	Publicação de circulação mundial	Distribuição em Portugal pela Livraria Bertrand - Preço para Portugal, Continental e Ultramarino: preço	Propriedade da Gráfica Luso-Brasileira	NCr\$0,50	NCr\$5,00	5 escudos
RLB	82	Abril	1970	Publicação de circulação mundial	Distribuição em Portugal pela Livraria Bertrand - Preço para Portugal, Continental e Ultramarino: preço	Gráfica Luso-Brasileira	NCr\$0,50	NCr\$5,00	5 escudos
RLB	83	Maio	1970	Publicação de circulação mundial	Distribuição em Portugal pela Livraria Bertrand - Preço para Portugal, Continental e Ultramarino: preço	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,50	Cr\$5,00	5 escudos

RLB	84	Junho	1970	Publicação de circulação mundial	Distribuição em Portugal pela Livraria Bertrand - Preço para Portugal, Continental e Ultramarino: preço	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,50	Cr\$5,00	5 escudos
RLB	85	Julho	1970	Publicação de circulação mundial	Distribuição em Portugal pela Livraria Bertrand - Preço para Portugal, Continental e Ultramarino: preço	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,50	Cr\$5,00	5 escudos
RLB	86	Agosto	1970	Publicação de circulação mundial	Distribuição em Portugal pela Livraria Bertrand - Preço para Portugal, Continental e Ultramarino: preço	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,50	Cr\$5,00	5 escudos
RLB	87	Setembro	1970	Circulação Mundial	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,60	Cr\$5,00	N/C
RLB	89	Novembro	1970	Nada consta	Correspondentes em Portugal	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,60	Cr\$5,00	5 escudos
RLB	91	Janeiro	1971	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,60	Cr\$5,00	N/C
RLB	93	Março	1971	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,60	Cr\$5,00	5 escudos
RLB	95	Maio	1971	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,60	Cr\$6,00	N/C
RLB	96	Junho	1971	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,70	Nada consta	N/C
RLB	97	Julho	1971	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,70	Nada consta	N/C
RLB	98	Agosto	1971	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,70	Cr\$7,00	6 escudos
RLB	99	Setembro	1971	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,70	Cr\$7,00	6 escudos
RLB	100	Outubro	1971	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,70	Cr\$7,00	N/C
RLB	102	Dezembro	1971	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,70	Cr\$7,00	N/C
RLB	103	Janeiro	1972	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,70	Cr\$7,00	N/C
RLB	104	Fevereiro	1972	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,70	Nada consta	N/C
RLB	105	Março	1972	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$0,70	Nada consta	N/C
RLB	106	Abril	1972	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	Cr\$7,00	N/C
RLB	107	Maio	1972	Circulação Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	Cr\$10,00	N/C
RLB	108	Junho	1972	Circulação Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	Cr\$10,00	N/C
RLB	109	Julho	1972	Nada consta	Distribuída em todo o Brasil, Portugal e Ultramar português	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	Cr\$10,00	N/C

RLB	110	Agosto	1972	Nada consta	Distribuída em todo o Brasil e Portugal	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	Cr\$10,00	N/C
RLB	111	Setembro	1972	Circulação Local e Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	Cr\$10,00	N/C
RLB	112	Outubro	1972	Circulação Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	Cr\$10,00	N/C
RLB	113	Novembro	1972	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	Cr\$10,00	N/C
RLB	114	Dezembro	1972	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	N/C	5 escudos
RLB	115	Janeiro	1973	Edição Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	N/C	5 escudos
RLB	116	Fevereiro	1973	Edição Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	N/C	5 escudos
RLB	117	Março	1973	Edição Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	N/C	5 escudos
RLB	118	Abril	1973	Edição Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,00	N/C	N/C
RLB	119	Maio	1973	Edição Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,50	N/C	N/C
RLB	120	Junho	1973	Edição Nacional	Publicação ao serviço das comunidades luso-brasileiras no mundo	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,50	N/C	N/C
RLB	121	Julho	1973	Edição Nacional	Publicação ao serviço das comunidades luso-brasileiras no mundo	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,50	N/C	N/C
RLB	122	Agosto	1973	Edição Nacional	Publicação ao serviço das comunidades luso-brasileiras no mundo	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,50	N/C	N/C
RLB	123	Setembro	1973	Edição Nacional	Publicação ao serviço das comunidades luso-brasileiras no mundo	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,50	N/C	N/C
RLB	124	Outubro	1973	Edição Nacional	Publicação ao serviço das comunidades luso-brasileiras no mundo	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,50	N/C	N/C
RLB	125	Novembro	1973	Edição Luso-Brasileira - Circulação Nacional	Publicação ao serviço das comunidades luso-brasileiras no mundo	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,50	Cr\$15,00	N/C
RLB	126	Dezembro	1973	Nada consta	A revista da comunidade luso-brasileira emSc	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,50	N/C	N/C
RLB	127	Janeiro	1974	Edição Nacional	A revista da comunidade luso-brasileira	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,50	N/C	6 escudos
RLB	128	Fevereiro	1974	Edição Luso-Brasileira	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$1,50	N/C	N/C

RLB		Março	1974			Gráfica Luso-Brasileira			
RLB	130	Abril	1974	Edição Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$2,00	N/C	N/C
RLB	131	Maio	1974	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$2,00	N/C	8 escudos
RLB	132	Junho	1974	Edição Nacional	Publicação independente	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$2,00	N/C	6 escudos
RLB	133	Agosto	1974	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$2,00	N/C	N/C
RLB	134	Setembro	1974	Edição Luso-Brasileira	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$2,00	N/C	6 escudos
RLB	135	Outubro	1974	Edição Luso-Brasileira	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$2,00	N/C	N/C
RLB	136	Nov/Dez	1974	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$2,00	N/C	6 escudos
RLB	137	Janeiro	1975	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$2,50	N/C	N/C
RLB	138	Fevereiro	1975	Edição Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$2,50	Cr\$25,00	8 escudos
RLB	139	Março	1975	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	Cr\$2,50	N/C	8 escudos
RLB	140	Abril	1975	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	141	Maio	1975	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	142	Junho	1975	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	143	Julho	1975	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	144	Agosto	1975	Circulação Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	145	Setembro	1975	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	146	Dezembro	1975	Nada consta	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	147	Jan/Fev	1976	Edição Nacional	Publicação mensal brasileira	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	148	Março	1976	Circulação Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	149	Abril	1976	Publicação mensal brasileira	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	150	Maio	1976	Edição Nacional	Nada consta	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	152	Julho	1976	Circulação Nacional	Publicação mensal brasileira	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C

RLB	153	Agosto	1976	Circulação Nacional	Publicação mensal brasileira	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	154	Setembro	1976	Nada consta	Publicação mensal brasileira	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	155	Outubro	1976	Edição Luso-Brasileira	Publicação mensal brasileira	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	156	Dezembro	1976	Edição Luso-Brasileira	Publicação mensal brasileira	Gráfica Luso-Brasileira	N/C	N/C	N/C
RLB	157	Janeiro	1977	Nada consta	Nada consta	Registrada no Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	N/C	N/C
RLB	158	Fevereiro	1977	Edição Luso-Brasileira	Nada consta	Registrada no Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	N/C	N/C
RLB	159	Março	1977	Edição Nacional	Nada consta	Registrada no Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	N/C	N/C
RLB	160	Abril	1977	Nada consta	Nada consta	Nada consta	N/C	N/C	N/C
RLB	161	Maio	1977	Nada consta	Nada consta	Nada consta	N/C	N/C	N/C
RLB	162	Jun/Jul	1977	Publicação mensal brasileira	Nada consta	Nada consta	N/C	N/C	N/C
RLB	163	Agosto	1977	Edição Nacional	Nada consta	Registrada no Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	N/C	N/C
RLB	164	Setembro	1977	Nada consta	Nada consta	Nada consta	N/C	N/C	N/C
RLB	165	Outubro	1977	Nada consta	Nada consta	Nada consta	N/C	Cr\$50,00	N/C
RLB	166	Nov/Dez	1977	Nada consta	Nada consta	Nada consta	N/C	Cr\$70,00	N/C
RLB	167	Janeiro	1978	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$50,00	N/C
RLB	170	Abril	1978	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	N/C	N/C
RLB	171	Maio	1978	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$70,00	N/C
RLB	173	Julho	1978	Edição Nacional	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$70,00	N/C
RLB	174	Agosto	1978	Edição Nacional	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$70,00	N/C
RLB	175	Setembro	1978	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	Cr\$8,00	Cr\$80,00	N/C
RLB	176	Dezembro	1978	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$80,00	N/C
RLB	177	Janeiro	1979	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$80,00	N/C
RLB	178	Fevereiro	1979	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$80,00	N/C

RLB	181	Maio	1979	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$80,00	N/C
RLB	182	Junho	1979	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$80,00	N/C
RLB	185	Setembro	1979	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$80,00	N/C
RLB	186	Dezembro	1979	Nada consta	Nada consta	Registrada no 2o Cart. dos Registros Públicos de Fpolis	N/C	Cr\$80,00	N/C